

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THULIO ANDRE MOURA DE AQUINO

**UMA IGREJA REALISTA:
Estratégias e Ações da Diocese de Petrolina - PE
(1924 – 1931)**

RECIFE
2018

THULIO ANDRE MOURA DE AQUINO

**UMA IGREJA REALISTA:
Estratégias e Ações da Diocese de Petrolina - PE
(1924 – 1931)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em história.

Linha de Pesquisa: Poder político e Movimentos sociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Coorientadora: Prof^a dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar

RECIFE
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A657i Aquino, Thulio Andre Moura de.

Uma igreja realista : estratégias e ações da Diocese de Petrolina – PE
(1924-1931) / Thulio Andre Moura de Aquino. – 2018.

223 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Coorientadora: Profª. Drª. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

1. História. 2. Catolicismo. 3. Renovação da igreja – Igreja Católica. 4. Dioceses. 5. Reforma católica. 6. Projeto político católico. I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Coorientadora). III. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-131)

THULIO ANDRE MOURA DE AQUINO

**UMA IGREJA REALISTA:
Estratégias e Ações da Diocese de Petrolina - PE
(1924 – 1931)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 27/02/2018

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Sylvana Maria Brandão de Aguiar (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Bartira Ferraz Barbosa (1º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti. (1º Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Drance Elias da Silva (2º Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de uma longa jornada a qual muitos me impulsionaram. Alguns estiveram presentes no começo, outros ao longo do percurso e, ainda outros, já no fim. Alguns permaneceram por muito tempo, outros estiveram presentes apenas em certos momentos, mas todos tiveram sua importância neste processo e, de várias formas, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

A Deus, que me fez ir muito além do que eu julgava ser capaz; a meus pais, José Antônio Neves de Aquino e Norma Suely Torres Moura de Aquino, que, sempre presentes, me incentivaram a seguir adiante, me dando suporte financeiro e motivacional; a meus irmãos, Thiago Aquino e Thalita Aquino, os quais, por terem seguido este trajeto antes de mim, me estimularam a seguir seus passos e me ajudaram a torná-lo mais fácil do que foi para eles; a minha esposa Carolina, que me acompanhou nos maus e bons momentos ao longo dos últimos anos.

Aos professores da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE –, que acreditaram na minha capacidade de realizar os projetos propostos, na elaboração do mestrado e posteriormente da tese; aos preceptores nas disciplinas cursadas, em especial a minha orientadora Maria do Socorro Ferraz Barbosa e minha Coorientadora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, pela ajuda no processo de desenvolvimento e conclusão de minha tese. E, por fim, a CAPES, que permitiu a realização deste trabalho. A todos, a minha gratidão.

“- Meu filho, aprenda uma coisa. Por que é que a Igreja tem sobrevivido através de todos estes séculos? Por quê? Passam os reis, os conquistadores, os generais, os filósofos...passa tudo. Mas a Igreja fica. Alguns pensam que é só porque ela é de origem divina.

- Piscou um olho e pegou na fralda da camisa do outro.

– Mas eu acho, e Deus me perdoe a irreverência, que é um pouco porque nós os sacerdotes somos realistas. Realistas, está ouvindo? Vosmecê sabe o que é um realista?

- Um homem do lado do rei? O padre Lara sacudiu a cabeça numa ardorosa negativa.

- Não. Um realista é um homem que nunca dá murro em ponta de faca. Deixa que os outros deem... Boa noite, capitão, durma bem.”

(VERISSIMO, 2005. p.285)

RESUMO

Nesta tese analisamos a atuação da Igreja Católica na cidade de Petrolina-PE, no período compreendido entre 1924 e 1931, quando ocorreu a criação da Diocese local, com a chegada do bispo Antônio de Maria Malan. Trabalhando dentro de uma percepção de que a Igreja, além de sua orientação espiritual, tem um projeto político; e ainda diante das transformações vivenciadas pelo mundo e no Brasil republicano, observamos, em um tempo e local específico, as ações da Igreja que visaram mantê-la influente politicamente no país e na cidade em questão. Atestou-se que a Igreja estreitou laços com o poder político, através de um projeto estrutural comum, ocupando espaços físicos, com a construção da Catedral, seminário, palácio episcopal, colégios e hospital. Também buscou o controle da informação, com o fortalecimento de um jornal, que foi porta voz de suas ideias. A Igreja procurou evidenciar a si mesma como protagonista das mudanças vivenciadas pela cidade pernambucana no início do século XX, de forma a se perpetuar como um agente de influência social.

Palavras-chave: Reforma Católica. Diocese de Petrolina. Projeto Político Católico.

ABSTRACT

In this thesis we analyze the performance of the Catholic Church in the city of Petrolina-PE in the period between 1924 and 1931, when the creation of the local Diocese took place, with the arrival of Bishop Antônio de Maria Malan. Working within a perception that the Church, in addition to its spiritual orientation, has a political project. In the face of the transformations experienced by the world and in republican Brazil, we observed in a specific time and place the actions of the Church that aimed to keep it politically influential in the country and city in question. It was noted that the Church strengthened ties with political power through a common structural project, occupying physical spaces with the construction of the Cathedral, seminary, episcopal palace, schools and hospital, as well as the search for control of information with the strengthening of a newspaper who was the spokesperson for his ideas. The Church sought to evidence itself as a protagonist of the changes experienced by the city of Pernambuco in the early twentieth century, in order to become an agent of social influence.

Keywords: Catholic Reform. Diocese of Petrolina. Catholic Political Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da Capela Rainha dos Anjos após 1860, futura Igreja Matriz	95
Figura 2 - Foto do centro de Petrolina rodeado de rochas – Século XIX.....	98
Figura 3 - Capela de Nossa Senhora Rainha após a reforma de Pe. Henrique – Século XIX.....	122
Figura 4 - Líderes religiosos da missão Católica do Mato Gross.....	137
Figura 5 - Foto de Pacífico da Luz.....	144
Figura 6 - Foto da inauguração da Catedral de Petrolina.....	168
Figura 7 - Procissão levando na cabeça pedras para Catedral.....	174
Figura 8 - Foto da construção da Catedral em seus primeiros anos.....	175
Figura 9 - Foto da Catedral em 1929.....	179
Figura 10 - mapa do desenvolvimento urbano de Petrolina – Século XX.....	198

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - População por Município e Freguesia de Acordo com o Recenseamento.....	102
Tabela 2 - Maiores contribuintes de Impostos de Juazeiro, 1903	142
Tabela 3 - Renda e impostos de líderes políticos de Petrolina em 1923	148
Tabela 4 - Assuntos mais publicados no Jornal O Pharol 1915-1930.....	159
Tabela 5 - Dinheiro Recebido das visitas pastorais.....	171

LISTA DE SIGLAS

CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social
CEHILA	Comissão de Estudiosos de História da Igreja na América Latina
CEPEHIB	Centro De Pesquisas Estudos História Da Igreja Brasil
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	HISTORIOGRAFIA: ULTRAMONTANISMO, ROMANIZAÇÃO E REFORMA CATÓLICA NO BRASIL	29
2.1	PRIMEIRA FASE: O SURGIMENTO DO CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX) E RETOMADA DO CONCEITO (MEADOS DO SÉCULO XX)	37
2.2	SEGUNDA FASE: DIFUSÃO DO CONCEITO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1970)	45
2.3	TERCEIRA FASE: UMA REVISÃO DO CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO (A PARTIR DO SÉCULO XXI)	56
2.4	A REFORMA CATÓLICA NO BRASIL	66
3	O CATOLICISMO EM PETROLINA NOS SÉCULOS (XVI-XIX)	78
3.1	OS PRIMERIOS HABITANTES E AS MISSÕES	78
3.2	AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA:	90
4	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA REFORMA CATÓLICA EM PETROLINA (1924-1931)	128
4.1	DESENVOLVIMENTO DE PETROLINA NO SÉCULO XX E A CRIAÇÃO DA DIOCESE	128
4.2	DOM MALAN E AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA DIOCESE EM SEU BISPADO	139
4.3	A BOA IMPRENSA EM PETROLINA: RELAÇÕES EPISCOPAIS COM O JORNAL <i>O PHAROL</i>	154
4.4	A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ECLESIASTICO MATERIAL E SIMBÓLICO	171
5	CONCLUSÕES	200
	REFERÊNCIAS	205
	APENDICE A - FONTES ESCRITAS	213
	APENDICE B - FONTES ORAIS	214
	ANEXO A – ENTREVISTAS	215

1 INTRODUÇÃO

Esta tese visou identificar e compreender a atuação da Igreja Católica na cidade de Petrolina-PE, na primeira metade do século XX, período em que foi criada a Diocese da cidade, concomitante às transformações vivenciadas nas primeiras décadas do século passado. Percebemos essa atuação como sendo resultado de uma atitude racional e política da Igreja que, associada ao poder local, contribuiu para o desenvolvimento da cidade e ampliou sua presença e influência na região.

A partir dos estudos que desenvolvemos, no âmbito do mestrado, em que buscamos compreender o processo de fortalecimento político da família Coelho na cidade de Petrolina¹, percebemos em nossas pesquisas uma sólida presença da atuação da Igreja Católica antes mesmo da estabilidade política dos Coelho na região. Com base na pesquisa, anteriormente realizada, tornou-se instigante compreender a presença católica durante o processo de formação e desenvolvimento de Petrolina e seu grau de maior ou menor influência na cidade.

Uma vez percebida a necessidade de ampliar nossa investigação acerca dessa presença, entendemos que uma pesquisa sobre o desempenho da Igreja Católica, nesse período, nos ajudaria a compreender o processo de formação de Petrolina. Sérgio Buarque de Holanda afirmou que estudar determinados momentos de nossa história “sem a exploração prévia e isenta de nossa história eclesiástica”², torna impossível a compreensão da mesma. Portanto, percebemos que estando a história de Petrolina diretamente ligada à história da Igreja, havia a necessidade de se debruçar sobre o catolicismo para compreender também a cidade.

A observância dessas ações nos permitiu determinar que a linha de atuação religiosa não foi algo desconexo das mudanças relacionadas à cidade e ao poder político local, como poderíamos supor devido à separação entre Igreja e Estado com a proclamação da República. Percebemos que, como uma instituição presente na sociedade, a Igreja se relacionou de forma próxima com o Estado e corroborou com

¹ AQUINO, Thulio André Moura de. **Caminhos do poder: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947**. Recife, 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: CARRATO, José Ferreira. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo: Ed. Nacional, 1963, p. XIII.

o desenvolvimento do município, em certos momentos atendendo a uma demanda do governo local.

Ao nos dedicarmos ao período estudado em nossa dissertação, verificamos que as ações realizadas pela Igreja na virada do século XIX para o início do século XX ocorreram de forma similar na cidade de Petrolina, corroborando com um projeto católico nacional.

Esse projeto católico em Petrolina, no Brasil e no mundo foi denominado por parte dos historiadores de ultramontanismo, romanização ou mesmo Reforma Católica³. Tais ações e estratégias relacionadas ao projeto também ocorreram na cidade de Petrolina-PE, através do catolicismo local que atuou nesse período sendo um agente das transformações físicas e estruturais que a cidade vivenciou; participando do crescimento econômico, político, estrutural e social local.

Apesar da percepção de um alinhamento da ação católica em Petrolina com um comportamento católico nacional, a produção de estudos realizados dentro desta temática de mudança do catolicismo se concentrou em discussões nacionais ou nos grandes centros urbanos, sendo pouco abordada em uma perspectiva interiorana ou em localidades de menor porte.

Por isso, a importância de estudar o catolicismo em Petrolina é relevante não só pela ampliação da influência que a mesma exerceu na Região do Vale do São Francisco, de forma marcante no século XX, mas também pela sua atuação religiosa estar inserida nesse processo maior de nível nacional frente às transformações vivenciadas no período em questão⁴.

³Foram os historiadores ligados à Comissão de Estudiosos de História da Igreja na América Latina (CEHILA) que difundiram a utilização do termo **romanização**, como sinônimo do projeto ultramontano de restauração católica para o Brasil dos séculos XIX e XX. O conceito de romanização já aparece formulado no tomo II/2 da obra **História da Igreja no Brasil**, publicado em 1980, que se tornou um clássico para qualquer estudo de história das religiões no Brasil (RIBEIRO, 2003).

⁴ Três autores tratam desse assunto:

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil: igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930**, Recife, 2009. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844- 1926)**. Aparecida: Santuário, 2007.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Buscamos, assim, considerar a complexa relação entre essa instituição religiosa e o Estado com o qual ela se relacionou, muito mais nos termos de uma influência recíproca do que a partir de determinação unilateral. Supomos que a conhecimento das transformações ocorridas em Petrolina contribuiu para compreender melhor a atuação da Reforma Católica ocorrida no Brasil, sob uma perspectiva do interior pernambucano.

Diante disso, sabemos que a Igreja atuou através de um *Realismo Católico*, conforme o conto *Um certo capitão Rodrigo*, de Érico Veríssimo no qual, em um interessante diálogo, o padre revela o que para ele é a razão da Igreja Católica ser uma instituição que perdurou ao longo de tantos séculos. O agir com realismo, diante das transformações de cada época, atuando de forma política e material, sendo pragmático, e buscando novas formas de se relacionar foi a justificativa da narrativa a qual comparamos com o nosso estudo. Essa atitude foi perceptível nacionalmente, e nós buscamos entendê-la em uma escala menor, na cidade interiorana de Petrolina.

Para compreensão dessa atuação realista fizemos convergir as ideias de Max Weber, e sua visão de que a ação religiosa está voltada para o mundo material; Peter Berger e seu conceito das estruturas de *plausibilidade*⁵, Michel de Certeau e sua análise de *estratégia conceituada*⁶; Pierre Bourdieu e sua ideia de perspectiva de *campo*⁷; e Sergio Miceli, com a sua ideia de *Estadualização*.⁸ Entendemos que é possível associar seus pensamentos e usá-los como referencial teórico para entender do modo de agir católico no Brasil republicano e na cidade de Petrolina.

Max Weber, em *Economia e Sociedade*, deixa claro que inicialmente é impossível definir a religião, pois ela é “uma maneira particular do modo de agir em comunidade”⁹. Por isso, o autor buscou analisar as condições e os efeitos do

⁵ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁶ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. 3ª edição. Petrópolis: Vozes. 1998.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁸ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 2009

⁹ WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. 4ª Ed. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2000. p. 145.

comportamento religioso, o sentido de sua atividade e as consequências políticas e econômicas na sociedade.

Para ele, as práticas religiosas estão diretamente voltadas para o mundo material, representando uma visão que corrobora com o realismo, por exemplo, defendido pelo padre no conto *Um certo capitão Rodrigo*, sendo compreendidas através deste e para este, devido a diversos interesses, entre eles o econômico.

As formas mais elementares do comportamento motivado por fatores religiosos ou mágicos são orientadas para o mundo terrestre. Os atos ditados pela religião ou pela magia devem ser realizados 'a fim de se conquistar [...] a felicidade e uma longa vida na terra'¹⁰.

Partindo deste princípio, por mais que a Igreja Católica esteja ligada a assuntos metafísicos, é importante analisar seus interesses físicos a partir de suas estratégias e ações. Por isso, buscamos compreender a atuação da Igreja em Petrolina dentro de um comportamento material, por exemplo os interesses que levaram a criação da Diocese na região e no início da República.

Observamos que, durante a constituição de Petrolina enquanto cidade, ocorreu também o crescimento da Igreja Católica e sua atuação esteve interligada a atitudes racionais, visando interagir com questões econômicas, ao se firmar em uma região de entreposto comercial com potencial crescimento pecuário e agrícola. Além disso, esteve ligada por questões políticas, ao buscar a aproximação com o poder público, mesmo após o fim do Império Brasileiro; e questões sociais, à medida que se posicionou como educadora da população, exercendo uma orientação ideológica.

A indagação dos estudos weberianos acerca da religião direcionou-se a entender até que ponto as percepções religiosas influenciaram o comportamento das sociedades. Para o autor, as crenças religiosas são partes essenciais para se entender a coletividade. Nesse sentido, são necessárias ações ligadas à religião para compreender a conduta dos indivíduos e do seu grupo social. Sendo assim, o autor demonstrou que as ações religiosas influenciaram as práticas sociais e econômicas.

¹⁰ Ibid., p. 145-146.

Com base nesses estudos de Weber, visualizamos a Igreja Católica em Petrolina como uma instituição que, inserida na sociedade, atuou de forma realista e racional dentro das transformações vivenciadas na cidade. Nesse sentido, buscou inserir-se nela e deu continuidade a sua *sociologia da dominação*¹¹, a qual compreende o modo de agir na comunidade como uma forma de dominação social. Consequentemente optamos por uma história social de ótica weberiana que pretende praticar uma *ciência da compreensão*, e não da *explicação*¹².

Frente à multiplicação de objetos e abordagens, a partir das temáticas clássicas em história social, não me parece mais factível caracterizá-la como especialidade da disciplina histórica. A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos sociais – na explicação histórica.¹³

Contribuindo também para nossa discussão, Peter Berger estabeleceu uma teoria sociológica da religião¹⁴ em que aborda o processo de secularização¹⁵ do mundo moderno e como esse processo contribuiu para uma plausibilidade da religião. O termo *secularização* foi usado para advertir sobre a perda do domínio religioso tanto no aspecto subjetivo, com os homens buscando compreender o mundo, cada vez mais através da ciência e menos através da Igreja; como no campo material, com a perda de espaços físicos.

Para Berger, a secularização fez com que ocorresse um pluralismo religioso em que diferentes grupos religiosos passaram a ser aceitos pelo Estado e competiram entre si pela influência na construção do mundo. Esses grupos

¹¹ WEBER op. cit., p. 187-193.

¹² CASTRO, Hebe. História Social. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p. 23-24

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 89-90

¹⁴ BERGER, P. L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

¹⁵ “A secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico.” BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 119.

transformaram sua religião em *mercadoria*, pois “a religião não [poderia] mais ser imposta, [teria] de ser posta no mercado¹⁶”.

Essa pluralidade permitiu às instituições religiosas duas opções:

acomodar-se à situação, fazer o jogo pluralista da livre empresa religiosa e resolver da melhor forma possível o acordo com a demanda do consumidor; ou recusar-se a acomodar, entrincheirar-se atrás de quaisquer estruturas sócio religiosas que possam manter ou construir e continuar a professar as velhas objetividades tanto quanto possível, como se nada tivesse acontecido¹⁷.

Enquanto instituição religiosa, a Igreja Católica optou pela plausibilidade, entendendo que seria necessário fazer algo diferente através de uma construção social plausível, capaz de sustentá-la nessa nova realidade plural. A Igreja, ao perceber que essa mudança era algo irreversível, buscou se adaptar a nova configuração.

Esse processo ocorreu, nacionalmente, de forma mais clara, em 1889 quando na passagem do período Imperial para o período republicano a Igreja católica perdeu sua posição oficial de exclusividade no território brasileiro e teve que buscar novas formas de se relacionar com o Estado. A procura por construir essa nova relação pode ser observada nacionalmente ou, como em nosso caso, em menor escala, optando por observá-la na cidade de Petrolina e na criação de sua diocese.

Michel de Certeau¹⁸, analisando os mecanismos da historiografia, centrou sua análise em três pontos interdependentes: um lugar, uma prática, uma escrita. Ou seja, a construção historiográfica passa pela compreensão de que ela se realiza em um lugar, em nosso caso Petrolina; por uma operação ou atividade humana, em nosso estudo pelas ações da Igreja neste lugar; que nós analisaremos enquanto prática para construção de uma narrativa.

¹⁶ BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. p.156.

¹⁷ *Ibidem*. p. 163-164.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.66.

Compreender a atitude religiosa através da escrita deve ir além da crença¹⁹. O conteúdo elaborado traz consigo representações culturais inseridas do contexto da produção e de quem o desenvolveu. Para Certeau²⁰, *compreender* não significa revelar a *verdade*, mas uma *vontade* de entender para encontrar um conhecimento histórico que nos faça refletir.

Para isso, ao trabalharmos em um documento é preciso sabermos *quem o produziu, para quem produziu e com que intenções produziu*. Sendo assim, esta tese busca a utilização da bibliografia e das fontes que a subsidia como indispensáveis para a discussão que ela se propõe a fazer.

Ainda sobre as ideias de Certeau, é defendido que as estratégias:

são, [...] ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto as relações espaciais²¹.

Na prática, essa discussão teórica, transportada para nossa pesquisa, está direcionada aos fiéis, através de um interlocutor – os párocos –, no intuito de convencê-los que os princípios da Igreja são os corretos e todo aquele que for diferente, deve ser descartado e combatido.

Essa prática insere o fiel na dimensão do sagrado, fazendo-o crente e pertencente a algo. Em consequência, o fiel deve ser um portador da verdade e deve se tornar um membro ativo no processo, participando do fortalecimento das crenças, e possibilitando construir novos discursos e novas práticas²². Assim, entendemos que sempre há espaços para a reformulação das ações, das tradições e das verdades, muitas vezes impostas à sociedade e a seus sujeitos. Sendo assim, percebemos que a vivência religiosa, portanto, ultrapassa a instituição e permite

¹⁹ Para o autor, *crença* “não [é] o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não o seu conteúdo”. (Ibid., p. 278).

²⁰ Ibid.

²¹ BOURDIEU, op. cit., p.102.

²² CERTEAU, op.cit., p. 196.

que, dentro desta, os sujeitos façam usos de suas táticas e estratégias para burlarem a imposição de poder.

Nesse sentido, o conceito de estratégia de Certeau nos auxilia a compreender a estratégia da Igreja no patamar do discurso, associando-se ao desenvolvimento da cidade de Petrolina, através de seus comunicadores em diferentes épocas, com o objetivo de alcançar pessoas e as torná-las verdadeiros fiéis e crentes, no caráter messiânico e propagador do crescimento local.

Discutindo com Weber, Bourdieu²³ conceitua o campo religioso como:

um espaço – o que [ele] chamaria de campo – no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar esse jogo. Colocar logo de saída o que está em jogo nesse jogo seria suprimir as questões que os participantes levantaram aqui, porque elas realmente se colocam na realidade, no espaço dos médicos, dos psicanalistas, dos assistentes sociais, etc. [...] o campo religioso é um espaço no qual agentes que é preciso definir (padre, profeta, feiticeiro, etc.) lutam pela imposição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso. [...] todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências, competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada" ²⁴.

Bourdieu enxerga a religião como algo que se insere na sociedade por meio de trocas simbólicas, estabelecendo ideias e símbolos dentro de seu campo, os quais um se conecta com o outro, devido a necessidade de ambos se adaptarem às transformações.

Para o autor, dentro do espaço, diferentes campos se relacionam e cada campo ocupa seu espaço, possuindo identidade própria. Na busca por se afirmar no espaço sobre os outros campos, utilizam-se estratégias que podem se chocar ou não com as outras forças. Esse choque ou aproximação é determinado pelos interesses econômicos, políticos ou sociais em comum ou distintos. Permanecer ou não no campo é uma consequência da ação do indivíduo ou grupo e da maneira com que eles investem seu tempo, sua força, seus recursos e como estas coisas

²³ BOURDIEU, op. cit.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dissolução do religioso** In: Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990. P. 119 e 120.

são benéficas para o fortalecimento do campo. O autor ressalta, ainda, que no interior dos diferentes campos existentes podem se formar aproximações entre eles.

No entanto, Bourdieu também cita que dentro do campo existe o conflito sentido, e que a hegemonia dentro do campo é produto de um conflito interno no qual há uma procura por validar seu lugar, através de alianças ou por meio de oposições. O campo também é um espaço de relações. A posição que o sujeito se encontra inserido no campo resulta na maneira como ele interage em cada área e como ele produz e acumula poder.

O campo é também um espaço de diferenciação social. Cada um possui sua identidade, cosmovisão, valores, interesses e podem se unir a outro campo na construção de um campo comum.

Para nossa discussão, a teoria de campo foi aplicada nas relações entre a Igreja, representada pela diocese e o bispo Dom Malan; e o Estado, representado pelos chefes políticos locais. Dentre os diversos campos que se relacionaram, observamos o campo religioso, o político e o social, no qual os agentes uniram ou mediram forças buscando a sua preeminência dentro dos seus respectivos campos. Ainda como contribuição do autor, tomamos como reflexão as discussões desenvolvidas em *A Economia das Trocas Simbólicas* (1999), em que Bourdieu, ao discutir o capítulo *gênese e estrutura do campo religioso*, afirma que a religião busca fortalecer seu pensamento através de práticas e representações que transmitem uma linguagem simbólica.

Dessa forma, diante das tensões dessas trocas, em determinados momentos, no contexto de nosso estudo, o campo religioso católico acompanhou o campo político, mas também o antecipou. Esta importante percepção nos coloca na observância de uma Igreja que não agiu apenas a sombra do Estado, mas também adiante dele, abrindo espaços através de interesses comuns.

Entendemos que não foi apenas por isso que a Igreja se mobilizou, e um exemplo claro foi a criação de dioceses no Brasil nos trinta primeiros anos do século XX, em lugares onde o Estado não havia se expandido administrativamente de forma complexa, como no caso de Petrolina. Em muitos casos, a Igreja foi adiante do Estado na realização de obras que atendiam primeiro ao desejo católico e em outros coincidiam com os desejos dele.

Posto isto, percebemos no conceito de *estadualização* da organização eclesiástica, de Sérgio Miceli, parte da estratégia da Igreja, pois ao aproximar a diocese petrolinense e seu bispo dos chefes políticos locais, a igreja utiliza uma “política de estadualização”. Para o sociólogo, uma das características própria de Estados com um menor grau de desenvolvimento é a ampliação do espaço eclesiástico, que foi o que ocorreu através de claras alianças com chefes de grupos políticos locais em Petrolina.

Através de Miceli, podemos compreender a busca da Igreja em inserir as lideranças locais no processo de efetivação da diocese de Petrolina, desde o anúncio da criação, bem como por meio da solicitação de apoio financeiro para a construção do patrimônio católico, culminando com suas constantes presenças em eventos relacionados com a Igreja.

Através destes autores pudemos enxergar uma Igreja que atuou visando um ganho físico, interpretando as mudanças ocorridas no mundo e no Brasil, para se reorganizar no novo cenário que se configurava. Através de uma estratégia em que se relacionou com o Estado, desta vez, fora dele. Procurou o fortalecimento do campo religioso e contribuiu para o fortalecimento do campo político por meio de ações que favoreceram a ambos.

Buscando compreender a configuração do cenário existente no qual a cidade de Petrolina estava inserida, realizamos a leitura acerca de pontos específicos da pesquisa. No primeiro momento, levantamos conceitos que deram a sustentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente procuramos uma compreensão sobre a cidade e seu processo de desenvolvimento para, por fim, identificar fatos que trataram das questões envolvendo as personagens e os momentos históricos. A partir disso, pudemos verificar através das instituições presentes e dos sujeitos históricos inseridos, o jogo de adaptações e relações que giraram em torno da diocese de Petrolina, no intuito de elucidar as inserções da igreja e seus resultados.

Fizemos uso de autores que em distintos momentos escreveram sobre a Igreja, escolhendo nomes que representam um primeiro momento no qual se enfatizou de forma menos crítica as ações e os agentes católicos, através das obras de Thomas Bruneau, *O Catolicismo Brasileiro em época de transição* (1974);

Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida, *A Igreja na Primeira República* (1977); Roger Bastide, *Religion and the Church in Brazil* (1951); e Ralph Della Cava, *Milagre do Juazeiro* (1976).

Autores representativos de um segundo momento, o qual uma outra perspectiva do processo de Reforma religiosa foi abordada, enfatizaram a imposição católica presente nesse processo através de obras de membros da Igreja como Riolando Azzi, *O movimento brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX* (1974); José Oscar Beozzo, *Irmandades, Santuários, Capelinhas de beira de estrada* (1977); Eduardo Hoornaert, *História da Igreja no Brasil* (1992); Oscar Figueiredo Lustosa, *A Igreja Católica no Brasil República* (1991); e sociólogos como Pedro Ribeiro de Oliveira, *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil* (1985); e Sérgio Miceli, *A Elite Eclesiástica* (1988); também nos subsidiaram neste estudo.

Por fim, autores recentes que revisitaram conceitos e nos permitiram compreender a relação da Igreja com o processo de desenvolvimento do Estado por uma outra perspectiva, como Antônio Lindvaldo de Souza, *Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica* (2007); Maurílio César de Lima, *Breve História da Igreja no Brasil* (2007); Dilermando Ramos Vieira, *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-192)* (2005); Luciano Dutra Neto, *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais* (2006); e Ítalo Domingos Santirocchi, *Os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império* (2011).

Para nortear o espaço geográfico da pesquisa, utilizamos também livros de autores que retrataram o Nordeste do Brasil, como Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1930); e Manuel Correia de Andrade, *A terra e o Homem do Nordeste* (1998). Somado a estes estão os autores que tratam das ações católicas no interior, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Catolicismo rústico no Brasil* (1968); Bartira Ferraz Barbosa, *Missionação na Capitania de Pernambuco* (2011); Venâncio Willeke, *Missões Franciscanas no Brasil* (1978); Desrochers e Hoornaert, *Padre Ibiapina e a igreja dos pobres* (1984) e *Crônicas das casas de caridade* (1981); Raul Aquino, *Criação de freguesia de Petrolina* (1998); Pe. Henrique

José Cavalcante, *O mestre da Caridade* (2008), *Petrolina: pedros e pedras* (2013) e *Petrolina: o centro da rosa* (2013).

Apropriamos-nos também de autores que tratam de temas que tangem a formação política brasileira e que representam grande valor para a contextualização do nosso estudo, como René Rémond, *Por uma história Política* (2003); Raimundo Faoro, *A aventura liberal numa ordem patrimonialista* (1998); José Murilo de Carvalho, *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo* (1997); Ronald Chilcote, *Transição capitalista e classe dominante do Nordeste* (1990); e de nossa dissertação intitulada *Caminhos do poder: Práticas Políticas da Família Coelho na Cidade de Petrolina-PE, 1930-1947* (2011); com os quais pudemos visualizar aspectos econômicos, sociais, religiosos e políticos na constituição de Petrolina enquanto cidade.

Para compreensão de nossa temática utilizamos como fontes primárias documentos eclesiásticos de cunho universal, tais como os que resultaram do I Concílio do Vaticano, como as encíclicas *Rerum Novarum*; e de cunho nacional, como a *carta pastoral coletiva*; ambos do final do século XIX. Percebemos que esses documentos nortearam as decisões da Igreja mundial e nacional, e consequentemente da Igreja em Petrolina. Através destas fontes pudemos compreender melhor as fontes primárias relacionadas a cidade de Petrolina, tais como cartas trocadas entre os líderes da Igreja sobre a criação da diocese da cidade.

Para abranger melhor a compreensão da cidade de Petrolina, fizemos uso de outras fontes primárias, documentos oficiais da cidade, tais como demarcações dos limites do município de Petrolina, apontamentos que relatam importantes mudanças na cidade, entre outras, o da sua emancipação no qual a presença de elementos políticos e religiosos puderam ser observados.

Somado a estas fontes primárias usamos como fonte secundárias relatos de viajantes estrangeiros, como *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil); dos alemães Johann Baptist Von Spix, zoólogo; e Carl Friedrich Philipp Von Martius, botânico. Eles estiveram no Brasil entre 1817 e 1820, viajando pelo país, visitando, entre outros lugares, o Estado de Pernambuco. Outra fonte secundária que nos ajudou na concepção de Petrolina em seus primórdios foi o relatório concernente à *exploração*

do rio de São Francisco: desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico (1994), de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, engenheiro alemão que passou a morar no Brasil, em 1835, sendo contratado pelo governo brasileiro para estudar o Rio São Francisco, o que lhe ocorreu a oportunidade de percorrê-lo durante os anos de 1852 a 1854.

Jornais locais também foram usados como fontes secundárias, como o *Correio do São Francisco* e *A Tribuna do Povo*. Além desses, contamos com o principal periódico da cidade de Petrolina, *O Pharol*, cuja circulação permeou quase todo o século XX, tendo sido o principal veículo de informação e comunicação política e religiosa da cidade, e alcançando ainda algumas cidades próximas. Sendo, por isso, uma fonte primária ao ter sido em diversas ocasiões porta voz oficial da mentagem católica e secundária, ao relatar fatos ocorridos na cidade segundo a interpretação católica.

A utilização dos periódicos para compreensão da cidade e a identificação das ações e ideias católicas presentes em suas páginas justifica-se, também, pela convicção de que “o jornal passou a ser, entre todos os meios de comunicação, o pão de cada dia da política contemporânea – sem prejuízos dos meios concorrentes da mídia áudio visual. É, de fato, o jornal que constitui a fonte mais rica e a que expõe as inflexões da época”²⁵.

Acreditamos que, seguindo as tendências observadas nos jornais brasileiros da época, *O Pharol* se aliou as estruturas de poder, transformando-se em um veículo político para Petrolina e para a região São Franciscana. Sendo assim, tornou-se a primeira representatividade de poder percebida e exercida pela Igreja Católica no processo de Reforma Católica citado. Processo este que foi mais intenso no interior brasileiro, onde o poder público encontrou dificuldades para atuar.

Os números do periódico *O Pharol* localizavam-se, na época de minha pesquisa do mestrado, no Museu do Sertão, em Petrolina, existindo apenas poucos exemplares no Arquivo Público Jordão Emerenciano, no Recife. Os exemplares arquivados no Museu do Sertão encontravam-se muito desgastados. Em acordo com a diretora do Museu na época, Nadja Batista, continuamos o trabalho iniciado por uma funcionária que organizou, separou e protegeu o periódico. Com o auxílio de

²⁵ RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 282.

Hadaméis Nunes de Sá Moura e Carolina Bernardo Wrigg, passamos a digitalizar os jornais existentes no acervo do Museu, desde o seu início até os anos de 1980, quando os exemplares já se encontravam em bom estado de conservação.

Outra triste constatação foi perceber que dos outros jornais que existiram nas primeiras décadas do século XX em Petrolina, que também contribuiriam para nossa pesquisa, alguns não foram encontrados²⁶ e outros foram posteriormente encontrados no Museu de Juazeiro²⁷, na Bahia, e no arquivo público Jordão Emerenciano²⁸ da cidade do Recife, em pequenas edições, o que limitou nossa pesquisa. Somada a esta pouca documentação, tivemos muita dificuldade no acesso a documentações associadas à Igreja, como as cartas circulares do bispo, dos colégios e do hospital, que tratamos ao longo da tese.

Na tentativa de complementar o estudo das fontes primárias, fizemos uso de relatos orais. Assim, entrevistamos ou utilizamo-nos de entrevistas com pessoas ligadas a determinados fatos que pudessem enriquecer nossa discussão, mas que foram realizadas por outros pesquisadores que abordaram uma temática próxima a de nosso estudo. Entendendo, dessa forma, que a história oral é uma fonte documental relevante por nos permitir a obtenção complementar de informações que não foram encontradas no jornal ou o mesmo não apresentou de forma conclusiva²⁹.

Como organização, a tese está dividida em três capítulos. No primeiro, buscamos entender o catolicismo em uma nova fase de atuação. Optamos por rever os conceitos de ultramontanismo e romanização, e por pontuar o conceito de Reforma, entendendo a necessidade de rever esses conceitos que, uma vez que se tenha por definidos ou delimitados, engessariam a possibilidade de novas abordagens e compreensões.

No mesmo capítulo ainda, discutiremos as mudanças ocorridas dentro da Igreja na virada do século XIX, que alteraram o modo de agir da Igreja devido ao momento em que Brasil se encontrava, em 1889, tornando-se uma República. O

²⁶ *O comércio* (1913), de João Batista de Aragão, e *O popular* (1916) são exemplos de jornais que circularam na cidade, mas não foram encontrados.

²⁷ *Correio do São Francisco* (1903 a 1908).

²⁸ *Phenix* (1897), do Colégio Santa Cecília; *O trabalho* (1913), do Coronel João de Souza Barros; *A palavra* (1918); a *Sciencia* (1919); e a *Tribuna* (1926) são jornais de Petrolina que tiveram poucos exemplares encontrados.

²⁹ PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 165.

Brasil do final do século XIX e início do Século XX também vivenciou um processo de transição, o qual buscou se encontrar enquanto país. Diante disso, julgamos ser necessário um estudo do catolicismo no Brasil República, quando este estava buscando uma nova maneira de ser e proceder, diante das transformações oriundas do momento vivido.

Entendemos esses movimentos católicos como frutos provenientes de uma Reforma. Por isso, a necessidade de situá-los no contexto brasileiro e pernambucano, junto às atuações de seus bispos e arcebispos, para alcançamos o contexto interiorano ou petrolinense. Desse modo, procuramos pontuar suas principais ações nacionais e estaduais, buscando características gerais e particulares, e identificando semelhanças e diferenças na atuação católica em Petrolina. Isso, portanto, permeou nossa escrita, e uma vez esclarecido, nos deu sustentação para uma maior compreensão de nosso estudo.

No segundo capítulo, abordamos o contexto local de desenvolvimento de Petrolina, buscando conhecer uma região que foi ocupada primeiramente pelos índios, depois passou pela ampliação do fluxo de pessoas, mercadorias e animais. Ainda funcionou como um dos caminhos do gado entre a Bahia e o Piauí, o que consequentemente resultou em um desenvolvimento econômico na região, e permitiu que a região se tornasse ponto de parada dessa travessia.

No século XVIII ocorreu em Petrolina um aumento da população através do estabelecimento de pessoas vindas de outras regiões por consequência do desenvolvimento econômico local. Durante esse processo foi possível observar o contraste entre o desenvolvimento regional e as limitações provenientes de um crescimento ainda desordenado, algo que se manteve nos séculos seguintes. Essa característica se sustentou através das missões, que objetivaram a catequização dos índios, passando por suas ações, que contribuíram com o crescimento regional; fossem elas físicas, como a construção de uma capela, ou sociais, como orientações de conduta.

Nesse sentido, as ações que, ao contribuir com o desenvolvimento estrutural e ao atender a demanda da necessidade de orientação da população, corroboraram com o desenvolvimento local, e revelaram uma igreja presente e que desde o início buscou associar-se ao desenvolvimento local. A presença do catolicismo na cidade

intensificou-se no início do século XX, no mesmo período em que a Reforma Católica também atuou de maneira mais incisiva no Brasil.

Sendo assim, esse capítulo ganha relevância ao se observar as transformações e adaptações vivenciadas pelo campo religioso, que resultaram no surgimento de novos agentes históricos, desde os primeiros anos de ocupação regional. Esses agentes iniciaram o processo de fortalecimento do campo religioso e do diálogo com o campo político, e foram representados por figuras como a do Pe. Henrique e a do bispo de Petrolina, Dom Antônio Maria Malan, em um período em que as estratégias tornaram-se mais complexas ao atingirem um número maior de pessoas e exercerem um poder maior de influência.

No terceiro e último capítulo, abordamos o que enxergamos como ponto de maturação desse processo no qual a Igreja se estruturou na cidade de Petrolina. Para isso, analisamos as ações realizadas pela Igreja desde a criação da Diocese, com a chegada do primeiro bispo – Dom Antônio de Maria Malan –; sua aproximação e afastamento de chefes políticos locais, interferindo na política; o financiamento do jornal *O Pharol*, como veículo da ‘Boa Imprensa’ e mecanismo de propagação dos ideais católicos; a ocupação do espaço físico, através de ações materiais e simbólicas, como a construção da Catedral, a construção de colégios locais, através da ordem dos Salesianos; além da construção do hospital que, posteriormente, levou o nome do bispo, em uma perceptível preocupação estrutural e de saúde, outro ponto presente na Reforma Católica. Através dessas ações, observamos as questões morais que atendiam aos anseios de uma cidade em desenvolvimento, apontando a busca pela orientação social.

Por fim, apresentamos os desdobramentos das ações da Igreja na cidade de Petrolina, percebendo o fortalecimento dessas obras nos anos subsequentes, devido à continuação do trabalho iniciado anteriormente por Dom Malan, através de Dom Idílio Soares, presbítero que o sucedeu na diocese local.

Consideramos que, ao buscar compreender a atuação católica em Petrolina, enxergando-a como parte de um projeto maior de Reforma da Igreja, é possível perceber o alcance de suas ações no interior de Pernambuco, identificando suas similaridades e pontuando suas diferenças.

Portanto, esta tese viabiliza um estudo social da religião através da análise das associações e ações da Igreja diante das transformações vivenciadas pelo país, sua relação com o Estado, com os meios de comunicação, com as elites brasileiras, tendo como foco de análise a criação do bispado em Petrolina no ano de 1924.

Com este trabalho, acreditamos contribuir com outras obras já existentes que abordam a mesma temática, em outras perspectivas. Ao estudarmos a atuação da Igreja Católica na cidade de Petrolina, buscamos enriquecer uma compreensão maior da atuação religiosa no início do século XIX, sobre uma perspectiva, que aprofunda pontos pouco observados e elucida outros até então não analisados.

2 HISTORIOGRAFIA: ULTRAMONTANISMO, ROMANIZAÇÃO E REFORMA

O termo *romanização* tornou-se clássico na análise sobre o período da atuação católica no Brasil entre os séculos XIX e XX. Devido ao extenso e excessivo uso do termo, julgamos necessária uma análise historiográfica, entendendo ser importante pontuar, dentre as múltiplas percepções sobre esse período, qual aquela que compreendemos ser a mais adequada segundo nosso estudo. Essa delimitação conceitual contribuirá para análise histórica da criação da diocese de Petrolina em 1924, abordando as ações e estratégias utilizadas pela Igreja e seu relacionamento com o Estado e a sociedade.

Embora o conceito de romanização já seja usado há muitos anos, alguns historiadores consideram seu uso equivocado. Somado a outros termos como *ultramontanismo* e *Reforma Católica*, todos abordam uma fase de transformação do catolicismo brasileiro iniciado no século XIX, que se fortaleceu no final do mesmo século com o fim do padroado em 1890. Uma de suas principais características foi a mudança em seu aspecto institucional no qual se buscou um alinhamento da Igreja Católica do Brasil na hierarquia da Santa Sé. Esse processo substituiu o catolicismo laico, festeiro, regalista e devocional por uma clericalização e sacramentalização das práticas religiosas.

Nos últimos anos foram atribuídas novas interpretações sobre este período, entendendo que o processo de mudança religiosa não ocorreu apenas internamente na Instituição, mas se relacionou com a sociedade e o Estado. Isso permitiu que novas questões fossem percebidas e observadas, como pode ser notado pelas pesquisas que dão ênfase ao interior do país, focando na relação dos bispos reformadores com a sociedade e o Estado. Nos detivemos em analisar a romanização dentro destas novas perspectivas, através de um olhar sobre a cidade interiorana de Petrolina, na figura do seu bispo Dom Malan.

Durante a Idade Média europeia, a Igreja tentou manter os fiéis coesos dentro de sua crença católica, através de um sistema de normas e simbolismos que lhes significasse proteção e desse sentido aos anseios espirituais. Essa prática encontrou resistência ora externa, através de outros grupos religiosos, como o Islamismo, ora por uma resistência interna, como o conflito ocorrido entre o ocidente e o oriente. Em ambos os casos, esses grupos optaram por seguir um sistema de

crenças e regras alternativo ao imposto pela Igreja, em uma demonstração de um processo de conflitos entre a tentativa de domínio católico e a ação de forças contrárias a esse domínio. Dentre as ações contrárias a centralidade do catolicismo está a Reforma protestante que, se atingiu seu ponto fulcral já no século XVI, ainda na Idade Média apresentava-se em desenvolvimento.³⁰

Essa constatação nos atenta para percepção de duas importantes questões: a primeira delas está no período o qual a Igreja possuía mais influência do que qualquer outro período da história, e mesmo assim encontrou resistência a sua atuação. Portanto, é certo que ao analisarmos a atuação do Catolicismo, durante o período da Idade Moderna, temos a noção de que suas ideias não foram acolhidas de forma unilateral, mas sim através de uma relação de forças conflituosas. A segunda e mais importante percepção é de que, diante do fortalecimento de forças contrárias, a Igreja buscou responder através de uma contraofensiva que não deixou de se moldar às novas circunstâncias, posição que abordaremos através desta relação entre a Igreja e as mudanças ocorridas no mundo

Com o advento da Idade Moderna, vivenciou-se um período no qual se fez oposição à *tradição*, considerada como uma época obscurecida. Ocorreu um distanciamento das concepções religiosas anteriormente valorizadas e a busca por independência frente à tentativa de controle por parte da Igreja Católica. Diante deste quadro visível de mudanças, a partir do século XIX, a Santa Sé reagiu com firmeza, declarando-se contrária a esse pensamento e ao progresso científico, e defendendo e reafirmando os valores da tradição medieval orientando humildade e submissão do cristão a Deus e consequentemente a sua representação terrena, a Igreja.

Esse período ficou conhecido como ultramontanismo³¹ e norteou a atuação da Igreja nos anos subsequentes. O ultramontanismo do século XIX buscou fortalecer a autoridade do Papa na Igreja mundial; reafirmou a escolástica; restaurou à Companhia de Jesus; e definiu aqueles que representariam uma ameaça a Igreja,

³⁰ BERGER, P.; LUCKMANN, T., **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 41-42

³¹ Termo de origem medieval, que com o passar dos anos foi associado a liderança papal. Para melhor compreensão do termo recomendamos a leitura de SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos**: romanização – ultramontanismo – reforma. **Temporalidades** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agos / Dez de 2010.

os quais destacamos o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o racionalismo, o socialismo, a liberdade de imprensa e a gerência do Estado sobre assuntos outrora destinados à Igreja, como o casamento civil.

Esse posicionamento resultou na condenação desses inimigos da Igreja durante dois pontificados importantes. Um deles foi o de Gregório XVI (1831-1846), através da encíclica *Mirari vos* de 1832, na qual ele reafirmou a autoridade papal; o celibato; o matrimônio; condenou o positivismo; o liberalismo; a liberdade de pensamento, de consciência, de imprensa; e a separação da Igreja e do Estado. Essas ideias resultaram em uma mudança de mentalidade marcada pela crença do progresso contínuo através do uso da razão e da ciência, e do afastamento das questões religiosas. Para combater isso, ele convocou a mobilização católica contra o que ele chamou de inimigos da Igreja.

O outro pontificado que destacamos é o de Pio IX (1846-1878) que publicou a encíclica, *Quanta cura* e o anexo *Syllabus Errorum*³² em 1864. Nesse período foi defendida a confiança na fé e não na ciência, e a condenação da independência do homem em relação à orientação religiosa. O pontificado ainda elencou os erros das doutrinas anticatólicas, tais como o panteísmo; o liberalismo; o racionalismo absoluto ou moderado; o cientificismo; as sociedades secretas, entre elas a maçonaria; o naturalismo o socialismo, e o comunismo³³.

Também, no século XIX, ocorreu o Concílio Vaticano I (1869-1870), no qual se procurou reafirmar a legitimidade da doutrina católica e a crença da mesma como fruto da revelação divina e da fé, condenando toda forma de pensamento contrário e sua associação com o racionalismo. Nos pronunciamentos *ex-cathedra*, declarou-se a infalibilidade papal, o que fortaleceu a autoridade do mesmo. Sendo assim, essas posições estiveram diretamente relacionadas ao processo de separação entre a igreja e o estado, ocorridos durante o século XIX, que enfraqueceu o poder eclesiástico e resultou em uma busca da Igreja por reorganizar sua atuação através da figura centralizadora do Papa.

Através desses momentos, tornou-se evidente a busca da Igreja Católica em fortalecer a figura do papado, focando-o como o centro da religião. A busca por esta

³² Disponível em <http://www.montfort.org.br/documentos/quantacura.html>, acesso em 12 de novembro de 2016.

³³ Cf. GREGÓRIO (1953); PIO IX (1959).

centralização foi sentida nos países e instituições católicas, que até então gozavam de certa autonomia, pois passaram a sofrer maiores intervenções na busca por esta uniformidade eclesiástica.

É claro que essa atitude não ocorreu de forma unilateral, conforme já pontuamos anteriormente, pois sempre existiram resistências. No entanto, diante da posição de buscar um maior alinhamento da Igreja de forma universal, de maneira geral, houve a cooperação de seus membros em corresponder a essa tendência. Essa constatação pode ser observada pelo surgimento, nesse período, de ordens religiosas que atendiam estes interesses.³⁴

A Igreja Católica usou dos próprios meios modernos para combater seus inimigos. Frutos da modernidade, pois como visto anteriormente, uma característica da modernidade foi uma maior participação da população no papel de sujeitos históricos. Nesse sentido, a Igreja buscou a mobilização dos seus fiéis, tornando-os agentes ativos no processo histórico, mas como participantes do ultramontanismo, fazendo deles um importante ponto de sustentação destes ideais.

Essa mobilização dos católicos resultou no aparecimento das associações católicas que tiveram uma ampla participação popular e contaram com a importante atuação das mulheres³⁵. Já nos finais do século XIX, se observou um fortalecimento do pensamento ultramontano, como consequência da atuação de Roma e da

³⁴ Se destacam como ordens “Os lazaristas, os jesuítas e os beneditinos, sobretudo no atendimento aos filhos da antiga aristocracia, bem como os salesianos e os irmãos maristas, cujos colégios ofereciam instrução aos jovens pertencentes à classe burguesa em afirmação. AZZI, _____. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Editora Santário, Aparecida São Paulo, 2008. p.19.

³⁵ “Para a Igreja Católica, a presença feminina era fundamental no sentido de que as mulheres poderiam educar e preparar seus filhos segundo as tradições católicas, sendo, dessa forma, as encarregadas da preservação das famílias dentro da ordem tradicional. As mulheres que faziam parte de uma associação religiosa eram vistas pela sociedade como piedosas, guerreiras da fé, conservadoras e propagadoras dos bons costumes, o que as tornava verdadeiros exemplos a serem seguidos. Entre as associações católicas destinadas ao público feminino, existentes nas paróquias do Recife, durante o período que estamos analisando, encontramos: Apostolado da Oração, Mães Cristãs, Pia União das Filhas de Maria, Coração Eucarístico, Senhoras de Caridade, Doutrina Cristã, Associação do Rosário e Associação de Nossa Senhora das Vitórias” MARQUES, Luiz Carlos Luz; AMARAL, Walter Valdevino do Amaral. **MODERNAS... MAS CONSERVADORAS: Associações católicas e o papel do laicato na Igreja Católica no Recife durante a Primeira República**. Revista de teologia e ciências da religião. V.3, n.1, Recife: Universidade Católica. dezembro de 2013. p.302.

atuação local dos membros da Igreja.³⁶ O processo de Reforma do catolicismo idealizado por Roma ocorreu de forma diferente nos países em que ela precisou ser implementada, alçando cada lugar de maneira diferente, segundo a época, o lugar e a sociedade.

Na Europa, desde o Concílio de Trento no século XVI, ocorreu uma busca por reformas na Igreja. No Brasil, até a virada do século XVIII para o século XIX, a atuação religiosa reformista foi limitada. Os primeiros reformistas foram os jesuítas, que chegaram ao Brasil em meados do século XVI e construíram um número grande de igrejas, criaram colégios que eram norteados pelas orientações da Reforma.³⁷

Destacamos essas ações reformistas, pois julgamos necessário conhecer o processo de transformação para a Igreja católica no Brasil e em Pernambuco, buscando entender suas especificidades no que condiz tanto com a periodicidade, quanto com as características.

Sabe-se que já no período colonial ocorreram tentativas de uma Reforma Tridentina no Brasil. Em 1707, a pedido do arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, ocorreu o Sínodo Diocesano da Bahia, que resultou nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – primeiro e único código canônico brasileiro no Império. Essas regras serviram de orientação a todas as dioceses brasileiras durante o Império brasileiro.

Dentro desse contexto, os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759, pelo Marquês de Pombal. A Igreja local encontrou oposição do governo português, que buscou seu fortalecimento estatal e, conseqüentemente, combateu as forças que representavam uma oposição ao projeto governamental. Sem a presença dos jesuítas, os ideais iluministas e liberais influenciaram Igreja até meados do século XIX.

Quando o ultramontanismo chegou ao Brasil, encontrou a resistência imposta no período pombalino³⁸, por isso se observou um crescimento mais lento

³⁶ Ibid., p. 6.

³⁷ LIMA, Fernando de Castro Pires de. **A Virgem e Portugal**. Porto: Edições Ouro, 1967, vol. I, p. 219.

³⁸ Período entre 1760-1808, no qual o reino de Portugal esteve sob forte influência de seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, no qual se realizou uma série de reformas na metrópole e nas colônias portuguesas. “Essas reformas exigiam um forte controle estatal e eficiente funcionamento da máquina

desse movimento, se comparado a outros lugares. Mesmo assim, seus ideais prevaleceram diante da influência liberal existente durante o período regencial. Já no final do século XIX, percebeu-se que o pensamento liberal prevaleceu no Brasil.

Sabe-se que, no início do século XIX, a Congregação das Missões foi para Minas Gerais, de onde saiu, já no final do século, o seu primeiro bispo – Dom José da Santíssima Trindade –, da diocese Mariana. Ele, como muitos clérigos, principalmente estrangeiros, formaram-se no velho mundo e contribuíram para trazer as ideias ultramontanas para o Brasil.

Foi através desse bispo que se retomou a tentativa de ajustar a Igreja brasileira ao pensamento tridentino, aproximando-se da *Quanta Cura*, *Syllabus* e do Concílio Vaticano I. Assim como essas diretrizes coordenaram as ações católicas no mundo, o mesmo ocorreu no Brasil.³⁹ Essa atuação pode ser percebida pela participação dos religiosos na vida política do país, quando grupos ultramontanos já estavam inseridos, desde a elaboração da Constituinte de 1823, bem como nos cargos eletivos.

A organização estrutural da Igreja Católica no Brasil não mudou repentinamente após a Independência⁴⁰, foi a aproximação com as diretrizes romanas que, aos poucos, interferiu na relação entre a Igreja no Brasil e o Estado brasileiro, e sua ligação através do sistema de padroado.

Na Constituição de 1824, o catolicismo foi declarado como religião oficial e as outras manifestações religiosas foram limitadas à prática privada domiciliar. O artigo número 5 diz que: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”⁴¹.

administrativa e foram empreendidas, principalmente, contra a nobreza e a Companhia de Jesus, que representavam uma ameaça ao poder absoluto do rei” (MARCIEL, 2006, p. 465-476)

³⁹ VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844- 1926)**. Aparecida: Santuário, 2007.

⁴⁰ SOUZA, Ney de. Um retrato do catolicismo no Brasil na época da independência. In: **Temas de teologia latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 2007, 147-165.

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao., acesso em 05 de outubro de 2015.

Desde a constituição de 1824, a união entre Estado e Igreja, através do sistema de Padroado Régio, tornava o catolicismo como religião oficial do Estado. Através do Padroado, o governo brasileiro sujeitava o clero católico a sua autoridade, nomeavam e remuneravam os bispos, decidiam sobre a construção de igrejas, e criavam seminários e paróquias.

No entanto, isso não significou um convívio pacífico com a Igreja durante o processo de independência. Na realidade, a separação entre Portugal e Brasil só foi reconhecida oficialmente em 23 de janeiro de 1826, através do pontífice Leão XII, que confirmou o padroado no Brasil, o que era uma exceção, pois nas outras antigas colônias latino-americanas esse sistema não prevaleceu. No entanto, este domínio só foi aceito pelo papado porque através dele existia também a influência católica no Brasil.

A sociedade também foi influenciada pela religião católica. Na maior parte das manifestações, fossem elas apenas sociais ou ligadas aos Estados, possuíam a presença das Igrejas, através de símbolos ou da presença do próprio clero.

Não se entendia a realidade sem uma explícita referência ao transcendente e à Igreja católica, esta última vista como representação visível da divindade. Desenvolve-se nos três primeiros séculos de presença portuguesa, um catolicismo barroco, festivo, triunfalista e nacionalista. A religião faz parte da vida, tanto nas suas dimensões públicas e oficiais, quanto nas domésticas e pessoais, de muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca Igreja, muita prece e pouca missa. Neste tipo de cristandade, as esferas civis e eclesásticas praticamente se identificam, e o cidadão é quase obrigatoriamente cristão. Há uma sacralização das estruturas sociais e políticas. Estaria neste ponto a raiz do processo da dessacralização do sagrado.⁴²

Esta interferência do catolicismo na sociedade brasileira não mudou com ao advento da República. Mesmo distantes oficialmente após 1889, a Igreja continuou a atuar mesmo que de maneira diferente, muitas vezes em comum acordo com o Estado, fato que pode ser constatado e foi observado na cidade de Petrolina já no século XX.

⁴² SOUSA, Antônio Lindvaldo. Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. In: BEZERRA, Cunha Cícero. (Org.) **Temas de Ciências da Religião**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 251-267.

O que mudou foi a relação direta e oficial entre o Estado e a Igreja, na qual a segunda era parte do primeiro, sendo o clero parte do funcionalismo público, o que limitou sua atuação por sofrer a constante intervenção estatal⁴³. À medida que a influência ultramontana se fortaleceu no país, parte dos bispos se distanciaram do Estado.

Um exemplo disso está na Bahia. Entre 1827 e 1860, o arcebispo da Bahia foi Dom Romualdo Antônio de Seixas. Ao longo de sua trajetória eclesiástica aderiu ao movimento ultramontano, tornando-se importante no fortalecimento da Reforma Tridentina na Região Nordeste. No entanto, o principal eixo da Reforma ocorreu em São Paulo e Minas Gerais, através de Dom Antônio Ferreira Viçoso e Dom Antônio Joaquim de Melo.

Dentre eles, Dom Antônio Ferreira Viçoso, que foi bispo de Mariana em 1844, será mais significativo em nossas observações, pois foi através dele que iniciou uma reforma, primeiramente na sua diocese. Além disso, contribuiu para fazer que a Reforma chegasse em outras regiões do país através da formação de 276 sacerdotes, como Dom Luís Antônio dos Santos, bispo de Fortaleza entre 1861 e 1881.

Durante seu episcopado, contribuiu para o fortalecimento ultramontano, propagou a autoridade da Igreja eclesiástica, e incentivou a devoção à Virgem Maria através da introdução do mês de Maria nas paróquias de sua diocese. Suas ações se propagaram entre seus sacerdotes, sendo muito significativo para Reforma no país, a ponto de ser chamado pelo papa de *o ótimo entre os bons*.

O período regencial (1831-1840), marcado por grande instabilidade devido ao elevado número de revoltas provinciais, colocaram na ordem do dia assuntos como federalismo, separatismos, e reivindicações sociais através de revoltas populares contra o abandono e os privilégios de uma minoria da população.

⁴³ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - 2). p. 13.

2.1 PRIMEIRA FASE: O SURGIMENTO DO CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX) E RETOMADA DO CONCEITO (MEADOS DO SÉCULO XX)

Analisando o processo de Reforma do catolicismo no Brasil, dividimos a historiografia da Igreja em três fases que serão abordadas, respectivamente, nos subtópicos que seguem. Em cada fase optamos por aproximar autores que escreveram numa mesma época e convergiram para uma proximidade de pensamento ao abordarem a atuação da igreja católica desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX.

A primeira delas teve como principal expoente Thomas Bruneau⁴⁴, que abordou a história da Igreja no Brasil durante a passagem de Império para República. Para ele, a Igreja Católica no Brasil está inserida em um contexto sociocultural no qual sofreu influência, mas também influenciou. Thomas Bruneau foi o principal propagador da teoria que analisou o catolicismo através da influência que essa doutrina exerceu durante diferentes períodos históricos. Para ele, assim como ocorreu uma grande influência católica no ocidente europeu, desde a Idade média até a o período em que ocorreu a necessidade de Reforma, essa influência também foi presente no Brasil durante o período colonial até o final do Segundo Reinado.

Em sua análise, essa influência se deu através de uma forte organização institucional, que buscou abranger por completo o território brasileiro, disciplinando o pensamento e as atividades humanas em todas as esferas da sociedade através de um “modelo de influência da Cristandade”.

Uma das principais estratégias usadas para atingir esse fim foi o uso da infraestrutura estatal, através da aproximação entre Igreja e Estado⁴⁵. Para o autor em questão, no período entre 1889 e 1920, ocorreu uma exclusão da Igreja nas questões nacionais, fato que seria observado na ocupação da Igreja envolvendo questões que não tinha importância para o país.

⁴⁴BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

⁴⁵ Ibid. p. 27-30.

Até a segunda metade do século XIX, o Império brasileiro ainda estava ligado à Igreja Católica pelo regime do padroado⁴⁶. Bruneau observou que o Imperador Dom Pedro II estava mais próximo da ciência e da racionalidade, o que contribuiu para uma postura do imperador de distanciamento da religião, algo que não agradava a liderança religiosa.

Nesse momento, o governo brasileiro adotou o regalismo para que a população analfabeta não ficasse a mercê da influência católica como representante da voz de Deus⁴⁷. Essa prática política considerava que a Igreja Católica era considerada um departamento do governo e o Imperador nomeava e destituía os bispos e membros de cargos importantes do clero. Todos que faziam parte da Igreja também eram funcionários públicos do governo. Portanto, para Bruneau, a chegada ao país do ultramontanismo que se fortalecia na Europa preocupava o governo brasileiro, pois ameaçava seu controle sobre a Igreja.

Quanto às preocupações do império, uma delas era com a interferência da Igreja Romana na política local. Para evitar este tipo de ação, o Imperador fez uso da Legislação do Império de 1827 a 1889, que dava a ele poderes sobre a Igreja⁴⁸. O governo imperial agiu contra a entrada e, em alguns casos, pelo fechamento de ordens religiosas, usando como justificada a vida não condizente dos religiosos com suas crenças, como a quebra da castidade.

Essa postura gerou atritos entre o clero e o governo Imperial. Conforme observou Júlio Maria sobre a Igreja no segundo Império: “não teve no catolicismo nenhum desenvolvimento, e nenhuma atividade além do que se traduz nos atos de Fé, e nas cerimônias do culto, que, aliás, já se viu quão deturpado se nos apresenta na vida das paróquias”⁴⁹.

Rubert⁵⁰ destaca que, embora poucos deem atenção, durante esse período, a Igreja romana esteve perto de uma ruptura com a Igreja nacional devido ao

⁴⁶ Padroado: direito de conferir benefícios eclesiásticos. No Brasil, o padroado era dado aos reis portugueses, que tinham o direito de exercê-lo, como dirigente da Igreja Católica.

⁴⁷ BRUNEAU, op. cit., p. 52.

⁴⁸ BRUNEAU, op. cit.p. 53.

⁴⁹ MARIA, Pe. Júlio, p. 175 apud BRUNEAU, op.cit. p. 56.

⁵⁰ Rubert. 1993, p.31

crescimento das doutrinas galicana⁵¹ e febroniana, demonstrando o distanciamento entre Roma e o Brasil. Essas visões estiveram presentes através da figura do padre Diogo Antônio Feijó, seja como deputado representando o Brasil nas Cortes portuguesas, Ministro da Justiça na Regência Trina Permanente de 1831 a 1835, ou como Regente Uno de 1835 a 1837, em um governo caracterizado pelo autoritarismo.

Durante o século XIX, o clero católico, paulatinamente, ia sendo chamado de forma pejorativa de *ultramontanos* e *jesuítas*. No entanto, a denominação ultramontana foi aceita quando perceberam que ela estava associada justamente ao alinhamento do pensamento de Roma. Os termos ultramontanismo e reformadores passaram, então, a designar a atuação eclesiástica durante o século XIX.

Além da participação política, o principal meio de atuação ocorreu através dos chamados bispos reformadores, auxiliados pelas ordens religiosas, que exerceram influência no controle institucional, doutrinário e educacional, contando com a ajuda dos fiéis, e buscando direcionar a Igreja ao catolicismo romanizado, atuando muitas vezes contra os interesses locais

No Brasil, a vinculação com Roma fora muito débil no período colonial, pela forma que a Igreja assumiu dentro do regime de padroado. Mas, a partir do século passado, especialmente por influência do novo espírito trazido pelos lazaristas, a Igreja do Brasil passa a proclamar sua adesão total ao Papa, tentando desvincular-se das poderosas malhas do padroado imperial. Esse *cunho romanista* que marca a renovação católica, representa uma opção consciente dos bispos reformadores.⁵²

As desavenças entre o Estado e Igreja se agravaram na medida em que o ultramontanismo se fortaleceu no país. Um dos episódios mais conhecidos de nossa historiografia foi o desentendimento entre a Igreja e o Estado por consequência da

⁵¹ O termo enfeixava as várias teorias de Estado desenvolvidas na França com relação à Igreja Católica, assim como com o papado. Nessas teorias derrubavam-se antigas pretensões teocráticas papistas da Idade Média, tendo sido inseridas na "Declaração do Clero Francês", de autoria do Bispo Jacques Benigne Bousset, publicada em 1682, que declarava o poder temporal dos reis independente do papado. Dessa maneira ficaram conservadas as antigas liberdades do clero francês, cujo Conselho Geral estava acima do Papa, e que a autoridade infalível da igreja residia nas decisões conjuntas entre os bispos e o Papa. (NASSIF, 2008, p.6)

⁵² AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. XXXIV, fasc. 135, 1986. (grifo do autor)

influência da maçonaria. Ocorrido na década de 1870, o fato envolveu Dom Macedo Costa, bispo do Pará, e Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda, que impediram a participação de maçons na Igreja, entrando em confronto com lideranças civis⁵³.

Em 1872, Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, impossibilitou a atuação do padre José Luiz de Almeida Martins por usar em seu discurso termos maçônicos. No mesmo ano, Dom Vital proibiu a participação de membros da Igreja na maçonaria e publicou em seu jornal – *A União* – artigos que, alinhados ao pensamento ultramontano, criticavam questões combatidas por eles, tais como a liberdade de culto e de pensamento, a separação entre Igreja e Estado, ratificando a soberania da Igreja sobre o Estado.

O conflito se desenvolveu através de publicações de protestantes em jornais maçons, da publicação de um interdito de Dom Vital sob capelas que não expulsaram católicos frequentadores da maçonaria, e acusações que visavam denegrir a imagem do bispo de Olinda. Em meio a esse conflito, o governo imperial se posicionou favorável à maçonaria, e determinou que Dom Vital cancelasse o interdito. O bispo alegou que cumpriu as ordens da Santa Sé, ignorando o beneplácito existente no Brasil.

Dom Vidal teve formação ultramontana, por isso sua ação antimaçônica, que seguia a orientação de proibição da entrada de católicos na maçonaria. Dom Macedo Costa, o bispo do Pará também. E aqui cabe ressaltar que o posicionamento de ambos, teve apoio da grande maioria dos bispos brasileiros.

Essa tomada de decisão dos bispos contra os maçons dizia respeito apenas ao local de atuação de cada um. No entanto, suas ações tomaram proporções maiores com a participação da imprensa e com o apoio da população durante o processo. O Estado tentou demonstrar sua força, intervindo na questão religiosa, e se posicionando a favor da maçonaria, o que provocou uma reação da Igreja.

Por se recusarem a aceitar a posição do governo brasileiro, os bispos em questão foram presos. O papa Pio IX, a maioria do clero e dos fiéis apoiaram os bispos. Mesmo sendo perdoados e libertos posteriormente, a relação entre Igreja e Estado continuou ruim a ponto de culminar com a ruptura oficial entre eles.

⁵³ BARROS, 2004, 392-423

Essa questão foi apenas um dos fatores que demonstrou o estremecimento da relação entre a Igreja e o Estado, e o sistema de padroado; e contribuiu para o período imperial perder forças no Brasil, conduzindo o país para o surgimento da República. Esse acontecimento estava inserido em um processo no qual o catolicismo vinha buscando sua autonomia⁵⁴ e estava inserido dentro de um contexto maior no qual outros países também vivenciaram.

Após a proclamação da República em 1889 e, de forma oficial, a ruptura entre o Estado e a Igreja, foi lugar comum na historiografia brasileira abordar essa separação como de fato efetiva, ocorrendo um distanciamento e enfraquecimento da Igreja nas questões políticas até fins de 1920, quando a Igreja teria tentando uma reaproximação.⁵⁵

Para Thomas Bruneau, a separação entre o Estado e a Igreja pôs fim a *Cristandade*⁵⁶. Para o autor, a influência da Igreja sobre o Estado cessou dando lugar aos outros tipos de relações. A Igreja buscou manter uma relação com o Estado em troca da influência religiosa exercida sobre o povo⁵⁷. Bruneau nomeou esta nova relação de *Neocristandade* que foi importante em um período que manifestações de caráter religioso ocuparam o cenário republicano brasileiro.

Outros dois autores da primeira fase foram Sérgio Lobo e José Maria Gouvêa de Almeida, ambos realizaram um estudo da Igreja Católica no início do período republicano, no qual ela enfrentou movimentos messiânicos populares como o de Juazeiro, no Ceará; em Canudos; na Bahia, entre outros. Para os autores, movimentos como o de Juazeiro proveram uma divisão interna da Igreja por mesclar aspectos políticos e religiosos. Tanto o clero quanto os fiéis que acreditavam no *milagre de Juazeiro* viam a República de forma negativa.⁵⁸

Em Petrolina, também, foi perceptível essa relação entre bispos reformadores e o catolicismo popular que a Igreja via com desconfiança, pois

⁵⁴ MICELI, 1988.

⁵⁵ AZZI, op.cit.. p. 25.

⁵⁶ BRUNEAU, op. cit., p. 27.

⁵⁷ Ibid., p. 70-71.

⁵⁸ MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2, p.324.

atuava à margem do catolicismo oficial, seguindo a líderes que possuíam mais autoridade do que a própria Igreja em si.

A Igreja Católica conhecia a força religiosa existente nos movimentos religiosos populares, tanto que já na segunda metade do século XIX aprovou e reconheceu essa manifestação do catolicismo. Também procurou se aproximar dela para não perder sua influência política. Atitudes como essa ocorreram em Petrolina através da atuação de alguns padres, como o Pe. Henrique, ponto que melhor desenvolveremos no próximo capítulo.

Moura e Almeida⁵⁹ abordam as ações realizadas pela Igreja romana que buscaram restaurar o poder dos bispos diante dos fiéis: um processo feito de forma mais incisiva após a Constituição da República. Essa restauração começou pelo reforço do cumprimento correto da liturgia oficial da Igreja, e pela recusa às transformações sociais e científicas modernas que iam de encontro às crenças do catolicismo. Apesar da população menos favorecida não seguir os hábitos de um catolicismo oficial, havia o respeito pela Igreja e seus líderes, o que contribuiu para o processo de Reforma religiosa.

Em busca de uma nova relação com o Estado, e a manutenção da harmonia existente entre as duas instituições, a Santa Sé favoreceu o governo episcopal do Brasil ao elevá-lo à condição nunciatura e nomeando um núncio, permitindo sua representação no Rio de Janeiro capital em 1901. Posteriormente, em 1905, criou o cardinalato, nomeando o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde.

Já o termo específico para romanização apareceu pela primeira vez com Johann Joseph Ignaz Von Döllinger (1799-1890). Sacerdote e historiador alemão, usando o pseudônimo Janus, publicou na segunda metade do século XIX, artigos em jornais alemães criticando a linha da atuação do papado de Pio IX, e se posicionou contrário ao dogma da infalibilidade papal e o processo de centralização da Cúria Romana, que ele chamou de “romanização da Igreja alemã” e defendeu o fortalecimento de uma igreja nacional.

⁵⁹Ibid., p. 328.

Mesmo sendo desaprovado, manteve sua postura, o que resultou na publicação de um livro em 1869. Como desdobramento das decisões tomadas pelo Vaticano I, foi excomungado em 1871. No entanto, sua atuação foi tão significativa que a nomenclatura *romanização* também passou a ser utilizada.

No Brasil, Rui Barbosa publicou a obra sob o título de *O Papa e o Concílio*, em 1877, contendo, além do texto, uma introdução agressiva corroborando com o autor. Assim, a utilizou para legitimar a interferência do Imperador nas questões da Igreja do Império do Brasil, e atacou a “repugnante ortodoxia romanista” que vinha atuando no Brasil vendo-a como desdobramento “da doença universal” ultramontana.

A crença tradicional no Catolicismo, crença até por declarações pontifícias justificada mais de uma vez, de que o Papa é capaz de resvalar à heresia e de que a soberania eclesiástica que está nos concílios perpetuou-se na mais ilustre das igrejas nacionais, a Igreja Galicana. Não houve talvez, antes da sua recente *romanização*, um sínodo importante que ali não afirmasse a subalternidade dos papas à autoridade do Concílio Geral. (...) O episcopado abdicou, é certo, afinal, à consciência e ao dever aos pés do ídolo ultramontano. (...) A primeira consequência dessa nova fase, aparentemente religiosa, é a absorção da Igreja pelo papado.⁶⁰

No entanto, o texto não surtiu o efeito esperado, e produziu pouco resultado prático, servindo mais como registro do uso do termo. Anos depois, Rui Barbosa, que frequentou a maçonaria quando jovem, afirmou que tradução do livro e o prefácio foi um pedido do maçom baiano Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), que lhe prometera pagar 50 contos de réis, algo que não aconteceu. O autor do livro ainda se retratou com a Igreja pelo escrito. O termo, portanto, está inserido num contexto que envolveu intenções de *liberais* de criticar o desejo ultramontano de *romanizar* a Igreja.

Somente na segunda metade do Século XX, o termo voltou a ser usado em *Religion and the Church in Brazil* (1951), pelo sociólogo Roger Bastide. Nele o sociólogo associa o termo *romanização* há uma reorganização da administração, através de uma disciplina definida por uma doutrina, com objetivo de alcance

⁶⁰ BARBOSA (1877, p. 11-12, 46,73,76, 91-167, grifo do autor)

universal, cujo ponto central seria a centralização da Igreja em torno da figura do Papa, excluindo a atuação de fatores externos, tais como a interferência do Estado. Para Bastide, as medidas da Reforma buscavam o fortalecimento da identidade do catolicismo, através de uma obediência a uma doutrina e de uma conduta moral comum a todos.

Além de Bastide, o Historiador Ralph Della Cava no livro *Milagre do Juazeiro* (1976), demonstra como a Igreja trabalhou para direcionar o catolicismo local a seguir as diretrizes da Igreja Romana:

Para Bastide, o conceito de “romanização” (embora use a expressão “igreja romanizada”) consiste em: 1) a afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo folk; 2) o levante reformista, em meados do século XIX, por parte dos bispos, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus) principalmente ordens e das congregações missionárias, para realizar “a transição do catolicismo tradicional e colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”; 4) a busca destes objetivos, independentemente ou mesmo contra os interesses políticos locais. A essas dimensões do processo de “romanização”, importa acrescentar um quinto item: 5) a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma.⁶¹

Entre estes aspectos, destacamos dois importantes pontos da atuação católica. O primeiro deles visava o combate ao envolvimento dos fiéis com a política partidária, a aproximação com chefes locais, e a ligação com atividades comerciais. O segundo ponto observado por Della Cava foi a busca por enfraquecer o catolicismo nacional e popular através do incentivo de uma europeização da cultura religiosa sob orientação romana, o que para ele foi um dos sustentáculos da romanização.

⁶¹ DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 43.

Em seus estudos, problematizando a romanização, o autor observou que a Igreja ambicionava se afirmar com autoridade através da imagem de uma igreja forte institucionalmente, hierarquicamente e ideologicamente, alcançando o catolicismo popular, e visando uma integração com o catolicismo na Igreja do Brasil, em uma estrutura centralizada e orientada por Roma.

Esses estudos foram um contraponto da historiografia produzida pelo clero católico que atendia a interesses católicos. Nesses estudos percebeu-se uma Igreja na perspectiva de Instituição e como ela se relacionava com o Estado, e a sua busca por uma identidade nacional. No entanto entendemos que estes primeiros autores em determinados momentos idealizaram em seus estudos os atores católicos o que limitou uma visão mais profunda sobre os mesmos.

2.2 SEGUNDA FASE: DIFUSÃO DO CONCEITO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1970)

Os trabalhos da Comissão de Estudiosos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), dos membros do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), e as publicações da Revista Eclesiástica Brasileira (REB); através de autores como Riolando Azzi, José Oscar Beozzo, Eduardo Hoornaert, Oscar Figueiredo Lustosa e Pedro Ribeiro de Oliveira; fizeram uma análise da romanização e direcionaram o estudo sobre a Igreja na sua relação com o povo.

Nesse período, foram produzidas importantes obras sobre a religião no Brasil. Dois exemplos desses trabalhos foram a participação de José Oscar Beozzo⁶² e Cândido Procópio Ferreira de Camargo⁶³, na coleção *História geral da civilização brasileira* e no quarto volume da coleção *História da Vida Privada no*

⁶² BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 273-341, vol .4;

⁶³ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 273-341, vol .4. p. 345-380.

Brasil; e os escritos da socióloga Maria Lúcia Montes⁶⁴ no mesmo livro. Foi a partir da leitura das obras desses autores que se difundiu o conceito de *romanização*.

O eclesiástico belga José Comblin foi um dos primeiros a difundir o termo “romanização”, em uma publicação de 1966, intitulada *Situação histórica do catolicismo no Brasil*⁶⁵. Para Comblin, do momento da independência do Brasil, em 1822, até o século XX ocorreu uma europeização cultural e religiosa da elite brasileira e da Igreja Católica.

Assim como outros autores supracitados, o autor ponderou que esse processo foi mais eficiente nos grandes centros urbanos, resistindo, nos menores centros, ao “catolicismo tradicional”.⁶⁶ Aos poucos a nomenclatura se tornou sinônimo de Reforma Católica ou ultramontanismo no Brasil.

A relação da romanização com o Estado passou a ser estudada pelo CEHILA e pelo CEPEHIB como uma ação do catolicismo favorável ao sistema capitalista. Contribuindo, assim, com a modernização da sociedade e o domínio das elites brasileiras. Com isso, os romanistas atacaram o catolicismo popular visto pelos estudiosos como a verdadeira religião brasileira em sua essência.

Riolando Azzi publicou, em 1974, na *Revista Eclesiástica Brasileira*, o artigo *O movimento brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX*⁶⁷. Nele, o autor explica que os bispos ultramontanos desejavam desempenhar uma reforma “romanista”. Azzi também elucidou que no catolicismo europeu moderno haviam dois grupos: os católicos regalista, galicanos ou jansenistas, que acreditavam em uma Igreja associada ao governo e ao poder político do país no qual estivessem presentes; e os católicos romanos ou ultramontanos, que defendiam associação exclusiva ao papado romano, fazendo jus a uma Igreja de cunho universal, além de centralizar a figura do Papa no porta-voz de uma mensagem mundial. Essa última perspectiva distanciava-se de uma Igreja ligada a uma nação, para se ligar a Santa Sé.

⁶⁴ MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 63-171, vol. 4.

⁶⁵ COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. XXVI, fasc.3.

⁶⁶ Ibid. p. 595.

⁶⁷ AZZI, op.cit.

No período colonial brasileiro, o alinhamento com a Santa Sé foi precário devido ao regime do padroado adotado pela Igreja. O movimento ultramontano alcançou o Brasil a partir do Segundo Império, influenciados novamente pelos lazaristas, e tendo participado inclusive no Golpe da Maioridade em 1840.

Isso ocorreu, pois, as ações da Igreja no Brasil já estavam em sintonia com o Vaticano, tanto se declarando publicamente quanto se manifestando, e as lideranças buscaram a substituição do padroado pela submissão ao papado. Uma das provas desse posicionamento da Igreja marca do período imperial e é destacada por Azzi como a “Questão Religiosa”.⁶⁸

Esse engajamento contou com a simpatia de diversas ordens católicas compostas de membros do clero ou mesmo fiéis. Um dos exemplos de conclamação da romanização foi a declaração: não basta ser católico, é preciso ser “católico romano”.⁶⁹

O objetivo dessa romanização era fortalecer a fé católica para combater o avanço das ideias modernas. Dentre os pensamentos modernos combatidos pelo conservadorismo ultramontano, politicamente, estava o liberalismo, que influenciava o Estado Moderno. Por esta razão, os grupos católicos o entendiam como uma ideia maligna⁷⁰. À medida que a romanização se fortaleceu, a liderança da Igreja foi cada vez mais rígida quanto a aceitação do liberalismo.

Apesar de Azzi pontuar que o processo de romanização já tenha se iniciado no final do Império brasileiro, ele defende que foi no período republicano que ele maturou. Foi na primeira República que o episcopado assumiu de fato a administração exclusiva da Igreja, buscando o controle sobre as práticas populares católicas⁷¹.

A liderança eclesiástica local ordenou o combate, de forma incisiva, das práticas populares, por enxergar nelas um fanatismo perigoso para o equilíbrio da Igreja. Riolando Azzi ressaltou que, à medida que o catolicismo popular cresceu, a

⁶⁸ AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono, um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 114.

⁶⁹ Ibid., p. 115.

⁷⁰ Ibid., p. 123.

⁷¹ AZZI, Riolando. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. In: **Religião e Sociedade**, São Paulo, n. 1, 1977, pp. 126.

liderança eclesiástica atuou para influenciar as manifestações católicas populares a fim de que elas atendessem ao ideal romano⁷².

O autor também chamou a romanização de Reforma, por isso se referiu aos bispos que atuaram no processo como reformadores. Para ele, a atuação católica no Brasil, desde o primeiro bispado, em 1551 até 1939, data do primeiro e único concílio plenário, e teve como objetivo implantar um catolicismo segundo os preceitos da Reforma Tridentina

Para Azzi, essa Reforma caracterizava-se pela organização através da vida sacramental; da hierarquia; da mobilização de seus membros, sejam eles pertencentes ao clero ou leigos; do distanciamento do catolicismo dito tradicional, marcado pela valorização ao devocional e pelo regalismo; e pela grande participação do Estado nas questões religiosas. Já na segunda metade do século XIX as principais figuras do catolicismo brasileiro continuaram sua formação religiosa em Roma.⁷³

Embora tenha abordado o catolicismo popular, Azzi⁷⁴ destaca o bispado brasileiro como o ponto central da romanização, responsável pela Reforma Católica. A missão desse estado eclesiástico foi de uniformizar as práticas católicas segundo as orientações do Vaticano.

Nesse sentido, suas ações dispunha-se a: 1- dedicar-se aos temas intrinsecamente ligados à Igreja, dispensando encargos de ordem pública; 2 - promover a vinda de novas ordens e congregações religiosas da Europa para o Brasil, a fim de que pudessem apoiar o processo reformista; 3 - estabelecer que os seminários fossem “fechados” com severa rigidez, a fim de formar sacerdotes clericais com intensa atividade espiritual, impedidos-os do convívio político e familiar, para serem apenas devotados ao aspecto religioso. Foi através desses preceitos que o bispado construiu seu modelo católico universal.

Diante dessa situação, uma das primeiras medidas do governo provisório da República foi a separação da Igreja e do Estado. Embora reconhecesse o governo

⁷² AZZI, Rioldo. Elementos para a História do Catolicismo Popular. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 36, fasc. 141, Março de 1976, p. 127.

⁷³ AZZI, Rioldo. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **REB**, vol. XXXIV, fasc. 135, 649.

⁷⁴ Ibid, p. 132-133.

republicano, essa separação gerou insatisfação do bispado brasileiro, que apresentou seu descontentamento através de manifestações e publicações contra as práticas republicanas que iam de encontro com conceitos católicos. Em uma carta pastoral enviada aos fiéis, a Igreja escreveu que “estado leigo equivalia a um Estado ímpio e ateu”⁷⁵. Segundo Azzi, textos semelhantes a esse foram corriqueiros nas cartas pastorais.

Em seu artigo *Irmandades, Santuários, Capelinhas de beira de estrada*, publicado em 1977, José Oscar Beozzo afirma ter se tornado comum chamar de romanização o processo de Reforma que a Igreja vivenciou e foi submetida no Brasil entre 1880 e 1920, tendo como nome principal e pioneiro Dom Viçoso de Mariana, que contou com atuação dos bispos reformadores.

Beozzo aprofundou o conceito de romanização ao destacar a disputa interna que ocorreu dentro do catolicismo entre os membros favoráveis à Reforma e os contrários. Para ele, entender este curto período, de 1880 a 1920, é fundamental para a compreensão da história da Igreja no Brasil, pois esse período foi responsável por profundas transformações em que a Igreja rescindiu com o catolicismo híbrido – por sua influência por práticas culturais e religiosas africanas, e indígenas –, em busca de um catolicismo homogêneo e conservador. O primeiro catolicismo passou a ser considerado impuro e crendeiho e, portanto, deveria ser erradicado e substituído pelo catolicismo verdadeiro⁷⁶.

Oscar Beozzo, autor que também trata dessa fase, abordou as missões populares que antecederam a romanização. Essas missões buscaram aproveitar a forte religiosidade do povo, através de um discurso em que se pregou o amor de Deus, a imortalidade da alma, a necessidade da salvação e conversão, a existência do inferno, o juízo final, a condenação das vinganças, da luxúria, etc

Era perceptível um discurso de advertência, por meio do anúncio do juízo e do inferno, com o qual foi possível regular as práticas condenadas pela Igreja, tendo

⁷⁵ AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e Projeto Ultramontano**. Coleção História do Pensamento Católico no Brasil- v. IV, Paulus, 1994. pp. 19-20.

⁷⁶ BEOZZO, José Oscar. *Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada*. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. XXXVII, 1977. p. 743.

por intuito a mudança de hábitos que melhorasse a vida do povo e eliminasse as crenças populares e o conduzisse à liturgia católica⁷⁷.

José Oscar Beozzo considera que o período da romanização ocorreu entre 1880 a 1920, sendo iniciado pelos bispos reformadores, como resultado de um projeto que objetivou aproximar a América Latina dos princípios da Igreja Romana. Em parte, a sua realização aconteceu com o propósito de melhorar a formação de seus membros em prol do combate ao catolicismo tradicional. Para Beozzo, esse período representou um intenso conflito entre o modelo católico existente e aquele que se desejava implementar.

Podemos dizer que neste período rompe-se o equilíbrio entre o brasileiro do catolicismo pela sua convivência com a senzala e o índio, pelo cruzamento de tradições reinóis e da terra, catolicismo mestiço e barroco, convivendo com reizados e congadas, com Irmandades de Nossa Senhora dos Pretos e São Benedito e a sua “europeização” embutida na luta por um catolicismo mais “puro”, mais “branco”, mais ortodoxo, mais próximo de Roma. Dizemos que o equilíbrio se rompeu, pois um dos dois catolicismos passa a ser considerado ilegítimo e supersticioso, um mal a ser extirpado enquanto o outro se impõe como o único legítimo e reconhecido pela hierarquia da Igreja.⁷⁸

Beozzo também observou que a principal preocupação do bispado reformador era o controle das práticas religiosas dos fiéis, porque estas estavam carregadas de um catolicismo popular: “às procissões, as festas religiosas, mês de Maria, Santas Missões, nas novenas, culto ao coração de Jesus”⁷⁹.

Para o autor, a reforma resultou em um embate entre um catolicismo romano, legítimo, menos heterodoxo; e as influências de outras religiões. Para isso, a Igreja usou de meios que disciplinaram aqueles que praticavam um catolicismo desvirtuado, distanciando e sufocando essas influências.

Outro autor dessa segunda fase da historiografia foi Eduardo Hoornaert. Embora seu trabalho no CEHILA seja sobre a Igreja na América latina, iremos

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ BEOZZO, op.cit., p. 743.

⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. (Org.). **História da Igreja no Brasil** – Segunda Época. Petrópolis: Vozes, 1992. 3. ed., Tomo II/2. p. 219.

tratar da parte de seus estudos em que ele aborda a Igreja no Brasil. A visão de Hoornaert se aproxima de Riolando Azzi, quando em seus escritos ele cita a relação entre a cultura enraizada no Brasil e o movimento de evangelização Católico romano. Para Hoornaert, o processo de romanização teve um caráter rigoroso com viés tradicional. O ultramontanismo ou romanização foi definido por ele como um processo de “europeização” da instituição eclesiástica⁸⁰.

Nesse sentido, esse processo iniciou-se com uma reformulação nos seminários no qual se buscou formar párocos sob a orientação das diretrizes romanas e, posteriormente, se criaram dioceses com a mesma postura. Outra ação foi realizada por meio das festas religiosas e procissões, a fim de levantarem recursos financeiros para a administração e manutenção interna das congregações, santuários de devoção, além de auxiliar na formação dos seminaristas.⁸¹

Oscar Figueiredo Lustosa, ao analisar a história da Igreja Católica no Brasil, focou principalmente na relação entre a Igreja e o Estado, após a ruptura do Regime Monárquico, observando como a Instituição religiosa buscou firmar sua influência na sociedade. Com isso, visava manter sua força de alcance social e utilizar essa força como afirmação política.

Assim como Beozzo, Lustosa também citou a insatisfação do episcopado brasileiro com a laicidade do Estado presente nas cartas pastorais e nas cartas circulares. Além disso, o episcopado incentivou os fiéis a atuarem na política, visando a manutenção da presença católica no Estado⁸².

Lustosa, em seus estudos, demonstrou que grupos de católicos procuraram a inclusão na política:

[...] alguns católicos sentiram a necessidade de uma tomada de consciência da verdadeira situação da Igreja no Brasil, de sua quase nula influência e de nenhuma participação nos problemas políticos e sociais da nação. [...] constatavam a marginalização política e social da Igreja, cultivada no antiliberalismo rígido e no fechamento sobre si

⁸⁰ HOORNAERT, Eduardo (org.) **História da Igreja no Brasil** – Segunda Época, Petrópolis: Vozes, 1992. 3.

⁸¹ BEOZZO, op. cit., p. 209.

⁸² LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 22.

mesma desde o segundo reinado e fazendo da inoperância social dos católicos uma espécie de mal crônico⁸³

Esses grupos políticos conseguiram se distribuir pelo território brasileiro e não buscavam necessariamente o confronto com os outros políticos brasileiros.

Segundo o autor, o objetivo era ocupar a política brasileira e adquirir experiência que contribuísse com a representatividade católica para, então, poder se posicionar e tomar decisões favoráveis ao catolicismo no regime republicano⁸⁴. Essa tentativa de manter a participação eclesial na política foi efetiva, pois mesmo diante do desagrado católico em um Estado laico, tornou-se comum líderes políticos e religiosos compactuarem de uma mesma posição diante de um assunto de interesse público. Como foi o caso de Canudos, no qual ambas as partes se auxiliaram para resolução do problema em questão⁸⁵. Outra percepção de Lustosa, foi que a propagação de periódicos católicos estava ligada à participação da Igreja na política, pois

[...] a imprensa, sobretudo os periódicos, foi o canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para informar e formar.⁸⁶

Além da ação política, outra estratégia percebida pelo episcopado brasileiro era as ações que alcançassem a sociedade. Um dos mecanismos encontrados foi a educação. Através de fundação de colégios de cunho religioso católico, a Igreja pôde formar “futuros grupos dirigentes do país nos esquemas próprios do catolicismo conservador, dominante na época.⁸⁷

Em 1979, Pedro Ribeiro de Oliveira defendeu a tese *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Nela, o autor buscou explicar a romanização a partir de transformações econômicas,

⁸³ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. História e problemas, 1500-1968. São Paulo: Ed. Giro, 1977. p. 55.

⁸⁴ Ibid. p. 26.

⁸⁵ Ibid. p. 27

⁸⁶ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola, 1983. p.8.

⁸⁷ op. cit., p. 27.

políticas e sociais⁸⁸. Em sua teoria, ele apontou para o trabalho dos bispos reformadores brasileiros para fortalecer a relação da Igreja no Brasil com o Vaticano, trazendo congregações europeias para o país, para adequar o catolicismo brasileiro com o catolicismo europeu.

Para isso, foi necessária uma perseguição ao catolicismo popular. Assim, Ribeiro de Oliveira apontou a romanização como um movimento que tentou eliminar o catolicismo mestiço⁸⁹

Combater as superstições e o fanatismo, catequizar, exercer o controle financeiro sobre as esmolas trazidas pelos romeiros destinando-as a obras prioritárias como seminários, e moralizar as romarias. É dos santuários que parte a influência romanizadora sobre as massas rurais⁹⁰

Seus estudos ainda apontaram que a romanização retirou a atuação do catolicismo leigo, adaptando a Igreja, que continuou atuando como agente de interesses econômicos e políticos, e contribuindo com as elites para unificação e estruturação do país.

Para o autor, as ações do catolicismo brasileiro eram para se manter influente, mesmo após a separação do Estado. Pois, a Igreja obteve sucesso e se manteve forte e influente na sociedade. No entanto, Oliveira⁹¹ faz uma ressalva: “o processo de romanização foi forte bastante para combater o catolicismo popular, mas não o suficiente para implantar a forma romana na grande massa dos católicos”.

Para que isto fosse possível, a atuação dos bispos reformadores foi fundamental. Eles comandaram a reforma dos seminários, e introduziram novas devoções de origem europeia, a fortaleceram a espiritualidade sacramental.

Com o advento do republicanismo brasileiro, muitas congregações religiosas vieram da Europa para o Brasil com a finalidade de contribuir com os bispos no processo de romanização. Sob o viés dos bispos reformadores, essas

⁸⁸ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Vozes, Petrópolis 1985.

⁸⁹ op. cit., p. 326-327.

⁹⁰ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 289.

⁹¹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religiões Populares. In.: Jose Oscar Beozzo (org.), **Curso de Verão II**, São Paulo: Paulinas, 1988, p. 121

congregações receberam autoridade para conduzir financeiramente as igrejas, administrando o dinheiro que entrava e o direcionando para obras que interessavam a romanização.

Essas obras, como os seminários, também tinham por missão inserir na sociedade os sacramentos europeus em substituição às práticas do catolicismo popular presentes nas romarias, catequizando a população e combatendo o fanatismo religioso.⁹²

Segundo Oliveira, apesar da separação entre a Igreja e o Estado ter ocorrido em 1889, durante a República, a partir da década de 1920, a instituição religiosa se tornou protetora da ordem social, sendo reconhecido pelo governo republicano, pois este “[...] apoia suas obras beneficentes, escolas e hospitais, acata suas diretrizes sobre a legislação referente à família e aos bons costumes, e introduz o crucifixo nas repartições públicas”⁹³. Essa boa relação existiu até a década de 1960.

Como um dos impasses percebidos no processo de romanização foi o alcance do interior do país. A dimensão continental do país, contrastante com o número de párocos, limitou o processo da reforma religiosa. A dificuldade de atuação dos padres acabou permitindo a aproximação da população rural com figuras religiosas que praticavam um catolicismo carregado de crendices⁹⁴. Não havia padres suficientes para atender a demanda, por isso os episcopos orientaram os fiéis para que estes conduzissem a obra para além das fronteiras alcançadas pela Igreja.

No final da década de 1980, Sérgio Miceli escreveu *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*⁹⁵, em que relata sobre a ruptura entre o Estado e a Igreja, a necessidade desta se reestruturar enquanto instituição. Para Miceli, devido a passagem do Brasil para República, o catolicismo adotou uma estratégia de adaptação da Igreja, buscando uma política de conciliação.

⁹² Ibid., p. 286.

⁹³ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos. In.: Pierre Sanchis (org.), **Catolicismo: modernidade e tradição**. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p.42.

⁹⁴ Ibid., pp.287-288.

⁹⁵ MICELI, 1988 p. 21.

Apesar de, oficialmente, ter ocorrido a separação entre os poderes políticos e religiosos, a separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais. Essa aliança ocorreu de duas formas diferentes, a depender do desenvolvimento local.

A primeira ocorreria em Estados menos desenvolvidos, onde a expansão católica ocorreu por meio de “alianças explícitas com algumas das facções oligárquicas dominantes”⁹⁶. Ou, ainda, ocorriam por meio de trocas de favores entre políticos locais, que favoreciam ou mesmo financiavam a expansão patrimonial da Igreja, fazendo-se presentes nos eventos católicos, e demonstrando apoio à religiosidade, enquanto os líderes religiosos apoiavam publicamente os chefes locais.

A segunda aliança ocorreu em Estados mais desenvolvidos, cujo desenvolvimento econômico permitiu que a Igreja buscasse reafirmar sua influência através da construção de novas instituições, como escolas católicas, permitindo um patrimônio material e financeiro para a Igreja, e uma expansão geográfica.

As medidas adotadas para isso priorizavam uma política expansionista, com o objetivo de reconquistar os espaços ameaçados após a separação republicana, além de formar uma elite eclesiástica. Com isso, a Igreja construía um patrimônio, ao mesmo tempo em que combatia outros movimentos religiosos. Assim, a Igreja construiu novas igrejas, fundou seminários e escolas pelo território nacional, tanto em regiões desenvolvidas quanto em regiões menos desenvolvidas.

No seu estudo, Miceli afirmou que “a organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada”. Ele argumentou que o processo de expansão estava inserido dentro do planejamento republicano de organização estatal. E até 1890 existiam doze dioceses atuantes em nove capitais e dez províncias. De 1890 até 1930, onze capitais passaram a ter dioceses⁹⁷.

Outro fato que contribuiu para essa expansão foi a necessidade de se reorganizar espacialmente, por meio de uma lógica da “segurança para combater movimentos messiânicos como o Canudos”. Movimentos como esses eram

⁹⁶ MICELI, op. cit.

⁹⁷ Ibid., p. 59-60.

considerados contrários ao pensamento católico, por isso a Igreja estimulava o apoio público ao governo republicano.

Neste segundo momento, tais autores enfatizaram a relação conflituosa entre o Estado e a Igreja na tentativa de implementação do processo de romanização no Brasil.

2.3 TERCEIRA FASE: UMA REVISÃO DO CONCEITO DE ROMANIZAÇÃO (A PARTIR DO SÉCULO XXI)

Estudos mais recentes, que poderíamos apontar como uma nova fase da historiografia da Igreja no Brasil, contrapõe-se aos historiadores anteriores. *Da história da Igreja à história das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica*, artigo de Antônio Lindvaldo Sousa⁹⁸, compreende a romanização como um desdobramento do ultramontanismo.

Para ele, o primeiro elemento aponta uma proposta católica que visou a expansão da religião na sua perspectiva europeia para os demais países católicos, tentando retomar os valores tridentinos, perdidos e enfraquecidos pelo tempo e pelo contato com outras culturas.

Lindvaldo aponta que os autores anteriores discutem uma romanização como um processo de sentido único, no qual uma metodologia foi imposta, impedindo o diálogo com o catolicismo praticado nos demais países. Em seu estudo, o autor apresenta outros fatos que demonstram um contato entre essas a romanização e o ultramontanismo.

A partir da compreensão de Lindvaldo⁹⁹, percebemos que a nomenclatura “romanização” esteve associada aos pensadores da segunda fase historiográfica e sua visão acerca de como se deu o processo de transformação da religião católica. No entanto, o autor cita que alguns autores que usaram outros termos para compreender o mesmo período historiográfico obtendo também outras interpretações.

⁹⁸ SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica**. BEZZERA, Cícero Cunha – et al. *Temas de Ciências da Religião*. São Cristóvão: UFS, 2007, p. 251-267.

⁹⁹ Ibidem.

Augustín Werner, por exemplo, buscou entender a história da Igreja no Brasil a partir da história sucessiva de “auto compreensões”. Já Antônio Lindvaldo Sousa foi um historiador que procurou perceber na implantação da romanização os conflitos e as contradições entre os clérigos e outros sujeitos históricos presentes na sociedade, dando espaço a outros trabalhos¹⁰⁰.

Outro autor, Maurílio César de Lima¹⁰¹, defende a posição que a romanização é “uma expressão não propriamente feliz, a substituir-se, talvez, por auto-conscientização” Para ele, nada mais é que um “sutil movimento verificado na Igreja do Brasil, liderado por figuras destacadas do clero, que se afastavam das normas e mentalidade da Igreja lusitana (ainda mantidas) e assumia uma postura mais aproximativa de Roma”.

César de Lima viu o chamado processo de romanização como uma fase da Reforma Católica e, por isso, considerou o termo com inadequado para a designação do período. Existem vários trabalhos que contestam a visão de que o processo de Reforma ocorreu de maneira imposta e apresentam documentos que corroboram com suas crenças¹⁰².

Sobre a atuação dos reformadores, o autor acrescentou que não se iniciou no Brasil apenas devido a missão ultramontana Católica de alinhamento com Roma, mas também internamente por questões que contribuíram para que ela fosse aplicada, como a relação da manutenção da forte relação da Igreja com Estado, através da participação dos religiosos na política.

¹⁰⁰ É preciso complicar o simples. Urge problematizar os grandes modelos, como fez a historiadora Mabel Salgado Pereira, na análise da romanização e da reforma ultramontana em Juiz de Fora, pretensa região de abrangência da ação romanizadora de D. Viçoso, célebre bispo reformador do século XIX, demonstrando que só a partir de 1890 é que se estabelece, com limites, o catolicismo romanizado na cidade.

¹⁰¹ LIMA, Maurílio César de. **Breve História da Igreja no Brasil**, In.: BEZERRA, Cunha Cícero. (Org.) **Temas de Ciências da Religião**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008; e SOUSA, Antônio Lindvaldo. Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. In.: BEZERRA, Cunha Cícero. (Org.) **Temas de Ciências da Religião**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

¹⁰² VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Editora Santuário, 2007;

NETO, Luciano Dutra, **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais**, Universidade Federal de Juiz de Fora: 2006;
SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império**. PUC: 2010.

Figuras do meio católico desempenharam um papel político que agradou tanto ao Estado como a Igreja em Roma. Durante o segundo reinado, para determinadas lideranças¹⁰³ da Igreja, a participação política dos religiosos era tão importante quanto a atuação religiosa, devendo eles buscar um equilíbrio entre as duas atividades; propondo, inclusive, alternativas para a atividade religiosa privilegiar a atividade política.

No ano de 1844, ainda segundo César de Lima¹⁰⁴, os presbíteros se retiraram dos cargos políticos, mas defenderam que essa decisão foi mais motivada por questões internas do que por imposição da Igreja em Roma. Líderes da Igreja no Brasil, como o bispo ultramontano Dom Viçoso, de Mariana; e o Bispo “tradicional”, Dom Antônio Joaquim de Mello, de São Paulo; de formações antagônicas, perceberam a necessidade de afastar a Igreja da atuação política. O que reforçaria o peso das decisões nacionais, uma vez que até quem não era ultramontanos foi de acordo com esse posicionamento.

Somado a esses dois trabalhos, outros estudiosos seguiram a mesma linha de raciocínio¹⁰⁵, convergindo com a crítica ao termo romanização e a atribuição de seu significado por interpretarem incoerência com seus estudos.

Luciano Dutra Neto, em sua obra *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas*, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais¹⁰⁶, citou que o termo romanização começou a ser formulado no século XIX, ganhando força novamente no século XX com os historiadores da fase anterior.

Essa delimitação nominal e temporal concentrou os estudos de forma que se passou a acreditar que os acontecimentos contidos dentro desse período estivessem em sintonia com o termo romanização e a ideia que o termo

¹⁰³ O exemplo citado por César de Lima, demonstrado através de documentos que o Cardeal Lanbruschini, Secretário de Estado, em um despacho de 22 de março de 1842, deu mais importância a atuação política na câmara e no senado do que nas dioceses.

¹⁰⁴ LIMA, op.cit.

¹⁰⁵ A exemplo disso, a tese de: VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

¹⁰⁶ DUTRA NETO, Luciano. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: Uma contribuição à história das missões redentoristas**, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

representou. Segundo a visão do autor, isso acabou por frear um estudo complexo que poderia ter sido mais problematizado, se buscado outras participações.

Esses estudos atenderam aos questionamentos dos primeiros pesquisadores. No entanto, com o passar do tempo, novas indagações surgiram e revelaram, naturalmente, que o termo romanização apontava para um aspecto muito limitado da história.

Esses estudos, também, atenderam uma necessidade temporal, resultando em estudos que estiveram em sintonia com as questões políticas de sua época. No século XIX, os estudos trataram de criticar a reforma, atendendo a interesses de maçons e legalistas. Na segunda metade do século XX, o termo voltou a ser destaque inserido em um período em que a Teologia da Libertação se fortaleceu, entrando em atrito mundialmente com setores da Igreja Católica; e, no Brasil, com a ditadura civil-militar, tendo por orientação ideológica a teoria marxista e a consequente oposição ao sistema capitalista.

Nesse sentido, os autores mais recentes apresentam novas perspectivas. Eles não têm o objetivo de ignorar a historiografia existente, mas buscaram seguir adiante através de novas abordagens, tornando mais complexa a análise deste período.

Por esta razão, assim como os autores mais atuais propuseram o uso da nomenclatura de Reforma para esse período, o termo foi aceito pelos ultramontanos, regalistas e liberais. Acreditamos, portanto, que este termo se desvencilha das amarras do nome romanização, permitindo irmos além da delimitação que este termo nome possa causar.

Para Dutra neto, não se pode afirmar que as manifestações populares foram consideradas um desvio completo do catolicismo, mas as ações da Igreja através de medidas citadas pelos autores da fase anterior tinham por objetivo combater excessos cometidos dentro das práticas locais. Isso é tanto que muitas práticas religiosas populares como as romarias, procissões, festa a santos nacionais, permaneceram durante todo processo da reforma.

É bem verdade que algumas festas religiosas tradicionais foram condenadas, mas, significativamente, poucas vezes. E, além do

mais, não em seu aspecto de culto externo e entusiasmo do povo, mas nos perigos de não possuir autorização clerical ou reunir muitas barracas de jogos, bebidas, como já vimos¹⁰⁷

O que ocorreu, nesse momento, foi que essas festas passaram a ser inseridas dentro do campo de atuação direta da Igreja Católica, que passou a substituir as irmandades existentes por outras ligadas a uma forma de pensar renovada, e colocaram nas festas mais sacramentos com características europeias, além de terem as festas organizadas pelo clérigo local, o que não ocorria antes.

As congregações consideradas romanizadoras agiram dentro do país buscando harmonizar a religião almejada por Roma com o complexo contexto social existente e suas influências nas práticas católicas. Esse processo de reforma foi construído através de uma relação de avanços e recuos, portanto não houve um projeto engessado. Isso acarretou também em aceitações e em momentos que foi necessário ceder.

Um ponto de destaque observado por Dutra foi perceber nas ordens religiosas que atuam no Brasil, durante o período considerado como romanização, uma adaptação das mesmas, diante das especificidades presentes no contexto brasileiro, não vindo, portanto, como ordens prontas, engessadas:

não traziam fórmulas prontas e definitivas o que lhes permitiram incorporar, ou seja, inculturar aquilo que muitas vezes se lhes apresentava como estranho ou, até mesmo, inaceitável [...] Por quê identificar a vinda dos religiosos que aportaram ao Brasil de então como “*agentes da romanização*”, como enviados de Roma para sufocar o catolicismo popular? A verdade é que muitos estudiosos têm apontado a vinda de missionários estrangeiros para o Brasil, dentre eles os redentoristas, como *agentes da romanização*. Quando se afirma que os missionários estrangeiros vieram como *agentes da romanização* da Igreja no Brasil, pretende-se desfigurar seu trabalho e mesmo, desconhecer os projetos internos que marcam a história de cada instituto¹⁰⁸.

Classificar os grupos católicos europeus que vieram para o Brasil como pertencentes a um grande grupo cujas ações e motivações eram as mesmas, limita a par interna existente em cada ordem religiosa, suas motivações

¹⁰⁷ DUTRA NETO, op.cit., p. 31-33.

¹⁰⁸ Ibid., p.46. (grifos do autor)

específicas, assim como sua forma de se relacionar em diferentes espaços sociais. Hoornaert entende que “[...] quando se afirma que os missionários estrangeiros vieram como *agentes da romanização* da Igreja no Brasil, pretende-se desfigurar seu trabalho e, mesmo, desconhecer os projetos internos que marcam a história de cada instituto.”¹⁰⁹

Diante deste caminho historiográfico percorrido sobre a atuação do catolicismo no Brasil, após o período do padroado, percebemos que a Reforma Católica esteve inserida em um contexto cultural no qual influenciou o quadro social, mas também foi influenciada pelas circunstâncias presentes.

Ítalo Domingos Santirocchi em sua tese *Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império*¹¹⁰, debruçou-se em arquivos do Vaticano e comparou as ordens da Santa Sé para o Brasil e as ações implementadas pelo episcopado brasileiro. O que se viu foi uma disparidade entre o que se desejava e o que foi feito:

O que encontrei um cenário muito diverso daquele pregado pela *romanização*, me deparei com bispos que haviam tido ideias próprias para reformar a Igreja. Tais ideias surgiam das exigências reais e palpáveis nascidas da normal administração das suas dioceses. E não só existiram resistências a algumas ordens e instruções vindas de Roma, existiram ordens que não foram cumpridas e, o que é mais importante, muitos posicionamentos da Santa Sé não partiram de ideias pré-concebidas, mas de uma atenta análise dos ofícios, cartas e documentos enviados pelos seus representantes, pelos prelados e por laicos brasileiros, numa tentativa de compreender a especificidade brasileira e o desenvolvimento do catolicismo no nosso país.¹¹¹

Santirocchi ainda aponta para uma mudança do próprio Vaticano em virtude de posicionamentos dos líderes diocesanos brasileiros, diante das principais questões propostas pela reforma. Para o autor, os bispos brasileiros, as ordens religiosas europeias e os fiéis não foram seguidores incondicionais da Santa Sé. Eles pertenciam a Igreja Católica apostólica romana e, portanto, eram desejosos

¹⁰⁹ HOORNAERT, Eduardo (org.), **História da Igreja no Brasil** – Segunda Época, Petrópolis: Vozes, Tomo II/2, 1983, p. 9,144.

¹¹⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos Santirocchi. **Os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império**, 2011.

¹¹¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. **Temporalidades** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agos / Dez de 2010.

do fortalecimento de sua Igreja diante das ameaças ideológicas que surgiam nos séculos XIX e XX.

No entanto, em sua missão, foram agentes históricos complexos que tentaram reformar a Igreja em um diálogo com as diretrizes romanas, na qual concordavam ou discordavam, diante de sua própria visão eclesiástica, buscando uma adaptação da reparação católica a realidade brasileira.

Assim como os autores mais recentes supracitados, não pretendemos amortizar os estudos anteriores sobre a Reforma Católica, mas dar continuidade aos mesmos a partir de outra nomenclatura, buscando ir além das limitações que o termo *romanização* possa colocar, permitindo, assim, uma possibilidade de revisitar esse período tão importante da história do catolicismo no Brasil. Além disso, podemos pontuar outras percepções e enriquecer as pesquisas dentro da temática.

Seria mais confortável em nossos estudos termos utilizado o conceito mais tradicional que nos permitiria uma sustentação em grandes nomes da historiografia católica no Brasil. No entanto, optamos pelo uso do conceito mais recente por entender que este se adequou a nossa pesquisa e nos permitiu ter um estudo mais amplo.

Não se trata de uma decisão fácil, pois substituir um termo considerado clássico, embora recente, é também contestar autores que trabalham na temática com vigor. No entanto, através de nossos estudos, encontramos semelhanças com os trabalhos dos pesquisadores que criticaram o termo *romanização*, mesmo trabalhando em outro espaço geográfico e com especificidades históricas distintas.

Entendemos que esta fase da reforma em que os católicos buscaram uma identidade universal não pode ser vista como uma via de mão única, como podemos supor no conceito de *romanização*. Acreditamos que, em outros momentos históricos, a Igreja planejou reformas semelhantes como a reforma tridentina proposta pelo Papa Gregório VII ou a reforma após o Vaticano II.

Através da escolha do nome *romanização*, podemos enxergar a presença de um desejo nacionalista, para um Brasil que se tornou independente e necessitava de que tudo fosse associado ao novo país, até mesmo a religião.

Chamar a proposta, de reforma externa, de romana foi uma forma de distinguí-la de um catolicismo brasileiro.

No Brasil, a Igreja apenas seguiu um projeto de reforma no final do século XIX, semelhante a outros projetos existente em diferentes épocas e lugares.

Chamar tais movimentos de “romanização” e seus promotores de “agentes de Roma” reflete, sem dúvida, uma certa tendência a rejeitar que a Igreja tenha uma hierarquia à qual cabe zelar pela identidade da fé e de suas manifestações.¹¹²

De certa forma ao enxergarmos esse período como um período de reforma, também corroborou com aqueles que usaram o termo romanização para descrevê-lo, pois estes compreendem o período como um momento de reforma do catolicismo. Sendo assim, o uso da nomenclatura reforma se ajusta para ambas as posições.

No entanto, ao declinarmos da opção de usar o termo romanização, evitamos o uso de uma palavra, por vezes desgastada, controversa e limitadora. O termo romanização esteve associado a ações que fizeram parte de um período da história da religião Católica, mas que, no entanto, não corresponde a totalidade das práticas que ocorreram na virada do século XIX.

Já o termo *reforma* traz em si mesmo a ideia de uma mudança parcial que visa uma melhoria em algo no qual pode ser mudado ou restaurado, mas também pode permanecer como está. Foi isto que ocorreu no período estudado, uma reforma religiosa no qual se buscou corrigir os desvios que descaracterizavam a Igreja e que contribuíam para perda da sua identidade. No entanto, nem todas as práticas religiosas não oficiais da Igreja foram vistas como distonias do pensamento católico.

Jérri Roberto Marin, escrevendo sobre a historiografia da romanização, concentrou os escritos sobre esta temática em duas correntes historiográficas: uma delas enxergou o processo como coeso e uniforme, inserida dentro de um contexto maior para a “reeuropeização” do catolicismo mundial; a outra percebeu nesse

¹¹² DUTRA NETO. op.cit. p. 37.

movimento um processo desigual. Enfatizando que “no Brasil, a romanização aconteceu de modo desigual.”¹¹³

Corroborando com o pensamento de Marin, a primeira corrente historiográfica sobre a romanização construiu uma imagem idealizada dos seus principais agentes, os bispos, vistos como santos que, unidos por um só pensamento, cumpriram uma missão divina, levando uma mensagem uníssona a todo o mundo, incluindo o Brasil. Assim, na historiografia, observava-se que toda e qualquer oposição aos “homens de Deus” era condenada ou desacreditada.

A segunda corrente historiográfica inserida em seu contexto histórico preocupou-se em destacar o conflito social e a luta ideológica presente na implementação da Reforma Católica no Brasil. Seus críticos viram a romanização como um segundo pacto colonial. Sendo assim, como o primeiro, uma forma de dominação europeia do Brasil, no qual o catolicismo brasileiro foi eurocentrizado.

Os autores desse período perceberam uma incompatibilidade entre o catolicismo tradicional e o catolicismo popular que prevaleceu até a metade do século XIX. Para eles, o conceito de romanização atuou de maneira elitista, associando o catolicismo tradicional ao povo, enquanto o catolicismo romano era associado aos poderosos. Assim, desenvolveram a ideia de que uma das características principais da romanização foi confrontar o catolicismo popular em um processo que se intensificou na virada do século XIX para o século XX.

Toda a produção sobre romanização, ultramontanismo e Reforma ao longo destas décadas nos mostram a relevância dessa temática para a compreensão da atuação da Igreja Católica no Brasil, diante do quadro de transformações no país e no mundo. A Igreja, portanto, foi sempre uma instituição que procurou se reorganizar e em suas ações continuou sendo um agente de influência histórica.

Esta vasta produção historiográfica, também, atenta para complexidade do assunto abordado. Por isso, buscamos através do estudo do catolicismo em Petrolina acrescentar novas abordagens e possibilidades interpretativas dentro desta temática. Nesse sentido, procuramos entender como se deu esse processo – aqui já descrito a nível nacional –, na cidade são franciscana, as práticas católicas locais e as possíveis tensões sociais.

¹¹³ MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 30, out 2001. p.324. (grifos do autor)

Entre as nomenclaturas mais conhecidas e apresentadas, optamos pelo conceito de Reforma, defendido por autores como Antônio Lindvaldo Sousa, Maurílio César de Lima – autores já citados anteriormente –, Luciano Dutra Neto¹¹⁴ e Santirocchi¹¹⁵.

Sobre a nosso posicionamento conceitual, entendemos que o termo ultramontano se relaciona mais com um período anterior e está ligado à concepção europeia da Reforma. Já o conceito de romanização esteve associado a uma ação de ruptura e combate ao contexto existente no Brasil, algo que enxergamos, sob outro viés, sustentado pelo conteúdo dos últimos trabalhos escritos sobre esse tema, e em nossas percepções sobre a atuação católica em Petrolina.

Como foi ressaltando anteriormente, o uso do termo representa uma preferência, pois entendemos que expressa mais claramente o aspecto do período em destaque neste trabalho.

[...] quando se fala em reforma, está implícito no conceito a conservação do existente e a retirada de algo que descaracteriza o objeto ou, de detalhes lhe tiram a originalidade ou mesmo a eficiência. Isso torna evidente que a reforma do catolicismo, promovida no período em questão, retirou-lhe exageros, desvios, enfim, aspectos que o descaracterizavam como tal pela ausência, quase total de uma identidade doutrinária. Entretanto aqueles aspectos que não o desfiguravam, tais como, manifestações externas da fé, devoção aos santos, solenidades e festividades despidas de abusos, foram mantidos¹¹⁶.

Por isso, pretendemos não nos opor ao que já foi escrito, mas acrescentar ao estudo desse importante período do catolicismo novas possibilidades de abordagem, novas percepções.

É preciso atenção para que tais estudos não limitem a compreensão dos desdobramentos da época em questão e as ações resultantes do movimento, pois ao se adaptar as necessidades, ele também apresentou especificidades inseridas nos interesses da Santa Sé.

¹¹⁴DUTRA NETO, op.cit.

¹¹⁵SANTIROCCHI, op.cit.

¹¹⁶ DUTRA, 2005, p. 37-38.

Com isso, buscamos, também, discutir pontos já abordados por autores anteriores, sob uma nova perspectiva, em uma localização geográfica pouco estudada – o interior pernambucano –, o que certamente ampliou as nuances de cada particularidade estudada dentro da temática.

Para isso, acompanhamos a constituição da cidade de Petrolina desde seus primórdios no século XVII, com a constante presença católica no local, o que culminou na criação da diocese já no século XX. Entendemos que o surgimento do bispado em Petrolina esteve imerso no processo maior de Reforma Católica no interior de Pernambuco já na segunda década do século XX.

2.4 A REFORMA CATÓLICA NO BRASIL

Os decretos 119-A, de 7 de janeiro de 1890¹¹⁷, que exigiu o padroado no Brasil e permitiu a liberdade de culto, e o decreto 155-B¹¹⁸, de 14 de janeiro do mesmo ano, que estabeleceu o primeiro calendário republicano que retirou feriados religiosos, demonstraram as mudanças que o fim do Império causariam no país.

O objetivo do Estado republicano era se distanciar da intervenção religiosa e fortalecer o governo como único promotor do desenvolvimento do país. No entanto, logo após a proclamação da República, Quintino Bocaiúva, ministro do governo provisório, endereçou uma carta à elite eclesiástica esclarecendo que era desejo do governo manter boas relações com a Igreja.

Somado a este fato, Rui Barbosa, ministro da Justiça, e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, se corresponderam sobre o papel que a Igreja exerceria no Brasil após o fim do Império¹¹⁹.

Em 19 de março de 1890, a Igreja se posicionou sobre os decretos 119-A e 115-B através de uma carta pastoral que se tornou um marco de um novo período do catolicismo no Brasil. No documento, a Igreja demonstrava que o período era perigoso para o Brasil e, por isso, o país deveria estar próximo da religião.

¹¹⁷ BRASIL. **Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm Acesso em: 20/12/2017

¹¹⁸ LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões da história e militância positivista. **Revista História**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 64, 2006.

¹¹⁹ AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e *diocesanização* do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2012, vol.32, n.63, pp.143-170

Nos decretos, os bispos abordaram três pontos: o primeiro foi a separação entre Igreja e Estado, ressaltando que a separação era impossível e resultaria em uma desordem social, pois uma instituição completava a outra e ambas buscavam uma “sociedade perfeita”. O segundo ponto discutido foi a liberdade, vista pela igreja como uma desvalorização da história da religião católica no país e pela presença majoritária de católicos na população. Por fim, o terceiro ponto convocava o clero e os fiéis a guardarem e propagarem os dogmas da Igreja

Na pastoral de 1890, a Igreja não buscou o enfrentamento direto com o Estado laico, lamentou o distanciamento, mas aprovou sua maior liberdade e menor interferência do Estado. Ainda assim, se mostrou disposta a ajudar, mas alertou para o perigo de desprezar seu papel social. Com o fim do padroado, a internunciatura passou a conduzir os processos de sucessão e de designação de bispos, e no mesmo ano ocorreram as primeiras nomeações de bispos para o Brasil.

A atitude dos líderes da Igreja revela uma Instituição que se posiciona diante da República, demonstrando sua insatisfação com determinados pontos, sem, contudo, buscar o enfrentamento com o governo, e sim uma boa convivência. Este comportamento, corrobora com o conceito de *plausibilidade* de Berger, no qual há uma aceitação por parte da Igreja das mudanças ocorridas no Brasil, gerando uma mudança na relação entre as duas instituições Igreja e Estado, que apesar das tensões presentes continuaram a se relacionar e se ajudar em muitas situações.

A Igreja Católica Apostólica Romana buscou manter sua influência no país através de novas estratégias, dentre as quais a criação de novas dioceses constituiria uma forma de ocupar espaços e ampliar a presença da Igreja no território brasileiro. Nos primeiros trinta anos do século XX, doze dioceses foram criadas no Brasil¹²⁰.

Os documentos *Instruções*¹²¹, do Cardeal Rampolla, e *Alguns pontos de reforma da Igreja do Brasil*¹²², de D. Macedo Costa, demonstram que a criação de

¹²⁰ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Universitária. 2006. p. 89.

¹²¹ O documento determinou as ações da Igreja no Brasil: 1. Unidade entre os bispos; 2. Reforma do clero; 3. Reforma das congregações e ordens religiosas no Brasil; 4. Controle das irmandades e confrarias; 5. Ação missionária no interior do Brasil; 6. Introdução de devoções europeias, sobretudo, a do Sagrado Coração de Jesus e a da Sagrada Família; 7. Intensificação da catequese; 8. Formação de novas dioceses; 9. Busca de novas fontes de arrecadação.

dioceses foi uma estratégia do projeto de adaptação católica para ocupar espaços e manter sua influência social. As dioceses se constituíram estruturas de ocupação espacial católica, compensando a perda de espaço estamental, cujas ações desenvolveram as reformas determinadas pela Igreja através do Cardeal Rampolla e de Dom Macedo Costa.

A criação das dioceses não foi uma consequência da expansão administrativa do Estado Republicano. Pois essa expansão da Igreja ocorreu antes, nas três primeiras décadas do século XX. Isso tudo, segundo planejamento da Santa Sé e de forma desordenada com a expansão administrativa republicana, como afirma Sérgio Miceli, na sua obra *A Elite Eclesiástica Brasileira*, pois era limitada a atuação católica e dependia da ação republicana.

Nesse contexto, a diocese de Olinda foi fragmentada, sendo criada a Província Eclesiástica de Pernambuco, com a diocese localizada em Olinda e Recife. E, ainda da fragmentação de Olinda, foram criadas outras dioceses no Nordeste, como na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará e em Alagoas. Da diocese de Olinda e Recife foram criadas dioceses presentes no interior de Pernambuco, entre elas a de Petrolina em 1923. Acerca desta ação, observou Silva:

Esse esforço em tornar-se presente no território brasileiro tem os seus gestores, os bispos, que são enviados para cada uma dessas dioceses. Ouvindo e vendo as necessidades locais e as suas possibilidades em atender as exigências da política romana¹²³.

CARDEAL MARIANO RAMPOLLA DEL TINDARO. Instruções da Santa Sé ao Internúncio Apostólico para as conferências dos bispos brasileiros. Roma, 14 de junho de 1890. In: CALAZANS, Mylène Mitaini. **A Missão de Monsenhor Francesco Spolverini na InterNunciatura Apostólica no Brasil (1887-1891), segundo a documentação Vaticana**. Tese de Doutorado em Teologia. Pontificium Athenaeum Sanctae Crucis, Roma, 1997.

¹²² Tratou da função das conferências e da impotência de união dos bispos brasileiros. D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA. **Alguns pontos de reforma da Igreja do Brasil** – Memoria para servir às discussões e resoluções nas Conferências dos Snrs. Bispos. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1890. ASV – Nunciatura Apostólica no Brasil, n. 71, fasc. 346.

¹²³ 2003, p.96.

Os bispos tornaram-se porta-vozes da Reforma Católica, mas também estiveram atentos à realidade local, realizando uma obra que convergiu com os interesses da Igreja, mas que também buscou se inserir no contexto social presente.

O processo de Reforma religiosa em Pernambuco iniciou durante o pontificado do Papa Pio IX, e na Diocese de Olinda teve seu início com Dom Emanuel do Rego de Medeiros, que atuou apenas nos anos de 1865 e 1866. Ele iniciou o processo de vinda de religiosos estrangeiros, como foi o caso das irmãs do Instituto Santa Dorotéia e do retorno dos jesuítas.

Durante os anos de 1868 a 1870, Dom Francisco Cardoso Aires, deu continuidade ao seu antecessor, ao reformular a educação no Seminário de Olinda, com um claro objetivo de disciplinar o clero, que na época estava envolvido com a política e a maçonaria. E ainda prepará-los para obra que a Igreja Católica desejava.

Foi no Bispado de Dom Vital, entre 1872 e 1878, que ocorreu a chamada *Questão Religiosa*, já citada anteriormente, e que envolveu diretamente o bispo de Olinda e Recife. A Igreja romana e os governos liberais que surgiram no ocidente, no final do século XIX, buscavam um Estado laico.

A função do bispo, nesse período, era defender as doutrinas da Igreja Romana, se posicionando contra o Estado e as instituições que representassem uma ameaça, como a maçonaria. Foi durante seu episcopado que a aproximação com Roma colocou o catolicismo em litígio com o Estado, ao ponto de em 1889 a relação ser rompida.

A Reforma prosseguiu nos episcopados subsequentes e, já no final do século XIX, avançou ainda mais com Dom Manuel do Santos Pereira, através da substituição e nova formação do seu clero, que ocupou por conta própria os espaços que antes eram impossíveis pela ligação com o Estado. Foi também, nesse período, que através da restauração de ordens religiosas antigas, tais como os Beneditinos e Franciscanos, o episcopado recebeu membros estrangeiros em seu corpo estrutural.

Foi no início do século XX, com o bispado de Dom Luiz Raimundo de Brito, que uma das marcas da Reforma Católica, as visitas pastorais, se intensificaram. O bispo visitou toda a diocese, que consistia não apenas o Estado de Pernambuco, mas também parte de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Foi também no seu bispado que Olinda foi elevada ao posto de Arquidiocese, o que o tornou o

primeiro arcebispo e responsável pela divisão das paróquias que, posteriormente, tornaram-se dioceses, como a de Petrolina.

Dom Luiz Brito incentivou a produção do jornal do Seminário de Olinda, *A Tribuna*, e fundou o *Círculo Católico* buscando organizar uma imprensa católica, além de também incentivar a aproximação com o poder civil. Atitudes estas que tiveram continuidade com Dom Sebastião Leme.

A partir de 1915, Dom Sebastião Leme tornou-se o segundo arcebispo de Olinda, justamente pela sua atuação alinhada com a Santa Sé, sendo sua influência principal as encíclicas de Pio IX. Dessa forma, o novo arcebispo estava mais próximo da elite e de uma formação de uma elite católica.

Como um dos mecanismos de transmissão dos ideais católicos no processo de Reforma da Igreja no Brasil foram usadas as cartas pastorais¹²⁴. O arcebispo, antes de assumir o posto, escreveu em 16 de junho de 1916 a *Carta Pastoral de Inauguração*, a qual indicava suas futuras ações na arquidiocese e que nortearam a Igreja Católica no Brasil nas décadas seguintes. Entre outras ações, a carta orientava a aproximação com o Estado através de um maior envolvimento político dos católicos, clero e leigos. Para Dom Sebastião Leme, esse processo deveria ser feito pela elite católica, deixando de lado a orientação de Leão XIII e sua preocupação com o social e o operariado.

Durante o período em que esteve à frente da arquidiocese na parte estrutural, deu continuidade ao seu antecessor e criou as dioceses de Garanhuns e Nazaré da Mata, e transferiu a diocese de Floresta para Pesqueira. Ainda se dedicou a uma formação intelectual sob orientação romana do Seminário de Olinda, transformando os padres que de lá saíam em líderes do pensamento reformista.

A partir de 1922, o arcebispo de Olinda passou a ser Dom Miguel Valverde. Ele atuou durante os anos mais atribulados da história brasileira, vivenciando em seu mandato os movimentos que antecederam a revolução de 1930. Foi, também, arcebispo durante a criação da diocese de Petrolina e durante a atuação de seu

¹²⁴ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação de Mestrado . Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988. p.34-40.

primeiro bispo. Seu posicionamento foi sempre a favor da defesa das instituições estabelecidas, no entanto uma vez que elas mudavam, demonstrava apoio as novas lideranças, evitando o confronto em toda ocasião.

Como a Igreja buscava se organizar geograficamente, o chamou para continuar o processo de criação de novas paróquias, que acompanharam o crescimento populacional, tanto em Recife quanto no interior. o que resultou, entre outras coisas, na criação da Diocese de Petrolina, em 1923.

Dom Valverde deu continuidade à política de Dom Luiz Brito no investimento em uma imprensa católica, tornando diário a publicação do periódico *A Tribuna*, do seminário de Olinda. Posteriormente, criou a *Associação da Boa Imprensa*, órgão oficial da Arquidiocese, administrada por leigos católicos, que substituiu o *Mês do Clero* pelo *Boletim Mensal* da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Outra área de atuação do arcebispo foi a educacional. Ele padronizou o catecismo das paróquias e das escolas públicas através da criação do *Departamento Catequético Arquidiocesano*, sua ação resultou em um embate entre uma educação moderna e uma educação tradicional.

Diferentemente de Dom Leme, Dom Vital buscou se aproximar da população menos favorecida. Para isso, incentivou trabalhos sociais de caráter assistencialista nos bairros populares do Recife, com o apoio do poder civil. Sua atuação à frente da arquidiocese foi das mais significativas:

Dom Miguel Valverde, que influenciou a formação dos católicos pernambucanos por três décadas, diretamente com sua presença e suas pastorais, ou indiretamente através dos padres que eram formados em seu seminário, definia o projeto da Igreja conservadora. Esse foi o ideário que formou muitos presbíteros que atuavam na Arquidiocese ao longo do período dito progressista e que ainda hoje atuam na direção da diocese, é o ideário que marcou profundamente o espírito católico pernambucano.¹²⁵

Sua atuação e sua influência permaneceram mesmo após sua morte, o que nos ajuda a dimensionar sua importância para a Reforma em Pernambuco. É claro

¹²⁵ SILVA, Severino Vicente da. **Ente o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 117.

que a Reforma Católica em Pernambuco foi resultado da soma das principais características de cada bispo e arcebispo. Notadamente, algumas características permaneceram, pois fizeram parte a busca por uma unidade de pensamento. No entanto, outras surgiram para se adaptar as necessidades locais e ao tempo presente. A diocese de Petrolina foi influenciada pelas permanências, mas também apresentou particularidades, pretendemos identificar ambas na última etapa do nosso trabalho.

Outro importante ponto de observação das características presentes na Reforma Católica em Petrolina e pouco abordado pela historiografia, de até então, foram as questões patrimoniais. Além das abordagens presentes citadas, julgamos ser importante a percepção simbólica da ocupação e desenvolvimento dos espaços pela Igreja.

Por isso, optamos por abordar as questões ligadas ao patrimônio católico em Petrolina, como a construção da capela que se tornou Igreja e, já no século XX, a construção de outros espaços ligados à Igreja, como a Catedral, o hospital Dom Malan e os colégios Salesianos Dom Bosco e Maria Auxiliadora. Entendemos que a análise desses espaços contribuirá para a maior compreensão das estratégias de ação católica, além das relações sociais e políticas presentes.

Para execução da Reforma Católica, identificamos como ponto de importante contribuição a relação do bispado com o Estado. Os autores da segunda fase historiográfica por nós delimitada focaram na relação conflituosa entre as instituições políticas e religiosas. Embora ocorressem diferenças e atritos, as ordens estrangeiras que aportariam no Brasil provenientes de Roma não eram ordens prontas e, portanto, se constituíram no país através de uma relação de troca entre com o contexto local.

Essa interação resultou em ações que tinham um objetivo de seguir uma proposta específica, mas que se adaptaram às necessidades do Brasil. Essa necessidade das ordens se somou à necessidade do Estado de encontrar alianças para se fortalecer.

Emanuela de Sousa Ribeiro, em sua dissertação de mestrado, apresenta outra leitura para aparente alteração no foco da atuação católica, destacando que a

Igreja atuou ao lado do Estado republicano e com o apoio das elites, buscando o fortalecimento de ambos através da regulamentação da sociedade.

No capítulo intitulado *A Igreja na Primeira República*¹²⁶, pertencente a coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, encontramos uma outra visão da relação Estado x Igreja, e da necessidade do Estado de professar a fé católica e de se aproximar do governo. Moura e Almeida, destacam que a causa da aproximação entre o clero católico e a elite brasileira é o fato de ambos terem um objetivo comum. Sobre isso Ribeiro¹²⁷ observa que:

[...] para a maioria da população, a Modernidade traduziu-se em melhoramentos urbanos, higienismo, tecnicismo, implementação de noções da ética do trabalho e normatização dos costumes; processos encetados pela parcela dominante política e economicamente no país.

O processo de Reforma Católica se ajustou ao contexto brasileiro, pois também tinha como referência os ideais europeus. Esse se tornou um ponto que aproximou a Reforma e a modernidade no Brasil. Desejosos de mudanças comportamentais, esse processo ocorreu muitas vezes na forma de disciplinamento, que contou com mudanças, mas também com resistências, resultando em mudanças híbridas para a sociedade.

Assim, tanto a atuação governamental, quanto a católica corroboraram para um bem comum: a busca por uma sociedade organizada, pautada pela ordem e os bons costumes. Cabe ressaltar que, diante das publicações eclesiais, não há crítica ao progresso técnico, a urbanização ou ao sistema de governo republicano, características presentes na modernidade brasileira. Na encíclica da *Quanta Cura*, de 1864, existem questões que evidenciam certa convergência à Reforma Católica, como, por exemplo, a preocupação com a ordem social¹²⁸.

¹²⁶ MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. **A Igreja na Primeira República** In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo III, Vol. 2.

¹²⁷ RIBEIRO, 2003, p. 17

¹²⁸ PIO IX. **Quanta Cura e Silabo**: Contendo os Principais Erros da Nossa Época, notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX, 1864. Op. cit., *Quanta Cura*, item 1.

Logo após a proclamação da República, em 19 de março de 1890, o bispo do Pará, Dom Macedo Costa, convocou o episcopado em São Paulo para discutir e se posicionar sobre a separação entre Igreja e o Estado. Desse encontro, a Igreja publicou a *Pastoral Coletiva* na qual a separação com o Estado, marca do momento vivido pelo Brasil com o advento da República, não impedia a proposição de uma relação de proximidade, através do argumento de que o país necessitava de uma identidade que incluísse uma base religiosa.

Em outras palavras, os bispos defendiam que o catolicismo era indissociável da identidade nacional, já que o país era católico por formação e poderia ajudar o novo regime na manutenção da ordem pública.

De fato, o regime republicano necessitava de mecanismos que representassem a unidade do país. A população pouco conhecia do regime e havia um relacionamento de distanciamento com o Estado, já no Brasil Império. A Igreja era um fator de coesão e os bispos brasileiros, sabedores disso, abordaram o tema na pastoral¹²⁹. Esse documento citou Estados que mantiveram proximidade com a religião como argumento de persuasão para aproximar Igreja e Estado. Na pastoral, a Igreja não concordava que uma nação republicana estivesse desconectada a religião.

Outro ponto percebido pelo bispado foi que, se por um lado a Instituição perdeu privilégios do Estado com a ruptura, por outro adquiriu maior independência e liberdade para atuar. Na pastoral, há também uma percepção dessa mudança as quais eles classificam como “...novo *modus vivendi* que nos é imposto pela força das circunstâncias...”. Compete a Igreja, portanto, “...apreciar a liberdade da igreja em si e a liberdade tal qual nos é concedida pelo decreto”¹³⁰.

A intenção dessas observações é pontuar que a Igreja Católica não agiu de forma contrária aos interesses do Estado brasileiro, mas buscou e atuou dentro do possível, a partir de suas crenças, junto ao governo brasileiro, através da postura dos chamados bispos reformadores. A ação dos bispos, entre outras, foi disciplinar laicos, o que atendeu a demanda da modernidade e aproximou a Igreja do Estado e

¹²⁹ CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (19 mar. 1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

¹³⁰ Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, op cit. p. 66.

do clero para que este realizasse a obra e o próprio clero para que estivessem em sintonia com o pensamento europeu.

A Igreja organizou sua estrutura, centralizando e hierarquizando o poder nas mãos daqueles que dariam continuidade às ações. Esse foi um fator que reaproximou a relação entre o poder civil e o poder religioso, que eram desejosos de manter a ordem social existente e viam a necessidade de orientar a sociedade cuja maioria era católica. O catolicismo adaptou-se naquilo que era possível e que convinha e pôde manter sua influência na sociedade.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que um processo semelhante ocorreu em Petrolina, o qual investigamos na expectativa de que a descrição dessa relação em menor escala possa nos ajudar a compreendê-lo na escala maior. Parte das ações da Igreja foi observar as atividades do clero, para que fossem atividades religiosas ou seculares; realizar visitas pastorais; escrever cartas pastorais e circulares, cuja função estivesse relacionada a obter informações sobre a igreja local e orientações sobre o comportamento dos clérigos. Essa preparação e orientação foram importantes, pois valorizaram o clero que atuou como porta-voz dessa nova mensagem.¹³¹

Com o fortalecimento desse pensamento único, o clero religioso e os chamados bispos reformadores buscaram a interação e a convivência, possibilitando a troca de ideias e vivências¹³². Esse processo fortaleceu-se quando, em 1901, houve a nomeação, por parte do Vaticano, de um núncio no Brasil, que passou a ter uma representação física do clero diretamente ligada à Roma, mas presente no Brasil.

A *Pastoral Coletiva*, de 1915, foi um marco importante, porque se tornou uma espécie de constituição do catolicismo no Brasil, por redigir uma ideia única de atuação do proceder do episcopado brasileiro, diante das questões sociais apresentadas. A Reforma buscou a expansão de atuação do catolicismo através da preparação, doutrinação e atuação de seu corpo eclesiástico nas congregações, escolas, imprensa e política¹³³.

¹³¹ ARAÚJO, 1986. p. 39.

¹³² CABRAL, 2009, p. 26-29.

¹³³ OLIVEIRA, 1985, p. 291-293.

Outro importante característica da reforma que abordamos foi o uso da comunicação em favor da propagação dos ideais católicos. De forma simultânea à modernização que a imprensa passou, a Igreja Católica procurou construir o que ela própria chamou de *boa imprensa*, que representava seus interesses baseados na moral ética e fé cristã. Os esforços da Igreja em prol dessa *boa imprensa* foram imensos, pois a Igreja passou a incentivar a comunidade católica a propagar esse tipo de jornalismo visando combater a chamada *má imprensa* ¹³⁴.

Também, no mesmo século, se intensificou o uso dos jornais para fins políticos, atingindo seu ápice nos regimes totalitários. A percepção da necessidade de inserção da massa no cenário político fez com que o governo se aproximasse dela para fazê-lo um aliado e não um problema. Parte da estratégia desse controle veio através da concessão à informação, antes restrita a uma pequena parcela da população, devido ao difícil acesso aos meios de comunicação e ao alto índice de analfabetismo existente no país. O acesso à informação alcançou um número cada vez maior de brasileiros, porém a informação que lhes chegava sofria influência de setores da nossa sociedade.

A cidade de Petrolina também sentiu os reflexos dessas transformações que a imprensa sofreu no século XX. Muitos periódicos surgiram, nos primeiros anos, embalados com o rápido crescimento desse tipo de comunicação. Dos jornais natos na cidade, *O Pharol*, fundado em 1915, por João Ferreira Gomes Seo Joãozinho do Farol”, tornou-se o mais importante deles, com o posto de principal veículo de informação e comunicação de Petrolina e região. Circulando por ininterruptos 74 anos. Em suas páginas estiveram presentes, os principais acontecimentos históricos e as articulações políticas existentes no cenário brasileiro conforme as alternâncias históricas.

Acreditamos que, seguindo as tendências observadas nos jornais brasileiros da época, *O Pharol* se aliou as estruturas de poder, tornando-se um veículo político, para Petrolina e para a região São Franciscana. Foi a primeira representatividade de poder percebida e exercida pela Igreja Católica no processo de Reforma acima

¹³⁴ “No início do século XX, a hierarquia eclesiástica intensificou a sua política em defesa da criação de uma imprensa que estivesse a serviço da defesa da moral, da ética e da fé cristãs. Nesse sentido, passou a incentivar a comunidade católica a que dedicasse seus esforços na difusão e preservação de um jornalismo que defendesse e propagasse a verdade católica (a boa imprensa), em combate a um jornalismo que cada vez mais disseminava a “irreligião” e a “imoralidade” (a má imprensa)”(AMARAL, 2010. p. 55)

citado, processo esse que teve no interior brasileiro um bom campo de atuação, onde o poder público encontrou dificuldades para atuar.

Esses pontos aqui discutidos são relevantes para o que compreendemos como Reforma Católica e identificamos como presentes na cidade de Petrolina na virada do século XIX para o século XX. Abordaremos esses temas de forma mais densa em nosso terceiro capítulo, discernindo neles o processo de Reforma que alcançou essa cidade do interior pernambucano.

No entanto, cremos que Petrolina possui uma história recente que antecedeu este momento, e a inclusão dessa narrativa é de fundamental importância para ampliar a percepção de como a Igreja Católica conseguiu implementar na cidade a sua reforma. Para isso, é necessário conhecer o cenário geográfico, econômico e social em que ocorreu surgimento da cidade em que nos colocamos como pesquisadores e como o catolicismo esteve presente durante sua formação, até a criação da diocese, cujas ações estiveram alinhadas ao pensamento romano.

3 O CATOLICISMO EM PETROLINA NOS SÉCULOS (XVI-XIX)

3.1 OS PRIMEIROS HABITANTES E AS MISSÕES

A ocupação da região do Vale do São Francisco foi resultante da interiorização do gado. Antes criado nos engenhos e exercendo a atividade de força motriz, passou a apresentar um problema por invadir plantações e necessitar de uma extensa área de pastagem que poderia estar sendo usada para o plantio.

O início do povoamento do Município de Petrolina aconteceu por volta dos séculos XVI e XVII através do avanço dos criadores de gado, bem como dos exploradores que tinham como objetivo encontrar minas de ouro e de prata, como também combater os índios, catequizando, escravizando e destruindo as tribos mais resistentes¹³⁵

A região que hoje compõe a cidade de Petrolina também foi povoada.

O Rio Opara significava o que fazia o caminho das águas para o mar. Às suas margens, árvores, arbustos e matos pequenos enroscavam-se, formando um longo e estreito cinturão verde estirado em curvas no meio de uma vegetação cinzenta, baixa, espinhenta e retorcida: a caatinga. [...] onças, veados, caítilus, mocós, emas, seriemas, raposas, lobos-guará, gatos-domato e uma infinidade de outros bichos do chão, do ar e da água entrecruzavam-se na luta entre o viver, o atacar e o se defender. No meio disso tudo, outros seres, também animais, mas de um outro jeito. [...] a quem os europeus, posteriormente, denominaram de índios. [...] os agrupamentos indígenas mais recentes na região eram formados pelos índios Cariris expulsos do litoral pelos índios Tupis. Os Cariris alojavam-se nos lugares mais férteis [...] às margens do Rio Opara e de seus afluentes.¹³⁶

No início do século XVIII, Portugal proibiu a pecuária próxima do litoral o que levou a criação para o interior, resultando em locais de povoação e de desenvolvimento pecuário. Durante esse processo dois locais desenvolveram mais a pecuária, o primeiro vindo do litoral pernambucano, alcançando o interior do Estado e demais regiões interioranas do Nordeste, como Piauí e Maranhão. O segundo

¹³⁵ DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do estado. Recife, 1989. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989, p.21.

¹³⁶ GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA**: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. p.12.

vindo do litoral baiano, seguindo o rio São Francisco. Os dois pontos convergiam justamente no Vale do São Francisco.

A Região se tornou um curral de criação de gado, serviu como componente de integração regional através de uma economia local voltada para o mercado interno, e contribuiu para o povoamento da região¹³⁷. O gado avançou pelas terras indígenas e permitiu, através da ocupação, a ampliação das riquezas e das conquistas dos colonizadores. Foi também, através do gado, que os colonos, povoaram a região já habitada pelos índios. Mesmo tendo sido inicialmente de caráter transitório, posteriormente, resultou na ocupação definitiva.

Essa região, que começaria a ser habitada, foi abordada por Euclides da Cunha, em seu livro *Os Sertões*, como uma área comprometida pelo clima rigoroso e pelas constantes secas, mas que, por ter paisagem semiárida e não desértica, possui em si as condições de sobrevivência, através de outros mecanismos, como plantas adequadas para resistir aos tempos de estiagem e mesmo o Rio São Francisco, apontado como rio da “unidade nacional”¹³⁸.

É em meio às contradições de um local hostil, mas que traz em si elementos que possibilitam a vida local, que a região foi ocupada e determinados personagens surgiram. Chilcote destaca três personagens que contribuíram para a construção do sertão nordestino: o vaqueiro, o cangaceiro e o coronel. Destes, destacamos primeiramente

[...] o vaqueiro vestido da cabeça aos pés de couro de boi ou pele de cabra, para defender-se da inclemência da caatinga, cuida do gado que se acredita seja descendentes dos animais trazidos para o Brasil pelos colonizadores no século dezesseis. [...] era tradicionalmente sério e honesto, diz que se uma rês desgarrada cruzar seu caminho, ele a devolverá ao proprietário, ou cuidará dela até que o proprietário venha reclamá-la. Ele se dedicava a agricultura rudimentar, mas considerava a criação de seu gado seu único trabalho digno¹³⁹.

¹³⁷ ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

¹³⁹ CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do Nordeste**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990. p.3.

O Vaqueiro, primeira figura percebida por Chilcote, é uma representação da população que, de maneira geral, povoou a região em questão. Em sua maioria mestiço, conforme veremos em descrições dos viajantes que estiveram na região, seus costumes particulares revelaram um povo com identidade diferente, que requereu um trato diferenciado daqueles que com eles se relacionavam, conforme veremos mais adiante em nossa escrita.

Seus valores pessoais ressaltados, também nos ajudam a perceber a fidelidade, o compromisso, o sentido de missão presente nele. Um sentido que foi canalizado para atividade religiosa, através da atuação católica na região. Na citação acima, ainda podemos perceber as principais atividades econômicas desenvolvidas: pecuária e agricultura.

O segundo sujeito percebido pelo qual não dedicou tantas linhas, foi o cangaceiro, que representa o uso da violência como recurso de sobrevivência e força em meio a tantas dificuldades. Essa figura não foi tão representativa para a compreensão do desenvolvimento da cidade de Petrolina, já que a violência, embora existente, tenha sido pontual ao longo da história da cidade.

O terceiro elemento apontado pelo autor como fundamental para o entendimento da constituição local foi o coronel. Segundo Chilcote esclarece, o coronel monopolizou o poder político local. O título podia ser simplesmente adotado pelo chefe local ou atribuído por um governo municipal ou estadual, em reconhecimento à sua posição na sociedade. Atuando como um elo entre o poder público e a população, influenciou nas relações interpessoais e interagiu com os outros agentes presentes na região.

Esses grupos dominantes no sertão nordestino são em número pequeno de famílias importantes, cuja riqueza está nas terras e na economia ligada à criação de gado, algodão ou ao comércio, o caso das famílias que se tornaram hegemônicas em Petrolina.

Dos personagens percebidos por Chilcote, o vaqueiro e o coronel estiveram presentes durante o processo de constituição e desenvolvimento de Petrolina. O vaqueiro, além de compor parte da população local, esteve associado a uma prática econômica que contribuiu para o aparecimento da cidade e perdurou ao longo de seu crescimento.

O coronel foi uma personagem que se fortaleceu à medida que a cidade ganhou importância política e econômica. Foi perceptível o fortalecimento de seu poder através da relação existente com o Estado patrimonialista. Adicionado a estas personagens, observamos a figura do religioso, seja primeiramente um missionário, ou os vigários que vieram depois, estes também compuseram o cenário interagindo com o vaqueiro e o coronel, contribuindo para composição da cidade são franciscana.

A partir destas percepções, podemos compreender que o espaço geograficamente estratégico no qual Petrolina surgiu esteve associado a um desenvolvimento econômico, através da pecuária e do comércio e, naturalmente, resultou na presença de personagens e instituições entre as quais a Igreja, entendendo sua presença associada a questões econômicas e sociais, conforme observou Weber¹⁴⁰.

Já as primeiras influências europeias em Petrolina vieram por meio de Garcia d'Ávila – filho de Francisco Dias de Ávila, um precursor dos bandeirantes que chegou ao Brasil com Thomé de Souza, em 1549 e desbravou as terras baianas. A presença católica foi perceptível desde o começo da ocupação.

Acerca de Garcia d'Ávila, escreveu Cunha que “[...] com o desaparecimento do seu pai, [ele] pôs-se a campo, e sempre com a ajuda do padre Antônio Pereira, [...] não arrefecia o seu entusiasmo”¹⁴¹

Durante o processo de conquista de novas sesmarias, na segunda metade do século XVII, terras foram adquiridas nas margens do rio São Francisco, no sertão de Rodelas. Em um requerimento da Casa da Torre encontramos o relato:

Dizem o capitão Garcia d'Ávila e o padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o rio de São Francisco, lá em cima, no sertão, onde chamam as aldeias de Rodelas, a qual terra desconhecida, eles suplicantes, com muitos trabalhos que passaram de fomes e

¹⁴⁰ WEBER, Max. Sociologia da religião: tipos de relações religiosas. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.1 Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

¹⁴¹ CUNHA, João Fernandes da. **Memória Histórica de Juazeiro**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia do Instituto Genealógico da Bahia. Editora: abc gráfica. Salvador-BA, 1978, p.16.

sedes por ser todo aquele sertão falto de água e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndios de muita fazenda, resgates que deram ao gentio, para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras, em que dispenderam mais de 2.000 cruzados de fazendas e roupas, com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas, os ditos índios, como naturais e senhores das ditas terras lh'as entregaram ... e como tais as povoaram de currais de gados etc.¹⁴².

Após as conquistas territoriais, Garcia d'Ávila transportou o gado sertão adentro, alcançando o rio São Francisco. Ele alargou o caminho que cruzava o rio São Francisco, no lugar que foi chamado de Passagem do Juazeiro, devido a existência de um Juazeiro, que oferecia sombra aos viajantes, servindo como de local de pausa para o longo trajeto. Foi por meio deste caminho que os vaqueiros passaram com seu gado e os Estados do Ceará, Goiás e Piauí se interligaram.

A medida que avançaram interior adentro, Francisco, da terceira geração dos d'Ávila, se deparou com a presença dos índios Guaisquais e Galaches, com os quais entraram em conflito pela posse da terra. Durante essa disputa foi possível observar novamente a presença católica na região. Desta vez, nas figuras do Frei capuchino Martin de Nantes e do Frei Francisco Donfront, da missão de Rodelas. Sobre sua presença, relatou Frei Martin de Nantes:

Pelo coronel Francisco Dias de Ávila, a quem pertenciam as terras do São Francisco, numa extensão de trinta léguas para baixo e mais de cem para cima, recebi, em fins de 1685, uma ordem do governador da Bahia, em cumprimento da qual fui obrigado a partir com os índios das quatro aldeias (Rodelas, Pambú, Ibó e Aracapá), aos quais se reuniram muitas outras aldeias¹⁴³.

Apesar da presença e participação católica ter sido oficial como percebemos no documento, outros relatos apontam para uma relação também conflituosa entre Estado e Igreja. Algo importante de ser pontuado, porque nos mostra que as tensões sempre existiram entre as duas instituições, não caracterizando necessariamente divergências, como uma ruptura. Apesar da presença de Frei Martin de Nantes para auxiliar a Francisco Dias de Ávila no combate aos índios da região do São Francisco, ocorreram desentendimentos entre eles. Esse atrito entre a figura

¹⁴² CUNHA, op. cit. p.17.

¹⁴³ CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**, 2a. edição. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. 22. Livraria José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 1958.

religiosa local e a figura política, fez o Frei ir até a capital da colônia em 1685, para pedir pelo em seu favor. Encontramos o relato de Frei Martin sobre sua desavença:

O coronel Francisco Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do São Francisco, afim de as cultivar e criar gados para o abastecimento da Bahia e Pernambuco, apossou-se indevidamente até das terras que o rei excetuara em favor dos índios. Assim foi que distribuiu gado e animais não só em ambas as margens do rio, como também nas ilhas, nas quais os índios haviam se refugiado, concedendo-lhe tudo para viverem em paz.

O conflito permaneceu durante alguns anos, a ponto de Francisco Dias d'Ávila também ir à capital baiana pedir intervenção do governo central. Além de sucessivas cartas do Frei Martin serem enviadas ao governo contendo outras reclamações sobre d'Ávila¹⁴⁴.

Percebe-se, através desses relatos, a presença católica na região desde a chegada dos europeus. Essa presença ocorreu com o desejo e consentimento do governo, no entanto, não faltaram desavenças entre as representações humanas das instituições, o que não significou uma ruptura entre as partes.

Isso nos revela que a relação existente entre a Igreja e o Estado nunca esteve livre de divergências, entretanto, não representou uma ruptura entre as partes, isso porque havia a necessidade que ambas se ajudassem. Esse tipo de interdependência permaneceu mesmo após a ruptura oficial com o advento da República.

Posteriormente à expulsão dos índios, as pessoas que transitavam pelo lugar, provavelmente conduzindo gado, perceberam a possibilidade de um lugar de pausa para descanso para o viajante perto do Rio São Francisco e de travessia

¹⁴⁴ “Os fluxos migratórios de populações indígenas desaldeadas no vale do submédio Rio São Francisco seguiam, via de regra, dois rumos: as serras ao sul de Pernambuco – onde se refugiavam aquelas populações que conseguiam escapar da espada e da cruz – e demais aldeamentos da região mantidos a fim de receberem o contingente das missões extintas.” ANDRADE, Ugo Maia. “A Jurema tem dois gaios”: história Tumbalalá. In: CARVALHO, MR., and CARVALHO, AM., org. Índios e caboclos: a história recontada [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 183.

ligando a Bahia ao Piauí por este caminho. Possivelmente, o processo de travessia de pessoas e animais foi feita a nado, como os índios costumavam fazer¹⁴⁵.

O lugar foi inicialmente chamado de “travessia nova”. Com o passar do tempo e o aumento do número de pessoas que realizavam a travessia, precisou de ajuda de vaqueiros, e de pessoas que auxiliassem através de barcos transportando os viajantes e as cargas em canoas às margens do rio.

Aos poucos a transição foi se tornando conhecida e, antes mesmo de se tornar cidade, a “passagem” foi atraindo a concentração de pessoas. Tornou-se sede de uma barca que fazia a passagem de mercadorias e de pessoas, e de uma espécie de posto fiscal de controle, e entrada e saída de produtos¹⁴⁶.

Do outro lado do rio também foi perceptível a presença do catolicismo na região e sua busca para se firmar na localidade. Após esses caminhos terem sido abertos, várias missões, como a de Canabrava, Natuba, Pombal e Soure, realizadas pelos jesuítas; as missões de Itapicurú de Cima, Massacará, Jacobina, Sahí, Juazeiro e São Gonçalo do Salitre, através dos franciscanos; em Maçarandupió, com os carmelitas; e, por fim, as localizadas em Pambú e Rodelas, dos capuchinos italianos; visaram a conversão dos gentios ao catolicismo. Os padres através dos caminhos abertos pelos bandeirantes, celebravam missas, batizavam e ouviam confissões. Também buscavam amortizar os delitos e desordens comuns daquela região.

Dom João Franco de Oliveira, arcebispo em 1694, fez uma visita pastoral à região do São Francisco, promovendo novas missões, dentre elas a da passagem de Juazeiro. Em 1706, a missão de Nossa Senhora das Grotas dos padres Franciscanos, se alojou na Passagem do Juazeiro e edificou a primeira capela ainda do lado baiano do rio São Francisco.

Cada missão dessa foi constituída de dois ou três missionários, cuja importância é percebida quando lemos que “[...] esses religiosos, portadores do título de Vigários Missionários, exerciam todos os poderes eclesiásticos, e detinham

¹⁴⁵ CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Petrolina o centro da rosa**. Petrolina-PE, 2013. p.20.

¹⁴⁶ SCWARZMANN, Joseph. **Geographische Karte der Provinz von São José do Piauhý: Carte Geographique de Piauhý**. Provence de L’Empire du Bresíl, 1928.

jurisdição temporal sobre os índios que aldeavam”¹⁴⁷. O que nos revela o poder de influência da Igreja, representado na figura religiosa, desde a colônia com os missionários até a presença do arcebispo na República.

Em um documento judiciário de 1743, do escrivão Pedro Marinho da Gama, encontramos a seguinte associação: “nesta passagem do Juazeiro, distrito da povoação de Nossa Senhora da Conceição das Rodelas, Comarca de Pernambuco”¹⁴⁸. No trecho destacado, ele se referia à missão de Nossa Senhora das Grotas, em Juazeiro da Bahia, em 1706, promovida pelos portugueses capuchinhos e apoiada pelo governo pernambucano. Todas essas missões visaram a catequização de índios.

A Missão de Nossa Senhora das Grotas reforçou o povoamento da Passagem do Juazeiro. Para este lugar acorriam não só os viajantes, boiadeiros e comerciantes, como também fiéis em busca de celebração de casamento, batizados e mesmo para participarem das atividades religiosas. A Passagem do Juazeiro transformou-se em um pequeno centro, principalmente porque a existência de padres nas caatingas era um fenômeno raro e assim permaneceu por muito tempo.¹⁴⁹

Não é possível dizer com precisão quanto tempo durou a missão dos franciscanos, mas os viajantes Spix e Martius relatam não ter encontrados índios em sua passagem pela região no ano de 1819. Apenas se sabe que nesse ano não havia mais índios aldeados em suas imediações¹⁵⁰.

Posteriormente a esses missionários, outros estiveram presentes na região, como Frei João de São José de Copertino e Padre Manoel Antônio de Souza, realizando outras ações como missas, batizados e extrema unção, além do casamento registrado no livro de casamento da freguesia de Cabrobó de 1810 e 1815.

¹⁴⁷ CUNHA, op. cit. p.29.

¹⁴⁸ Documento do acervo do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Livro de Casamentos da Freguesia de Floresta.

¹⁴⁹ GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. p.61.

¹⁵⁰ SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.F.P Von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p..288.

A presença católica na região de forma tão prematura permitiu-nos associar sua passagem ao marco da origem de Juazeiro e Petrolina, gerando a “travessia nova” uma nova rota comercial pelo interior brasileiro¹⁵¹. Essa ideia foi difundida pela Igreja e pode ser encontrada em outras obras que tratam das origens da cidade¹⁵². Ou seja, mais do que apenas atender a demanda de uma necessidade religiosa, para uma população que se formava, a igreja buscou para si o bastião do desenvolvimento local.

Foi perceptível, ao longo da história de Petrolina, a associação que a Igreja fez entre a sua presença e o crescimento da cidade, atribuindo a si mesmo um protagonismo proveniente da benção divina, um recurso simbólico trabalhado em vários momentos ao longo da história da cidade e que alçou outro patamar na segunda década do século XX.

As ações desenvolvidas pela Igreja, chamadas de missões volantes ou de aldeamento foram marcantes no início da colonização e tiveram o propósito de catequizar índios no litoral e no sertão, como ocorreu no interior de Pernambuco; todas com objetivo evangelizador.

Elas foram divididas em três momentos, sendo o primeiro no período de colonização, do litoral até a zona da mata; o segundo, durante o governo holandês, em que protestantes atuaram nas missões litorâneas e da zona da mata; e um terceiro período ocorrido também no século XVII, atuando além do litoral, mas também no sertão, às margens do rio São Francisco, na região que hoje fica entre Petrolina e Paulo Afonso. Essas missões foram realizadas pelos franciscanos, estrangeiros franceses e italianos.

Leis portuguesas colocavam em poder da Igreja parte da ação e controle do sistema colonial e, ao mesmo tempo, garantiam a instalação de missões no Brasil. Esse sistema ou projeto colonial engajava missionários religiosos, portugueses e também de outras origens europeias, todos submetidos às Ordens Reais que

¹⁵¹ WILLEKE, Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil**: Missões da província de Santo Antônio. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1978. p.85-86.

¹⁵²A ideia de fundação pelos católicos pode ser encontrada na obra de Queiroz (1983, p.155).

controlavam desde os meios de navegação aos problemas políticos, econômicos e jurídicos estabelecidos na colônia.¹⁵³

Percebe-se, portanto, que através do regime de padroado havia uma relação de colaboração entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Romana na colonização. Devido à dificuldade de Portugal alcançar toda extensão territorial de sua colônia, competiu à Igreja contribuir para o fortalecimento do Estado, através da propiciação de práticas sociais que mantivessem a ordem; e do registro populacional, através do nascimento, batismo, casamento e enterro. Essa sujeição católica a Portugal era consequência da orientação política que receberam durante sua formação teológica na Universidade de Coimbra, onde a maioria do clero estudou.

Através da permissão da Metrópole portuguesa, os católicos tentaram regular a sociedade colonial. Assim, o catolicismo permeou a vida cotidiana e a religião perpassava as relações interpessoais, tornando a sociedade e a religião interligadas. Os principais momentos da vida estavam associados à Igreja romana. “poder participar das atividades religiosas representa ser aceito socialmente, estar de acordo com os preceitos da Igreja tridentina, quanto ao controle dos costumes e difusão da moral cristã”¹⁵⁴.

Weber afirma que a Igreja exerce o seu poder “quando na medida em que seu quadro administrativo pretenda para si o monopólio da legítima coação hierocrática”¹⁵⁵. Por estar presente no território nacional desde o começo da colonização, a Igreja sempre tentou trazer para si o protagonismo da teleologia da história, o que no caso de Petrolina não foi diferente, pois a Igreja buscou para si o monopólio do surgimento e desenvolvimento local. Nesse sentido, ela passou a conduzir os outros a aceitarem sua história, exercendo um poder no qual buscou submeter pessoas e fatos ao seu capital simbólico.

¹⁵³ BARBOSA, Bartira Ferraz. **Missionação na capitania de Pernambuco**: O convento de São Francisco em Olinda. In: GUEDES, Roberto (org). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime**: Escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados: Século XVII – XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 94.

¹⁵⁴ FIGUEIREDO, Cecília M. F. **Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII** in Termo de Mariana: História e documentação. *Mariana: Imprensa. Universitária da UFOP*, 1998. p. 102.

¹⁵⁵ WEBER, op. cit. p. 34.

Contudo, a presença católica na região não foi o marco como surgimento de uma comunidade local ou mesmo de um desenvolvimento, mas a confirmação da existência de uma região que estava se desenvolvendo. Embora o registro da missão busque o protagonismo de origem das cidades de Juazeiro e Petrolina, entendemos essa informação como o argumento que reforçou a crença da existência de pessoas circulando a região, sendo a religião católica um participante e contribuinte deste processo de desenvolvimento, sendo também um agente impulsionador.

O padre e historiador, Francisco Pereira Cavalcante, reconhece a atuação da missão como resultado da movimentação existente no local, pois era “a missão que estava em ponto estratégico no rio dos currais, diante da qual desfilaram milhares de vaqueiros tocando o gado para os grandes centros”.¹⁵⁶

Compreendemos que a presença católica na região se enquadra no que Weber chamou de “Sociologia da dominação”¹⁵⁷. Para o autor, a dominação não só está presente na ação social, bem como é um dos elementos de maior importância por influenciar essa ação social em todas as suas áreas. Realizando, assim, um contraponto ao poder econômico, uma vez que para Weber nem toda dominação se utiliza de meios econômicos para sua manutenção. Daí a importância de se observar outros mecanismos de dominação presentes.

Para o autor, a dominação é “a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, e pode apresentar-se nas formas mais diversas”¹⁵⁸, como, por exemplo, transmitindo a ideia de uma igreja sempre presente e determinante no crescimento local. Pensamento que começou a ser construído desde os primórdios da cidade e permaneceu ao longo do tempo se solidificando na terceira década do século XX.

A teoria do *Campo Religioso*, de Bourdieu, está relacionada a ideia de um espaço por contar dentro dele com um sistema de normas próprias que permite que o indivíduo se relacione de forma diferente com a sociedade em que está inserido. Por isso, este campo é possuidor de certa independência.

¹⁵⁶ CAVALCANTE, op. cit. p.20.

¹⁵⁷ WEBER, op. cit.

¹⁵⁸ WEBER, op. cit.

No caso do campo religioso, existe o diferencial do elemento sagrado que fortalece as relações dentro do campo, mais pelo valor sagrado do que pelos bens simbólicos presente dentro dele. Para Bourdieu, os bens simbólicos se relacionam com a sociedade.

[...] o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias, definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos¹⁵⁹.

Através dessa percepção, compreendemos o conceito de campo, principalmente o religioso, como apoio para compreensão da relação entre a Igreja, o período em questão e o espaço existente. Desde o início desse processo, a presença do catolicismo foi visível.

Para Bourdieu, ao produzir uma linguagem específica, a religião também se torna um campo de estruturação da sociedade, quando influencia sua constituição, sob o viés de sua orientação religiosa. O autor percebe a sociedade dividida em campos que estão sempre mudando, e entre eles está o religioso, que não é diferente.

A Igreja, através do uso dos símbolos, buscou marcar sua atuação local, além de, posteriormente, regulamentar comportamentos sociais ou mesmo construir determinadas crenças, as quais a sociedade deve se ajustar, elaborando aos poucos o valor simbólico de sua presença. Identificamos este processo em vários momentos, a começar pela argumentação da região ter se desenvolvido pela presença de missionários.

A ideia de um catolicismo propagador e atuante na história local perpassou não só as origens da cidade de Petrolina, mas ao longo de toda sua história e, principalmente no período do século XX, período o qual se delimita nosso estudo os recursos para construção desses símbolos tiveram maiores possibilidades

¹⁵⁹ BOURDIEU, 1999, p. 105.

provenientes das mudanças da sociedade, como a inserção das massas ou ampliação da informação.

A construção destes símbolos permitiu ao catolicismo construir a própria história da cidade de Petrolina, alicerçando-a em sua presença. Sempre ressaltando a presença da Igreja e o fortalecimento da mensagem de que suas ações representaram marcos de desenvolvimento para a região.

A partir do século XVIII, quando a região ainda era um local de passagem entre viajantes, comerciantes e boiadeiros – geralmente do Ceará, Piauí e Maranhão –, em direção a cidade de Juazeiro que ficava na província da Bahia, foi que se teve o primeiro registro de habitação onde hoje se localiza a cidade de Petrolina.

Percebeu-se a presença de Igreja em cada momento de crescimento. Até 1743 a “passagem de Juazeiro” era assistida pelo vigário de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, quando passou ao distrito de nossa Senhora da Conceição das Rodelas e Comarca de Pernambuco, com sede em Cabrobó.

Na segunda metade do século XVIII, um sujeito, identificado apenas como Pedro, passou a morar no local com o objetivo transportar cargas e pessoas através de canoas usando as margens do rio São Francisco. Sobre a moradia e o morador temos o relato: “[...] improvisa morada, cerca trecho de terra, pesca, planta e inicia criatórios de caprinos, que os viajantes são raros e o tempo lhe sobra” ¹⁶⁰. No mesmo século, o Império brasileiro percebeu o crescimento da movimentação no lugar e passou a cobrar impostos à barca que realizava a travessia, posteriormente, já no século XIX, colocou um posto alfandegário.

3.2 AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

À medida que o local se desenvolveu e a população aumentou, a Igreja buscou ampliar sua presença. Em 1849, por iniciativa do Vigário de Santa Maria da Boa Vista, o português Manoel Joaquim da Silva, ocorreram as Santas Missões na região da Boa vista e na futura Petrolina. As Santas Missões, também conhecidas como Missões Populares, presentes no século XIX, estavam inseridas no processo de Reforma Católica, também chamado de romanização. Elas tiveram muitos

¹⁶⁰ PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1991. p. 21.

objetivos, entre os quais transmitir uma correta prática sacramental e fortalecer o vínculo entre os fiéis e a hierarquia eclesiástica.

O missionário responsável era o Frade Henrique de Castel S. Pedro. Sua atuação foi marcada por dois pontos significativos: primeiro, como um agente de pacificação regional, visando o apaziguamento dos ânimos estremecidos após a revolta Praieira¹⁶¹. Essa atitude confirmou a atuação da Igreja como uma aliada do Império brasileiro, aliança esta que permaneceu com o Estado brasileiro, mesmo após o fim do Período Imperial, adquirindo apenas outra forma de se relacionar.

A segunda ação significativa foi a transferência da imagem de Nossa Senhora para o povoado do qual nasceria Petrolina, fruto também da permissão e esforço do vigário de Boa Vista. Essa transferência não ocorreu por acaso, a região já despontava como cenário importante de crescimento e por isso a presença da Igreja se tornou mais marcante, com a transferência da Santa e os planos para construção da Capela. Sobre isto escreveu Cavalcante:

A transferência da imagem para passagem do Juazeiro tinha forte carga política [...] aconteceu no interior de movimento que, no mínimo, escondia pretensões emancipatórias em relação a Santa Maria da Boa Vista, afirmando-se como comunidade independente¹⁶²

A transferência da Imagem de nossa Senhora possui um capital simbólico significativo, pois a presença da imagem em uma localidade é motivo de orgulho de seus moradores e torna o local em que está mais valorizado perante os demais. Portanto, a ida da imagem para a futura cidade de Petrolina contribuiu para colocar o local em um patamar de maior importância para Igreja. Esta atitude veio a se somar a outras ações que ratificaram a associação de Petrolina com a Igreja.

Já no século XIX, a construção de estradas de ferro foi um importante fator de desenvolvimento regional, pois contribuíram para circulação de mercadorias, possibilitando o escoamento da produção de zonas rurais, além do intercâmbio entre regiões.

¹⁶¹ GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta**: Uma terra, um povo. Floresta: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal de Floresta, 1996. (Coleção tempo municipal, 14) p. 242.

¹⁶² CAVALCANTE, . op. cit. p.54.

No Brasil, duas ferrovias foram projetadas na segunda metade do século XIX: a Estrada de Ferro de D. Pedro II, que ligaria o Rio de Janeiro à Minas Gerais; e a Estrada de Ferro do litoral baiano ao interior do Estado, alcançando o São Francisco. Esta teve a construção aprovada através da lei número quatrocentos e cinquenta, em 21 de junho de 1852.

A escolha do término da estrada de ferro foi devido questões geográficas, uma vez que as margens eram favoráveis ao traslado de mercadorias entre o rio e a ferrovia; e de intervenções políticas, pois Fernandes da Cunha, filiado ao partido conservador e nascido na região, se mobilizou para que o trajeto da estrada se desembocasse a beira da “passagem de Juazeiro”¹⁶³.

A construção da ferrovia foi importante para a região do Vale do São Francisco, pois beneficiou a margem da “passagem de Juazeiro”, onde a estrada terminaria. Uma constatação que reforça a construção da estrada de ferro, como fator de contribuição para o desenvolvimento local, é a comparação com outras freguesias localizadas na borda do rio São Francisco como Uauá, Curaçá, Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado e Remanso, que não se desenvolveram como a localidade que hoje se encontram as cidades de Juazeiro e Petrolina.

[...] contribuiu, do modo mais eficaz, para que a cidade de Petrolina, juntamente com a de Juazeiro, se transformassem nos dois maiores entrepostos comerciais da região do São Francisco e, em decorrência desse favorecimento de ordem econômica, ganhassem, por outra parte, as condições de desenvolvimento social a que atingiram, liderando, hoje, sem sombra de dúvida, todos os demais centros comerciais circunjacentes, todas as cidades circunvizinhas, nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Piauí¹⁶⁴.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram um período importante para o fortalecimento do Catolicismo no interior pernambucano. Durante esta ocasião, a Igreja se fez presente de forma mais incisiva, culminando com a criação da Catedral.

Segundo De Jesus, dois foram os fatores determinantes para extensão católica nesse momento:

[...] (i) o fim do regime do padroado no Brasil, o que tornou a Igreja uma instituição desvinculada das decisões do Estado, e, portanto,

¹⁶³ CUNHA, op. cit. p.98

¹⁶⁴ Ibid., p. 100

possuidora de autonomia na gestão do território brasileiro, e (ii) a implantação da política do Estado de construção de estradas de ferro exploradas por companhias inglesas, que ligavam as principais capitais nordestinas às importantes cidades interioranas¹⁶⁵.

Corroborando a perspectiva de crescimento econômico local, percebemos uma Igreja Católica que buscou se fazer presente através da construção de uma capela. Em 1858, iniciou-se a construção, só concluída em 1860, da Igreja que futuramente seria a Matriz da cidade. Esse evento foi classificado, através de um registro oficial da Igreja, como o mais importante acontecimento da época¹⁶⁶.

A capela construída recebeu uma imagem da padroeira, que veio de Santa Maria da Boa Vista, sede do município ao qual o povo pertencia.

Foram construídas em lugares estratégicos, escolhidos após pequenas incursões, que visavam o reconhecimento físico da região e da população indígena. Rigorosamente planejada, constituía-se numa unidade urbano-rural de área de trinta a quarenta léguas em quadra ou em círculo, segundo o número de habitantes e qualidade da terra. Elas podiam compreender, além da igreja e do convento para moradia dos padres, uma escola, um hospital, horta, pomar e áreas de plantação de cana de açúcar.¹⁶⁷

Um ponto importante observado no campo religioso é a busca por impor um pensamento coletivo, de forma a manter e fortalecer os membros deste campo. Essa busca é perceptível através da construção de símbolos e pensamentos que dão significado à união presente no campo. Entendemos a capela e a padroeira como elementos simbólicos dessa presença e como uma ação de fortalecimento do pensamento coletivo dessa comunidade.

A presença católica em qualquer região era sinônimo de organização e desenvolvimento local. O Inglês Henri Koster que viajou pelo sertão brasileiro no século XIX, ao relatar os espaços visitados de sua passagem destacou que

[...] pela manhã subsequente ainda passamos arvoredos e, perto do meio-dia, chegamos a Vila do Assú. Oh, que alegria tive vendo uma

¹⁶⁵ De JESUS, Sandy Regina Cadete Barbosa. A Territorialidade da Igreja Católica Apostólica Romana no Nordeste Brasileiro. In: **espaço e cultura**, UERJ, Rio de Janeiro número 21, janeiro de 2007. p. 58.

¹⁶⁶ CAVALCANTE, **Pe. Henrique José Cavalcante: O mestre da Caridade**. Petrolina-PE, 2008. p. 17.

¹⁶⁷ BARBOSA, op. cit., p.95.

igreja! [...] e a perspectiva regular de uma vila como pessoas civilizadas, se assim as posso chamar de ‘civilizados’, de acordo com as ideias europeias”¹⁶⁸.

Através do relato de Koster percebemos como a presença do catolicismo em lugares mais distantes representava um reconhecimento do avanço político e administrativo local.

as construções eclesiásticas, a religião oficial, com todos seus ritos e práticas ainda exerce grande importância sobre a formação e organização dos espaços urbanos, pois têm posição privilegiada dentro de grande parte das cidades brasileiras, além de influenciar ações e valores de grande número de indivíduos.¹⁶⁹

A fixação do catolicismo, portanto, ocorreu de forma pontual, seguindo objetivos e ações específicas. A busca pelo protagonismo do desenvolvimento local vinha acompanhada da construção de uma igreja que marcava sua presença como um símbolo material, fincado em terra. Além de atuar em áreas importantes na constituição da sociedade como educação, saúde e economia local.

. A construção da capela demonstrou que a região na segunda metade do século XIX, passou por uma expansão populacional, fato também observado através das leis jurídicas e administrativas instituídas. Semelhantemente a essa maneira de agir, observaremos as ações do catolicismo em Petrolina, já no século XX, no próximo capítulo.

¹⁶⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.p. 138.

¹⁶⁹ ROSA, Wedmon Teixeira. **A Influência da Religiosidade Popular e da Igreja Católica na Formação e (Re)Organização Espacial das Cidades no Recôncavo Sul da Bahia: o Caso de Milagres**. CIENT / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Ano II. n. 1 (Jan./Dez. 2009). Recife: CCS Gráfica, 2010. p.83.

Figura 1 - Imagem da Capela Rainha dos Anjos após 1860, futura Igreja Matriz.



Fonte: autor desconhecido.

Na imagem acima, localizada onde foi inicialmente o centro da futura Petrolina¹⁷⁰ podemos perceber a disparidade entre a dimensão da Capela Rainha dos Anjos e um pequeno número de casas de tijolos existentes na região, posicionadas atrás da Capela, menores, simples e discretas se comparadas com a Capela. Esta imagem nos ajuda a compreender a importância da construção material para o fortalecimento simbólico da Igreja e de do imaginário de uma instituição grandiosa, maior do que o que está ao seu redor, uma Igreja a frente do povo, que carregar estantarte do crescimento.

Dentre o conceito de campo religioso de Bourdieu podemos compreender o processo que permite a Igreja ser, ao mesmo tempo, aparentemente, uma instituição tradicional, mas também ter a capacidade de adaptação que lhe permite reelaborar seu discurso e prática a fim de manter sua influência e poder.

Para Bourdieu, o campo religioso é um espaço que possui uma relativa autonomia e por isso cria suas próprias regras, para seu próprio funcionamento interno. Essas regras se interligam com a sociedade dando a ela significados.

¹⁷⁰ No final do último capítulo veremos que o que foi inicialmente do centro da cidade de Petrolina, foi levemente deslocado outro lugar, seguindo um interesse da Igreja Católica.

Compreendemos, portanto, que a construção da capela trouxe para a cidade a materialização dos simbolismos trabalhados desde o início da ocupação da região, no qual a Igreja procurou sempre associar suas ações ao crescimento local. Através da capela foi possível continuar a desenvolver um campo religioso cujos símbolos estavam sendo representados.

Um desses símbolos foi a escolha da padroeira do lugar. Há relatos de que a santa já era adorada desde meados do século XVIII ¹⁷¹. A escolha do padroeiro de um lugar relaciona-se a algo comum à população local. No caso da região que posteriormente se tornou Petrolina, a escolha contribuiu para dar significado ao lugar, além de reforçar o vínculo religioso.

Por isso, a escolha da padroeira foi associada ao símbolo da Rosa dos ventos. O objetivo foi associar o local, ponto de encontro de muitas rotas comerciais, à padroeira Santa Maria Rainha dos Anjos, que seria responsável por guiar a população local em seus caminhos. Decisão que postulou a Igreja como guia daquela população e condutora dos caminhos daquele lugar. Um dos hinos cantados pelos moradores da passagem do Juazeiro era *Stella Maris* ou estrela do mar que dizia:

*Ave, do mar Estrela,
Bendita mãe de Deus,
Fecunda e sempre virgem,
Portal feliz dos céus [...]
Oh! Daí-nos vida pura,
Guiai-nos para luz
E um dia ao vosso lado
possamos ver Jesus*

No altar da Igreja Matriz, construída no local onde existia a capela, há o símbolo que representa a padroeira da cidade e a Rosa dos Ventos. Essa ação da Igreja é uma representação física e simbólica de sua ação protagonista. É importante perceber que, antes mesmo da cidade passar a se chamar Petrolina, a Igreja já instituiu a Santa do lugar. Sua escolha está rodeada de simbologia.

Em alguns casos a escolha do padroeiro, liga-se a um objetivo maior, não particular, mas social, de forma mais racionalizada, intencional

¹⁷¹ CAVALCANTE, . op. cit.

[...] um padroeiro com um título capaz de simbolizar os seus ideais, sua consciência, sua vocação. A indicação da padroeira de Petrolina [...] foi escolhida a dedo, com escopo de representar uma comunidade que se reconhece como epicentro de uma encruzilhada de caminhos, que se entende como espaço onde acontece a necessidade de orientação geográfica ¹⁷².

Embora a Igreja atribua a participação popular na escolha da padroeira, essa escolha não ocorreu apenas de forma espontânea, mas com influência da Igreja Católica. Na segunda metade do século XIX, a padroeira local escolhida Santa Maria Rainha dos Anjos fez referência ao ponto de convergência que o local possuía, aos missionários que lá estiveram nas missões, e colocou a Igreja como centro deste ponto de convergência.

Essa escolha também esteve associada às alterações realizadas pela Reforma no que condiz a introdução de Santos devotos na Europa e em detrimento a santos tradicionais do catolicismo popular¹⁷³. Entre as devoções que estavam em alta, na Europa, se encontrava o Sagrado Coração de Jesus e a devoção a Maria.

Um importante ponto no qual podemos ver a busca pelo fortalecimento dos laços religiosos com a futura cidade são franciscana é acerca do nome recebido pela cidade, Petrolina. Diante das diversas teorias que explicam a origem da nomenclatura dada a ela, a Igreja também buscou se inserir no processo.

Somente na segunda metade do século XIX apareceu pela primeira vez o nome da cidade de Petrolina, em um documento da Assembleia Legislativa de Pernambuco, de dezessete de maio de 1861, no qual o padre e deputado estadual, Francisco Pedro da Silva, solicitou a criação da freguesia de Santa Maria Rainha dos Anjos, separando-se da freguesia de Santa Maria da Boa Vista. A origem do nome Petrolina foi atribuída a vários fatores e a Igreja Católica não deixou de explicitar sua versão.

Uma versão conhecida e usada por representantes da Igreja para mistificar a relação da cidade com o catolicismo é a que liga a origem do nome da cidade a expressão *pedra linda*. No *Atlas*, proveniente do estudo do rio São Francisco, em

¹⁷² CAVALCANTE, op. cit. p. 23.

¹⁷³ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988. p.32.

meados do século XIX, feito pelo engenheiro alemão naturalizado brasileiro Henrique Halfeld, é possível observar que a região era composta de muitas pedras, tendo ao seu redor localidades com nomes associados à existência destas.

A cidade de Petrolina também possuía muitas pedras, principalmente, no local que hoje se encontra o centro da cidade; e onde se localizava a capela que hoje abriga a Igreja Matriz da Rainha dos Anjos. Lá havia uma grande pedra de granito chamada de *pedra grande*.

Figura 2 - Foto do centro de Petrolina rodeado de rochas – Século XIX



Fonte: autor desconhecido.

Tanto na *Figura 1* quanto da *Figura 2* é possível observar, de maneira discreta, a frente da Capela a “pedra grande” de Petrolina, cujo caráter simbólico povoou o imaginário da população sobre a origem do nome da cidade e durante a construção da Catedral.

No livro *Petrolina: no tempo, no espaço e na vez*, de Antônio de Santana Padilha, é citada a existência dessa pedra e sua associação ao nome da cidade. A história conta que alguém teria subido na rocha e dito: *Pedra linda!*¹⁷⁴, que seria algo semelhante ao pronunciamento atribuído a Duarte Coelho sobre a cidade de Olinda.

Francisco José Pereira Cavalcante, em seu livro *Petrolina, Pedros e pedras*¹⁷⁵, remete que a transferência da imagem de Nossa Senhora Rainha dos Anjos coincidiu com a emancipação da cidade e a atribuição de seu nome também.

¹⁷⁴ PADILHA, op. cit. p.83.

¹⁷⁵ CAVALCANTE, op. cit.

Para ele, o nome da cidade esteve associado não só ao Imperador (Dom Pedro), mas também aos diversos Pedros presentes na história de Petrolina, além das pedras existentes na cidade e região.

No entanto, ele acrescentou a importância da presença católica no local através da transferência da imagem da Santa para a passagem de Juazeiro. A seu ver, a escolha da Santa, assim como a do nome, também associada à monarquia, era uma tentativa de agradar ao Imperador. Sendo resultado da busca pela reaproximação entre ambos.

A presença da imagem na região seria uma demonstração de fidelidade ao Império brasileiro, a seu governante e a sua religião oficial. Sendo esta uma opção pela aproximação com o Estado em tempos de rebeldia local. Para Cavalcante¹⁷⁶, o título de “Rainha” estava agregado ao nome Santa Maria dos Anjos.

Em uma publicação do periódico *O Pharol*, de 1922, em que se discute a possibilidade de destruição ou não da pedreira, já há uma negação da origem do nome de Petrolina a esse fato: “há quem alegue a tradição da pedra dizendo que dela proveio o nome de Petrolina, porém ao sabemos esta asserção não tem fundamento, se o tem desconhecemos”¹⁷⁷.

Alguns historiadores atribuem o nome da cidade de Petrolina ao nome do Imperador Dom Pedro II e a sua esposa Tereza Cristina, consequência de uma viagem que fizeram através do São Francisco no ano de 1859. Para os historiadores a escolha pode ser compreendida como uma tentativa de aproximação entre a província de Pernambuco e o governo Imperial¹⁷⁸, estremecidos por circunstâncias históricas, nas quais se posicionaram de forma contrária, como na Revolução de 1817; no Movimento Constitucionalista, de 1821; na Confederação do Equador, de 1824; e na Revolução Praieira, de 1848.

Essas revoltas renderam à província uma relação conflituosa com o Império brasileiro. Parte desses movimentos teve um caráter progressista, marcado por severas punições territoriais e perdas humanas. Inclusive, chegou-se a dizer que em um relatório destinado a Dom João VI que “[...] de Pernambuco emana o maligno

¹⁷⁷ Cousas da cidade: deve-se quebrar a pedra grande? **O Pharol**, Petrolina, 29 de agosto de 1929. p.1.

¹⁷⁸ CAVALCANTE, op. cit. p. 22.

vapor”¹⁷⁹. A maior e mais intensa parte destes conflitos ocorreu sob o reinado de Dom Pedro I.

Os missionários Spix e Martius, em passagem pelo Brasil, falaram acerca da província pernambucana e da região do São Francisco como sendo “[...] o único sertão da província de Pernambuco em que tocamos, e isto aconteceu um tanto que propositadamente, por causa das perturbações políticas que alguns anos antes se havia dado nessa província” ¹⁸⁰. Essa passagem ocorreu entre a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador de 1824.

Durante o reinado de Dom Pedro II, observou-se uma tentativa de reaproximação entre as partes. Da parte do governo, em 1856, foi criada uma comissão científica exploradora, comandada por Guilherme Schüch, Barão de Capanema, com o intuito de conhecer o sertão nordestino. Dois anos depois, ocorreu a conclusão do trecho da estrada de ferro que ligava Recife e o Rio São Francisco.

Em 1859, o Imperador viajou pelo Rio São Francisco e visitou a cidade do Recife. Se na capital pernambucana a antiga rua da candeia foi rebatizada como rua do Imperador, acredita-se que a viagem pelo São Francisco tenha resultado no nome da cidade. Esta é a versão mais aceita sobre a origem do nome da cidade, atestada pelo órgão oficial do governo:

No local, encontra-se, hoje, a ponte que liga a cidade de Petrolina à cidade de Juazeiro. A Lei Provincial nº 530, de 07 de junho de 1862, elevou Passagem de Juazeiro a categoria de freguesia com a denominação de Petrolina, em homenagem ao Imperador Dom Pedro II¹⁸¹.

A solicitação feita em 1861, a qual se encontrou o nome de Petrolina, também aponta para outro ponto importante sobre o crescimento local. O documento remete ao desenvolvimento jurídico e administrativo da cidade. Sobre isso, escreveu Aquino:

¹⁷⁹Para saber mais sobre os movimentos revoltosos existentes na província de Pernambuco Cf. Guerra, 1997.

¹⁸⁰ SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.F.P Von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p.309.

¹⁸¹ PERNAMBUCO. CONDEPE/FIDEM. **Perfil Municipal de Petrolina**. Recife, 2005.

Foi o primeiro passo oficial na organização administrativa que viria, posteriormente, a se constituir como município de Petrolina. Na estrutura política imperial onde a Igreja era ligada ao Estado, as comunas tinham início oficial, na freguesia e através dela eram criados os poderes governamentais para regerem a administração pública.¹⁸²

Na lei de número 530, em sete de junho 1862, foi elevada à condição de vila e freguesia. Nessa lei, observamos outra vez o nome “Petrolina” o qual nos deterá em um dado momento:

Lei nº 530, de 7 de junho de 1862

Art. 1º - Fica elevada à Matriz a nova capela de Santa Maria dos Anjos da povoação de Petrolina, sob a invocação da mesma senhora, e desmembrada da freguesia de Santa Maria da Boa Vista esta povoação, para constituir nova freguesia com os terrenos que ficam à margem do rio S. Francisco, acima deste a barra do riacho Pontal, inclusive a ilha do mesmo nome, até o Pau da História, onde finda o termo e limita com a província da Bahia, compreendendo a mesma freguesia para o centro todos os confluente do supra-dito Riacho Pontal, até os limites da província do Piauí, exclusive a fazenda Barra, de Manoel Nunes de Barros, e logradouro de André Nunes Bráulio, que ficaram pertencentes à Santa Maria da Boa Vista [...]

Art. 3º - À povoação de Petrolina fica elevada a categoria de Vila e para ela transferida a sede do termo Boa Vista.

Dr. Manoel Francisco Correia, Presidente da Província¹⁸³.

Dez anos depois Petrolina já se encontrava entre as principais localidades do interior pernambucano, tendo registrada uma população de 4.906 pessoas. Um número significativo se comparado às cidades do estado. Superando cidades que surgiram primeiro como Boa Vista, já tendo cerca de 62% da população de sua vizinha Juazeiro, também mais antiga e emancipada 37 anos antes que Petrolina¹⁸⁴.

¹⁸² AQUINO, Raul. Criação de freguesia de Petrolina. In.: **Ouricuri** – tempo do Comendador Francisco Pedro. Prefácio de Antônio C. de Medeiros. Recife: FIAM, CEHMF – Centro de Estudos de História Municipal, 1998. p.49.

¹⁸³Fonte:

<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=261110&search=pernambuco%7Cpetrolina%7Cinfograficos:-historico&lang> Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

¹⁸⁴ IBGE – Censo Demográfico.

Tabela 1 - População por Município e Freguesia de Acordo com o Recenseamento

População por Município e Freguesia De Acordo com o Recenseamento			
	População		
Áreas	1872	1890	1920
Boa vista	2.464	3.772	7.067
Petrolina	4.906	6.856	16.942
Juazeiro	7.863	*	24.255
Cabrobó	8.472	11.658	15.227
Floresta	15.153	10.281	19.780

Fonte: Anuário estatístico de Pernambuco e Bahia – 1927 e 1929.

Acompanhando o processo de crescimento da Igreja, em 1868, por pedido do bispo Dom João da Purificação, Marques de Perdigão, na Assembleia, através da lei 530 de 7 de junho de 1862, concedeu à Petrolina o direito de Paróquia, na época chamada de freguesia, com a promessa de maior assistência; e nomeou Manoel Joaquim da Silva como seu primeiro vigário.

Além da identificação do nome da cidade, da percepção de crescimento e emancipação de Petrolina, foi possível notar a presença do catolicismo durante este processo, através da referência da capela no artigo da lei. O que corrobora a aproximação entre o poder político na representação do Estado e o poder religioso através da Matriz. Uma aproximação de instituições que se fortaleceram mutuamente

Em 18 maio de 1870, a lei de número 921 definia:

Art.1º - Fica transferida para a População de Petrolina a sede da Vila de Boa Vista.

Art.2º- Fica Igualmente transferida para Petrolina a sede da freguesia de Santa Maria Rainha dos Anjos da Cachoeira do Roberto.

Art. 3º - A esta freguesia fica pertencendo todo o riacho do Pontal com suas águas e fazendas, e bem assim a ilha denominada de Pontal.

Art. 4º - Fica criada em Petrolina uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino.

Dr. Adolpho, de Barros Cavalcanti de Lacerda – Pres. da Província

As disputas por terras que já existiam, se tornaram maiores na medida em que a região do vale do São Francisco cresceu em importância. Tanto que se observou a alteração das demarcações de terra por meio de leis posteriores, como a de número 1377 de oito de abril de 1879¹⁸⁵. Esses conflitos e as consequentes alterações de demarcação por meio de leis atestam um quadro de mudança social e política que datou o fim do Brasil Império e início do Brasil republicano.

Demonstrando a ampliação da importância da cidade e o aumento de interesses pelo lugar, percebemos ações de outros missionários que percorreram os sertões, entre o vale do São Francisco, conviveram e interagiram com esta realidade, fortalecendo as raízes do catolicismo através de suas ações.

No século XIX, intensificou-se o número de viajantes que faziam a travessia e ocorreu o desenvolvimento de Juazeiro, do outro lado do rio; na região pernambucana. Henrique Halfeld, Engenheiro de origem alemã que passou a viver no Brasil, em seu percurso pelo rio São Francisco, passou pela passagem de Juazeiro e relatou, em 1863 a existência da capela, 48 casas e quartéis¹⁸⁶. Em meio ao seu relato, percebemos a presença católica através da capela. Também, através de Halfeld, podemos perceber o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias da época: “pelas informações obtidas passarão em um ano, 7.500 a 8.000 pessoas, 10.500 cabeças de gado vacum, e mais 300 animais cavalares e muares, sendo conduzido o maior número dos primeiros para Bahia”. Dando dimensão do crescimento local.

Através dos relatos de viajantes estrangeiros foi possível traçar um panorama característico da “passagem de Juazeiro” no século XIX. O alemão João Batista Von Spix relatou acerca das características sociais, considerando “[...] raras vezes [que] se encontram entre eles um branco de raça europeia, muitos são os

¹⁸⁵ SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente**: a modernização conservadora no sertão pernambucano. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979. p.57.

¹⁸⁶ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Relatório **Concernente a exploração do rio de São Francisco**: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico in: Atlas e Relatório Concernente a Exploração do rio de São Francisco: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico. 2ª ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. p.14.

mulatos, outros revelam pela cor mais clara do rosto e o cabelo liso, a mistura de sangue indígena e branco”.¹⁸⁷

No século XIX, a freguesia de Cabrobó compunha um espaço territorial que alcançava uma área que se estendia até a região do Vale do São Francisco. Assim, através dos livros de Batismo de Santa Maria da Boa Vista e de Cabrobó, realizados pelo Pe. João José de Araújo e registrados pelo Pe. José Vieira Sampaio, foi possível confirmar a mestiçagem descrita pelo viajante presente na população, com 75 por cento dos batismos registrados como crianças pardas, 18 por cento de escravos.

O viajante germânico também traçou um panorama social do local:

[...] em pontos diversos, elevam-se os bosques ralos da palmeira aricurí [...] de cujos caules os sertanejos costumam preparar um pão seco, extremamente pobre de matéria nutritiva. Precisa o povo de tão opulento país de recorrer de tais meios de salvação, para não morrer de fome, pareceria incrível, e não houvéssemos visto a miséria em que geralmente vive a gente do sertão, e se acha bem. Pareceu-nos, entretanto que, à educação e o gênero de vida que este povo está em condições inferiores mesmos aos mais remotos de minas. Uma palhoça imunda tendo em volta uns pés de bananeira maltratados, uma roça de feijão, mandioca, uma cabeça de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta aspiração destes matutos. Alimentam-se com ervas, carne de vento, leite, requeijão, e durante o tempo das frutas, sobretudo com as do imbuzeiro [...] de suco agri-doce fazem com leite a Imbuzada, petisco, refrigerante saboroso. As caçadas e os prazeres sensuais são os gozos com que se compensam a solidão.¹⁸⁸

Através do relato acima, podemos identificar que, mesmo diante do crescimento local, havia uma pobreza na região percebida através da dieta alimentar limitada, feita muitas vezes através de mecanismos de sobrevivência. As moradias eram simples e sujas, a população considerada de baixa educação e baixa qualidade de vida, se comparadas com os exemplos observados por Spix em Minas Gerais. Uma agricultura de subsistência e poucos animais, além dois simples relatos da vida social.

¹⁸⁷ SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.F.P. Op. Cit.p.261.

¹⁸⁸ Ibid, p.261.

É claro que a visão do viajante alemão, foi influenciada por sua cosmovisão, deixando de observar que, diante de um quadro de limitações, existiam outras virtudes que não foram relatadas. No entanto, as possíveis lacunas em seus escritos não nos impediram de perceber como, no começo do século XIX, a região do Vale do São Francisco revelou um interior brasileiro limitado pela ausência de uma infraestrutura básica, que resultou em um crescimento desorganizado da região.

Estas precariedades presentes no interior pernambucano, mas que se estende por outros interiores no Brasil, são consequências da colonização brasileira por um país – Portugal – cujo território e população era pequena, contrastados com um território imenso e pouco material humano para ocupá-lo. O que resultou na ausência ou limitação para um desenvolvimento ordenado, fazendo com que certas regiões distantes dos grandes centros vivenciassem o processo de desenvolvimento de forma mais lenta ou tardia.¹⁸⁹

O Nordeste se configurou como uma região de contrastes, devido às diferenças econômicas entre os que possuíam o controle econômico do desenvolvimento regional e aqueles que se tornaram apenas mão-de-obra. A região era predominantemente agrária, desde o tempo colonial, através da cana de açúcar e da pecuária.

Essa formação econômica caracterizou o contraste como o composto de latifúndios que pressionavam pequenas propriedades e, quando conseguiam, sobreviviam gerindo a constante falta de recursos. Nas grandes propriedades, predominava a monocultura agroexportadora, o que condicionava a economia local a uma dependência externa que, por vezes, a incluía ou excluía no cenário econômico mundial. Assim, o Nordeste em sua história vivenciou fases de crescimento e recessão, que propiciava o agravamento das condições precárias existentes.

No século XIX, a demanda de matéria prima da Revolução Industrial contribuiu para o aumento da necessidade internacional de algodão, o que alterou a agricultura e a pecuária exercida no sertão. Por isso, ocorreu a ampliação da criação de cavalos, mulas e jumentos por serem animais fundamentais para o transporte do

¹⁸⁹ FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**. São Paulo, n.17, 1998. p.17.

algodão até litoral. Notadamente, a economia local se ampliou devido ao desenvolvimento da cultura do algodão, o que contribuiu para o aumento populacional.

Migrantes vieram do litoral, pois a produção necessitava de mais mão de obra. Muitos desses trabalhadores se firmaram nas margens dos rios, como no caso de Petrolina¹⁹⁰. Em contrapartida ao crescimento da demanda econômica e da migração local, duas grandes secas ocorreram nos anos de 1859 e 1860.

Conforme visto, o século XIX foi um período de baixa econômica e crise climática, por outro lado ocorreu um alto crescimento populacional¹⁹¹. A população, antes inserida no trabalho, voltou-se para atividades de sustento sem perspectiva, diante do quadro de desemprego e falta de recursos naturais, tornando a região propensa a volubilidade social. Esse período de instabilidade fez com que parte dos latifundiários desempenhassem atos de assistência, visando amenizar a situação daqueles que mais sofreram com a crise.

Sobre este aspecto escreveu Frágoso:

Toda essa gente, embora trabalhada por um evangelho da cruz e da resignação, por um evangelho da conversão e de penitência, vivia numa situação tal que constituía o grande susto dos governantes, quando alguma centelha revolucionária era acesa neste ambiente inflamável. E quando o sofrimento do povo oprimido explodia num grande grito de revolta, os detentores do poder concentravam toda sua atenção na 'desordem desse grito', e não na situação opressiva que o provocara. E então convocavam os missionários para levarem, com sua palavra evangélica, a paz e o sossego a esse povo revoltado. E os missionários se prestavam de boa mente ao papel de 'pacificadores' desse povo.¹⁹²

Entendemos que esse quadro social e econômico presente na região permitiu a maior atuação de outros agentes que buscaram suprir ausências, como grupos armados de cangaceiros e a atuação de líderes religiosos, pois "tais

¹⁹⁰ DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina: crescimento urbano e intervenção do estado**. Recife, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. p.26

¹⁹¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995. p.143.

¹⁹² FRAGOSO, Frei Hugo. O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares, nordeste do Il Império. In: SILVA, Severino Vicente da (Org). **A Igreja nos sertões nordestinos**. São Paulo: Paulinas, 1988. p.29.

movimentos não se explicam pelo seu isolamento, mas ao contrário, por sua profunda imbricação nos amplos processos de mudanças econômicas e políticas porque passava o país no período”¹⁹³.

A presença das práticas religiosas inserida nos costumes cotidianos é conhecida em regiões com pouca intervenção estatal. A atuação religiosa buscou suprir e orientar a população local. As atividades religiosas viam também, nessas circunstâncias, a possibilidade de evangelização através do atendimento às necessidades.

A presença religiosa nessas regiões os tornou agentes da constituição da sociedade, que contribuíram para o desenvolvimento de uma infraestrutura local e para o auxílio populacional¹⁹⁴. As transformações presentes na modernidade e seus agentes não estão restritos a instituições modernas ou aos homens que se encaixam em um perfil modernizador, vivendo em grandes cidades, diretamente conectados com o mundo europeu. Mesmo no Vale do São Francisco, sujeitos conscientes buscaram mecanismos para a melhoria do meio em que viveram, através das formas possíveis, entre elas, e o catolicismo estava envolto a esse propósito.¹⁹⁵

Apesar das dificuldades existentes e das condições dos moradores locais, o ponto de travessia tornou-se um lugar de encontro comercial. Com o crescimento populacional e o aparecimento de novas moradias, a região desenvolveu-se comercialmente e através da agricultura local. A região era privilegiada, por se encontrar às margens do rio e os moradores também souberam explorar a outra atividade que se tornaria importante para o crescimento econômico local.

Há relato de que já no século XIX a “passagem do Rio São Francisco [era a] mais frequentada de todo o sertão da Bahia e mais importante do que as outras que ficam junto das vilas Pilão Arcado, da Barra do Rio Grande e de Urubu”¹⁹⁶.

No século XIX já era permitido:

¹⁹³ MENDES JR., Antônio e MARANHÃO, Ricardo. “**A Aldeia Sagrada de Canudos**”. In: Brasil, Histórias, Textos e Consultas. São Paulo: Brasiliense, vol.3, 1983.

¹⁹⁴ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O Catolicismo Rústico no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Universidade, 1968. p.75.

¹⁹⁵ Ibid., p.425.

¹⁹⁶ SPIX, J.B. Von; MARTIUS. op. cit. p. 11

vislumbrar a relativa vitalidade de Petrolina nos tempos em que se chamava passagem de Juazeiro da Bahia, a povoação era nos séculos XVIII e início do XIX um espaço social onde aconteciam ações do tipo econômico, político, judicial e religioso; voltadas para vida material e espiritual¹⁹⁷

Esses relatos são importante fonte de percepção da existência do potencial econômico na região e foi o que, certamente, atraiu a vinda de mais moradores, e o aparecimento e fortalecimento de pessoas e instituições interessadas nas possibilidades presentes no local.

Baseado em seus estudos sobre Weber, Bourdieu aponta o crescimento das grandes cidades como fator de influência na mudança de estratégia da Igreja para continuar a alcançar seus fiéis. Para ele, a ruralização da vida permitia que a sociedade estivesse mais próxima do sagrado, por viverem em um estado mais natural e harmonioso; o que não careceria de uma organização religiosa maior.

Além das das Santas Missões ou Missões Populares divergiram das missões anteriores – ocorridas nos séculos XVI e XVII que visaram a catequização dos índios –, as missões do século XIX representaram um desdobramento da Reforma Católica, na fase conhecida como romanização, em que a Igreja objetivou aproximar o que era oficial para a fé católica e o povo, através do reforço dos sacramentos.

Isso ocorreu, porque o Brasil desde sua colonização vivenciou um processo de sincretismo religioso, no qual um catolicismo com heranças medievais trazidas se associou às crenças indígenas e, posteriormente, a religiosidade africana, o que resultou em uma religiosidade híbrida¹⁹⁸.

Esse segmento da religião católica atendeu a uma população sertaneja que o Estado e a Igreja Romana ainda não haviam alcançado. Conforme escreveu Desrochers e Hoornaert, a religiosidade híbrida “dirige-se para os sertões adustos... e nesses lugares incultos...”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ CAVALCANTE, op. cit. p.7.

¹⁹⁸ FILHO, J. Bittencourt. **Sociologia da Religião no Brasil**. São Paulo: PUC, 1998. p.99.

¹⁹⁹ DESROCHERS, G.; HOORNAERT, E. (orgs). **Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres**. São Paulo: Paulinas, 1984.p.11.

Para conseguir esse feito, buscaram se aproximar do estilo de vida e costumes dessa população, levando uma vida similar a deles, com simplicidade material e foco na religiosidade. A busca por esta vida simples permitiu sua aproximação com a população e o fortalecimento de um cristianismo que estivesse adaptado à realidade local, voltado para ações e a devoção.

Entre suas ações estavam as orientações relacionadas à prática cristã; a hábitos sociais; à orientação dos fiéis para abandonarem os hábitos pecaminosos, buscando despertar neles a consciência de que determinadas práticas eram consideradas pecado; e a busca por Deus. Os missionários também realizaram visitas de cidades e mobilizaram a população para construção de cemitérios, pontes, açudes e capelas, ou mesmo a reforma delas.

A atuação social das missões foi tão significativa quanto à orientação religiosa, porque aproximou a população em torno de algo que os identificava e os mobilizava. As obras realizadas pelas Santas Missões só foram possíveis através da convocação, sensibilização e mobilização da população católica, que se identificou com as palavras proferidas pelos missionários.

A presença das missões tornou-se muito significativa, pois motivou o surgimento de lideranças religiosas que conduziram a população a atividades que seguiam seus interesses. E a mobilização para alcançar lugares mais remotos só foi possível sustentada pela orientação desses missionários. Acerca da dominação, Weber nos diz que é:

uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ('mandado') do 'dominador' ou dos 'dominadores' quer influenciar as ações de outras pessoas (do 'dominado' ou dos 'dominados'), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações ('obediência')²⁰⁰

Segundo Bourdieu²⁰¹, o campo religioso necessita da proeminência de uma figura religiosa interna que produza um discurso que atenda a realidade presente, ajustando os membros do campo a lidarem com essa realidade. Essa legitimidade

²⁰⁰ WEBER, op. cit.

²⁰¹ BOURDIEU, 1989.

do discurso só ocorreria pela autoridade conferida ao religioso pelos membros do campo e se tornariam legítimas devido a crença que o grupo confere a ele.

Por isso a importância dos missionários estarem inseridos no modo de vida local. A força do campo religioso está na valorização do saber religioso que, através da tradição presente, valoriza sua interpretação como mais legítima que qualquer outra e conduz a mobilização pela crença.

No entanto, essa legitimação não é confirmada de forma simples, mas diante de tensões internas e externas. Internamente, o conflito está na disputa pelo domínio da liderança religiosa do campo e pelo controle dos bens simbólicos presentes. Essa disputa ocorre entre os diferentes tipos de lideranças existentes, como sacerdotes e profetas ou dentro da hierarquia de uma mesma instituição. Uma vez dominada esta forma de influência, seus líderes vivenciarão a tensão externa.

Nesse sentido, externamente, as lideranças do campo religioso se posicionam como detentores do conhecimento, acima daqueles que estão fora do campo, e se tornam guias de seus fiéis, apresentando respostas às necessidades de seus membros.

Relacionando as ideias do teórico do *poder simbólico* ao nosso estudo, esse posicionamento gera uma tensão externa porque compete aos líderes da Igreja contribuir para ordem da sociedade existente. Fato também observado no caso petrolinense, uma vez que as orientações atendem a interesses sociais e as ações atendem à necessidade de uma infraestrutura que fortalece a sociedade por um lado, e por outro a fortalece dentro do campo religioso.

O poder religioso é consequência da relação entre os representantes do sagrado e seus fiéis. É isso que diferencia da relação que ambos têm com aqueles que estão fora do campo. Entre eles existem uma relação de poder na qual os agentes religiosos exercem influência sobre os fiéis. A autoridade permite ao agente religioso mobilizar o grupo através de sua capacidade de criar símbolos que deem significado e sentido aos membros do campo. Fazendo, assim, com que os fiéis sigam suas orientações, atendendo aos desejos dos líderes que possuem interesses secundários, implícitos e que passam despercebidos pelos membros do campo religioso.

Esse controle é exercido através de um poder classificado, por Weber e citado por Bourdieu²⁰², como *poder carismático* que seria “uma qualidade considerada como extraordinária [...] que é atribuída a uma pessoa. Esta é dotada de força e de propriedades sobrenaturais ou sobre-humanas, ou, pelo menos, excepcionais”. Esse poder se sustenta na identificação e no reconhecimento do profeta ou sacerdote como alguém que está em sintonia com as crenças existentes e consegue enxergar mais além do que os outros membros do campo.

Dentre as personagens do campo estudado nessa pesquisa, uma foi significativa para nosso estudo: o padre Ibiapina. Ele atuou pelo interior do Nordeste brasileiro, principalmente entre os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco no final do século XIX; e sua ação influenciou a população nordestina. O padre foi visto como um sucessor das Santas Missões, por dar continuidade a aproximação da população com a Igreja romana através de ações semelhantes às Santas Missões. Na segunda metade do século XIX, Ibiapina fundou as Casas de Caridade que exerceram a função de orfanato para crianças carentes e de escola para filhos de família mais abastadas, em lugares longínquos do sertão nordestino.

A figura do Padre Ibiapina foi de extrema capacidade aglutinadora, primeiro ao ampliar a participação dos fiéis nas atividades ligadas à Igreja; depois, além de seu contato com as populações mais carentes, o padre missionário conseguiu tramitar entre o poder político local.

Para o fortalecimento de suas ações, ele se aproximou de líderes políticos, conseguindo deles apoio. Uma vez que, devido a sua proximidade com a população, ele também se tornou um canal entre os mandonistas locais e a população. Sua tramitação entre o poder político foi tão intensa que exerceu o cargo de deputado geral da Assembleia Geral da Nação ainda na primeira metade do século XIX.

Ibiapina foi um conhecedor do Nordeste interiorano e de seus desafios, conseguiu dialogar com os populares e as elites. Esse trânsito o permitiu ser um elo entre eles, contribuindo para que suas ações sociais obtivessem êxito, seja pela mobilização popular, seja pelo apoio da elite, que via em Ibiapina alguém capaz de

²⁰² BOURDIEU, op. cit., p. 92.

contribuir para manutenção da ordem social. Isso tudo em um contexto no qual a população se submetia ao poder político local, em uma região em que a religião também servia como mecanismo de resistência ao poder político, produzindo casos de movimento religiosos contestadores.

O padre missionário atendeu a demanda da elite, ao contribuir para apaziguar possíveis movimentos através do direcionamento de suas ações para os propósitos da Igreja, além de fortalecer a fé católica local combatendo outras influências. Diferente de muitos líderes religiosos que atendiam apenas aos interesses dos chefes políticos locais, agindo como membro do Estado²⁰³. cremos que suas atividades, estão inseridas no contexto da modernidade, pois ele convergiu a tradição religiosa com as práticas populares dessa mesma religião, não deixando de orientar os fiéis segundo os preceitos da Igreja, mas se adaptando a certos costumes de um catolicismo interiorano, que permitia essa convivência.

Ibiapina também colocou os féis como coparticipantes da obra religiosa, atendendo a demanda de uma maior atenção as massas, cada vez mais importante no cenário moderno, e conseguindo canalizar parte de suas ações para atividades religiosas.

Suas ideias permaneceram nos lugares por onde ele passou, entre os fiéis que conviveram com ela. Suas *Casas de Caridade* também disciplinaram a população. A doutrinação presente em suas ações foi importante para o desenvolvimento de suas obras, pois combatia a liberdade de pensamento dos católicos locais ao valorizar a obediência, e realizava uma educação voltada para esse objetivo. Isso permitiu aos fiéis uma melhor aceitação do meio social em que viviam, além de atender aos interesses do Estado e do poder político local, contribuindo para uma população, socialmente ativa, mas menos questionadora.

Mesmo, em alguns aspectos, tendo tido atritos com a Igreja romana, o padre missionário contribuiu para romper com o distanciamento do catolicismo interiorano e da Igreja oficial, aproximando a população também do Estado, além de fortalecer os laços entre eles e o poder político local. Ibiapina também contribuiu para

²⁰³ CEHILA. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Paulinas/Vozes. 1992. p. 14.

“civilizar”²⁰⁴ a população, uma vez que os orientou para uma boa convivência e para a prática de bons modos, valorizados na modernidade. Certos hábitos do povo interiorano eram vistos como costumes bárbaros, o que ia de encontro com os desejos de civilidade modernos e com princípios católicos. Como aponta Hoornaert, “os viajantes não conseguem reencontrar aqui o modelo da religião bem ordenada e alinhada que conhecem nas suas terras de origens”²⁰⁵

Para o Estado, a Igreja e os estrangeiros que aqui estiveram viam o cristianismo praticado no Brasil como desorganizado, indisciplinado, isto se comparando o catolicismo tradicional. Assim, convergindo nesse ponto, o Estado e a Igreja tiveram no Pe. Ibiapina como um agente civilizador da Reforma Católica e do Estado moderno.

O legado do Padre Ibiapina alcançou a cidade de Petrolina através dos relatos de suas ações que lá chegaram e da influência que exerceu em outros religiosos que estiveram em Petrolina. Foi perceptível sua influência, principalmente, devido a semelhanças das atividades praticadas pelos missionários que lá estiveram.

No mesmo período, em 1871, a cidade que possuía apenas uma capela, recebeu uma missão organizada pelo Pe. Henrique José Cavalcante. Natural do Ceará, o padre realizou uma série de missões pelo interior no Nordeste. Quando Pe. Henrique esteve em Pernambuco, a região da província sofria com um surto de febre, algo percebido como costumeiro, quando se observa os registros encontrados nas paróquias de Ouricuri e Exu.

²⁰⁴ Norbert Elias cita que o conceito de “civilidade” foi utilizado por Erasmo de Roterdan e significava “símbolo de um novo refinamento das maneiras”, o objetivo era contrapor com o “bárbaro”. O termo civilizado esteve relacionado com o domínio das aparências através do *habitus* que fazia parte da regra geral das cortes européias. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., vol. 2, 1994, p. 41.

“o conceito de ser “civilizado” sempre esteve no alto dos discursos oitocentistas. Ser racional, cortês, ojerizar os bárbaros e os violentos, estar imbuído de religião, principalmente católica, ou ainda, ser urbano e dispor da tecnologia e evolução.” CAMPOS, Filipe Queiroz **Entre a cruz e a engrenagem: O papel da Igreja católica no processo de construção de uma cidade civilizada**. Juiz de Fora Simpósio Nordeste: Gênero e Religião: Diversidades e (in)tolerâncias nas mídias, 2015. p.4.

²⁰⁵ HOORNAERT, Eduardo. **Cristianismo Moreno do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990. p.19.

Na segunda metade do século XIX, foi encontrado que dos 57 casos de óbito registrados 28 foram de vítimas de “febre” e, em outros casos, é possível perceber a proximidade da descrição da causa do óbito como caso de febre, a exemplo da descrição “moléstia interior”.

É a partir de situações como esta que ao tratar dos agentes que estão presentes no campo religioso, Bourdieu cita pessoas leigas, sacerdotes, profetas e feiticeiros como figuras representativas do campo. Dentre eles, o sacerdote é visto como o maior de todos os agentes, atuando em instituições a qual pertence e detêm o reconhecimento de sua atuação religiosa, para atuar como perpetuador das crenças e ações do grupo. “Está, portanto, predisposto a atuar em defesa da ordem simbólica e social [...] tudo que está fora da ordem (definida como natural ou divina) é anatematizado como “pecado”.²⁰⁶ Ou seja, este tipo de liderança não cria o novo, mas ajusta o que já existe de forma a recompor o campo e fortalecê-lo novamente através de um caminho que deve ser seguido, respondendo aos anseios dos fiéis.

Determinadas figuras religiosas, como Padre Henrique, exerceram em Petrolina essa liderança observada por Weber e Bourdieu e conseguiram praticar uma ação social através da religião como um poder com características extraoficiais. Isso foi possível na medida em que conseguiram se tornar pertencentes ao grupo, através da aproximação de certos hábitos sociais, do estilo de vida, sem, contudo, romper com a Igreja ao qual pertenciam.

Em sua atuação, conseguiram adaptar elementos simbólicos dando um novo significado que fortaleceu o grupo e as relações dentro dele. As mudanças vivenciadas na cidade, tais como seu crescimento urbano e a exposição das contradições que o crescimento econômico da região trouxe, produziram um ambiente contraditório que abriu espaço para o fortalecimento desse simbolismo. Este começou a ser construído desde o povoamento da cidade, sendo conduzido para que o lugar tivesse significado a partir desses elementos simbólicos.

Durante a estadia do missionário Henrique, diante do quadro social local que a medida que cresceu tornou a vida mais complexa na região, gerou-se a necessidade de organização. A realização de missões “implicava, ao mesmo tempo,

²⁰⁶ OLIVEIRA. Op. cit. p.107.

ensinar aos nativos os elementos essenciais do cristianismo e fazê-los abandonarem seus costumes ditos selvagens, sem religião e sem política²⁰⁷.

Assim, procurou o padre orientar a população, muitas vezes discriminada e considerada inferior ou atrasada com relação a população litorânea, acerca das questões sociais; dos ataques a práticas consideradas pecaminosas, mas comuns na sociedade, como uso de palavrões no trato diário, prática de abortos e casamentos ilícitos. Também proferiu palavras de incentivo, através da valorização do trabalho; e a convocação para mobilização de melhoramento local, entre outras coisas, através da construção de cemitérios e templos.

A ação da Igreja ocorreu de forma social, no entanto adquirindo caráter político. Uma vez que seus ensinamentos contribuíram para questões sociais do interesse do Estado brasileiro.

Essa orientação por parte do Padre Henrique aproxima-se do processo chamado por Emanuela Souza Ribeiro de *disciplinamento social*, tratado por ela como uma prática presente no período republicano de forma a demonstrar a continuidade da relação entre Estado e Igreja. É possível dizer que a Igreja contribuiu para manutenção da ordem social vigente através da “pregação e pelos sacramentos – especialmente pela confissão – o aparelho eclesiástico está sempre lembrando à população as normas morais a serem seguidas e os castigos reservados aos transgressores”²⁰⁸.

Essas ações da Igreja, através da atuação das irmandades e a presença de missionários no sertão nordestino brasileiro, na virada do século XIX para o século XX, eram movimentos religiosos que exerciam uma função social, o que resultou em um relacionamento interinstitucional entre a Igreja e o Estado, como um mecanismo de proximidade com o povo.

O disciplinamento que se intensificou no século XX, na medida em que a população se inseriu no processo político e os meios de comunicação se expandiram, pois

podemos identificar situações em que algumas das razões, doutrinas e técnicas da Modernidade serviram à Igreja, tendo sido por ela

²⁰⁷ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Lês Ouvriers d'une Vigne Steéril: lês Jésuites et la conversion dês indien sau Brésil, 1580 – 1620**. Lisboa-Paris: Fundação Clouste Gulbenkian, 2000., p. 3.

²⁰⁸ OLIVEIRA. op. cit. p. 153.

incorporadas, e, até mesmo usadas para sua própria legitimação. Neste sentido, acreditamos que a principal convergência entre ambas encontra-se no disciplinamento da sociedade civil.²⁰⁹

Até então o catolicismo existente tinha características diferentes do catolicismo oficial, sendo conhecido como um catolicismo popular, catolicismo rural ou mesmo sertanejo²¹⁰. Esse conceito foi entendido de diferentes formas a depender de cada autor. Eduardo Hoornaert, por exemplo, cita três posições acerca das práticas católicas presentes no período da colonização. Para ele, alguns autores negam a existência de um catolicismo popular diferente do romanizado. No entanto, não podemos deixar de notar que esse catolicismo do interior pertencia a um catolicismo brasileiro que constituía o “cimento da unidade nacional”. Já outros autores veem no catolicismo popular uma manifestação religiosa distinta do catolicismo original, proveniente de uma cultura própria do povo, sendo o catolicismo popular mais original e verdadeiro que o catolicismo oficial²¹¹. Por fim, existem os que aceitam o catolicismo popular como uma interiorização da religião dominante.

Sendo assim, como definir o processo de reforma católica não é algo fácil, nos levou a uma revisão da historiografia sobre o tema para a compreensão de suas nuances, e para entendermos o catolicismo do interior que é uma tarefa também complexa. No entanto, percebemos que a compreensão de um catolicismo local está ligada à forma como a historiografia enxergou a reforma católica.

Oliveira²¹², como estudioso do tema, enxergou o catolicismo popular como não oficial, mas presente no Brasil desde a colonização. Através de práticas religiosas e representações simbólicas, a população interiorana buscou se ligar ao sagrado através de uma ligação direta com santos católicos. Essa manifestação serviu para o fortalecimento da população em comunidade.

O autor acrescenta que, a medida que a sociedade se tornou complexa, as práticas religiosas se aproximaram das práticas do catolicismo romanizado. Ou seja,

²⁰⁹ RIBEIRO, op. cit. p.11.

²¹⁰ SILVA, Karine Monteiro da. **Catolicismo Popular entre o Amor e a Cobiça: interrelações entre Catolicismo Popular, Igreja Católica Oficial e Poder Público em Trindade**. 2005. 131f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. p. 20

²¹¹ HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.p.98-99.

²¹² OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

o catolicismo interiorano não representou uma manifestação a parte do catolicismo institucional, mas existiu dialogando com o mesmo.

Nesse sentido, entendemos o catolicismo popular como uma prática religiosa da população com orientação de um catolicismo oficial, e influenciado por credences locais. Uma constatação dessa ligação com o catolicismo romano foi a prática dos rituais tradicionais católicos. Isto porque o catolicismo popular incorporou elementos presentes do catolicismo romanizado, dando a eles um significado particular possível de se opor ao significado original, e resultando em práticas com características próprias²¹³.

Considerada por autores como independente do catolicismo, ou seja, eram possuidores de práticas pessoais, no entanto estavam ligados ao catolicismo formal, o catolicismo popular seria composto de práticas sociais que se diferenciam da religião oficial, mas que é indissociável a ela. Um tipo de religiosidade mestiça que se inseriu no cotidiano popular, adaptando-se às crenças e às práticas, e insireindo um “[...] cristianismo nem branco nem preto, nem ocidental nem ameríndio nem africano, [um] cristianismo mestiço que se manifesta no dia-a-dia da vida neste país”.²¹⁴

Segundo Eduardo Hoornaert, o processo de evangelização do Brasil teve duas principais formas:

Na realidade brasileira esta pedagogia evangelizadora realizou-se de diversas maneiras no decorrer dos três primeiros séculos de sua história, e pensamos que houve desde o início duas tendências: uma mais baseada na *convivência*, outra baseada na *visita*. O projeto missionário dos aldeamentos, que procurou distanciar um mundo indígena do mundo colonial, levou aos poucos a uma experiência de convivência que teve grandes conseqüências. O das “missões populares”, que prolongava no Brasil numa linha pastoral muito desenvolvida na Europa após o concílio de Trento, levou a experiências de visitas esporádicas que igualmente tiveram conseqüências típicas e significativas.

[...]. As *santas missões*, baseada na visita de um missionário a uma determinada comunidade humana (lugarejo, vila, fazenda, engenho), foi a forma que provou ser a mais realista e mais adaptada às condições concretas da evangelização no Brasil.²¹⁵

²¹³ OLIVEIRA, op.cit., p.135.

²¹⁴ HOORNAERT, op. cit. p.18.

²¹⁵ Ibid. p.125-132.

As missões populares trataram-se de visitas a pequenas populações com o intuito de reeducar as práticas religiosas e orientar o uso dos sacramentos. Apesar do pouco tempo que passavam nesses lugares se conseguia manter a ligação desse catolicismo longínquo com a Igreja central. Assim, faziam com que os grupos distantes entre si e de uma presença diária do catolicismo se enxergassem como membros de uma grande Igreja e não de catolicismo diferente.

As visitas dos missionários atenuavam a possibilidade de apostasia ou rebeldia, mas não resolviam seus problemas sociais, o que nos revelam a perspectiva de dominação presente na religião e teorizada por Bourdieu:

Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. E ademais, Weber nos fornece os meios de escapar à alternativa simplista de que são produto suas análises mais duvidosas, ou seja, à oposição entre a ilusão da autonomia absoluta do discurso mítico ou religioso e a teoria reducionista que torna esse discurso o reflexo direto das estruturas sociais. Procura esclarecer ao máximo o elemento comum ausente no discurso das duas posições opostas e complementares: o *trabalho religioso* realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais²¹⁶.

O trabalho de Pe. Henrique fazia parte da atuação que buscou reforçar a ligação entre a população e o catolicismo oficial, ainda que relativa, através do combate a práticas não aceitas pela Igreja, e da aproximação do catolicismo informal através da mobilização destes fieis.

Ao tratar do conceito de campo religioso, Bourdieu aponta que a força do campo está na relação entre seus membros que comungam coletivamente do mesmo pensamento e materializam o simbólico através de suas ações. O princípio da eficácia de todos os atos de consagração não é outro senão o próprio campo, lugar de energia social acumulada, reproduzido com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se²¹⁷.

²¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. P. 32.

²¹⁷ BOURDIEU, 2002, p.25.

Bourdieu destaca que, para a construção do campo religioso mesmo, é necessário um *habitus*, e este, ao se tornar coletivo, fortalece as relações do campo. O *habitus* que caracteriza determinado grupo religioso é necessário para fazer convergir uma ideia no grupo. E tais ideias são respaldadas pela ligação através do *habitus*. Por isso observamos, no século XIX, missões que buscaram se aproximar dos fiéis através da opção da vida semelhante que eles viviam, não em termos de práticas ilícitas as quais foram combatidas pela Igreja, mas em termos de uma vida simples e costumes locais, se inserindo no *habitus* existente.

Essa opção dos missionários permitiu-lhes, primeiramente, se aproximar do meio, rompendo com o distanciamento entre a Igreja e os fiéis brasileiros presente nos primeiros séculos da colonização. Sendo assim, as missões colocavam os fiéis em uma posição de pertencimento ao grupo, criando identificação, fortalecendo o campo religioso.

Tudo isso para, em um segundo momento, produzir novos *habitus*, que passam a ser aceitos por virem de líderes que estão inseridos no campo²¹⁸. Isto nos permite perceber que as figuras que surgiram como lideranças do grupo de devotos, inserem-se ou são inseridas no grupo, e podem se tornar agentes das formas de pensamento e formas simbólicas nesse mesmo grupo, produzindo novos *habitus* ou modificando-os.

A mensagem passada pelo clero presente no campo passou a ser autorizada pelo próprio grupo do campo religioso. Esse processo só foi possível através do prestígio existente entre os agentes do campo religioso, o que lhes conferiu autoridade, tornando-lhes valoroso ao ponto de serem influentes não só dentro do campo, mas permeando nas outras formas de poder, como o poder político que veremos mais a frente. Uma vez que o campo religioso se relaciona com outros campos, esta relação pode ser benéfica para o outro campo ao atender necessidades sociais.

O distanciamento existente desde a colonização e as mudanças provenientes da modernidade, acrescidas das mudanças políticas ocorridas no Brasil, em fins do século XIX, gerou a necessidade de novos agentes no campo religioso produzirem nova simbologia que fortalecessem o campo. No caso

²¹⁸ BOURDIEU, 1996, p.91.

petrolinense, esse processo foi acrescido a sua formação enquanto cidade, inserida tanto nas questões modernas quanto nas alterações políticas brasileiras.

O campo religioso, através de seu *habitus*, produziu um censo de pertencimento importante para a modernidade, do qual uma das características é o sentimento de deslocamento. O campo religioso se tornou um lugar no qual as pessoas encontraram o sentimento de grupo que o homem moderno necessitava.

Observamos, no século XIX, missões que buscaram se aproximar dos fiéis através da opção da vida semelhante que estes viviam, não em termos de práticas ilícitas as quais foram combatidas nos discursos, mas em termos de uma vida simples e costumes locais.

Essa opção dos missionários permitiu primeiramente se aproximar do meio, rompendo com o distanciamento entre a Igreja e os fiéis brasileiros presente nos primeiros séculos da colonização. Colocando-os em uma posição de pertencentes ao grupo, criando identificação, fortalecendo a religião local.

Este processo só foi possível através da dominação adquirida pelos líderes religiosos, o que lhe conferiu autoridade, tornando-lhe valoroso ao ponto de ser influente nas outras formas de dominação, como o poder político que veremos mais a frente. Uma vez que a dominação influencia nas outras áreas da ação social, esta relação pode ser benéfica para outras áreas ao atender necessidades sociais.

O distanciamento existente desde a colonização e as mudanças provenientes da modernidade, acrescidas das mudanças políticas ocorridas no Brasil em fins do século XIX, gerou a necessidade de novos agentes no campo religioso que produzissem nova simbologia para fortalecer o campo religioso. No caso petrolinense, esse processo foi acrescido a sua formação enquanto cidade, inserida tanto nas questões modernas quanto nas alterações políticas brasileiras.

O sentimento de pertencimento foi reconhecido em Petrolina através da convocação do padre Henrique da população local, que respondeu ao chamado e se mobilizou. Os católicos locais contribuíram para as ações realizadas na missão, exercendo um papel auxiliar no processo de fortalecimento da presença religiosa na região. Em outro momento, no qual as ações da Igreja na cidade de Petrolina poderiam ser interpretadas como romanizadoras, veremos que ocorreu a manutenção e o aprofundamento do relacionamento entre o fiel rural e a Igreja

romana, conforme perceberam os autores da última fase abordada em nossa revisão historiográfica.

Na região em que se constituiu a cidade de Petrolina, que já possuía a capela, foi registrado em 1900, pelo Padre Manoel Feliz de Moura, no livro de tombo da freguesia de Petrolina, a construção de um cemitério. Este foi reformado pelo padre cearense através da contribuição da população mediante sua convocação. Essa reforma foi um exemplo da capacidade mobilizadora do padre, confirmando sua liderança local.

Baseado nos relatos do escritor inglês Burton, foi possível compreender a reforma feita pelo padre como algo simples, visto que, em seus relatos sobre as construções dos locais por onde ele passou, foram citados onze locais de congregação católica, dos quais nove ele chamou de igreja, dois chamados de matriz e onze de capela. Dentre estas, quatro foram chamadas de capelinhas, em referência ao seu tamanho e simplicidade. Uma delas era a de Petrolina.

O porto de passagem de Juazeiro, ultimamente chamado de Petrolina, consistia numa capelinha, de Nossa Senhora de tal, e meia dúzia de casas com teto de telha, de frente para o rio, e tendo por trás umas poucas cabanas, numa ondulação de terreno mais alto e saudável do que a margem direita.²¹⁹

No início do século XIX, já havia vestígios de povoamento próximo da região, em Cachoeiro do Roberto, Caboclo. O morador Inácio Rodrigues, em parceria com o capuchino frei Ângelo, edificou uma capela dedicada a nossa senhora das Dores. Posteriormente, Roberto Ramos da Silva levantou uma Igreja em honra do senhor do bom Jesus do Bonfim.

As igrejas, em geral, possuíam a fundamentação de pedra sendo rebocada com cal e tijolos. A capelinha de Petrolina era mais simples, possuía as paredes de pedra e com tijolos reutilizados. Mesmo sendo uma construção simples, se comparada a outras igrejas da região, sua existência e melhoramento são resultado

²¹⁹ BURTON, 1983, p.189

do desejo da Igreja de transmitir a ideia de uma instituição à frente do seu tempo, que trazia para o povo melhoramentos e o que havia de mais avançado²²⁰.

Através da compreensão de um catolicismo popular, podemos compreender melhor a eficácia da ação do padre Henrique ao resgatar o senso de solidariedade presente na população petrolinense por sua capacidade de liderança. Padre Henrique, portanto, utilizou de características presentes do campo religioso para resignificar as atividades sociais e religiosas.

O catolicismo popular era caracterizado pela devoção ao padroeiro local e tinha a capela do seu padroeiro como ponto central do lugar. Essa capela também é citada como marco fundamental daquele local que se chamou, posteriormente, de Petrolina²²¹, intencionalmente motivado pela Igreja.

Figura 3 - Capela de Nossa Senhora Rainha após a reforma de Pe. Henrique - Século XIX



Fonte: Autor desconhecido.

Na figura 3, de um autor desconhecido, é possível visualizar, a Capela, já reformada, o que lhe permitiu continuar a se destacar na paisagem local, mesmo diante de um número maior de casas de tijolos se comparada ao número de casas

²²⁰ CAVALCANTE, 2008. p.49.

da Figura 1, Esta reforma atendia ao desejo da Igreja de se evidenciar na região e se manter em destaque na paisagem.

A missão do padre Henrique na região tornou-se significativa por ser mais um registro de atuação católica, sendo apontada pela Igreja como exemplo da presença constante do catolicismo. Sua passagem povoou o imaginário local e contribuiu para construção da ideia de uma Igreja protagonista. Um exemplo desta atuação foi notado na estrofe de um hino recitado por uma moradora da região e citado por Hoornaert que diz: “Bendita e louvada seja a Virgem da Conceição, Frei Henrique, Frei Caetano e o religioso frei João” ²²².

Como herança desse período de construção de Petrolina, a cidade possui um número considerável de monumentos que dimensiona a presença católica no local. Entre eles, está localizada na praça do centenário uma estátua representando uma barca e sobre ela um padre segurando um cajado com formato de cruz, obra do artista plástico Celestino Gomes, inaugurada em 1962. Essa obra é uma referência aos missionários católicos na região são franciscanas, dentre eles o padre Henrique, um dos que se tem mais registro de passagem.

O padre cearense foi apontado como “negociador de uma modernidade respeitosa as tradições”²²³. A imagem do padre é relacinada às mudanças vivenciadas por Petrolina e a manutenção da tradição, como a orientação para sociedade que se organizava no Vale do São Francisco. Ou seja, aliado ao perceptível crescimento do sertão pernambucano, o elemento religioso contribuiu para o desenvolvimento dentro de um perfil que fosse interessante para a Igreja e para o Estado.

A ação do padre. Henrique José de Cavalcante assemelhou-se a outra missão que teve o mesmo propósito, a do missionário padre Ibiapina. Ambos atuaram na mesma região do Araripe pernambucano, terminando suas missões na mesma época, além de realizarem atividades semelhantes, o que indica uma atuação conjunta e revela um planejamento da Igreja²²⁴.

²²² HOORNAERT, 2003. op. cit. p.19.

²²³ CAVALCANTE, 2008, p.49.

²²⁴ Ibid., 2013.p.23.

À medida que o fim do século XIX se aproximou, Petrolina foi adquirindo corpo de cidade, o que tornou mais complexa sua organização, inserindo novos atores sociais que interagiram com o poder religioso. Em 5 junho de 1874, através da lei 1444, Petrolina classificou-se a condição judicial de Comarca, instalada em 1881, tendo como primeiro juiz, Dr. Manoel Barreto Dantas. Através desta lei, percebemos outro registro que atesta o desenvolvimento local.

Através do relato de outro viajante, o escritor inglês Richard Francis Burton pudemos perceber o crescimento econômico da cidade. Pois ao passar pela região, em 24 de outubro de 1876, escreveu:

As duas povoações são ligadas por um barco de transporte que aproveita o 'vent traversier' e conduz de vinte cinco a trinta cabeças de gado. Cada passageiro paga, por viagem, \$0,80, cavalo ou burro \$400 (a carga e o tropeiro não pagam) e gado vacum \$300. (1983, p.191)

À medida que a região cresceu demograficamente, economicamente ocorreu também o aparecimento e fortalecimento de chefes políticos locais. Uma nota do *Diário de Pernambuco*, de quinze de janeiro 1876, acerca do falecimento do Visconde de Camaragibe, aponta para existência de chefes políticos locais na região e para sua atuação política:

hontem o cidadão Manoel Francisco de Souza, que é um dos maiores proprietários da comarca, e genro do finado coronel Manoel Nunes de Barros, o Dr. Machado, juiz de direito e promotor público, Dr. Gitirana, aproveitando a presença dos eleitores, que haviam chegado para organização da junta, que tem que proceder a qualificação dos votantes, mandaram rezar, na Igreja Matriz, uma missa em intenção do Exmo. Visconde de Camaragibe, cujo passamento causou aqui profundo pesar.

A concorrência de pessoas, que procuraram dar aquelle ilustre finado a última prova de estima e consideração foi tal que encheu o templo, onde se acharam todos os funcçionários públicos.

Por fim o destacamento enfileirados a porta da igreja, deu as descargas de estylo, em homenagem ao distincto cidadão, cujo nome atravessará séculos

Existe também o registro de interferência política no processo pelo qual Petrolina tentou se desvincular de Santa Maria da Boa Vista. O tenente da Guarda Nacional, José Crispiniano Coelho Brandão, viajou ao Recife para acompanhar o processo de emancipação de Petrolina, no Congresso Legislativo Pernambucano, em um processo que durou cerca de quatro meses.

O governo brasileiro permitiu a existência dos poderes locais e incentivou seu fortalecimento ao vê-lo como um mecanismo da presença do Estado nos lugares mais remotos do país. Um destes mecanismos foi a criação, em 1831, da Guarda Nacional, que teve por objetivo manter a ordem pública através da atribuição de títulos militares, cujo maior era o de coronel, a chefes políticos locais.

Essa relação clientelista garantia a autoridade do mandonista local pela legitimação do governo brasileiro e, em contrapartida, este garantiria a estabilidade local através da atuação de sua milícia. Essa situação manteve-se forte na segunda metade do século XIX, e com o tempo a Guarda perdeu importância, até ser extinta com o advento da República. Os títulos passaram a ser comprados, ou mesmo atribuídos, portanto, aos “coronéis sem patente”²²⁵.

Essas relações a permaneceram, mesmo com a passagem do Império para República e o desenvolvimento das estruturas oficiais no Brasil. Aos poucos se observou o fortalecimento da figura do governador. Esse fortalecimento ocorreu através de uma relação clientelista²²⁶ entre o chefe político estadual e os chefes políticos locais.

Em nossa dissertação de mestrado é possível perceber toda uma discussão sobre conceitos de coronelismo, clientelismos e mandonismo e seus diversos autores²²⁷. Em meio à escrita, alguns pontos observados tornaram-se relevantes para este trabalho. Embora muito se discuta sobre o possível fim do sistema coronelista em 1930, com o término da Primeira República, ficou claro que, durante

²²⁵ Título da dissertação de mestrado de Tereza Cristina Leal Serejo, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976.

²²⁶ “[...] de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p.233)

²²⁷ AQUINO, Thulio André Moura de. **Caminhos do poder: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

o período que antecedeu a Era Vargas, o sistema coronelista era imprescindível para a manutenção do Estado brasileiro. Sendo assim, o coronel representava o Estado no âmbito local. Também se discutiu os diversos mecanismos que classificavam determinados chefes políticos locais como coronéis.

Compreendendo que tais mecanismos variaram segundo a época e a localização, percebemos que, no caso petrolinense, as relações clientelistas foram muito significativas.

Através dessa relação ocorreu o fortalecimento do Estado na figura do coronel. E, assim, pudemos observar a necessidade do fortalecimento estatal através da aproximação com agentes que contribuíssem com isso, e a Igreja esteve entre os grupos se enquadraram nesse perfil.

Essa aproximação foi perceptível ao se notar que, na medida em que as instituições e leis estatais apareceram e se fortaleceram em Petrolina, estas contaram com a presença católica. Assim, como esta nota em que percebemos a existência, tanto do coronelismo, quanto do catolicismo, observamos em documentos oficiais a presença da Igreja ao lado do poder Estatal. No final do século XIX, em 25 de abril 1893, Petrolina se tornou município autônomo:

desligado da boa vista, limites: ao norte com o município de Oricuri pelo riacho Jacaré; a leste, com o de Boa vista pelo riacho Pontal; ao sul, com o território fronteiro da Bahia pelo rio São Francisco, inclusiva as ilhas, dede o riacho Pontal, até a fazenda, Pau da história, e daí por linha reta imaginária até encontrar os limites do Piauí. Área compreendida a dimensão de 6.072 km e 472 m²

Tendo como primeiro prefeito Manoel Francisco de Souza Júnior e subprefeito Febrônio Martins de Souza, os registros apontam para uma melhora na infraestrutura da cidade e um significativo crescimento demográfico. Dois anos depois através da Lei 130 de 28 de julho, Petrolina se tornou cidade e passou a responder por este nome a partir de 21 de setembro do mesmo ano.

Devido à proximidade com Juazeiro, a cidade de Petrolina foi beneficiada quando, em 1897, foi instalada uma linha telegráfica de Salvador até Juazeiro, o que permitiu uma melhor comunicação daquelas cidades com a capital baiana, possibilitando ao município

pernambucano entrar em contato com um importante centro regional²²⁸

No final do século XIX, com o aparecimento de indústrias têxteis e açucareiras no Brasil, ocorreu o aumento populacional de regiões como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pernambuco. Esse desenvolvimento gerou a necessidade de melhorar a infraestrutura de portos e ferrovias. Como foi o caso da ferrovia que ia do litoral Baiano ao interior do Estado, alcançando o São Francisco; e do telégrafo que seguiu a mesma rota. Essas medidas resultaram em uma reestruturação da rede urbana, alcançando novas regiões e contribuindo para o desenvolvimento de novas cidades, como Petrolina.

A medida em que se aproximou do século XX, esses acontecimentos produziram condições para que, além do crescimento pontual em determinadas áreas, a cidade pudesse dar um salto infraestrutural significativo, que lhe permitisse o desenvolvimento, como observado na segunda metade do século XX. Nesse momento, no início do século XX, contou-se, portanto, com a presença da Igreja através do seu processo de reforma religiosa que interveio no processo de desenvolvimento da cidade, visando fortalecer seu relacionamento com as esferas sociais e políticas da cidade.

²²⁸ DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do Estado. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1989. p.29

4 ESTRATÉGIAS E AÇÕES DA REFORMA CATÓLICA EM PETROLINA (1926-1931)

4.1 DESENVOLVIMENTO DE PETROLINA NO SÉCULO XX E A CRIAÇÃO DA DIOCESE

No século XX, percebemos mudanças significativas na cidade de Petrolina relacionadas à infraestrutura local. Percebemos uma cidade que cresceu de forma desorganizada, através da criação de diversas instituições, ao mesmo tempo em que necessitou de tantas outras, deixando lacunas que foram exploradas posteriormente pela política e pela religião.

A importância do crescimento da cidade de Petrolina foi observada na primeira nota encontrada sobre a cidade no jornal da cidade vizinha, Juazeiro, chamado de *Correio do São Francisco* que, em 22 dezembro de 1903²²⁹, relatou sobre a existência do *Grêmio Polimático Manoel Xavier Paes Barreto*, criado em 24 de agosto de 1903. No *Grêmio*, posteriormente, estudaram figuras importantes da cidade como o político Souza filho, o jornalista Francisco Neto, o poeta Gonçalves Passos e o Advogado Nestor de Souza. Desde sua fundação, o Grêmio passou a ser constantemente citado também nas páginas do principal jornal da cidade.

A educação foi uma pauta recorrente nas primeiras décadas do século XX em Petrolina. Apesar da existência do *Grêmio*, em 20 de dezembro de 1916 encontramos nas páginas de *O Pharol* a aprovação das autoridades públicas no que se refere a construção de uma escola pública:

Falla-se que o Dr. Manoel Borba tem planos para crear uma escola normal nesta cidade. É boa idea, a do Dr. Governador, embora que ainda esteja em projecto, não deixaremos de applaudi-la e esperemos ver em breve realizada, o que será um tesouro de fontes intellectuais para nós sertanejos que muito necessitamos de instrucção.²³⁰

Diante desse apelo, já na década de 1920, a cidade possuía oito escolas primárias, sendo três particulares, duas estaduais e três municipais. A existência dessas escolas não representaram, no entanto, um ganho educacional seguro, quando observamos a continuação de problemas educacionais tais como: ausência

²²⁹ *Correio do São Francisco*, Petrolina. 22 de dezembro de 1930, p.2.

²³⁰ *O governo local pretende instalar uma Escola Normal esta localidade.* O *Pharol*, Petrolina, 26 de fevereiro de 1917, p.1.

de professor para lecionar na escola – uma reclamação que perdurou cerca de cinco meses –,²³¹ e críticas ao descaso do governo quanto à educação sertaneja²³² e quanto às instalações de baixa qualidade²³³. Este problema foi explorado posteriormente pela Igreja, através da construção de colégios que, além de ocuparem espaços físicos, para a Igreja, reproduziram o pensamento católico na sociedade.

Em 1910, foi fundada a Sociedade Filarmônica 21 de setembro, constantemente noticiada nos periódicos locais. Na mesma década, ocorreu a fundação dos primeiros jornais *O trabalho* (1912), do Cel. João Clementino de Souza Barro; *O comércio* (1913), jornal quinzenário de um tabelião do 1º ofício chamado João Batista de Aragão; e *O Pharol* (1915), de João Ferreira Gomes, que se tornou o principal veículo de comunicação escrita de Petrolina e da região ao longo do século XX, o qual veremos de maneira mais aprofunda no capítulo seguinte.

Outros jornais seguiram surgindo como o jornal *Popular* (1916), de José Fernandes da Silva e Teso Santana; e o jornal *A palavra* (1918). Em 1919, também como espaço de propagação de informação e cultura foi construído pelo político João Cardoso de Sá um teatro chamado de *Independência*.

No entanto, diante da ampliação dos meios de comunicação na cidade, percebemos a presença de outros problemas. Em 1917, vemos no jornal *O Pharol* a cobrança pela existência de uma farmácia na cidade:

Consta que o Dr. João Cardoso de Sá, nosso distinto conterrâneo, projecta a instalação de uma pharmacia nesta cidade. Deus queira que as coisas vão continuando assim como ellas se nos afiguram, porque desta maneira já podemos contar como este grande melhoramento para esta localidade. Que o <<projecto>> que fique em <<projecto,>> como geralmente se sucede.²³⁴

A observância em questões relativas à saúde foi recorrente no início do Brasil republicano, uma preocupação e uma lacuna existente em Petrolina, que também foi explorada pela Igreja. Foi perceptível, ao longo dos anos, uma carência

²³¹ Entre 17 de março a 4 de agosto, por repetidas notas o jornal cobrou a presença de um professor até que em agosto noticiou a chegada do mesmo.

²³² **Instrução Pública.** O Pharol, Petrolina, 8 de junho de 1917, p.2.

²³³ **Um Incidente.** O Pharol, Petrolina, 7 de setembro de 1917, p.3.

²³⁴ **Teremos Pharmacia ou não?** O Pharol, Petrolina, 26 de fevereiro de 1917, p.2.

da área de saúde que até tentou ser compensada pela ação de determinados personagens, mas a cidade sofreu com questão nos primeiros anos da República.

No ano de 1919, iniciou-se os trabalhos para construção da estrada de ferro Petrolina-Terezina²³⁵, dando continuidade a interligação local com o resto do país, começada através da pecuária nos séculos passados. O primeiro trecho foi concluído em 1923. Assim como, ainda no século passado, o anúncio da construção da ferrovia que ligou o litoral baiano a Juazeiro, cidade vizinha de Petrolina trouxe boas especulações para região.

O crescimento econômico atraiu o interesse político e o fortalecimento da presença católica. Em 1919, o jornal *O Pharol* fez uma publicação sobre a industrialização da cidade de Petrolina:

O cap. Juvencio Rodrigues Coelho Pombo estava fazendo instalação nesta cidade de uma machina para beneficiar algodão. Agora felizmente, temos a grata oportunidade de comunicar a todos que sua digna iniciativa está realizada, que vem contribuir beneficentemente para o nosso desenvolvimento agrícola, melhoramento este de grande importância para o município, que somente tende a lucrar, para toda esta zona que certamente não deixará de secundar semelhante ferramenta, procurando formentar o uso do algodão²³⁶.

Dois anos depois, o periódico publicou outra matéria sobre os ganhos econômicos adquiridos pela cidade e região através da plantação de algodão, o que remetia a outra necessidade local: meios para transportar o algodão. O crescimento econômico ampliou a cobrança para que as obras da estrada de ferro se acelerassem: “Incontestavelmente a indústria algodoeira em Petrolina é um facto [...] actualmente ninguém ignora as vantagens auferidas pelo município com o incremento dado ao plantio e cultivado da preciosa fibra”.²³⁷

Na década de 1920, o comércio duplicou através da produção de algodão e ampliação da pecuária²³⁸. Em 1922, também observamos o registro da criação de uma comissão através do respaldo de lideranças locais, como os moradores José da Silva Roldão e João Cardoso de Sá, na construção de um hospital que se

²³⁵ **Novos Horizontes.** *O Pharol*, 6 de março de 1925. p.1.

²³⁶ **Desenvolvimento Industrial.** *O Pharol*, 31 de agosto de 1919. p.1.

²³⁷ **A indústria algodoeira neste município.** *O Pharol*, 7 de novembro de 1921. p.1.

²³⁸ CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do Nordeste.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990. p.81.

materializou durante o período por nós estudado, tendo a direção da construção sido apropriado pela diocese.

Dois anos antes da chegada do bispo em Petrolina, a cidade passou por reformas urbanas na gestão de Pacífico da Luz:

Em execução vários melhoramentos da cidade, alguns dos quaes não podemos deixar de constatar nestas columnas, uma vez que eles correspondem ao bem público. Entre outros podemos destacar o nivelamento dos passeios [...] o desvio da linha telegráfica [...] demolição de prédio condemnados [...] o calçamento da rua Dr. Manuel Borba [...] muito em breve será feita a arborização da rua Marechal Deodoro.²³⁹

Assim como o poder político ocupou espaço através da realização de obras de estruturas, o poder religioso atuou como uma forma de poder alternativa, usando práticas semelhantes de ocupação do espaço, como a construção e reforma de cemitérios, construção e reforma da capela, ações observadas no capítulo anterior. Esses poderes se somaram em alguns momentos.

Mesmo a Igreja Católica estando separada do Estado desde a República, ela se tornou reguladora da ordem social, sendo reconhecida pelo governo que “apoia suas obras beneficentes, escolas e hospitais, acata suas diretrizes sobre a legislação referente à família e aos bons costumes, e introduz o crucifixo nas repartições públicas”²⁴⁰.

Diante do crescimento disforme perceptível de Petrolina já nos primeiros anos do século XX, a Igreja buscou destacar o atraso como ponto de sustentação para posicionar sua atuação enquanto instituição responsável pelo desenvolvimento local. No livro que aborda a construção da Catedral, consequência da criação da Diocese, a cidade é retratada como atrasada. Para tanto, usa o depoimento do petrolinense João José Nascimento, quando o mesmo diz que “naquele tempo não

²³⁹ **Os melhoramentos da cidade.** *O Pharol*, 1 de janeiro de 192. p.1.

²⁴⁰ OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. “Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos”. In.: Pierre Sanchis (org.). **Catolicismo: modernidade e tradição.** Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 42

tinha nada, não tinha estrada [...] só tinha o trem. Não tinha estrada, não tinha nada. Eu mesmo viajei muito pra Salvador de trem”²⁴¹

Esse relato vai de encontro com as informações anteriormente citadas e mostram uma cidade que, apesar de apresentar problemas, seguiu em significativo crescimento. Em meio às contradições de uma cidade carente de órgãos de saúde, educacionais e orientações sociais foi perceptível o crescimento populacional, econômico e político, que rapidamente ganhou importância no cenário local.

Nesse cenário, percebemos que a presença da Igreja se intensificou junto com o crescimento local, também, sempre se posicionando como elemento fundamental desses avanços. Essa atuação ocorreu através de um processo de projeção de crescimento, sendo a Igreja uma instituição desejosa de participar como agente de desenvolvimento.

A criação da diocese representou o maior passo, dentre os passos citados no capítulo anterior, do projeto de presença católica na região, incentivados, além de perspectiva de crescimento, pela necessidade de ampliar sua participação, uma vez que já não pertencia ao Estado após a proclamação da República.

O crescimento de Petrolina implicou no surgimento de um ambiente de disputas entre diversos campos, tais como disputas políticas e a entrada de novos elementos religiosos. E, dentro dessa disputa, o catolicismo teve de ocupar um espaço.

O mecanismo encontrado pela Igreja para enfrentar este embate foi a criação de dioceses. Na criação da diocese de Petrolina, percebeu-se uma significativa busca por projetos civis alinhados aos eclesiásticos, e as possíveis tensões existentes durante esse processo de implementação. Podemos dizer que Petrolina foi um dos pontos de partida de um processo civilizador no interior pernambucano a partir das primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, em nossa tese buscamos pensar o discurso eclesiástico no processo de adaptação católica no período republicano, que através da criação de dioceses, adotou uma *estratégia* classificada por Michel de Certeau como

²⁴¹ MAGALHÃES, Pablo Michel Cândido Alves de. **Catedral de Pedra como identidade social: A memória coletiva na construção do “ser petrolinense”**. Historien. Revista de História. Petrolina, n. 3, abr./set. 2010. p.55.

ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugares e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais²⁴².

Em sua atuação, a Igreja usou seu poder institucional criando espaços específicos e justificando suas ações por meio de um discurso que defendia a sua atuação na construção e organização desses lugares. No caso da cidade de Petrolina, essa atuação ocorreu desde sua formação, atingindo seu ponto principal no século XX. Através da análise dessa ocupação podemos observar as formas de se relacionar da Igreja para efetivação de suas ações.

É importante ressaltar que, segundo Certeau, as estratégias de ocupação de lugares não estão relacionadas apenas a questão territorial, mas também a ocupação de lugares políticos e suas formas de relações de poder; e lugares teóricos baseadas em discursos

Já no início do século XX, com a crescente importância da região, a Igreja buscou mais uma vez se posicionar enquanto instituição presente com o crescimento local. A criação da Diocese de Petrolina seguiu uma tendência do início do século XX, no Brasil e em Pernambuco, através da criação dessas dioceses em cidades estratégicas, o que ocorreu um novo processo de relações sociais nestas localidades.

Foi uma necessidade de a Igreja Católica fundar novas dioceses para que sua presença e influência fizesse parte do cenário brasileiro em transformação. Um dos problemas que surgiram com a ruptura oficial entre o poder religioso e o poder político foi o fim das contribuições financeiras e os consequentes problemas financeiros atrapalhando os projetos eclesiais.

A Igreja tinha consciência de que, para dar continuidade a seus objetivos, necessitava adquirir estabilidade financeira. A própria criação de uma diocese já mobilizava a Igreja para arrecadar dinheiro, atendendo um valor que variava entre cem, e cento e cinquenta conto de réis, solicitado pelo Vaticano; e ainda buscava um espaço infraestrutural para as futuras instalações da catedral e do palácio do bispo.

²⁴² CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 102.

As comissões que visaram a arrecadação de fundo foram dirigidas pelo pároco local de Petrolina, Frei José Monsano²⁴³. No dia 6 julho de 1923, o bispo de Pesqueira Dom José Oliveira Lopes, comunicou ao Frei José Monsano pároco local, a criação do bispado em Petrolina:

Meu caro Frei José. [...] acho-me auctorizado pelo Senr. Nuncio Apostolico a declarar que Petrolina será sede do novo bispado. [...] venho, pois, pedir-lhe, em da Santa Sé. Queira reunir ahi os homens de maior influencia, comunicando-lhes a noticia que alias escrevo a V. R. participei tão só, em caracter reservado, ao Dr. Pacífico, e agora escrevi também ao senhor prefeito, e V. R. nomeará um grande comissão, que se encarregue de fazer aquisição de um prédio, que sirva para residencia episcopal, como se costuma fazer em outras localidades e fazendo o competente patrimonio da mitra. [...] bastará uma casa boa, decente, preparada de tudo e iniciado o patrimônio de uma certa quantia mais ou menos grande. V. R. faça mais este beneficio a Petrolina, provoque o entusiasmo do povo mandando repicar os sinos da futura cathedral soltando alguns fogos e espalhando com interesse a boa. Faça comprehender a essa boa gente as vantagens decorrente de uma cidade que é sede episcopal²⁴⁴.

A carta do bispo de Pesqueira ao Pároco petrolinense confirmou a cartilha da Igreja na qual ao noticiar a criação da diocese em Petrolina competiria ao pároco divulgar a informação como marco qualitativo para cidade, algo feito de forma publica através do jornal *O Pharol*:

De há tempos que se vem espalhando a nova, somente de satisfação e gloria para os petrolinenses. Petrolina teria sido lembrada a Santa Sé como sede de um novo bispado do sertão. Tão esquecida dos poderes públicos, em sua majestade topographica, fadada a inenarráveis progressos, acalentada para extraordinarios surtos de vida, para marchar *pari-passu* [grifo do autor] na sendo do desenvolvimento em que si vêm alistando a suas coirmãs, mas relegada ao último plano da colocação distancial de sua capital.²⁴⁵

Assim, o periódico cumpriu com a solicitação católica de associar a diocese com o avanço do desenvolvimento local, além de convocar a população a se

²⁴³ MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clárcia. (Orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 58.

²⁴⁴ LOPES, José Oliveira Lopes [Carta] para J. M. J. 6 de julho de 1923, Pesqueira-PE [para] MOSANO, José. Petrolina. **Anuncio de que Petrolina sediará um bispado**.

²⁴⁵ **Petrolina sede de um novo Bispado**. O Pharol, 9 de agosto de 1923. p.1.

mobilizar em prol da causa, auxiliando Monsano a procurar apoio político e financeiro dos líderes e da população local para viabilizar financeiramente o projeto. O papa Pio IX, no mês de novembro do mesmo ano, na bulla “Dominicis Gregis”, tornou oficial o bispado.

É importante destacar a busca da Igreja em se aproximar de um importante jornal da cidade e além da procura por apoio político de lideranças locais, estas ações revelam uma estratégia que visava o auxílio mútuo, entre a Igreja, o jornal e os políticos locais, desejando o fortalecimento do campo religioso e político.

Diante da responsabilidade de organizar a criação da Diocese e a futura recepção do Bispo, Monsano convidou aqueles que atendiam as prerrogativas desejadas pelo bispo de pesqueira. Estes teriam participação econômica para tornar viável financeiramente a festa, recebendo em troca posições de destaque no dia do evento, além do reconhecimento público da Igreja como um fiel devoto, o que contribuía para sua boa imagem social. Essa atitude do Pároco já atendia a busca da Igreja Católica por doações para obra e aproximações políticas.

Em 6 de março de 1924, encontramos em *O Pharol* a lista de membros da Comité Central responsável por levantar o patrimônio solicitado pelo bispo de Pesqueira. Dos citados no jornal, destacamos Dr. Pacífico da Luz, João Cardoso de Sá e Clementino de Souza Coelho.

Nas primeiras décadas, todas as figuras políticas da região concorriam e venciam para o cargo de prefeito da cidade. Uns desejosos de manter sua influência ao se evidenciar ao lado do poder religioso, outros em busca de ampliar sua autoridade local, respaldado pela benção católica. A presença deles demonstra que o desejo da Igreja de se associar com a elite local era recíproca, algo que exploraremos mais a frente²⁴⁶.

Uma vez anunciada a criação da diocese e iniciado o processo de viabilização da existência da mesma, passou-se para a definição do bispo que a comandaria. A escolha do bispo de Petrolina ocorreu no próprio ano de 1924, buscando um religioso que fosse capaz de cumprir o desafio de construir uma diocese no interior pernambucano. Pois, ali era uma região ainda pouco habitada, se comparada ao litoral, e com perceptíveis limitações estruturais e precisava de

²⁴⁶ **Bispado de Petrolina.** O Pharol, 6 de março de 1925. p.1.

alguém que tivesse boa formação teológica para atuar no campo da orientação da sociedade.

Como dito anteriormente, dentro da missão de restauração católica no Brasil, os bispos tiveram um papel fundamental com a missão, sendo responsável por aproximar a população do governo republicano da saúde financeira; de uma Igreja já sem o apoio oficial do Estado; de realizar obras que dessem visibilidade a Igreja, através da construção do palácio do bispo, seminários, colégios e catedrais; cuidando da orientação do clero e dos fiéis.²⁴⁷

O bispo escolhido que reunia as condições ideais para assumir a diocese da cidade de Petrolina foi Antônio de Maria Malan. Quando conhecemos sua personalidade antes de chegar em Petrolina, entendemos os motivos de sua escolha para o posto de primeiro Bispo da cidade pernambucana.

Malan nasceu em 16 de dezembro de 1862, na cidade italiana de São Pedro, mas viveu desde a infância na França Lá, em 1883, entrou para o seminário e se tornou, em 1885, padre da Ordem dos Salesianos, discípulo de Dom Bosco.

Inicialmente trabalhou em colégios franceses até que, em 1889, foi convidado para ser missionário na América do Sul. Iniciou seu ministério em Montevidéo, no Uruguai. Em 1894, trazido juntos outros cinco jovens pelo bispo Dom Carlos Luiz D'Amour, veio para o Brasil para expedição missionária no sertão do Mato Grosso com os índios Bororó. Teve por encargo continuar os projetos Dom Lasagna, que faleceu em um desastre de trem no ano de 1895.

O então Pe. Antônio Malan atuou em missões que fundaram colônias como a “Thereza Christina”, “Sagrado Coração de Jesus”, “Immaculada Conceição” e “São José de Sangradouro”, de catequese dos índios Bororós. Entre seus objetivos estavam fundar e dirigir escolas direcionadas para educação religiosa de jovens. Conforme citamos acima; fundou e administrou o Colégio S. Gonçalo, o Colégio Coração de Jesus, dirigido por irmãs de caridade; além do Asilo Santa Rita²⁴⁸.

²⁴⁷ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. S. Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 10; MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 09. Thales de Azevedo também abordou essa questão da relevância do bispo na sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Cf. AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Salvador: Edufba, 2002, p. 44-46.

²⁴⁸ PERARO, Maria Adenir **As Cartas Pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá-MT (1879-1921)**. Cuiabá: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, V.61, 2003.

No mesmo ano de sua chegada, contribuiu para construção do colégio de São Gonçalo, em Cuiabá, no qual foi diretor; e o colégio Santa Tereza, em Corumbá, ambos voltados principalmente para educação dos filhos de famílias ricas do Mato Grosso²⁴⁹.

No início do século XX, auxiliou Dom Carlos Luiz D'Amour na fundação do jornal Católico *a Cruz*. Segundo jornal mais longo de Mato Grosso e que se tornou o mais importante veículo de propagação do pensamento católico na região²⁵⁰.

Em 1914, a Santa Sé criou a Prelazia do Registro do Araguaia e o nomeou primeiro Bispo-Prelado, titular de Amiso. De 1914 a 1919, foi Prelado do Registro do Araguaia e Inspetor da Missão Salesiana de Mato Grosso. Durante os 29 anos em que esteve no Mato Grosso, ficou famoso entre outras coisas por manter bom relacionamento com a elite local e europeia, principalmente francesa, e conseguiu com recursos financeiros para as ações da Igreja.²⁵¹

Figura 4 - Líderes religiosos da missão Católica do Mato Grosso



Fonte: Foto nº 325, autor não identificado, Rolo 86ª. S/L – S/D, Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.NDIHR/UFMT.

²⁴⁹ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. Os lugares da memória e o processo de secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá nos séculos XIX e XX. In: Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de documentação e informação histórica regional. **Revista Documento Monumento**. p.77.

²⁵⁰ Idem, p. 78.

²⁵¹ Durante a sua estadia em Mato Grosso, há o registro de que Dom Malan adquiriu uma chácara para uso do colégio de São Gonçalo, doação da família Josétti, tradicional do Mato grosso. Teve missões financiadas pelo seringueiro João Baptista de Almeida Filho. MESQUITA, José Barnabé de. **Elogio histórico dos sócios Des. Luis da Costa Ribeiro e Dom Antonio Maria Malan**. Cuiabá: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Anno XIII e XIV — Números XXV a XXVII. 1931 e 1932. p. 12 e 13.

No verso da foto, ilustrada na figura 4, encontra-se escrito que os líderes Salesianos na foto são da esquerda para a direita: Dom Cerilo de Paula Freitas, Dom Carlos Luiz D'Amour, Dom Francisco de Aquino Corrêa e Dom Antônio Malan.²⁵²

O estudo da atuação do prelado de Antônio Maria Malan, no Mato Grosso, nos fez compreender sua escolha no ano de 1923 para o posto de bispo da diocese de Petrolina. Malan possuía uma experiência de quase três décadas a frente de uma região com pouca infraestrutura e uma população distante do catolicismo na Santa Sé.

O Pe. Malan foi para o sertão do Mato Grosso levar a “civilização” aos “bárbaros” e devido a suas realizações foi chamado para o sertão nordestino para cumprir uma obra semelhante a “civilizar” os “bárbaros” nordestinos. Muitas das ações que vivenciou no Mato Grosso se repetiram em uma amplitude maior que correspondia ao novo posto que lhes foi confiado.

Essas informações vão de encontro com uma literatura religiosa de beatificação do bispo, como um visionário que realizou uma obra, nunca antes vista em uma cidade do interior pernambucano. Antes mesmo de sua vinda, Dom Malan foi apontado como aquele que tiraria a cidade do atraso e a conduziria para o desenvolvimento.

Por isso, buscamos, no decorrer da análise das ações do epíscopo petrolinense, pontuar as ações do homem, deixando de lado “o santo”, e contribuindo para desconstrução do sagrado aplicado sobre a figura do bispo. Essas informações nos ajudam a entender que Antônio Malan não foi um homem à frente do seu tempo, como propõe a literatura eclesiástica, mas um homem do seu tempo que realizou, assim como outros em outros lugares, com eficácia as medidas proposta pela Santa Sé.

A chegada de Dom Malan ocorreu no dia 14 do mês de agosto de 1924 e a comitiva que o recebeu também foi formada por importantes lideranças locais das quais citamos, Frei José de Mosano, Cel. Clementino Coelho e o prefeito de

²⁵² ROCHA. op. cit. p.76.

Petrolina em questão, Major Alcides Padilha²⁵³. Personagens políticos por nós citados ao longo da tese.

A partir de sua chegada, o bispo empossado buscou cumprir com a missão que lhe fora designada. Tendo como primeira ação completar a infraestrutura eclesiástica solicitada por Pesqueira, na pessoa do bispo Dom José Oliveira Lopes..

Para isso, Malan sabia que precisaria contar com alianças que favorecessem seus objetivos, entre elas alianças que estivessem aproximação com líderes políticos e econômicos locais.

Não era suficiente criar uma diocese, era também necessário dar relevância social a ela. Era preciso alguém que lhe conferisse autoridade, por isso precisou firmar o patrimônio católico. Através de lugares como a catedral e o palácio do bispo, foi sendo inserido o pensamento da Igreja em diversos campos.

O Código de Direito Canônico determinou que os pilares de uma diocese deveriam estar no território ocupado e na figura do bispo. A diocese era compreendida a partir do território ocuparia e do que lá estaria. Foi objetivo de Dom Malan construir, prover meios de manutenção e expandir o patrimônio eclesiástico reorganizando os espaços existentes.

4.2 DOM MALAN E AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA IGREJA EM SEU BISPADO

Durante o processo de desenvolvimento da cidade de Petrolina, o bispo aproximou-se ou se distanciou de lideranças políticas, se relacionou com pessoas conhecidas na sociedade, desejoso de alcançar favores e doações, e fincou seu território de atuação, buscando se consolidar como autoridade episcopal no interior pernambucano. Miceli, ao escrever sobre essas aproximações concluiu que:

Dadas a amplitude e a variedade de tarefas e funções então desempenhadas pelo clero, não é de estranhar o fascínio que a carreira eclesiástica devia suscitar junto aos interioranos que compunham o grosso do contingente cujas ambições se voltavam para a Igreja. Numa época de incipiente diferenciação do trabalho político e cultural, inclusive nas capitâncias estaduais, a Igreja estava em condições de oferecer aos seus quadros uma gama diversificada de posições e encargos, que, no espaço da classe dirigente leiga, estaria de fato fora de seu alcance. (...) constituindo o espaço por excelência das ocasiões de sociabilidade oligárquica (festas,

²⁵³ **Petrolina recebe festivamente seu primeiro bispo Dom Antonio Malan . O Pharol de 24.08.1924 p.1.**

procissões, solenes pontificais, casamentos etc.), não é de estranhar o fascínio que ela devia exercer aos olhos acanhados desses interioranos.²⁵⁴

O surgimento do episcopado em Petrolina e seu reconhecimento por parte do poder estatal corroborou com o respaldo que o governo brasileiro concedia à Igreja na República. Os chefes políticos locais, durante o período de criação da diocese, empenharam-se com o desenvolvimento da cidade interiorana e aproximaram-se da Igreja com o objetivo de validar e contribuir com suas ações. A Igreja tinha capacidade mobilizadora da população por representar uma instituição milenar, internacional, cujos valores se somavam aos pilares do que se considerava civilização.

No que condiz a relação entre a Igreja romana e o poder público, reforçava-se que o catolicismo exercia uma função de interesse governamental, tal como fortalecer eventos por sua presença, além contribuir para importantes informações populacionais através dos registros de batismo, de casamento e de funeral que, se já não era considerado pelo governo laico como registro oficial, nunca deixou de ser fonte de informação útil para um governo que tinha dificuldades de alcançar os grilhões do país.

Algo que contribuiu para manter o catolicismo após laicização do Estado foi sua relação de contribuição com a política, que estava associada aos chefes locais²⁵⁵, no procedimento de afastamento entre clero e governo, não ocorreu apenas um atrito devido à modernidade, mas, dependendo de onde ocorreu, foi perceptível notar um outro tipo de relação.

Dependendo de como a Igreja ocupou estes espaços, eles contribuíram para o processo de infraestrutura da cidade. O diferencial desse tipo de poder é fazer uso de outros mecanismos, por exemplo os simbólicos, dando significado a ocupação de seu espaço. Como ocorreu com a escolha da padroeira e a origem do nome da cidade. Nesse sentido, o poder religioso funciona como poder político ou como instrumento para legitimar esse poder, ao mesmo tempo em que o poder político pode fortalecer o poder religioso.

²⁵⁴ MICELI, op. cit. p. 127-129.

²⁵⁵ CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World**. Chicago/London: The University of Chicago Press. 1994.

Entre tantas mudanças realizadas através das ações políticas, medidas relacionadas direta ou indiretamente ao campo religioso foram tomadas, como a construção da cidade os Santana, através de famílias tradicionais como os Souza e os Padilha; do centro paroquial, em 1916; e das Damas de Caridade. em 1923.²⁵⁶

Segundo Ronald Chilcote, as principais lideranças políticas em Petrolina eram comandadas por cinco famílias. O patriarcado constituía-se das famílias Amorim, Cavalcanti, Coelho, Padilha e Santana de Souza²⁵⁷. Sobre essas famílias, esclarece Serejo que “[...] na cidade são franciscana de Petrolina, encontramos as lideranças políticas locais associadas não só às propriedades territoriais, mas, sobretudo, às atividades comerciais” ²⁵⁸.

Apesar de haver uma alternância no cargo de prefeito de Petrolina, dentre essas famílias a que exercia o maior poder político regional, durante a chegada de Dom Malan, era a família Padilha que migrou da cidade de Recife para o interior pernambucano na virada do século XIX para o século XX. O patriarca da família, José de Rabelo Padilha, que enriqueceu através de atividades comerciais de peles e couros da região, possuía uma casa comercial na cidade pernambucana e a fazenda Murrinhos.²⁵⁹ Também era coronel da Guarda Nacional, título que contribuiu para sua liderança local e aproximou-o do poder político. No início do século já era um dos homens mais ricos da região, fato possível de se comprovar através dos impostos declarados.

²⁵⁶ **O Pharol**, fevereiro de 1916 p.1-2.

²⁵⁷ CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do Nordeste**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990. p.80.

²⁵⁸ SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979. p. 123.

²⁵⁹ Idem.

Tabela 2 - Maiores contribuintes de Impostos de Juazeiro, 1903

Maiores Contribuintes de Impostos de Juazeiro, 1903 (Em réis)		
Contribuintes	Impostos de Indústrias e profissões	Impostos estaduais
Octacílio Nunes de Souza	\$ 3.500 (Comércio)	\$ 1.667
José Rabelo Padilha	\$ 2.300 (Pele, Couro)	\$ 1.417
Duarte e Dias	\$ 1.416 (Pele, Couro)	\$ 2.167
Antônio Luiz Vianna	\$ 1.000 (Gado, Comércio)	\$ 325
Josino Antônio Pereira	\$ 433 (Comércio)	—

Fonte: Correio do São Francisco, 22 de março de 1903.

O coronel Padilha teve muitos filhos dos quais apenas um foi filho homem, em uma época em que praticamente os homens exerciam atividades de liderança e atuavam na política. Suas cinco filhas casaram com membros de importantes famílias da cidade de Petrolina, o que colaborou inicialmente para o fortalecimento político do coronel na região, dando continuidade a sua liderança política através de seus genros Otacílio Nunes de Souza, Pacífico Rodrigues da Luz, e Manuel Francisco de Souza Filho.

Com o passar dos anos, os herdeiros políticos de José de Rabelo Padilha buscaram sua própria carreira política, aliando-se a outros grupos de poder. Souza Filho separou-se de sua esposa Dária, por uma atitude que scandalizou a sociedade da época, sendo considerada imperdoável pela família Padilha²⁶⁰. Isso resultou no rompimento de Souza Filho com o coronel Rabelo., que se casou com outra mulher. Publicamente, a separação ocorreu por “questões de ordem interna da parentela.”²⁶¹ Outro genro do Coronel Padilha, Otacílio Nunes de Souza, visando ampliar seu comércio, mudou-se para Salvador na década de 1920.

²⁶⁰ COELHO, Augusto de Souza. Petrolina/PE, jan. 2010. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino).

²⁶¹ SEREJO, 1979, p.126.

O único genro restante na política dos Padilha foi Pacífico da Luz. Em 1916, tornou-se prefeito de Petrolina, entrando na política por desejo do sogro e se mantendo nela como alternativa de manutenção do legado do Coronel Rabelo.

Quando Dom Malan chegou em Petrolina, Pacífico da Luz era o sucessor político da família dos Padilha, tornando-se a principal representatividade do Estado, que se aliou a Igreja Católica. Conforme colocou Chilcote “[...] a Igreja em Petrolina sempre fora reconhecida pela comunidade como um dos pilares do poder da classe dominante [...]”²⁶².

Além do poder econômico e político a família Padilha, cultivou-se o poder religioso, mantendo laços estreitos com o catolicismo. Dos membros de sua família, dois se tornaram padres e duas se tornaram freiras. Pacífico da Luz era médico de profissão e, somado a carreira política, continuou a exercer a profissão.

É possível perceber isso através do jornal *O Pharol* que veicula no ano de 1917, quando Pacífico da Luz já era prefeito de Petrolina, uma propaganda de sua atuação como médico:

De todas as necessidades que Petrolina ressentia-se, era sem duvida, de um médico e de uma pharmacia, principaes bases da construção do sólido edifício da saúde pública [...] Agora felizmente, acha-se nesta cidade o illustre e abalisado clinico dr. Pacifico da Luz.²⁶³

A partir de maio de 1918, a propaganda de Pacífico da Luz passou a ser constante no jornal durante muitos anos²⁶⁴. Essas publicações contribuíram para uma visibilidade dele em Petrolina e nas cidades circunvizinhas, onde o jornal circulava, se fazendo não só um político conhecido, mas também lhe concedendo prestígio, como uma figura preocupada com a população.

Suas ações revelam outros mecanismos usados pelos políticos para se aproximar da população. “A oferta de serviços médicos continuou tendo um peso significativo na manutenção da política municipal, principalmente nos municípios interioranos desprovidos de serviços básicos como saúde e educação”²⁶⁵. Sobre Pacífico da Luz, escreveu João Moraes:

²⁶² CHILCOTE, 1990, p. 200.

²⁶³ Felizmente já temos médico, e farmácia? *O Pharol*, 27 de janeiro de 1917. p.1.

²⁶⁴ *O Pharol*, 6 de maio de 1918. p.4.

²⁶⁵ SOUZA, 2001, p. 78.

Seu poder político foi determinado, entre outros fatores, pela sua capacidade de ofertar favores (serviços médicos), proteção a comunidade e se relacionar bem, não só com os eleitores, mas também com as principais lideranças políticas do município e do estado²⁶⁶.

A proximidade com a população através do exercício da medicina estava em sintonia com as políticas higienistas presentes no Brasil das primeiras décadas do século XX, e com a proposta católica de orientação da população sobre determinados temas como orientações de saúde. Isto aproximou ainda mais o médico do bispo.

Figura 5 - Foto de Pacífico da Luz



Fonte: Britto (1995, p. 106)

A aliança entre Estado e Igreja perdurou durante todo o período em que Dom Malan esteve à frente da diocese de Petrolina, favorecendo a ambos. Sobre esta relação, Chilcote destaca que “[...] o patriarcado se assegurava um lugar de destaque nos assuntos da Igreja” [...] o Centro Paroquial, um centro social sob a

²⁶⁶ idem p. 77.

égide da Igreja que tinha, entre seus diretores, os coronéis João Clementino de Souza Barros e José Rabelo Padilha”²⁶⁷.

Um dos exemplos encontrados desta relação está o convite por parte do então prefeito de Petrolina, Alcides Padilha, para que o bispo estivesse presente na inauguração da luz elétrica na cidade de Petrolina:

No meio das mais justas demonstrações de regojiso do povo, foi inaugurada a 25 do mês passado a iluminação electrica da cidade, cabendo ao atual prefeito Major Alcides Padilha a honra de dotar Petrolina com este grande melhoramento. A inauguração realizou-se as 21 horas, logo após a chegada do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo D. Malan, que benzeu o elegante edificio da usina electrogénea²⁶⁸.

Para termos uma ideia da conquista representada na inauguração da luz elétrica em Petrolina, basta perceber que a cidade vizinha de Juazeiro, no ano de 1928, possuía uma iluminação elétrica deficitária, por isso o prefeito foi cobrado publicamente para que ela de fato funcionasse²⁶⁹.

O avanço de obras urbanas realizadas pela prefeitura, como a construção da estrada de ferro, a instalação de luz elétrica em alguns pontos da cidade associadas a grandes obras católicas da Catedral, Palácio do Bispo e seminário nos revelam uma cidade que se desenvolvia e uma Igreja que acompanhava esse crescimento.

A importância dessa aliança também foi perceptível quando observamos que os aliados do Bispo se tornaram aliados da Família Padilha. O Jornal *O Pharol*, já era o principal jornal em circulação de Petrolina que, como supracitado, publicava notas sobre a família Padilha e seu herdeiro político, sejam de caráter profissional ou políticos, fortaleceu o apoio político com os Padilha, devido a sua proximidade adquirida com Dom Malan, como veremos mais adiante.

Quando lemos outros jornais da cidade, ainda que escassos, como destacamos anteriormente, nas poucas edições encontradas não foi difícil encontrar críticas a família Padilha:

²⁶⁷ CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do Nordeste**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990. p. 204.

²⁶⁸ Luz electrica: inauguração solene e outras noctas . **O Pharol**, 8 de março de 1926. p.2.

²⁶⁹ Juazeiro precisa de luz . **O Pharol**, 8 de fevereiro de 1928. p.1.

Os cofres municipaes estão completamente limpos, em virtude das gordas propinas que recebem os afilhados e protegidos do Sr. Alcides Padilha, O incommensuravel prefeito desta terra. Felismente, outubro se aproxima. Os roubos na prefeitura em outubro se acabarão; mas na testa do “sugeito” ler-se-à sempre - Barão...²⁷⁰

Essas e outras publicações²⁷¹ em *A Tribuna*, de propriedade de Francisco de Barros, aliado político de Clementino Coelho, nos revelam a importância da aproximação política entre os Padilha e a diocese, uma vez que esta compartilhou de “seu veículo de comunicação” para fortalecer seu aliado político, uma vez que não encontramos críticas à família em questão em *O Pharol*, cujo poder de comunicação maior favoreceu a família do Coronel Rabelo.

O jornal legitimava o poder dos Padilha através de seu herdeiro político com a benção católica, o que contribuiu para a continuidade da influência política na família mesmo após o término repentino da administração do bispo.²⁷²

Para a Igreja, essa aliança possibilitou favorecimento local para execução das obras e ações previstas, em uma demonstração perceptível da permanência da relação entre Igreja e Estado existente no Brasil republicano. Sua proximidade com a política local o fez também um líder político. Em determinados momentos, interferiu na política como na intervenção da escolha do prefeito após o processo de ruptura política, implementado em 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder:

Em 1930, ao lado de Antônio Coelho, Prefeito Municipal, eu era o Subprefeito, eleitos fôramos numa composição política feita a pedido de Dom Antônio Malan, bispo diocesano, ao Governador, Dr. Estácio Coimbra, de quem era grande amigo, no sentido de apaziguar as duas correntes adversárias, locais, sempre em atritos²⁷³.

Outra percepção do tamanho da aproximação entre o poder religioso foi a interferência da diocese na política local, em uma demonstração de que seu poder

²⁷⁰ Fim de semana. **A tribuna**, 31 de julho de 1926. p.1.

²⁷¹ Fim de semana. **A tribuna**, 9 de agosto de 1926.p.1 e Reestabelecendo a verdade, em torno do relatório do prefeito municipal in: **A tribuna**, 8 de outubro de 1926.p.1

²⁷² O domínio dos Padilha durou até 1947. SOUZA. João Moraes. **As Práticas do coronelismo**: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelho em Petrolina-PE. Recife: Tese, 2001 p.67.

²⁷³ PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1982. p. 85.

influenciava, oferecendo aos seus aliados importante fonte de afirmação através de seu apoio público.

A maior de todas as demonstrações e intervenção política ocorreu através do desentendimento entre o bispo e aquele que se tornou o futuro chefe político local de Petrolina a partir do final da década de 1940, Clementino de Souza Coelho, o Coronel “Quelê”. A família Coelho ampliou sua participação política quando ocorreu uma divisão entre os líderes do governo na escala federal e estadual.²⁷⁴

Clementino de Souza Coelho, nasceu na Fazenda Pedra, próximo de Petrolina. Casou-se com Josepha de Souza, sobrinha e filha adotiva de seu irmão Manuel Clementino de Souza. Josepha pertencia à tradicional família Souza²⁷⁵. Através do casamento, Clementino pôde fortalecer sua ligação com os Souza, e sua ascensão política foi fruto da ligação que possuía com a família através de Otacílio Nunes de Souza e Souza Filho.

O patriarca dos Coelho prosperou através do comércio, pois seu irmão e genro, Manoel Clementino, deixou sua herança que constituía em propriedades nas áreas rurais e urbanas para sua sobrinha e filha adotiva, Josepha Coelho. Do seu primo, Souza Filho, teria recebido um empréstimo de 200 contos de reis²⁷⁶. O jornal *O Pharol*, de 22 de fevereiro de 1923, aponta para Clementino como o homem mais rico da região:

²⁷⁴ SOUZA, João Morais. **As Práticas do coronelismo**: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelho em Petrolina-PE. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001. p. 79.

²⁷⁵ PIRES, Idalina. **Josepha Coelho**: 100 anos de história. Petrolina-PE: APAMI, 1999. p.24.

²⁷⁶ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

Tabela 3- Renda e impostos de líderes políticos de Petrolina em 1923

Lançamento dos contribuintes sujeito ao imposto de “indústria e profissão” no exercício de 1923		
Nome dos contribuintes	Giro comercial	Total
Clementino de Souza Coelho	120.000	700
Octacílio Nunes de Souza	120.000	500
Antônio Gomez de Sá	72.000	460
Juvêncio Rodrigues Coelho Pombo	56.000	380
Alfredo Amorim	20.000	100

Fonte: *O Pharol*, 22 de fevereiro de 1923, p.4.

Outro primo de Otacílio Nunes de Souza, ainda na década de 1910 mudou-se para a Salvador, na Bahia e deslocou seus negócios para lá. Quando saiu de Petrolina, vendeu suas propriedades por um baixo valor a Clementino Coelho. Ao progredir economicamente, aproximou-se da política, algo comum entre os ricos locais.

Na época, a prefeitura não possuía recursos financeiros, mas era disputada por líderes locais pela representatividade e prestígio que o cargo dispunha. Seu crescimento econômico o credenciava a se tornar um chefe político local. Vale salientar que foi vice-prefeito entre 1913 e 1919. Para isso, ele precisaria se fortalecer politicamente na cidade, enquanto a família Padilha deveria declinar para lhe abrir espaço. Os Padilha, por estarem em evidência na época, constituíam-se o principal entrave para acessão política do coronel Quelê.

Por isso, foi natural a disputa por espaço entre ambos. Uma perceptível demonstração dessa disputa está nas reformas urbanas feitas por Pacífico da Luz, então prefeito de Petrolina no ano de 1922. Entre os melhoramentos realizados na cidade, estava a arborização de ruas:

O Dr. Pacífico, zeloso prefeito do município está pondo em execução vários melhoramentos na cidade [...] sabemos que muito em breve

será feita a arborização da rua Marechal Deodoro, a principal artéria da cidade estando a prefeitura a espera de 50 pés de citiseiros encomendados da Bahia para tal fim.²⁷⁷

Após o plantio das árvores, as mesmas foram quebradas e arrancadas. Em uma publicação posterior do periódico petrolinense, há uma condenação dessa atitude que aconteceu na cidade e teve fato semelhante ocorrido na capital pernambucana:

Em um dos nossos últimos número, salientando o geral empenho com que os poderes públicos vão desenvolvendo este problema e que reúne extraordinários predicados necessários a saúde, a vida das collectividade, sendo ainda um dos principaes fatores constitutivos do aformoseamento das cidades, lastimamos [...] a acção malífica e criminosa dos que procuram prejudica-lo por todas a formas indo da ignorância a desumanidade, ou a malvadez, estragando, ferindo, quebrando, destruindo as tenras árvores plantadas amorfando-as ou impedindo o seu desenvolvimento.²⁷⁸

Sobre este acontecimento, um de nossos entrevistados, Manoel Cantarelli, relatou que “Dr. Pacífico foi quem plantou as primeiras árvores em Petrolina. Ele plantava durante o dia e a noite arrancavam, era a corrente dos Coelhos, naquela época, e Dr. Pacífico era inimigo dos Coelhos e os Coelhos eram inimigos do Dr. Pacífico. Diziam que eram pessoas mandadas pelos Coelhos”²⁷⁹ que quebravam e arrancavam as árvores.

Apesar de nosso entrevistado ter sido notoriamente um homem de bom convívio com todos em Petrolina, não tendo, portanto, uma posição partidária definida, não é nosso intuito atestar para o fato como algo comprovado. Mas, apenas ressaltar que, se existia este boato, verdadeiro ou não, ele nos demonstra que havia uma disputa política em curso já naquela época, entre as famílias Padilha e Coelho, a ponto de boatos se espalharem para denegrir ou denunciar a família de Clementino.

²⁷⁷ Melhoramentos da cidade. **O Pharol**, 1 de janeiro de 1922.p.1

²⁷⁸ Arborização das cidades. **O Pharol**, 7 de junho de 1923.p.1

²⁷⁹ CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

É interessante notar que, apenas ao se aproximar da década de 1950, foi que a família Coelho assumiu as rédeas do poder em Petrolina. Apesar do seu poderio econômico já comprovado desde os anos de 1920, poucas vezes encontramos o nome de Clementino Coelho sendo citado no jornal *O Pharol* até a década de 1930.

Muitos autores tentaram encontrar justificativas para a hegemonia da família só ter ocorrido na metade do século XX para frente. Serejo, por exemplo, apontou que condição econômica dos Coelhos era inferior às outras famílias tradicionais da cidade²⁸⁰, fato contestado pelas informações obtidas.

Outro problema apontado pela demora ao alcançar domínio político na região foi não ter talento administrativo devido seu temperamento explosivo. Idalia Pires relatou esta dificuldade no depoimento de sua esposa, Josepha: “Ela conhecia o seu marido. Sabia que era temperamental, sem jogo de cintura necessário para fazer política de verdade”²⁸¹. No entanto, percebemos a figura de Clementino Coelho constantemente presente na política.

A entrada do coronel “Quelê” foi através de seus primos da família Souza, aliados da família Padilha, devido o casamento de Souza Filho com uma das filhas do Coronel Rabelo. Por isso sua vida política inicial estava associada à família que já exercia a liderança política local.

Quando da chegada de Dom Malan à Petrolina, tanto fez parte da comissão responsável por angariar fundos para viabilizar a infraestrutura da diocese, como fez parte da comissão que recebeu o bispo em sua chegada²⁸². O conturbado divórcio de Souza Filho, que rompeu politicamente com os Padilha, arrastou clementino para oposição a política da família.

Nas primeiras décadas do século XX apoiou ou se candidatou a cargos políticos. Em 1925, por exemplo, candidatou-se a Prefeito e, sendo derrotado, pediu a anulação do pleito, alegando fraude. Em 1927, sendo antes, vice-prefeito, assumiu a prefeitura de Petrolina após a abdicação do prefeito, pedindo posteriormente afastamento do cargo. Também apoiou Manuel Francisco Souza Filho para o cargo de Deputado Federal.

²⁸⁰ SEREJO, 1979, p.130.

²⁸¹ PIRES, 1999, p.35.

²⁸² **O Pharol**. Petrolina, 27 setembro, 1923. p. 1 e **O Pharol**. Petrolina, 24 agosto 1924. p. 2.

Ao observamos a relação entre o coronel Clementino Coelho, o bispo Dom Malan e os Padilha, há um embate de forças, dentro do campo da política. Mas, inicialmente, não é por parte de Clementino, que desde o começo buscou a aproximação com a Igreja, participando do processo de organização e recepção do bispado, e financiando por anos as obras da Igreja como a construção da Catedral, para buscar sua associação ao poder religioso.

Isso ocorreu por uma clara tentativa de associação que lhe conferisse poder dentro do campo religioso e do político como nos esclareceu Bourdieu. No entanto, para o bispo, foi mais prático manter a aliança com o poder político já estabelecido da família Padilha do que se arriscar em outra associação que poderia não render bons frutos.

O tempo revelou que esta opção foi uma decisão acertada. Pois, como ressalta Bourdieu, o que fortalece o campo é a relação de aproximação entre os agentes²⁸³. Percebemos que a aproximação dos agentes do campo político com do campo religioso fortaleceu a ambos.

Entendemos que um fator que atrapalhou e adiou a hegemonia política dos Coelhos, em pelo menos 15 anos, foi a proximidade de Dom Malan com a família Padilha, opositora dos Coelho. Se por um lado os Padilha apoiaram o bispo em suas ações na década de 1920, o que facilitou a realização de suas obras, por outro lado a Igreja contribuiu para manter a influência política dos Padilha em detrimento de outras famílias, que se tornaram inimigas políticas, como foi o caso da família Coelho.

Um caso famoso deste apoio resultou em um desentendimento entre a Igreja e Clementino. Em 1929, seu primo, Souza Filho, foi assassinado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, pelo deputado Simões Lopes devido a divergências políticas. Um ano depois, nas primeiras eleições sem a presença política de Souza Filho, ocorreram indícios de que diocese apoiou a facção política opositora dos

²⁸³ BOURDIEU, 1989.p. 156.

Coelhos²⁸⁴. E Posteriormente a sua derrota” nas eleições, “Quelê se desentendeu com o bispo:

A versão que foi divulgada é que seu Quelê teria apontado para o retrato de dom Malan que existia na prefeitura e dissera: o corpo de Souza Filho ainda não está frio e os amigos já começam a traí-lo, insinuando que Dom Malan teria interferido no resultado da eleição²⁸⁵.

A Igreja respondeu ao boato com uma publicação de *O Pharol* através do padre Mariano de Moura Cavalcanti:

Sabeis que foi o pesado leviano e qual foi o insulto nascido, naturalmente ou vomitado de seu coração de oiro... É desnecessário o commento. Já estaes fartos e, certamente enojados do fruto, e da arvore que o produziu. demos o maior desprezo ao enfatuamento dos despeitados, de quem, se julgando necessario ao meio em que vive, não passa, às vezes, de um coronel estouvarado, pernostico, e dinheirudo²⁸⁶.

Nova publicação de resposta a Clementino, novamente pelo Padre Cavalcanti, ocorreu uma semana depois²⁸⁷. Após resposta pública, o patriarca dos Coelho processou o padre Cavalcanti. O bispo Dom Malan o acusou de está processando a Igreja. Enquanto a ação tramitou na justiça, o jornal continuou postando textos em que defendia a si mesmo e a Igreja, buscando conclamar a população a seu favor. A cidade por várias vezes se manifestou publicamente a favor do bispo e da Igreja²⁸⁸.

Diante da pressão sofrida, Clementino Coelho retirou a ação contra a Igreja e se mudou para a cidade vizinha de Juazeiro, só retornando para cidade um ano depois. O desentendimento entre o patriarca da família Coelho e a diocese de

²⁸⁴ No processo movido contra o Jornal *O Pharol*, consta dos autos que durante a eleição o Padre Sidrach Valarino distribuiu panfletos da Aliança Liberal, chapa opositora a família Coelho. **O Pharol**, 25 de março de 1923.p1.

²⁸⁵ PIRES, 1999, p. 35.

²⁸⁶ CAVALCANTI, Mariano de Moura. **Coices ao vento...** Pharol. Petrolina, 8 março 1930. p. 1.

²⁸⁷ CAVALCANTI, Mariano de Moura. **Cartas sem sel-o** O Pharol. Petrolina, 18 março 1930. p. 1.

²⁸⁸ **O Pharol**. Petrolina, 30 de março de 1930.p.1

Petrolina contribuiu para o surgimento de diversas histórias sobre a família, como a que acusou o patriarca dos Coelho a ser contrário ao fechamento do comércio em Petrolina para inauguração da catedral. Num outro acontecimento, em 1933 Clementino perdeu um filho, Caio, por afogamento no rio São Francisco, cujo corpo demorou para ser encontrado. Segundo a crença popular, tanto a morte da criança, quanto o desaparecimento do seu corpo foram punições divinas pelo enfrentamento para com a Igreja. A crença popular foi além ao afirmar que o corpo somente foi encontrado no mesmo momento que o novo bispo de Petrolina, Dom Idílio Soares, substituto de Dom Malan, atravessava o rio São Francisco, vindo de Juazeiro em direção a Petrolina para assumir a diocese.²⁸⁹

O desentendimento eleitoral, os ataques da Igreja no jornal *O Pharol*, a mudança de cidade, a rejeição política, as histórias que caíram no senso comum nos revelam o poder da Igreja Católica e sua influência na sociedade petrolinense. Apesar de conhecido o desentendimento entre o Bispo Malan e Clementino Coelho, não encontramos um desenvolvimento de uma importante questão, o caráter vingativo e agressivo percebido nas ações da Igreja quando esta foi confrontada, e a produção do ódio contra seus inimigos, algo que pode ser observado neste caso e no desentendimento entre a Igreja e a Maçonaria como veremos a frente.

Boato ou não, o possível comentário de Clementino Coelho, foi duramente combatido pela figura do Padre Cavalcanti que representava a Igreja e o Bispo em suas declarações. O Padre defendeu a ambos de forma implacável. Não sabemos se sua atitude ocorreu a mando de D. Malan, mas foi, no mínimo, uma atitude consentida pelo bispo, uma vez que o Padre continuou seus ataques em outra publicação. Isto revela um lado não explorado do bispo, o de alguém que combateu opositores de forma implacável. Esta percepção se fortalece quando em nossas pesquisas temos dificuldades em encontrar no bispado de D. Antônio Maria Malan, alguma atitude sua que seja reprovável, contribuindo ainda mais para santificação do homem, em detrimento de uma humanização do bispo. Isto nos ajuda a entender também como é vasta a documentação que o engrandece ao mesmo tempo em que é rara uma documentação que o desabone, uma constatação que não é mera coincidência.

²⁸⁹PIRES, Idalina. **Josepha Coelho**: 100 anos de história. Petrolina-PE: APAMI, 1999. p.42

A proximidade que *O Pharol* tinha com a Família Padilha, somado ao posterior desentendimento entre a família Coelho e o bispo, resultou também em uma baixa publicação de notas sobre a família Coelho e seu líder. Ao longo da década de 1920, foram poucas publicações sobre Clementino Coelho, e a maioria das notas estavam relacionadas a coluna social.

Ao mesmo tempo em que, ao analisarmos o jornal *A Tribuna*, de Francisco de Barros, aliado político do Cel. Quelê, foram maiores as citações ao chefe político dos Coelhos, com notas que foram além das notas sociais, mas ressaltaram a figura política de Clementino. Somado a isto, o jornal também fazia propaganda da Souza Coelho e Cia²⁹⁰, empreendimento da família Coelho.

Ao analisarmos as relações entre a diocese de Petrolina e o líderes políticos locais, não podemos resumí-la a “política de estadualização”²⁹¹, defendida por Sérgio Miceli, de que em locais menos desenvolvidos a expansão eclesiástica ocorreu através de “alianças explícitas com algumas das facções oligárquicas dominantes”; em que a Igreja se submeteu aos interesses do estado republicano.

Apesar se ser clara a aproximação entre a dioceses de Petrolina e o poder político local, entendemos que nessa relação ocorreu uma troca em a Igreja também tomou medidas segundo seus próprios interesses, seguindo as orientações das conferências episcopais a partir de 1890, são estas medidas que pretendemos abordar a seguir.

4.3 A BOA IMPRENSA EM PETROLINA: RELAÇÕES EPISCOPAIS COM O JORNAL *O PHAROL*

Outra importante aliança do bispo para o fortalecimento católico na região foi a aproximação de Dom Malan com o Jornal *O Pharol*. Assim como foi durante o período em que esteve no Mato Grosso, usou o mecanismo da imprensa ao seu favor. A partir do século XX, o controle da informação foi cada vez mais utilizado como mecanismo de poder, tornando-se ainda maior à medida em que cresceu número de pessoas que tinham acesso a jornais:

²⁹⁰ Souza Coelho e Cia. Petrolina, 24 de maio de 1926. p.4.

²⁹¹ MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 65-75.

Em todas as áreas regidas pelas relações capitalistas, a imprensa atingiu a etapa de empresa, a etapa industrial. A indústria do jornal ou da revista – como de resto da radiodifusão e da televisão – por todas aquelas áreas atingiu dimensões muito grandes, gigantescas em alguns casos²⁹².

A formação de uma imprensa católica em Petrolina Arquidiocese se constituiu em uma ampliação de um processo que começou com os papas reformadores e o episcopado brasileiro no final do século XIX. Até o século XIX, os jornais católicos que existiam no Brasil eram “pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, [...] que além de um raio de ação muito reduzido, em geral, duravam pouco”²⁹³.

No final do século XIX, os principais bispos do país sobre a orientação da encíclica de 1890 do papa Leão XIII (1878-1903) *Dall'alto dell'Apostolico Seggio*, 1890, se mobilizaram para criação de jornais e revistas católicos²⁹⁴.

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para que a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja [...] Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que as pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará.²⁹⁵

Na *Pastoral coletiva de 1890*, os bispos brasileiros seguiram a orientação da Santa Sé e abordaram a temática importância de uma imprensa católica. Assim,

²⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999. p. 392.

²⁹³ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - 2). p. 13.

²⁹⁴ Na virada do século XIX para o Século XX surgiram vários jornais católicos como **A Tribuna Católica** em Fortaleza no Ceará, **A União em Recife** no Pernambuco, **A Crônica Religiosa** em Salvador na Bahia e **O Bom Oito de setembro** e **A Ordem**, ambos de Natal no Rio Grande do Norte, isto para citar alguns do nordeste.

²⁹⁵ Documentos Pontifícios, p. 9-10.

muitos jornais católicos surgiram no início do século XX. Em 29 de janeiro de 1910, foi fundado o Centro da Boa Imprensa na cidade do Rio de Janeiro²⁹⁶. Os principais pontos defendidos pelo Boa Imprensa foram:

- 1 – Auxiliar bons jornais e revistas que quiserem aceitar seu programa de ação;
- 2 – Difundir a boa imprensa e a sã literatura;
- 3 – Favorecer a fundação e manutenção de bons jornais e revistas. Formar jornalistas e escritores; amparar jornalistas católicos na indigência;
- 4 – Favorecer aos jornais, revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões;
- 5 – Servir de intermédio com os centros estrangeiros;
- 6 – Fornecer informações seguras sobre acontecimentos importantes e sobre o que se entender com a defesa da Igreja e de seus Ministros;
- 7 – Promover a publicação de bons livros, originais ou traduzidos;
- 8 – Auxiliar a fundação de bibliotecas populares e círculos de leituras;
- 9 – Promover congressos, reuniões, conferências, exposições, etc.²⁹⁷

Principalmente os pontos 1, 3 e 6 podem ser bem observados nas ações do bispo petrolinense, tanto em Mato Grosso quanto na cidade do interior pernambucano. No mesmo ano da fundação do centro da Boa Imprensa, no Rio de Janeiro, foi fundado em Cuiabá o jornal *A Cruz*, pertencente a Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso.

[...] não destoando do contexto nacional, tinha por objetivos a formação de uma opinião pública favorável, a cristianização da sociedade, a luta pelas causas que a Santa Sé e a hierarquia eclesiástica propunham e a ofensiva contra as religiões e ideologias

²⁹⁶ Com a finalidade de organizar as letras católicas, foi criado em 1910, na cidade de Petrópolis, o Centro da Boa Imprensa, que concorreu de modo especial para o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. Para alcançar esse objetivo, o centro passou a auxiliar os jornais a ele coligados, fazendo-lhes periodicamente remessas de artigos oportunos – **e de conteúdo variado**; servia de ponte de informações e consulta a respeito de questões de épocas; incumbe-se de defender a igreja das ofensas lançadas contra ela; promove a edição e propaganda de livros; contribui para a manutenção de bibliotecas e círculos de leitura, remetendo-lhes exemplares das edições de seus trabalhos e de outros editores (MIRANDA, 1998, p.47, grifo nosso).

²⁹⁷ SOARES, Ismar de Oliveira, **Do Santo Offício à libertação**: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica do Brasil sobre a comunicação social, p. 108.

acatólicas que buscavam legitimar-se no campo religioso monopolizado pela Igreja Católica.²⁹⁸

A criação do Jornal Católico em Cuiabá contou com a participação do frei Ambrósio Daydé e teve a aprovação de D. Carlos Luiz D'Amour. Desde a Chegada dos Salesianos, em 1894, em Mato Grosso, os religiosos trouxeram da Europa maquinários tipográficos que foram utilizados para a produção do Jornal *A Cruz*²⁹⁹.

Através de *A Cruz*, a Igreja difundiu sua forma de pensar, defendendo a atuação católica e propagando seus valores. Sendo resultado de uma adaptação católica às transformações do século XX, a Igreja desejou ocupar seu espaço ameaçado pelo fim do Império através de outros mecanismos.³⁰⁰

Bourdieu³⁰¹ nos diz que, para fortalecer o campo, as representações e práticas religiosas tomam a função de buscar legitimar sua fala, produzindo autoridade e garantindo o controle de um grupo sobre outro dentro do campo. Seguindo este raciocínio, a Igreja usou o jornal como um meio de comunicação que transmitisse para sociedade uma mensagem de orientação, de princípios, os quais reunia os que nele estavam inseridos e excluía os que pensavam de outra forma.

Em sua chegada a Petrolina, Dom Antônio de Maria Malan usou sua experiência vivida com a imprensa católica no Mato Grosso para alcançar resultados semelhantes na cidade interiorana. Não se tratou de algo novo, mas pertencente as orientações da Igreja, sendo mais um dos motivos pelo qual Malan foi escolhido para assumir a diocese de Petrolina.

O bispo buscou utilizar o jornal *O Pharol*, já existente em sua chegada, como canal de comunicação entre seus fiéis petrolinenses e das regiões circunvizinhas que desejava alcançar. O jornal foi fundado em setembro de 1915, por João Ferreira

²⁹⁸ OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz: Imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016. p.64.

²⁹⁹ ADÃO, Rafael. **Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930-1940: uma análise do jornal A Cruz**. p.2 In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro." Mato Grosso, 2013.

³⁰¹ BOURDIEU, Pierre. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. In: MICELLI, Sérgio (org.), Editora: Perspectiva, São Paulo, 2004.

Gomes, e sua aproximação com lideranças políticas e religiosas contribuiu para seu crescimento e longevidade, tornando-se o jornal que mais tempo ficou em atividade no interior de Pernambuco no século passado.

O *Pharol* passou, então, a ser uma via de comunicação cada vez mais consolidada. Percebendo isso, as lideranças locais lhe deram infraestrutura e apoio financeiro, o que lhe renderam cada vez mais prestígio social. Sobre a contribuição do jornal para a Igreja, destacou Francisco Cavalcante:

as comunicações que aconteciam entre as diversas paróquias na diocese eram muito difíceis porque naquela época não havia estradas boas como hoje, com asfalto, etcetera. O único meio de comunicação era o telégrafo e mesmo assim para o bispo entrar em contato com outras dioceses, os padres da diocese, era bastante difícil. Então, muita coisa, muita notícia da diocese passava pelo jornal *O Pharol* e chegava aos padres da Diocese de Petrolina.³⁰²

Desde as primeiras publicações do jornal, percebemos notas e informações sobre o catolicismo, uma consequência de ser esta a religião predominante no Brasil e da própria religiosidade do fundador do jornal *O Pharol*.

No entanto, estas publicações eram espaçadas, com um certo intervalo de tempo entre uma publicação e outra. Entre a primeira publicação de cunho religioso e a segunda de cunho religioso, por exemplo, foram necessárias seis publicações sem citações religiosas. Esta constatação demonstra que a temática religiosa era uma pauta do jornal, mas não a mais importante.

Outra percepção era de que estas notícias não eram destaques no jornal, salvo grandes eventos religiosos, como a festa do Sagrado Coração de Jesus ocorrida em março de 1917³⁰³.

³⁰² CAVALCANTE, Francisco José Cavalcante. Petrolina/PE, jan. 2008 (entrevistado por Jean Carlos N. de Corrêa. Disponível no CD-ROM **O Pharol – Tempo, Imagem & Memória.**)

³⁰³ **Imprensa.** O Pharol, 20 de dezembro de 1916. p.2. e **Pai perdoa-lhes pois não sabem o que fazem.** O Pharol, 31 de março de 1917. p.1.

Tabela 4 - Assuntos mais publicados no Jornal O Pharol 1915-1930

Assuntos mais publicados no Jornal O Pharol 1915-1930	
Assunto	Porcentagem (%)
Religião e Igreja	15%
Política nacional	10,6%
Violência e Conflito	7,9%
Educação e Cultura	7,4%
Governo e Política local	6,7%

Fonte: Chilcote (1990. p.86 e 87)

Com o advento da República no Brasil, o Estado laico brasileiro permitiu espaço para mudanças de ordem política, econômica, religiosa e dos costumes. O país sofreu um maior alcance de outras visões políticas, e observou-se um aumento de outras manifestações religiosas como os protestantismos e o espiritismo. Na sociedade, a influência europeia ditou moda e costumes.

Assim como ocorreu em outros jornais católicos no país, *O Pharol* também foi um mecanismo de combate aos “inimigos da Igreja”. Por ser um veículo de comunicação católica, além de ter atuado politicamente, ao apoiar através de publicações os aliados políticos da Igreja e em determinadas situações ter atacado seus adversários políticos, como vimos anteriormente, atuou também como divulgador do pensamento católico.

As principais orientações católicas seguiam as encíclicas *Quanta Cura* e a *Syllabus*, apesar delas não circularem no Brasil por proibição de Dom Pedro II, os bispos brasileiros buscaram se aproximar da Santa Sé e divulgar seu pensamento no país.

Dentro da pauta da Igreja estavam o combate a temas envolvendo as relações entre Igreja e Estado; o casamento civil; a emancipação da mulher; relacionados a questões econômicas e políticas como o socialismo, comunismo, o

liberalismo; ou questões religiosas como o ateísmo, a maçonaria, o espiritismo, o protestantismo; questões comportamentais como o relaxamento de costumes; e sobre as transformações causadas pelo urbanismo e a industrialização.

No caso de Petrolina, não vimos esse embate de forma tão incisiva como em outros casos no Brasil. Existiram publicações que atenderam a necessidade católica de reação a seus possíveis opositores, mas não em um volume observado em outras obras.

Acreditamos que, um fator que contribuiu para uma atuação discreta do jornal *O Pharol* nesse aspecto, foi um olhar voltado para outras necessidades, além da ausência de seu principal mentor intelectual, o bispo Dom Malan. Desde a chegada do epíscopo em Petrolina, o que percebemos é uma grande mobilização em prol das obras eclesiais que precisavam ser construídas

Assim, vemos um jornal com constantes publicações voltadas para as obras e vemos um bispo que realizou diversas visitas pastorais e viagens longas a fim de angariar recursos para seus projetos.

Percebemos no jornal uma dificuldade para encontrar seu modo de se relacionar com o Estado laico. Por um lado, desde sua primeira edição e ao longo das primeiras décadas do século XX, vemos o periódico apoiar a República e seus representantes locais, estaduais e federais. Um ano após a sua fundação, em 15 de novembro de 1916, a publicação de capa é uma exaltação a Proclamação da República³⁰⁴. Por outro lado, vemos um jornal que constantemente reclama da cobrança de impostos por parte do governo³⁰⁵, uma atitude comum nos primeiros anos de República, devido ao aumento da cobrança de impostos no Brasil Republicano.

No ano de 1923, quando o jornal já dispunha de maior estrutura e credibilidade, e já havia uma proximidade do jornal com as lideranças políticas locais, há uma publicação em defesa dos impostos republicanos:

³⁰⁴ 15 de novembro. **O Pharol**, de 15 de novembro de 1916 p.1.

³⁰⁵ Ainda e sempre os impostos. **O Pharol**, de 26 de fevereiro de 1917 p.1 e O imposto de estatística sendo executado. **O Pharol**, de 17 de março de 1917 p.1

É sabido que, de nenhum modo geral, ninguém paga impostos com satisfação de boa vontade [...]. Entretanto é tão justo, tão necessário o imposto, que também lhe chamam direito nome porque é de modo igual, vulgarmente conhecido [...]. Dahí os impostos, as contribuições exigidas pelos governos, pela instituições de qualquer espécie pra manutenção das necessidades sociaes sem o que são impossíveis a ordem, a tranquilidade e o progresso que todos desejam.³⁰⁶

Esse bom relacionamento entre o jornal e o Estado se manteve mesmo após a aproximação do jornal com a diocese petrolinenses, salvo em determinadas circunstâncias., defendendo que a laicidade não poderia ser anticlerical.

Há uma publicação do jornal, em 8 de agosto de 1931, em que se criticou o laicismo quando esse se posiciona como ateu³⁰⁷. Essa atitude não foi uma constância no periódico, discordando apenas em pontos específico, usando o jornal como seu porta voz. Um exemplo dessa discordância são as publicações relacionadas ao divórcio, um assunto no qual Igreja e Estado divergem até os dias atuais:

Sobre o projecto de divorcio actualmente em discussão na Camara do paiz, todas as autoridades eclesiais têm se manifestado francamente contra. Em telegrama passado ao presidente da Republica [...] em nosso dos illutres signatário e de todo o povo catholico das respectivas dioceses. Protestando contra o attentado em pretensão, com o projecto do divorcio, assinando-o como anti-social, anti-patrio e anti-religioso.³⁰⁸

Em outubro do mesmo ano, o jornal dedicou uma reportagem de capa contra a aprovação do divórcio. Foram notas de condenação da proposta. ou seja, um ponto particular sem, contudo, comprometer a relação entre o Estado e a Igreja em outros aspectos que abordaremos mais a frente.

Outro ponto presente, no início do século XX, foi o avanço do comunismo no país. Em 1923, há uma publicação de desaprovação da Revolução Russa pela destruição dos símbolos católicos promovidas pelos bolcheviques³⁰⁹. Encontramos apenas três publicações ao longo dos anos de administração do primeiro epíscopo

³⁰⁶ Necessidade de pagar impostos. **O Pharol**, de 3 de fevereiro de 1923 p.1.

³⁰⁷ Laicismo e ateísmo. **O Pharol**, de 8 de agosto de 1931 p.4.

³⁰⁸ O projecto do divorcio. **O Pharol**, de 21 de outubro de 1926 p.1.

³⁰⁹ Pela religião. **O Pharol**, de 26 de abril de 1926 p.1.

petrolinense. No ano de 1931, periódico voltou a comentar sobre o comunismo atuando no Brasil³¹⁰. Acreditamos que a baixa publicação dessa temática em Petrolina foi possivelmente devido à baixa presença de socialistas na cidade, de forma a fazer com que a Igreja e seu veículo de comunicação se preocupassem em combatê-lo.

Em nossas conversas com moradores mais antigos da cidade, falava-se de um ou outro morador conhecido por ser socialista, mas que pouco influenciava na região, sendo conhecido justamente por ser uma pessoa de posição ideológica fora das posições mais tradicionais. O primeiro partido comunista surgido na região são franciscana foi o PC do B, fundado na cidade vizinha Juazeiro em 1922. Era, portanto, um partido novo, que não se desenvolveu ao ponto de representar uma ameaça a diocese de Petrolina.

Uma das pautas abordadas pelos partidos de cunho socialista eram as questões trabalhistas, que passaram a ser discutidas com maior frequência a partir em 1933, com a fundação do Sindicato dos Artífices de Petrolina, em um período posterior a presença de Dom Malan. Antes disso encontramos apenas uma publicação que tratava das questões trabalhistas.

O avanço do protestantismo no Brasil também foi uma das razões que contribuíram para a criação de dioceses em todo o país. Visando combater esse avanço, a Igreja ocupou espaços físicos para marcar território e combater o avanço dos protestantes. No caso de Petrolina, assim como os comunistas, os protestantes também não pareceram ser fortes inimigos durante os anos de 1924 à 1931.

O primeiro grupo de evangélicos esteve em Petrolina no início do século XX. Essa informação se faz registrada no *Jornal Batista* que confirma a vinda desse grupo da cidade de Juazeiro³¹¹. Apenas disso sua missão evangelizadora não parece ter sido muito frutífera. Pois, o protestantismo não pareceu ser uma ameaça.

Em 24 de agosto de 1917, temos um artigo defendendo o batismo por aspersão, praticado pelos católicos e presbiterianos, em detrimento ao batismo por

³¹⁰ Os comunistas. **O Pharol**, de 27 de fevereiro de 1931 p.4. e As investidas do comunismo no Brasil. **O Pharol**, de 18 de agosto de 1931 p.1.

³¹¹ Viagem a Petrolina. **Jornal Batista**, 30 de novembro de 1905, p.7.

imersão, praticado pelos batistas³¹². A nota ainda de antes da criação da diocese ratificou a presença dos batistas pela relevância de tal publicação.

Em outra publicação, em maio de 1923, aborda-se a conversão de um pastor ao catolicismo³¹³. No período que compõe administração de Dom Malan, só existem apenas duas publicações. Em 1927, há uma condenação acerca de um ataque desferido a uma santa católica, sem, contudo, indicar que o agressor seria protestante³¹⁴.

Já em 22 de agosto 1931, há uma publicação que condenou o barulho feito em frente a um culto protestante, em uma demonstração de bom relacionamento com os evangélicos.

Ao que parece o fortalecimento de outros grupos cristãos custou a se expandir em Petrolina. Enquanto Juazeiro teve seus primeiros templos evangélicos construídos na década de 1930, em Petrolina a primeira Igreja foi construída em 1947, demonstrando a dificuldade de difusão dos protestantes na cidade pernambucana.

Outro “inimigo comum” do catolicismo, presente nas primeiras décadas do século XX foi o espiritismo, que no caso petrolinense também não representou aparente ameaça durante o bispado. Encontramos apenas cinco publicações sobre o tema, todas criticando a prática. Sendo das cinco notas, três antecederam a criação da diocese, não sendo, portanto, os ataques consequências de uma orientação da Igreja.

Na última publicação dentro do período de Dom Malan, há inclusive um crédito ao espiritismo ao se noticiar como verídica uma manifestação espírita em Petrolina, em que um morto por afogamento no Rio São Francisco apareceu e teria dado todas as informações pessoais para comprovar que era ele mesmo. Esta publicação reforça a crença de que em Petrolina o espiritismo não representava uma ameaça ao bispo. Por isso o pouco número de publicações, em que nem todas elas tinham cunho negativo.

³¹² Qual dos Baptimos o mais decente: o dos presbyterianos ou dos baptistas? **Jornal Batista**, 24 de agosto de 1917, p.7.

³¹³ Pela Religião. **O Pharol**, 24 de maio de 1923, p.1.

³¹⁴ Um monstruoso sacrilégio. **O Pharol**, 26 de setembro de 1927, p.1.

O maior adversário da diocese de Dom Malan foi sem dúvida a maçonaria. Fundada em Juazeiro em 1924, a Loja Maçônica Harmonia e Amor, ao tentar impor seus ideais republicanos e liberdade, confrontou a Igreja pelo seu caráter conservador e, principalmente, partidário. Por meio de jornais que comungavam dos mesmos interesses, a Maçonaria entrou em atrito com a Igreja em Juazeiro e esse embate chegou até a cidade de Petrolina.

Fundado em 1926, o jornal *O Eco*, de direção de Aprígio dos Santos Araújo, um jornalista famoso pela agressividade na escrita³¹⁵, apoiou grupos políticos, capitaneados por Aprígio Duarte Filho, contrários a Igreja e próximos aos maçons.

Com esta aproximação, o Jornal *O Eco* e *O Juazeiro* passaram a atacar o partidarismo católico e a defender a liberdade de manifestação política de outros partidos locais. No ano de 1931, o Jornal *O Pharol* desfere uma série de publicações contra a maçonaria e sua representatividade nos jornais *O Eco* e *O Juazeiro*.

O desentendimento foi tamanho que não bastassem os ataques, o bispo de Petrolina escreveu duas cartas pastorais condenando os jornais:

Nós, em satisfação do nosso munus episcopal, usando de nossa autoridade ordinária, declaramos os referidos periódicos “O Juazeiro e “O Eco” incursos, quanto aos números já publicados contendo doutrinas adversas a fé, na proibição supracitada do direito canônico: outro sim, espessa e terminantemente proibimos, a todos os nossos diocesanos, os ditos periódicos, de modo que, doravante, ficam-lhes vedado, conforme o mesmo direito canônico, assignal-os, lel-os, conserval-os, vendel-os, traduzil-os ou passarl-os a outrem.³¹⁶

Uma semana depois, em nova Carta Pastoral, Dom Malan condena outro jornal, desta vez petrolinense, *A Luz*, de direção de Crispim Coelho, por publicações semelhantes aos jornais baianos³¹⁷. Em 29 de setembro de 1931, *O Pharol* publicou:

Ninguém pode, de boa fé, sem incorrer nas penas combinadas pela igreja, pertencer as fileiras maçônicas, fazer parte de uma sociedade que persegue a Cristo, procurando substituir pela mais desbragada

³¹⁵ DUARTE, Jorge de Souza. **Juazeiro: nos caminhos da história**. Juazeiro-Ba. Edição do autor. 1985. p.79.

³¹⁶ **Acto do governo diocesano**, 8 de setembro de 1931.

³¹⁷ **Governo diocesano**, 17 de setembro de 1931.

licença de costumes e ideias, a bela formação moral que os princípios cristãos implantaram sobre a terra.³¹⁸

Ao todo, o periódico publicou onze matérias, em um intervalo de quatro meses³¹⁹ condenando a maçonaria e suas atitudes. Seus ataques cessaram quando o bispo faleceu, o que fez com que as reportagens se concentrassem em sua morte, ocorrendo um abandono do assunto maçonaria pelos anos que seguiram.

Por fim, diante das mudanças comportamentais percebidas na sociedade a partir do século XX, encontramos em *O Pharol* diversas notas criticando determinados hábitos observados por cidadãos petrolinenses. Desde atos considerados imorais, ao comportamento transgressor de jovens, como também com críticas ao modernismo, os quais pudemos citar uma publicação em que ao elogiar o Colégio Maria Auxiliadora, o classifica como moderno da “maneira correta” e não como o “modernismo pernicioso que vai imperando em quasi todos os meio sociaes, corrompendo os caracteres em formação, maculando as almas em plena juventude”³²⁰.

Essas publicações não fizeram necessariamente parte de uma orientação católica, tanto que sua maioria foi publicada antes da criação da diocese, o que nos leva a concluir que *O Pharol*, exerceu de forma contida o papel de combate a possíveis inimigos da Igreja, restringindo-se a um número de baixo publicações, se comparado a outros jornais católicos no Brasil.

Percebemos que o catolicismo em Petrolina contou com uma certa facilidade para se instalar, uma vez que os tradicionais opositores da igreja no Brasil republicano não demonstraram força inicial para combatê-lo. Ou podemos dizer que a Igreja antecipou seu fortalecimento, e assim, retardou a expansão deles. Somente nas décadas seguintes é que protestantes, espíritas e maçons conseguiram se fixar de forma mais contundente em Petrolina.

No ano de 1924, as publicações religiosas se tornaram rotineiras desde o anuncio da criação da diocese até a chegada do bispo, e a aproximação com João

³¹⁸ **A Maçonaria condenada pela Igreja. O Pharol**, 29 de setembro de 1931, p.4.

³¹⁹ de junho até outubro de 1931.

³²⁰ Surtos de Progresso. **O Pharol**, 1 de dezembro de 1927, p.4.

Ferreira. A religião passou a ser destaque no jornal, sendo até o ano de 1930 o assunto mais abordado em suas páginas.

Assim como ocorreu no Mato Grosso, Dom Antônio Malan necessitava fundar um jornal semelhante, *A Cruz*, para propagandear seus ideais. No entanto, diante da existência de um jornal que dedicava espaço ao conteúdo religioso, percebeu que seria melhor investir nele como canal de comunicação. Enxergou em *O Pharol*, do católico João Ferreira Gomes, um parceiro que facilitaria a comunicação entre a Igreja e os fiéis, tornando-o um canal de informação e orientação.

Essa aproximação concedeu um ganho para ambos, porque a diocese passou a usar um meio de comunicação em ascensão, e em contrapartida o jornal contou com um público de leitores católicos que procuraram se informar das notícias relacionadas a Igreja.

Não se sabe ao certo quando começou essa relação, mas alguns indícios são perceptíveis. No dia 30 de março de 1923, há uma publicação sobre o Mal livro e o mal jornal³²¹. Diante da confirmação da criação da diocese de Petrolina, o jornal recebeu e publicou, em 9 de agosto de 1923, a carta do bispo de Pesqueira, Dom José Oliveira Lopes, direcionada ao pároco José Monsano.³²² Na própria carta endereçada ao Frei Monsano houve um pedido para que o Pároco arregimentasse apoio para viabilizar a infraestrutura necessária para criação da diocese.

Já no dia 4 de outubro de 1923, há uma publicação sobre a fundação da Boa Imprensa na capital pernambucana: “Vem fundar-se em Recife, sob os auspícios do Exmo Sr. D. Miguel Valverde, digníssimo arcebispo de Olinda e Recife, esta utilíssima associação, cujos resultados práticos são fáceis de prever.”³²³

Em meio a diversas notícias exaltando a figura de Dom Malan, em uma reportagem de 27 de março de 1914 em que *O Pharol* publicou uma homenagem feita pela população de Corumbá em despedida do Malan, citou-se também as

³²¹ O máo livro e o máo jornal. **O Pharol**. Petrolina, 30 de março. 1923. p. 4.

³²² Petrolina sede de um novo bispado. **O Pharol**. Petrolina, 9 de agosto. 1923. p. 1.

³²³ Associação da Boa Imprensa. **O Pharol**, 4 de outubro de 1923. p.1

palavras do bispo que “Fallou também dos serviços que prestou a imprensa que quando bem orientada, desempenha sempre um papel de progresso”³²⁴.

O jornal ainda noticiou: “D. Antonio Malan pretende ao chegar a sede de seu bispado fundar um jornal official da Diocese, para o que conduz uma magnifica typographia, ainda virgem, comprada em Paris.” Como sabemos, o jornal não foi fundado, pela percepção de que não seria necessário.

Na época em que *O Pharol* foi fundado, era grande a limitação de estrutura. O primeiro ano de publicação do periódico começou a ser rodado em uma gráfica do jornal *Folha do São Francisco*, da cidade de Juazeiro, pela sua amizade com o diretor do Jornal Francisco Neto.

Somente após alguns anos João Ferreira ganhou uma máquina manual, Platen Jobber, do seu irmão José Mariano Gomes e pôde melhorar a produção do jornal³²⁵. Em muitas edições o periódico pediu desculpas pelos problemas de publicação e atraso de edições.³²⁶

É notório perceber as limitações do maquinário disponível para o Jornal *O Pharol*. Possivelmente, o maquinário que Dom Malan trouxe do Mato Grosso foi doado para *O Pharol*. Embora não exista um documento escrito, vários pontos levam a crer que o maquinário tenha sido doado de fato.

A não criação do jornal católico como ocorreu com *A Cruz*, no Mato Grosso, ocorreu pela existência de um jornal que poderia fazer o mesmo papel em Petrolina. Para a Igreja foi mais interessante ter um jornal “independente e noticioso”³²⁷, informando sobre os acontecimentos de interesse da diocese, do que um jornal oficial da Igreja, pois suas publicações davam mais legitimidade para diocese, uma vez que era “isento” de parcialidade.

Por isso, o maquinário deve ter sido entregue ao *O Pharol*, semelhantemente como foi no Mato Grosso, com o jornal *a Cruz*, para conceder ao periódico as melhores condições de realizar a obra de propagação do pensamento católico como

³²⁴ Dom Antônio Malan, 1º bispo de Petrolina recebe manifestações do povo de Corumbá. **O Pharol**, 4 de outubro de 1923. p.1

³²⁵ COELHO, Darcy Neiva Gomes. Petrolina/PE, jan. 2008 (entrevistado por Jean Carlos N. de Corrêa. Disponível no CD-ROM **O Pharol – Tempo, Imagem & Memória.**)

³²⁶ Seis annos. **O Pharol**, 7 de setembro de 1921. p.1.

³²⁷ Slogan do jornal desde da 1ª edição de 10 de setembro de 1915. p.1

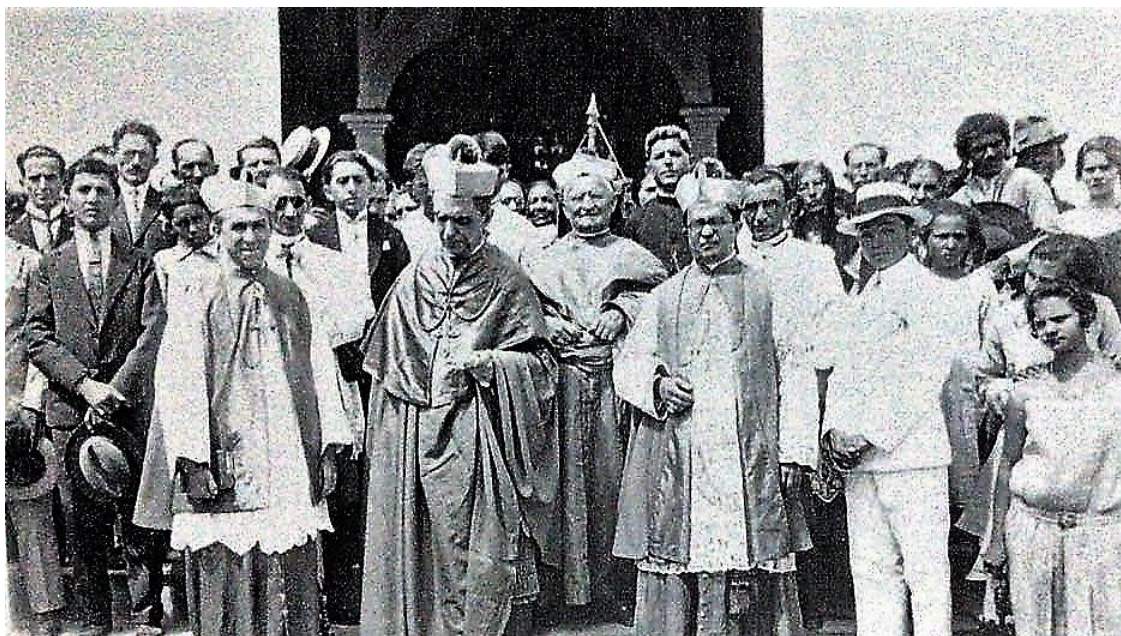
deseja a diocese. Francisco Cavalcanti, padre e pesquisador dos registros históricos de Petrolina também relatou a doação da diocese:

Há uma troca de favores justamente de Dom Malan, que tinha trazido da Europa um material tipográfico. Parece que Dom Malan queria fazer, construir uma tipografia aqui para abrir um jornal. Mas no final das contas, esse material foi doado a João do *Pharol* e então em troca *O Pharol* ficaria publicando e dando cobertura aos acontecimentos da Diocese.³²⁸

Esses favores podem ser percebidos pela ampla cobertura que o periódico deu a Igreja ao cobrir desde o anúncio da criação do bispado, passando pela publicação do nome do bispo, por entrevistas com pessoas envolvidos no processo de organização a da diocese e por preparativos para a recepção.

Em nota de 31 de julho, o jornal publicou: “O Revmo Conego Costa esteve em nossa modesta rede de trabalho e convidou-se para tomar parte activa, isto é, acompanharmos de perto as festas de recepção e posse de D. Malan.”³²⁹

Figura 6 – Foto da Inauguração da Catedral de Petrolina



Fonte: Britto (1995, p. 106)

³²⁸ CAVALCANTE, Francisco José Cavalcante. Petrolina/PE, jan. 2008 (entrevistado por Jean Carlos N. de Corrêa. Disponível no CD-ROM **O Pharol – Tempo, Imagem & Memória.**)

³²⁹ “O Pharol” e as festas de D. Malan. **O Pharol**, 31 de julho de 1924. p.1

Toda a recepção e feitos do bispo, a partir daí, passaram a ser divulgados na folha de papel de João Ferreira. Isso o ajudou a se comunicar com seus fiéis mais distante e a ser conhecido de todos.

Nesse sentido, cabe lembrar que Bourdieu cita que para ser considerado um agente do campo, é preciso partilhar conceitos, valores e símbolos que os identifiquem como pertencentes ao mesmo espaço.

Assim ele é reconhecido como novo agente do campo. A legitimação do poder é dada por agentes hegemônicos no campo. Entendemos, portanto, que esse processo ocorreu com o periódico *O Pharol*, na medida em que ele ao compartilhar a as crenças católicas e suas ações, se tornou reconhecido e legitimado dentro do campo religioso.

O periódico auxiliou na cobertura das paróquias que a diocese era responsável. Uma área geográfica de 3.547,40 quilômetros quadrados compondo: Granito, Exu, São Gonçalo, Ouricuri, Serrinha, Leopoldina Cabrobó e Boa Vista. Com uma população católica de 708.000³³⁰, *O Pharol* facilitou a comunicação entre o bispo as paróquias por ele visitadas.

Desde o começo de seu ministério, o bispo realizou inúmeras visitas pastorais. A partir do jornal de 20 de setembro de 1924, em uma nota intitulada: *D. Malan iniciou sua visita pastoral*³³¹, o jornal passou a publicar suas inúmeras visitas pastorais. As visitas pastorais foram incentivadas no Concílio de Trento, no século XVI³³², a partir daí tornou-se prática comum. Sendo assim, Michel de Certeau apontou que “as visitas pastorais constituem um documento privilegiado para revelar, de paróquia em paróquia, as reações dos fiéis, das curas e dos bispos”.³³³

Na primeira República, elas tornaram-se um caminho para conhecer a situação de cada localidade e fazê-las conhecidas, pois as pessoas entendiam que pertenciam a um bispado específico. A intenção era, por isso, alcançar o máximo de extensão territorial possível para reforçar sua autoridade religiosa.

³³⁰ CAVALCANTE, Francisco José. **Catedral de Petrolina, Profecia e evolução**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1999.p. 4.

³³¹ D. Malan iniciou sua visita pastoral. **O Pharol**, 20 de setembro de 1924. p.2.

³³² DIAS, 2008, p. 85.

³³³ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 192.

Geralmente, em cada viagem pastoral, havia uma comitiva de autoridades políticas para recepcionar a autoridade religiosa, em uma demonstração do valor que a presença eclesial representava. Seus objetivos eram fortalecer a ligação entre o lugar e a diocese, aproximar a população dos sacramentos eclesiais, combater maus costumes e angariar recursos para a Igreja que no caso de Petrolina estava relacionada a estrutura da diocese.

De um lado fiscalizavam os padres e vigários rebeldes, enquadrando-os nos parâmetros da nova ordem eclesial no tocante aos costumes, a política e ao cumprimento das obrigações litúrgicas, enfim de tudo o que pudesse contrariar as normas diocesanas; De outro, essas visitas eram um claro motivo de arrecadação material, quer resultantes da administração de sacramentos e casamentos, quer pela coleta de donativos junto às classes proprietárias. Aos batizados, crismas, comunhões, casamentos (descritos como —reparações de uniões ilícitas³³⁴), missas e pregações, seguia-se um balanço das arrecadações materiais, divididas entre espórtulos, dinheiro vivo e donativos de bens móveis e imóveis, ofertados em troca dos serviços religiosos prestados³³⁴.

Nessas visitas, para cada ação realizada pela igreja, como batismo, crisma, primeira comunhão e casamento, também eram feitas doações de fiéis mais abastados, que podiam ser em dinheiro ou através de bens materiais, como imóveis e terrenos.

³³⁴ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)**. 1988. Dissertação de Mestrado em História – UFPE. 1988.p.41.

Tabela 5 - Dinheiro Recebido das visitas pastorais

Dinheiro Recebido das visitas pastorais	
Cidades	Valores
Granito	2.500\$000
Salgueiros	2.100\$000
Ouricury	1.124\$000
Caboclo	1.250\$000
Serrinha	2.000\$000
Bodocó	1.100\$000
São Gonçalo	1.000\$000
Barra de São Pedro	1.000\$000
Leopoldina	625\$000
Queimada	500\$000
Nova Exu	750\$000
Moraes	100\$000

Fonte: As obras da Catedral in: O Pharol, 26 de março de 1925. p.2.

4.4 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO ECLESIAÍSTICO MATERIAL E SIMBÓLICO

Uma vez próxima do poder político e tendo *O Pharol* como meio de comunicação para difundir suas ações, a igreja teve aparato para realização de grandes obras, tanto para infraestrutura, como para o trabalho pastoral.

Após chegar em Petrolina no dia 15 de agosto de 1924, Dom Malan teve por missão reestruturar a Igreja local seguindo as orientações da Santa Sé. Organizou o surgimento de novas paróquias, a aquisição de terras, a construção do seminário diocesano, e do Palácio Episcopal. No mês seguinte a sua posse, criou uma comissão para construir a Catedral de Petrolina, e deu continuidade a sua obra através da construção de dois colégios salesianos e ao trazer para a cidade freiras Salesianas para contribuir com a educação. Os Colégios construídos foram o Maria

Auxiliadora, inicialmente destinado apenas à educação de mulheres, e o Colégio Dom Bosco, inicialmente destinado apenas à educação de rapazes. Durante sua estadia “herdou” da cidade o compromisso de concluir as obras do hospital que posteriormente levaria seu nome³³⁵.

De todas as obras relacionadas a infraestrutura da diocese, a edificação da catedral representa a síntese do trabalho realizado por Dom Malan. Ela foi o maior símbolo. Sua constituição foi uma solicitação da Igreja romana, embora hoje apontada como uma ideia do Bispo. Para que sua construção fosse possível, Dom Antônio Maria Malan usou de sua boa relação política e social, mantida com os chefes locais, além de mobilizar a elite e o povo em prol de sua causa.

Envolta de misticismo e profecia, a catedral representou também o simbolismo de uma Igreja que sempre buscou se associar a condição de representante das bênçãos divinas. Assim como foi na edificação da capela e, posteriormente, da igreja Matriz, a Catedral representou um marco de um salto no desenvolvimento que viria após sua construção, em mais uma associação da Igreja com predileção divina.

No livro *Catedral de Petrolina: profecia e evocação (1999)*, O Pe. Francisco José de Cavalcante defende que a construção da Igreja foi uma iniciativa do recém empossado bispo: “Ao chegar, D. Malan encontrou o então vigário da Freguesia de Petrolina, Frei José de Monsano, pensando em realizar algumas reformas da Matriz. O bispo, a princípio, gostou da ideia, mas decidiu por construir uma nova Igreja.”³³⁶

No entanto, ao lermos a carta de Dom José Oliveira Lopes, bispo de pesqueira para Frei Monsano, anunciando a criação da diocese e a vinda de um novo bispo, percebemos nela o planejamento para construção de uma catedral, não sendo portanto um iniciativa do bispo. Assim, compreendemos que esta ideia é mais uma forma de sacralizar a figura do Dom Malan e suas realizações.

É possível atribuir ao bispo a dimensão da Catedral, considerada maior que o necessário para a cidade, e a arregimentação e recursos de pessoas em prol da

³³⁵ Para saber mais sobre a vida do bispo de Petrolina Dom Antônio Maria Malan, recomendamos a leitura da obra CAVALCANTE, Carlos. **Dom Malan, Ícone de Fé e Trabalho**. Recife: Mongraf, 2008.

³³⁶ CAVALCANTE. op.cit. p.24.

obra. Uma característica presente em seu ministério desde quando atuou no Mato Grosso.

No dia 29 de janeiro de 1925, o Jornal *O Pharol* anunciou a construção da Catedral do Sagrado Coração de Jesus³³⁷. O arquiteto escolhido para idealizar e coordenar o início das obras da catedral foi Padre Carlos Maximino Cottar, vigário de Afogados da Ingazeira, engenheiro que tinha domínio sobre o estilo gótico por ter construído uma catedral no mesmo estilo em Afogados. A escolha do gótico foi atribuída ao bispo de Petrolina, o gótico se originou na França, onde Antônio Malan viveu sua primeira fase da vida, no século XII.

O estilo se popularizou pelos principais países europeus, atingindo seu auge até o século XIV. No século XIX, ocorreu um movimento literário, artístico e cultural que resgatou o estilo na Europa³³⁸. Uma das características presentes nesse estilo, que agradava o bispo, eram os vitrais que auxiliavam a Igreja na educação religiosa dos fiéis, uma das missões associadas a criação da Diocese. Outro fator atribuído a escolha foi causar identificação de possíveis doadores franceses com quem mantinham-se boas relações.

O local escolhido para construção foi o centro da cidade, próximo de onde morava a família Padilha e de onde morou o bispo, a partir de 1924. O primeiro material usado na construção fora pedras da pedreira existente também no centro da cidade. O terreno foi doado pela prefeitura, no período em que o prefeito em exercício era o Major Alcides Padilha.³³⁹

No dia 4 de fevereiro de 1925, o periódico fez uma edição quase que exclusiva do lançamento da pedra fundamental. No início das obras, ocorreu forte participação popular através do transporte de pedras que seriam usadas na edificação. Os primeiros materiais usados na obra vieram de uma pedreira chamada *Caldeirão da Raposa*, que ficava próxima do antigo aeroporto da cidade e de uma pedreira localizada próxima à Igreja de Nossa Senhora Rainha dos Anjo que, posteriormente, passou a ser chamada de Matriz.

³³⁷ A nova catedral. *O Pharol*. Petrolina, 29 de janeiro. 1925. p.1.

³³⁸ CLARK, Kenneth. **The Gothic Revival: an essay in the History of Taste**. New York: Holt, Rineheart and Winston Ed., 1962, p. 7.

³³⁹ Lei no. 190 de 15/03/1926.

As pedras eram trazidas através de carroças, e no caso das que ficavam na pedreira eram trazidas nas mãos ou sob as cabeças da população voluntárias, organizada em procissões³⁴⁰. As primeiras pedras foram usadas nas paredes externas da Catedral. Estimasse que foram retiradas cerca de 4.000 m³ de pedras da pedreira existente ao lado esquerdo da igreja Matriz.

Figura 7 - Procissão levando na cabeça pedras para Catedral



Fonte: Acervo Centro Educacional Vivência.

A atitude de carregar as pedras como auxílio no processo de construção da Igreja trouxe para a população o sentimento de pertencimento e identificação com a Catedral. Tem-se o sentimento de que esse pequeno gesto representou uma parcela para efetivação da nova Igreja. Assim como vimos no século XIX, o Padre Henrique mobilizando a população em prol da causa católica, podemos perceber semelhante mobilização direcionada para a figura de Dom Malan.

Durante as viagens realizadas pelo bispo pela Europa, a atitude da população foi usada como argumento para se adquirir doações. Por um lado, era um estímulo que passou a imagem de engajamento da população pela obra, por outro

³⁴⁰ CAVALCANTE, op. cit., p. 23.

revelava a ausência de recursos e a necessidade de investimentos para o andar da obra, em uma tentativa de sensibilizar os possíveis doadores.

Assim como em cada momento da história de Petrolina buscou-se sacralizar seus eventos, associando-os à presença católica, que dirá da Catedral diretamente ligada às ações da Igreja. O próprio bispo pronunciou: “Façamos a casa de Deus e tudo crescerá ao redor dela”,³⁴¹ uma frase muitas vezes repetida pela Igreja em suas obras introspectada pela população em uma crença dessa “profecia”. Sobre a participação da população na condução de parte das pedras, Cavalcante cita que eles carregaram as pedras na cabeça por uma distância de dois quilômetros³⁴².

Figura 8 - Foto da construção da Catedral em seus primeiros anos



Fonte: Acervo Centro Educacional Vivência.

Em meio as viagens à Europa no ano de 1925, buscando arrecadar dinheiro para a construção da catedral, Malan teria visitado uma beata alemã chamada Teresa Neumann³⁴³, que lhe confessou que a obra seria concretizada. Em

³⁴¹ As grandes festas de sagração na nossa suntuosa Cathedral . **O Pharol**, 29 de agosto de 1929. p.1.

³⁴² Cavalcante, op.cit. 1999, p. 10.

³⁴³ Teresa Neumann (1898 – 1962) uma cristã católica, conhecida por possuir o que seriam as chagas de Jesus Cristo, costumava ter visões com as quais julgavam católicos serem

uma carta escrita pelo Padre Vallarino, um dos auxiliares da realização da obra, a uma irmã, Sra. Hortensinha da Silva Ramos, ele cita o quanto estava maravilhado com a facilidade com que os vitrais e outros materiais entraram no país sem problemas alfandegários.

Como tinha predito Teresa Neumann, tudo correu bem; nenhuma dificuldade, nem por parte do Governo, nem por parte da alfândega. Foi deveras uma cousa fora da regra e além de toda expectativa! Foi deixado passar tudo sem abrir um só caixão! Tanta a confiança que o governo tem em D. Malan³⁴⁴.

A entrada tranquila dos materiais contribuiu para a crença da interferência divina na obra. Durante o período de construção alguns acontecimentos que foram atribuídos à proteção divina. Como relatos em que em um dos incidentes conhecidos durante o processo de construção, um homem, caiu da estrutura da torre em pé e não teve ferimentos. Sendo assim, as novas formas de relacionamento desenvolvidos entre a Igreja e o Estado, possibilitaram a ambos a manutenção de ganhos existentes antes do período republicano.

Em meio as histórias que envolveram o processo de edificação do templo, Pacífico da Luz atuou como médico responsável por garantir a saúde e integridade dos trabalhadores da obra. Seu filho, o padre Bernardino, atestou sua atuação:

Meu pai era médico, [...] fez verdadeiros milagres aqui como médico, porque naquela época não havia muito recurso, ele fez pelo menos duas intervenções cirúrgicas, duas operações, ele fez aqui na construção da Catedral. Acidentes com os operários ele consertou, e não morreu ninguém daqueles acidentes.³⁴⁵

Entre as encomendas do bispo havia uma cúpula de 30 m que ficaria sobre a nave central da catedral. Dizia que a população não acreditava que ela se

provenientes de sua relação próxima com Deus. BASCHERA, Renzo. As profecias de Teresa Neumann. In: **Os grandes profetas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

³⁴⁴ Carta de Pe. Villarino à Sra. Hortensinha da Silva Ramos, de 29 de janeiro de 1929.

³⁴⁵ Bernadino Padilha da Luz, entrevista disponível em MAGALHÃES, Pablo Michel Cândido Alves de. **A catedral de pedra como identidade social: a memória coletiva na construção do “ser petrolinense”**. *historien* - revista de história [3]; Petrolina, abr./set. 2010. p.73 e 74.

sustentaria. Conta-se que, quando se retiraram as tábuas que sustentavam as escoras, a estrutura aparentou ceder, mas o bispo Dom Malan e Emílio Odebrecht, finalizador da Obra, encontravam-se embaixo da cúpula no momento, sem nenhuma preocupação.

Em 25 de fevereiro de 1925, o bispo deu início as viagens que realizou em busca de angariar recursos para a grande obra. Dom Malan percorreu as grandes cidades da Europa e do Brasil, em cada uma delas fez palestras, visitou doadores desde o tempo em que viveu na França, conseguindo muita ajuda financeira. A viagem demorou um ano e trouxe 30 toneladas de material para Igreja, adquiridos através de doações conseguidas devido ao seu bom relacionamento cultivado desde o tempo que viveu na Europa, e desenvolvido durante seu ministério no Mato Grosso.

A exemplo dos materiais adquiridos na viagem foram

os vitrais de fabricação francesa [que] foram confeccionados na fábrica Granoble; as estátuas que ficam acima da porta principal: Jesus, São Pedro e São Paulo, cada um com dois metros de altura e todas de bronze, também são de fabricação francesa. Os sinos, cada um com 1,4 toneladas, são provenientes também da França e foram colocados na torre esquerda no dia 12/02/1929, sendo doados pelas famílias Silva Ramos e Chatais Abelle. [...] A sagração dos sinos, aconteceu no dia 19/02/1929, contando com a presença de várias autoridades. O relógio foi construído pelo mecânico cearense Pelúcio Correa de Macedo, localizado na torre esquerda e foi presenteado por Padre Cícero Romão, de Juazeiro do Norte.³⁴⁶

Dom Malan também recebeu doações de políticos locais. Todas importantes para o desenvolvimento da obra³⁴⁷. Em 1926, o Padre Cottar, responsável pela obra, adoeceu e faleceu fazendo com que o bispo buscasse novos parceiros para continuar a construção. Entre as opções existentes, optou por fechar contrato com a construtora Odebrecht, que mesmo oferecendo um preço maior, tinha prestígio no país.

Esse acordo contribuiu para corrigir a obra, que continha muitos erros atribuídos a enfermidade de Cottar, mas também para acelerar a construção. O

³⁴⁶ BRITO, 1995. p.156.

³⁴⁷ As obras da Catedral . **O Pharol**, 31 de julho de 1924. p.2.

engenheiro que assumiu a obra chamava-se Curt Lungershausen, e deu andamento partir do dinheiro arrecadado. Nos anos que se seguiram, a articulação do bispo e sua boa relação com o governo contribuiu para o andamento da construção.

Em suas solicitações, Dom Malan conseguiu isenção de fretes, impostos e taxas; pediu a figuras políticas e religiosas importantes doações em dinheiro ou em materiais específicos³⁴⁸. E em dezembro de 1926 expôs a planta da construção de forma a aproximar ainda mais a população da obra e estimular mais doações³⁴⁹.

Ele criou uma carta Pastoral intitulada *Sobre a Construção da Catedral*, em maio 1927; e lançou uma campanha intitulada *Pede-se uma esmola – subscrição familiar entre parentes e amigos*, cujo conteúdo interno da carta continha:

Maio de 1927.

Exm. Snr. E Distnt. Benfeitor.

Desejando conservar, entre outras queridas e preciosas recordações, das obras de nossa Catedral, a memoria dos que para ella contribuíram, organizaremos com as folhas desta subscrição – cuidadosamente devolvidas – um formoso album. Os nomes dos subscriptores que bondosamente atenderam ao nosso apelo, nas diffíceis conjuncturas da construção do artístico templo serão ahi perpetuamente lembrados o, evocando, em sua eloquente mudez, a homenagem da nossa gratidão impetrando as recompensas soberanas d'Aquelle que não deixa sem premio um copo d'agua oferecido pelo seu amor.

Servo Amo. Mto. Grato in Corde Jesu.
ANTONIO, Bispo de Petrolina

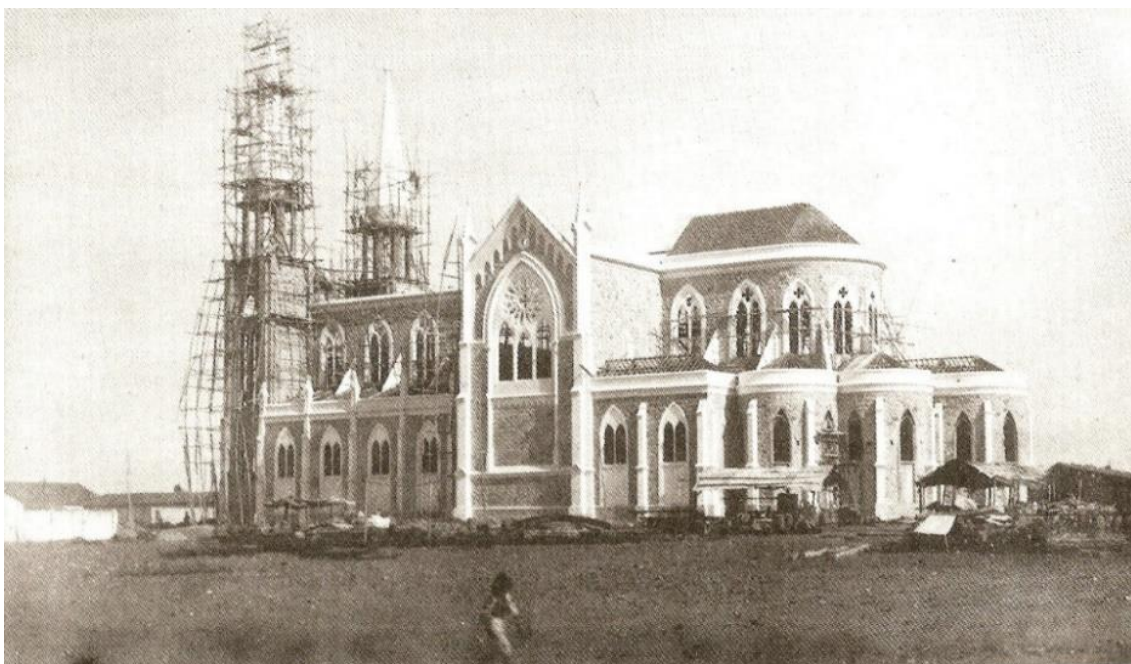
Essas duas ações deram impulso final para conclusão da Catedral³⁵⁰. No começo de 1928, em uma carta enviada a um amigo, o bispo deu sinais que a obra acabaria no mesmo ano, pois as coisas estavam adiantadas. No entanto, somente em fevereiro de 1929 a obra foi concluída.

³⁴⁸ O Deputado Sousa Filho doou 125 contos, o governo da Amazônia doou 3 contos de réis. Cf. CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Catedral de Petrolina: Profecia e evocação**. Petrolina-PE, 1999. p.27.

³⁴⁹ Cathedral de Petrolina . **O Pharol**, 30 de dezembro de 1926. p.1.

³⁵⁰ É possível ver a lista de doadores mensais para obras da Catedral em publicações d' **O Pharol** como em 31 de abril de 1929. p.4.

Figura 9 - Foto da Catedral em 1929



Fonte: Autor desconhecido.

Já final do processo para organização da obra, Dom Malan recebeu de presente de Padre Cícero o relógio da Catedral, noticiado em 6 de abril de 1929 e instalado somente em junho de 1931³⁵¹. A data de inauguração foi adiada por diversas vezes, porque a prefeitura, por meio do Conselho Municipal, teve de realizar obras no entorno da Catedral para comportar o evento e embelezar o espaço.

Para isso, foi cobrado o nivelamento do cemitério da cidade e pedido a retirada da terra que fora despejada próxima as obras da Catedral³⁵². Foi construído um coreto para a praça em que a Igreja estava localizada; e foi restaurado o prédio do Conselho Municipal. Aos proprietários dos imóveis próximos a Catedral, foram solicitadas a limpeza dos imóveis; foi feita a limpeza e calçamento de ruas e a demolição de casas para abrir espaços para Igreja. E acompanhado da construção do patrimônio eclesiástico, ocorreu a ocupação e reorganização do espaço urbano, o que interessava ao republicanismo por produzir desenvolvimento e trazer a “civilização” para a região interiorana de Pernambuco.

³⁵¹ A Cathedral . **O Pharol**, 31 de abril de 1929. p.1.

³⁵² Uma ameaça a saúde dos moradores . **O Pharol**, 7 de setembro de 1929. p.1.

Para se ter uma ideia do ordenamento consequente da presença católica, uma série de regras e medidas que visavam a manutenção da ordem e civilidade da inauguração do templo foi publicada em *O Pharol* no dia 15 de agosto de 1929:

É prohibido terminantemente o transito de vehiculos na praça D. Malan [...] não será permittido o estacionamento de vehiculos nas ruas principaes da cidade [...] igualmente faz-se sciente aos interessados que a não serem as barracas de fundo officiaes, as demais precisam de autorização por parte da polícia; não será permitid - o uso de bancas ou barracas destinadas a venda de café, bolos bebidas e etc. quando não se encontrem estas convenientes e decentemente organizadas.³⁵³

A Igreja fez da inauguração um grande evento, convidando figuras políticas e religiosas para a inauguração, e contando com o deslocamento de pessoas das cidades circunvizinhas. A cidade teve sua dinâmica cotidiana alterada, para a comemoração pelo início do funcionamento da grande Igreja que contribuiu para o projeto católico de protagonismo do desenvolvimento local.

Em 29 do mês de inauguração, o principal jornal da cidade publicou sobre o título *As grandes festas de sagração da nossa sumptuosa Cathedral*: “Petrolina tem o sorriso do céu na grandeza do seu bellissimo templo, a benção de Deus pelo vigário na terra e as felicitações da nação brasileira [...] quanto surto de progresso não temos presencado e aplaudido nestas colunas”³⁵⁴.

Desde o anúncio da construção até a finalização da grande obra, inúmeras simbologias permearam a Catedral. A profecia da conclusão da obra por parte da beata alemã, a ausência de registros de acidentes durante o processo de construção, os favores financeiros e materias doados por fiéis, o desenlace alfandegário e, por fim, a pomposa inauguração contribuíram para o mito da Igreja que floresceu no meio do deserto e ao redor dela fez brotar todo o desenvolvimento de Petrolina.

³⁵³ Circular da Polícia . **O Pharol**, 15 de agosto de 1929. p.6.

³⁵⁴ *As grandes festas de sagração da nossa sumptuosa Cathedral*: . **O Pharol**, 29 de agosto de 1929. p.1.

Ela tornou-se um símbolo ainda mais significativo em comparação a materializações anteriores, como a capela do Padre Henrique, e podemos compreender isso a partir da ideia de simbologia, como nos esclarece Bourdieu:

O capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar, oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância.³⁵⁵

A catedral representou a solidificação do capital de autoridade por conseguir força material dos grupos por ela mobilizados, sejam políticos, comunicadores ou populacionais. Através de um símbolo foi possível que eles acreditassem na mudança para a cidade. A grande igreja e seu bispo foram vistos como representações do progresso de Petrolina e sua inauguração como um marco transitório para o desenvolvimento da cidade.

Associada à construção da Catedral foi também construída a moradia do bispo. Quando chegou em Petrolina, Dom Malan ficou em uma casa próxima à primeira Igreja de Petrolina, hoje chamada de Igreja matriz. A casa foi doação do Cel. João Clementino. Além de ser uma moradia simples, o sacerdote seguiu o projeto de crescimento patrimonial da Igreja e construiu junto a Catedral sua futura casa. O palácio episcopal ficou pronto em agosto de 1929.

Desde o período imperial, discutia-se a liberdade religiosa e o ensino laico, ao mesmo tempo em que a Igreja no Brasil se aproximou da Igreja romana. Essas circunstâncias contribuíram para uma nova fase da educação católica no Brasil em que se substituiu o ensino com inspiração portuguesa por uma instrução marcada pela influência europeia.

Por isso, outra obra que compôs a estrutura episcopal foi a construção do seminário, outro pilar da reforma incluída dentro das determinações da Santa Sé.

³⁵⁵ BOURDIEU, 1989. p.58.

Através da Pastoral coletiva, de 1890³⁵⁶, o seminário foi construído para formar novos padres no Brasil para o exercício e propagação da fé católica. Desde o período em que congregou no Mato Grosso, o bispo já teve uma experiência frustrada na tentativa de pôr em prática as diretrizes da Pastoral ao construir um seminário autóctone com os índios Bororós, destruído meses depois por outros índios.

O seminário petrolinense Sagrado Coração de Jesus foi construído próximo a residência do bispo, o palacinho, antes mesmo da conclusão da Catedral, tendo sua obra acabada em 1926³⁵⁷. A primeira turma contou com treze alunos que vieram de diversos lugares³⁵⁸, alguns dentro do perímetro da diocese, outros de cidade nordestinas próximas e até mesmo um vindo da França por influência de Dom Malan. A pluralidade das origens dos estudantes, revelam o alcance territorial da diocese e o respeito adquirido para além de sua jurisdição.

Um futuro aluno do seminário foi o filho de Pacífico da Luz, Bernadinho da Luz Padilha, posteriormente padre por muitos anos em Petrolina. No seminário, caso um seminarista não pudesse arcar com as despesas de sua formação, poderia cursar teologia em troca da prestação de serviços. Visando a continuidade do seu poder e influência de pensamento, a Santa Sé construiu os seminários para formação de novos líderes espirituais que foram para as igrejas catequizar seus fiéis.

A educação religiosa recebeu de Dom Malan atenção especial. Após encaminhar a construção da Catedral e garantir a catequese dos fiéis através da construção do seminário, o primeiro bispo petrolinense direcionou seus esforços para trazer seus “irmãos” salesianos, com tradição educacional, para formação de colégios católicos particulares em Petrolina.

³⁵⁶ CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (06.01.1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Ed. UnB, 1981, p.64.

³⁵⁷ **Seminário de Petrolina**: in: O Pharol, 26 de março de 1926. p.1.

³⁵⁸ Salgueiro, Granito, Leopoldina, Ouricuri, Picos-PI, Juazeiro do Norte-CE, Crato-CE e Orgibet-França, são alguns dos lugares de onde vieram os seminaristas. CAVALCANTE, Francisco José. **Diocese de Petrolina, 80 anos de evangelização**. Petrolina: Editora de Gráfica Franciscana. 2004. p.8.

A Igreja buscou através dos seminários educar as fiéis na doutrina da Igreja, e através dos colégios criar um mecanismo que oferecesse a sociedade futuros fiéis regulares nas congregações católicas.

Desde o século XVI, o projeto de civilização esteve associado à educação, sendo a escola uma instituição de difusão cultural e de representação de normas sociais. A Igreja católica ficou responsável pela educação no Brasil por cerca de quatrocentos anos e, durante o sistema do padroado, a educação católica esteve incluída no currículo das escolas.

Por isso, o processo de ruptura entre o poder político e o poder religioso em busca de uma educação mais cientificista não tinha poder para apagar o histórico católico de educação e formação social.

A cultura educacional no Brasil era percebida como um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”³⁵⁹. Essa cultura está repleta de concepções católicas inseridas em normas e práticas que contribuíram para formar a sociedade brasileira. A educação católica, além de ter uma formação religiosa, exerceu uma função social de desenvolvimento do cidadão, utilizando recursos característicos da modernidade como o livro.

No entanto, uma formação com forte influência religiosa não estava mais em evidência na Europa, continente para onde a elite do Brasil mandava seus filhos para formação superior e que o Brasil tinha como referencial de civilização. Essa referência não se perdeu durante o regime republicano, a educação católica continuou a ser associada ao progresso e a civilização.

Em publicação de 30 de novembro de 1929, o jornal *O Pharol* destaca o colégio católico:

Este nosso entusiasmo e admiração sempre crescentes na obra de Dom redemptora de D Malan que nos eleva aos níveis dos mais adeantados centros civilizados, não se limita apenas aos que vivem no nosso meio – empolga e deslumbra aqueles que nos visitam, que

³⁵⁹ JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, nº 1, 2001. p.10.

saem daqui maravilhados pelo notável surto de progresso que observam.³⁶⁰

Com o advento do Regime Republicano laico, a Igreja teve de organizar seu próprio sistema de educação. Acostumada a ter o controle da educação, ela precisou agir para preservar sua influência educacional e garantir novos fiéis. Seguindo as diretrizes da Santa Sé, os bispos reformadores foram instruídos a fundar colégios católicos para, em alguns casos, competir com colégios públicos ou protestantes; em outros, como no de Petrolina, para antecipá-los. “A escola deixa de ser uma opção possível para ser um investimento social inevitável”³⁶¹.

Nos primeiros anos da República, a educação pública teve pouco investimento por parte dos governos federal e estadual, e a construção de escolas dependia de quem estava no poder e de seus interesses políticos. Conforme já dito anteriormente, no governo de Manuel Borba, estava previsto a criação de uma escola, em 1917, mas levou à origem de oito até 1920.

Apesar disso, o jornal *O Pharol* por diversas vezes reclamou do descaso político com a educação em Petrolina:

A Instrucção aqui é rara, é o motivo de não germinar esse fructo. Só existem quatro escolas que não ensinam se não as primeiras letras. As instituições que se fundam são exterminadas sem que, nem pra que. E tristonho com grande magoa vejo atascadas na ignorância, muitas e muitas inteligências que se perdem como riquezas no seio de nossa terra. Que muito jugarei feliz a vendo-as niveladas as mais cultas cidades do nosso brazil.³⁶²

Mesmo com a construção dos colégios, durante os anos seguintes, ainda existiram lacunas educacionais na cidade. Ao longo dos anos, *O Pharol* continuou a publicar notícias relacionadas à educação. Esse foi um dos assuntos mais publicados pelo jornal até a década de trinta.³⁶³ Em sua grande maioria, críticas

³⁶⁰ Mais uma brilhante prova do collegio N S Auxiliadora. **O Pharol**, 30 de novembro de 1929, p.4.

³⁶¹ NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. C. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993. p.13.

³⁶² Um Incidente. **O Pharol**, 7 de setembro de 1917, p.3.

³⁶³ CHILCOTE, Ronald H. Transição capitalista e classe dominante do Nordeste. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990. p.86 e 87.

pouco antes da criação da diocese; a questão do analfabetismo³⁶⁴; e promessas de construção de novas escolas³⁶⁵.

Diante desse quadro, grupos estrangeiros católicos tradicionalmente ligados à educação, como os marianos, os maristas e os salesianos, construíram centros educacionais melhores que os públicos existentes, auxiliando o Estado e corroborando com a visão de *estadualização* de Sergio Miceli, na qual a Igreja acompanhou as instituições do governo em sua ocupação de espaços.

Os colégios católicos foram importantes para suprir as lacunas que Estado deixava na educação pública. Ainda uma herança do conservadorismo na época do Brasil Império, a educação masculina era prioridade, dada a criação de mais colégios destinados a meninos do que a meninas no Brasil.

Enquanto, em 1930, o governo estadual anunciava o fechamento de escolas em Petrolina, o que gerou fortes críticas de *O Pharol* em 25 de fevereiro sob o título *Dando curso ao analfabetismo*, a Igreja anunciava a aquisição de outro prédio para o Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora, e anunciava no jornal sob o título *Pela Instrução*:

Enquanto a administração local fecha as portas do seu cofre as escolas da cidade e dos districtos, alegando não se sabe que espécie de economia. Deixando fechados os templos da primeira instrucção, onde o pobre irá receber a primeira esmola do ABC, felizmente D. Malan e sua prodigiosa grey vão dotando Petrolina dos melhores benefícios que nos são dados esperar³⁶⁶.

Por ser responsável por grande parte da educação, a Igreja se posicionou como promotora da civilização também no ensino. O apostolado entendia que o conceito de civilização estava associado ao controle das emoções, ao tornar-se disciplinado e obediente, e que essas coisas o capacitaria para a sociedade³⁶⁷. A existência de uma escola qualificada concedia a Igreja e a seu idealizador

³⁶⁴ **O analfabetismo** . **O Pharol**, 12 de abril de 1923, p.1, **O Pharol**, 19 de abril de 1923. p.1. e **O Pharol**, 7 de junho de 1923. p.1

³⁶⁵ Na camara estadual . **O Pharol**, 24 de maio de 1923, p.1.

³⁶⁶ *Pela Instrução* . **O Pharol**, 27 de fevereiro de 1930, p.1.

³⁶⁷ ELIAS, 1990.

visibilidade política e social por trazer para cidade um marco civilizador. Em 25 de fevereiro de 1926, *O Pharol* publicou:

Não resta dúvida que estamos progredindo a passos agigantados, pois as possibilidades de grandes melhoramentos antevistos há algum tempo, já estão se convertendo de realidades palpitantes. [...] havemos de marcar no caminho do progresso sempre e sempre. [...] Petrolina vivia em trevas, porém hoje é chegado a luz elétrica e não só luz material, mas também a luz intellectual porque D. Malan, brevemente installara optimos collegios em Petrolina ³⁶⁸

A educação no início da Primeira República também estava ligada às relações clientelísticas nas quais a escolha e nomeação de professores estavam associados a políticos. Os professores também podiam pertencer às famílias tradicionais da elite petrolinense, pois lecionar em instituições católicas era sinal de prestígio para o professor.

Em dezembro de 1931, data da conclusão de curso da primeira turma de professoras formadas no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, observamos que boa parte das formandas pertenciam a alta sociedade petrolinense.³⁶⁹

Era motivo de barganha oferecer o cargo e motivo de reconhecimento popular trazer a educação para a cidade. Tanto Pacífico da Luz³⁷⁰ como o próprio bispo são citados pelo jornal como agentes da educação³⁷¹. Apesar do ensino ser público, atuou-se nele como se fosse privado, através de lideranças locais que permitiam o acesso à educação a aliados políticos.

Diante da limitação escolar no Brasil republicano, principalmente em cidades menores e interioranas, o controle da educação pode ser considerado como um meio para influenciar o pensamento da sociedade local. Por isso que um dos objetivos da fé católica foi manter uma formação cristã na sociedade também através de seus colégios religiosos.

³⁶⁸ Pelo progresso em Petrolina. **O Pharol**, 24 de fevereiro de 1926, p.4

³⁶⁹ Os extraordinários fructos da obra do grande semeador. **O Pharol**, 13 de dezembro de 1931, p.1.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Dom Malan: regressará breve trazendo optimo pessoal docente. **O Pharol**, 7 de janeiro de 1926, p.1.

Apesar da separação entre Estado e Igreja, a associação entre o cristianismo e cidadania permaneceu forte e considerada de grande importância, principalmente na formação de professores considerados peças-chave para a formação de pensamento que interessa ao governo. Orientando, assim, a população a se tornarem cidadãos centrados em normas e valores que os direcionassem ao trabalho, à prática da virtude, e à obediência ao Estado.

O professor deveria formar um cristão cidadão³⁷². As duas formações não estavam dissociadas, até mesmo dentro da ideia de civilização vinda da França europeia não separava o homem civilizado do homem religioso, pois como já vimos, anteriormente, a Igreja no século XVIII era uma instituição propagadora da civilização.

Sendo assim, na mesma publicação de 25 de fevereiro de 1926, *O Pharol* diz que “com a advento da luz intellectual teremos não muito longe, uma mocidade mais educada, mais instruída, mais ilustrada e, portanto, mais capaz de compreender o dever que assiste a cada um de zelar pelo bem da terra natal, pela família e pela pátria³⁷³.”

É importante destacar também a importância dada pelas famílias à educação religiosa, pois as mesmas continuaram enviando seus filhos para serem letrados nas instituições de ensino devocionais. Tendo os meninos uma formação básica sobre política, economia e literatura, e as meninas uma formação voltada para educação doméstica; além da vivência familiar, a forma de como se portar moralmente e a religião.

Em nota sobre as matérias abordadas no Colégio Maria Auxiliadora estavam o “ensino de piano, pintura, pyrogravura, flores, dactylographia, e linguas: francez, inglez, italiano e alemão é facultativo”³⁷⁴.

Dentro desta formação, trabalhava-se a importância dos deveres de cada um dentro de sua função social, obedecendo as autoridades civis, militares e

³⁷² NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta M. C. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993.

³⁷³ Pelo progresso em Petrolina. **O Pharol**, 24 de fevereiro de 1926, p.4

³⁷⁴ Collegio N. S. Auxiliadora. **O Pharol**, 8 de março de 1926, p.2

religiosas. Os alunos recebiam orientação a serem contrários a movimentos de contestação da ordem vigente.

A existência de colégios católicos em um Brasil laico revelou uma interessante contradição. A elite brasileira, que separou o Estado da Igreja e de certa forma cooperou com o enfraquecimento econômico eclesiástico, financiou a Igreja ao matricular seus filhos em colégios católicos, em detrimento das escolas públicas.

Diante dessas transformações, a educação católica também atuou como aliada e disciplinadora social de homens e mulheres de grupos sociais variados, orientando comportamentos e construindo uma formação voltada para o trabalho. A educação como meio de orientação para sociedade da época foi extremamente significativa

A criação dessas escolas estava associada aos objetivos da construção e expansão do patrimônio eclesiástico. Assim como o seminário, esses colégios também se tornaram marcos territoriais da diocese. A Igreja católica fundou colégios direcionados para a educação de homens e mulheres, com o objetivo de se impor sobre a educação laica existente no período.

Havia a necessidade de obter um patrimônio eclesiástico autossustentável economicamente que contribuísse para manutenção da diocese. A educação católica trouxe dinheiro para os cofres da Igreja e contribuiu para manter uma formação católica para a sociedade.

Visando ser também um mecanismo de manutenção financeira da diocese, a educação era paga por meio de mensalidades, sendo, portanto, uma educação voltada principalmente para a elite. A matrícula e a mensalidade de alunos vindos de classes abastadas eram fundamentais para a manutenção dos colégios.

No caso do Nossa Senhora Auxiliadora, a mensalidade para alunas internas era 100\$000, no caso das semi-internas o valor era 50\$000, sendo duas parcelas iniciais pagas antecipadamente. Também deveria ser pago uma joia anual de 50\$000 ou 10\$000 no caso das semi-internas. Para as externas, variava entre

20\$000 e 10\$000 a depender do ano. Também se pagava para ter um enxoval e ter suas roupas lavadas, no caso das internas.³⁷⁵

No entanto, é importante salientar que, embora a educação fosse privada, não somente os filhos das classes mais abastadas estudavam nela. Os colégios católicos também se posicionavam como “centros de atração e fomentadores de vocações religiosas tanto para indivíduos advindos da aristocracia imperial, quanto para aqueles ligados ao patriciado rural decadente ou de origem social mais humilde - que almejavam usufruir da carreira eclesiástica”³⁷⁶. Assim, permitiam ao aluno egresso, que não tinham condições de custear a escola, mas considerados bons alunos, o uso de bolsas para a mensalidade. Portanto, a educação contemplava também outra parcela importante da sociedade.

Dentro da sociedade a qual a Igreja se responsabilizava, os pobres também precisavam ser educados, orientados, preparadas para o trabalho e para obediência às instituições estabelecidas.

Todo dinheiro arrecadado pela Igreja servia para manutenção do clero, da paróquia, do seminário, de suas escolas e do financiamento da imprensa. Além das doações que eram comuns, os colégios foram fundamentais para a manutenção e ampliação do patrimônio da Diocese.

Com objetivo de reformular a educação católica, a Igreja no Brasil incentivou a vinda de congregações estrangeiras masculinas e femininas. Entre as duas décadas finais do século XIX e as três primeiras do século XX, vieram para o país cerca de 36 congregações masculinas e 81 femininas, das quais 37 da Itália; 37 da França; 13 da Alemanha; 4 da Holanda; 12 da Espanha; e 3 da Bélgica, Áustria e Ucrânia³⁷⁷. O grande volume de grupos católicos nesse período foi consequência do início do processo de reorganização educacional católica e de urgência em ocupar espaços perdidos.

Na Europa, as congregações católicas, como os jesuítas, os beneditinos, os maristas e os salesianos, com educação voltada principalmente para homens; além

³⁷⁵ Collegio N. S. Auxiliadora . **O Pharol**, 8 de março de 1926, p.2

³⁷⁶ MICELI, 1988.

³⁷⁷ **CERIS** – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. <http://www.ceris.org.br/antigo/> - acessado em 20 dezembro de 2017.

das dorotéias, as filhas de Maria e as marianas, com educação voltada principalmente para mulheres; tornou o catolicismo no Brasil “mais erudito e, portanto, mais atrativo para os intelectuais e os setores médios urbanos”³⁷⁸.

O salesiano Antônio Maria Malan, já pertencente a uma congregação educacional por tradição, possuía uma ligação direta com a educação, desde o tempo em que se formou na França e trabalhou no colégio Salesiano de Navarra, até o período em que esteve no Mato Grosso. Ajudou a fundar o Lyceu de Artes e Ofícios, em Cuiabá, e o colégio Santa Thereza, em Corumbá. Em Petrolina, decidiu fundar dois colégios: um feminino, o Maria Auxiliadora; e outro masculino, o Dom Bosco.

Com relação à educação masculina em Petrolina as escolas seguiram um caminho inverso, sendo organizada primeiramente a escola destinada a mulheres. Em 1925, em suas viagens para Europa na busca por angariar fundos para construção da Catedral, enquanto esteve em Turim, na Itália, Dom Malan celebrou uma missão no Colégio Maria Auxiliadora. Em sua visita, conseguiu ao retornar, em 1926, trazer seis freiras salesianas: Modesta Martinelli, Elizabeth Artemback, Feliciano Bongianini, Irene Oria, Leotina Ichverza e Salomé Ferreira; com o intuito de dar início ao projeto educacional católico em Petrolina.

Inicialmente, as irmãs italianas ficaram hospedadas na residência de Dária Padilha de Souza, até então esposa de Souza Filho, até que o terreno doado pela prefeitura para construção do Colégio, na época dirigida pelo Major Alcides Padilha, ficasse pronto. Sendo essa, mais uma demonstração de proximidade entre os poderes. A primeira notícia oficial sobre os colégios, que se encontra em uma publicação de 8 de março 1926, convida aos Petrolinenses a matricular suas filhas no colégio para mulheres³⁷⁹.

A educação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora atendia ao desejo da elite do interior pernambucano, conservador e patriarcal. Ensinava-se matéria religiosa, moral, artística e literária, focando nas alunas à prática cristã. Ensinava-se também que ela deveria se submeter ao marido, e que seu aprendizado era voltado para educação doméstica, cuidado com a casa, o marido e os filhos; e para o

³⁷⁸ SERBIN, 2008, p.82.

³⁷⁹ Collegio N. S. Auxiliadora. **O Pharol**, 8 de março de 1926, p.2

domínio das práticas católicas como cultos, devoções cujos valores fossem conduzidos pelo princípio católico. Além de uma educação formal, a educação católica assegurou às mulheres da elite um comportamento que as fizessem obedientes e civilizadas.

Outro ponto da educação religiosa direcionada às mulheres eram as regras de etiquetas, as formas de como se comportar baseadas na moral cristã católica. Em propaganda de 24 de junho de 1926, o Colégio se posiciona como “completa educação, moral civil, religiosa e doméstica”³⁸⁰.

Ao longo de seu percurso, o Colégio Nossa Senhor Auxiliadora passou por dificuldades com as quais podemos observar pontos pertinentes na relação entre Igreja, Estado e sociedade.

Em 24 de abril de 1926, a madre diretora do colégio católico para moças, Martinelli, faleceu vítima de febre amarela. Sua morte enfraqueceu o projeto educacional católico em Petrolina³⁸¹. Foi solicitado às freiras que voltassem para Itália. No entanto, a família Padilha interveio acolhendo as freiras para que o colégio continuasse. Essa intervenção dos Padilha foi fundamental para a continuidade do estabelecimento de ensino.

A primeira turma contou com 54 mulheres, um número bem acima do imaginado, e nos anos seguintes continuou crescendo. Devido a este crescimento, em 1929, as freiras anunciaram a construção de um novo estabelecimento:

O Collegio N. S Auxiliadora vem prestando o maior bem as populações fronteiriças, às das cidades da zona são franciscana e de vários pontos de outros estados. Alcançou na presente matrícula um numero surpreendente de alumnas para os cursos, interno, semi-interno e externo. Em face disso, a madre inspectora geral da ordem, irmã Thereza Pentore, [...] resolveu a construção de um novo prédio de dois andares, em vasta área ajardinada e localizada no mesmo alinhamento do paço Episcopal.³⁸²

³⁸⁰ Collegio “maria auxiliadora”. **O Pharol**, 24 de junho de 1926, p.2.

³⁸¹ A religião Catholica de luto. **O Pharol**, 1 de maio de 1926, p.1.

³⁸²Pela Instrucção. **O Pharol**, 27 de fevereiro de 1930, p.1.

Na década de 1930, o Colégio foi considerado apto para ser equiparado aos colégios públicos, seu reconhecimento mesmo sendo também consequência de alianças políticas, reflete o patamar alcançado pelo ensino católico em Petrolina.

Sendo assim, em 6 de dezembro de 1931, ocorreu a primeira formatura das quinze turmas de professoras do colégio, das quais muitas alunas pertenciam a tradicionais famílias de cidade³⁸³. Com o tempo, o colégio católico se estabeleceu como uma referência de educação durante todo o século XX.

Em 1939, o Colégio Maria Auxiliadora fundou um jornal chamado *O Escrínio*. Apesar do jornal ter sido fundado em um período posterior ao que estudamos, pudemos observar no periódico a presença de importantes elementos que nos ajudam a compreender a dinâmica da educação católica.

Feito por alunas do colégio, mas contando também com publicações de professoras, o jornal contava com temáticas que revelavam os interesses e as relações presentes entre o colégio e a sociedade. Além das tradicionais notas religiosas, encontramos publicações políticas, patrióticas e textos valorando a intelectualidade católica³⁸⁴.

Já o Colégio Dom Bosco, destinado a educação de homens foi fundado oficialmente em 18 de outubro de 1926, mas somente em janeiro de 1927 ocorreram ações concretas para solidificação do mesmo. No dia 6 de janeiro de 1927, o bispo Malan voltou a Petrolina acompanhado do padre Salesiano Ezequiel Fraga, a quem tinha o desejo de colocar como diretor do futuro colégio.

Sua escolha estava inserida dentro do desejo de uma intelectualidade católica que formasse novos intelectuais, pois o padre era tido como detentor de douda formação intelectual. Dom Malan falava vários idiomas, era pianista, musicista, conhecido pela oralidade e pertencente à Academia Uruguaia de letras³⁸⁵.

³⁸³ Na publicação é possível identificar as formadas entre as quais estão mulheres da família dos Padilha, Gomes e Coelho, **Os extraordinários frutos da obra do grande semeador** In: O Pharol, 13 de dezembro de 1931, p.1.

³⁸⁴ Rui Barbosa, A Bandeira Brasileira e Oração do Intelectual Católico Brasileiro. In.: **O Escrínio**, 15 de outubro de 1939. p.1 e 2.

³⁸⁵ D. Malan. **O Pharol**, 13 de janeiro de 1927, p.1

O início das obras do colégio masculino e a sua conclusão foi extremamente demorada. Somente no final do ano o colégio começou a funcionar, ainda assim diante dos problemas encontrados, como falta de recursos e mão de obra.

Assim como no caso do colégio para mulheres, seu responsável faleceu no final de 1930³⁸⁶. o que também pôs em risco a continuidade do projeto educacional para jovens. Os anos que se seguiram foram difíceis para o Colégio Dom Bosco até que, em 1933, sua administração foi passada para as mesmas freiras salesianas que conseguiram impulsionar o Colégio feminino de Nossa Senhora Auxiliadora.

A forma de funcionamento dos colégios católicos não foi diferente dos colégios laicos. Foi no período republicano que a própria catequese se caracterizou como escola, com divisão de crianças por séries, sendo ensinadas por padres ou leigos católicos. Ao término do ano letivo eram concedidas premiações aos melhores alunos.

A Constituição republicana do Brasil outorgava liberdade concedida às instituições religiosas devido ao pensamento positivista, cujo desejo era substituir uma educação religiosa por uma educação científica e naturalista. Ser semelhante daquilo que, segundo o pensamento católico, poderia ser parecido com a educação laica era uma resposta da Igreja ao Estado republicano, ao oferecer uma educação semelhante à pública, mas acrescida da formação espiritual, imprescindível aos católicos. A partir de então foram constantes as propagandas e notas sobre o colégio, publicações sobre o exame e sobre os formandos saíram nas páginas do jornal *O Pharol*.

Em 1915, ocorreu a chamada reforma Maximiliano³⁸⁷ que proibia que as escolas secundárias particulares fossem equiparadas ao Colégio Pedro II. A proposta ligava o ensino secundário ao superior, ao condicionar o ensino secundário como único caminho para ingressar no curso superior. Uma vez que os colégios particulares não estavam equiparados, seus alunos ficariam impossibilitados de entrar no curso superior. Esta foi uma luta nacional e regional da Igreja para ser semelhante a educação laica. Em Petrolina, desde a fundação dos colégios havia a

³⁸⁶ Uma perda irreparável para Petrolina. **O Pharol**, 4 de dezembro de 1930, p.1

³⁸⁷ Ocorrida no governo Venceslau Brás (1914-1918), A Reforma Carlos Maximiliano de 1915, mudou o Ensino Secundário e regulou o ensino superior na Primeira República através dos decretos nº. 11.530 e 18 de março de 1915.

promessa dessa conquista, mas somente em 1930 uma lei estadual concedeu este direito.³⁸⁸

Até a década de 1960, existiram poucas escolas estaduais e municipais em Petrolina, sendo o acesso a educação ainda um privilégio dos filhos e filhas da elite ou de apadrinhados. o que permitiu a Igreja. através dos seus colégios. formar uma sociedade pautada nos princípios e morais católicos³⁸⁹.

Desde o início do século XX, percebemos o crescimento de Petrolina, uma cidade que aos poucos foi adquirindo infraestrutura, se desenvolvendo de forma desordenada, pois a medida que progredia em determinados aspectos, outros careciam de maiores investimentos.

O sucesso católico na construção das obras descritas anteriormente fez com que a prefeitura percebesse a mobilização do bispo em prol de causas que lhe pertencessem. Em mais uma demonstração de aproximação entre Estado e Igreja, uma grande obra municipal foi repassada para administração católica com o objetivo de ser concluída, o primeiro hospital da cidade.

Um dos problemas observados foi o de saúde, relacionado ao crescimento populacional da cidade, as questões de saúde passaram a ser discutidas também. Os primeiros médicos de Petrolina foram Pacífico da Luz, que passou a morar na cidade, em 1917; e João Cardoso de Sá, que estudou na Bahia e, formado, regressou a Petrolina também fixando moradia.

São os dois pioneiros da saúde da cidade. A chegada de Pacífico em Petrolina foi comemorada como uma grande conquista pôr, finalmente, a cidade adquirir um médico:

De todas as numerosas necessidades que Petrolina ressentia-se, era sem dúvida de um médico [...] Agora felizmente acha-se em nesta cidade o ilustre e abalizado clinico dr. Pacífico da Luz, ultimamente vindo do Piahy, que seguindo nos disse fixará residência desta localidade, onde tratará de sua clínica³⁹⁰

³⁸⁸ Collegio N. S. Auxiliadora Officialmente Equiparado à Escola normal do Estado .**O Pharol**, 8 de março de 1930, p.1

³⁸⁹ BRITO, 1995. p.262

³⁹⁰ Felizmente já temos médico. **O Pharol**, 27 de janeiro de 1917, p.2.

A partir da chegada do primeiro médico de Petrolina, consultas puderam ser marcadas e, como dito anteriormente, foram constantes os anúncios, no jornal *O Pharol*, de suas funções medicinais. No entanto, as necessidades eram maiores. No mesmo ano, o químico farmacêutico João Cardoso de Sá tentou abrir uma farmácia na cidade. Promessa cobrada em *O Pharol* no início de 1917³⁹¹ e cumprida apenas um ano depois em 1918³⁹².

Essa mesma farmácia fundou, em 1919, um jornal para transmissão de conhecimentos medicinais: *A Sciencia*. Apesar da presença de pessoas ligadas à área de saúde, já na década de 1910, estas melhorias não conseguiram acompanhar o crescimento da cidade e a demanda de saúde que precisavam.

No ano de 1918, *O Pharol* registrou um surto de gripe que assolou a cidade. Por várias edições, retratou o estrago que a varíola causou no país, alcançando a região são franciscana: “O terrível malefício continua sem trajecto pelo interior do paiz, ceifando muitíssimas existências. A zona sanfranciscana tem sofrido muito com seu desenvolvimento”³⁹³.

Em 1919, a cidade sofreu com um surto de varíola: “infelizmente acaba de ser confirmado o apparecimento da varíola do município. Providências eficazes foram tomoadas pelo senhor prefeito, o Dr. Pacífico da Luz. Vaccina das 8 ás 10 na <<pharmacia Pasteur>>”³⁹⁴.

No entanto, a cidade necessitava de algo maior. Assim surgiu a proposta da construção do hospital. Em 1922, no dia 25 de março, lideranças locais de Petrolina reuniram-se para discutir a construção do hospital:

Ressaltando não ter Petrolina um abrigo para nossos irmão desvalidos, cuja falta de há muito se resente, porem que incontestavelmente será sanada dentro em breve, pois não lhe faltará o apoio de corações generosos e bem formados dos petrolinenses e doas que convivem no nosso meio.³⁹⁵

³⁹¹ Teremos Pharmacia ou não? . **O Pharol**, 26 de fevereiro de 1917, p.2.

³⁹² Pharmacia Pasteur . **O Pharol**, 10 de fevereiro de 1918, p.1.

³⁹³ A Grippe . **O Pharol**, 8 de dezembro de 1918, p.2.

³⁹⁴ Variola . **O Pharol**, 7 de dezembro de 1919, p.1.

³⁹⁵ O primeiro passo para fundação do Hospital . **O Pharol**, 2 de abril de 1922, p.1.

A iniciativa de construção partiu de Francisco Febrônio de Souza, e João Cardoso de Sá foi escolhido como responsável pela condução do hospital. No mês de abril as obras já começaram e campanhas de doações começaram a circular. No entanto ao longo do tempo a construção esbarrou diante da falta de recursos³⁹⁶;

Após a criação da diocese e a demanda para angariar recursos para a infraestrutura eclesial, ocorreu também um desvio de atenção e gastos para as necessidades da Igreja. Até então, o hospital era a principal construção em atividade na cidade.³⁹⁷

Uma comprovação deste desvio foi a observância nos jornais que os principais doadores para a construção do hospital se tornaram os principais doadores para a construção da catedral³⁹⁸. Em outra publicação, a solicitação para mobilização do término do hospital foi associada à catedral, e o apelo do jornal era para que o hospital esteja à altura da catedral³⁹⁹. No mês de novembro do mesmo ano, o jornal reconheceu a dificuldade de continuar a obra devido a escassez financeira⁴⁰⁰.

Em 12 de janeiro de 1929, a obra foi passada para as mãos da Igreja. No entanto, não percebemos a mesma mobilização para conclusão da obra como foi em estruturas diretamente ligadas à Igreja. Essa percepção dá-se através das poucas notas encontradas sobre o hospital, a partir de 1924 e mesmo a partir de 1929. Somente a partir de 19 de fevereiro 1931, as obras foram reiniciadas, com a promessa de conclusão e o retorno a campanha de doações⁴⁰¹.

Ao longo dos meses finais de conclusão do hospital, apenas duas vezes foi feita campanha e a publicação de doadores, enquanto que notas sobre o bispo continuaram constantes, mas em poucas delas estando relacionadas com o hospital.

³⁹⁶ Hospital: Convite. **O Pharol**, 25 de junho de 1922, p.2.

³⁹⁷ O Hospital. **O Pharol**, 14 de fevereiro de 1924, p.1.

³⁹⁸ Clementino Coelho e Otacílio Nunes de Souza são exemplos destes doadores que podem ser conferidos na lista publicadas nas edições do jornal como: Hospital de Petrolina. **O Pharol**, 22 de abril de 1924, p.1.

³⁹⁹ Pelo nosso hospital. **O Pharol**, 7 de setembro de 1927, p.3.

⁴⁰⁰ Uma obra meritória. **O Pharol**, 12 de novembro de 1927, p.1.

⁴⁰¹ Hospital de Petrolina. **O Pharol**, 19 de fevereiro de 1929, p.1.

A obra, finalmente, foi concluída em agosto de 1931 e inaugurada no mês de setembro.

O hospital representou o último patrimônio construído da Igreja nos cerca de sete anos em que Dom Malan esteve à frente da diocese. Desde a sua chegada até seu fortalecimento, visando compensar as perdas da Igreja pelo advento da República, assim como outros bispos reformadores, Antônio Maria Malan expandiu os bens da Igreja ocupando espaços essenciais para manutenção do *status quo* católico.

Suas ações nem foram em oposição ao Estado lácio, nem tão pouco apenas para atender a uma demanda do Estado. Sua expansão geográfica na cidade de Petrolina, quando esta crescia e se desenvolvia, associou a Igreja ao avanço da cidade e mais, construiu o capital simbólico da Igreja que por “autoridade sagrada” conduziu Petrolina para o desenvolvimento.

Esta percepção corrobora com estudo de Rita de Cássia Alcântara Domingues sobre a urbanização de Petrolina⁴⁰². Em sua dissertação, a autora apontou para uma mudança do eixo de desenvolvimento urbano de Petrolina direcionado para as construções da Igreja.

⁴⁰² DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do Estado. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1989.

e suas necessidades. Partindo das construções eclesiásticas, a cidade continuou seu crescimento urbano fazendo com que este estivesse preso a Igreja.

Dom Malan esteve a frente da diocese de Petrolina até que, em 28 de outubro de 1931, faleceu na cidade de São Paulo onde, por causa do tempo, adquiriu pneumonia, que posteriormente foi agravada por nefrite. Chegou a ser levado ao hospital Brás, no dia 24 de outubro, mas em um ataque de uremia veio a falecer.

As cerimônias fúnebres foram realizadas em São Paulo, na Capela do Hospital. Ao longo de toda narrativa que rodeou o bispo, se buscou uma santificação de sua figura em cada ato que esteve envolvido. Durante o seu bispado foi chamado de “Super-Homem” e “novo Moisés”⁴⁰⁴. O *Pharol* em publicação que anunciou seu falecimento escreveu:

Tudo o que Petrolina tem de melhor é sua obra. A Cathedral, magnífico templo gótico, um dos mais bellos monumentos do Brasil, A Escola Normal Maria Auxiliadora, o Collégio D. Bosco, o Seminário Diocesano, o Majestoso Palácio Episcopop, o maravilhoso Hospital recém-inaugurado, eis as principaes obras que nos legal a acção miraculosa do grande filho de D. Bosco.⁴⁰⁵

O jornal de 26 de novembro de 1931 foi dedicado quase que exclusivamente ao primeiro bispo de Petrolina. Seu episcopado conseguiu concretizar os desejos da Santa Sé e solidificar a presença católica em Petrolina, além de fortalecer aliados e enfraquecer opositores. Os restos mortais de Dom Malan, foram para Petrolina e, desde então, encontram-se na capela da Catedral. Após sua morte, foi substituído interinamente pelo vigário geral do bispo, e diretor do seminário Mons. Ângelo Sampaio. Este ficou na diocese até 15 de novembro de 1933, quando Dom Idílio Soares, segundo bispo de Petrolina, aportou na cidade.

⁴⁰⁴ NOVAES, Américo. **Impressões de Petrolina. O Pharol**, de 30 de maio 1929 ,p.1.

⁴⁰⁵ Tributo de piedade filial. **O Pharol**, de 31 de outubro de 1931, p.1.

5 CONCLUSÕES

Ao longo desta tese, buscamos compreender os conceitos de ultramontanismo, romanização e reforma através da análise de autores que abordaram essas nomenclaturas e seus usos no Brasil. A partir disso, entendemos que o conceito de reforma é o mais adequado para nossa pesquisa, uma vez que os termos anteriores – ultramontanismo e romanização – estiveram associados a outros momentos históricos, anteriores ao estudado nesta pesquisa.

Diante do quadro de ruptura entre os poderes religiosos e políticos, compreendemos que a Igreja Católica foi realista, conforme argumenta a personagem do Padre no conto *Um certo Capitão Rodrigo*, de Erico Veríssimo⁴⁰⁶. De forma pragmática, essa instituição religiosa buscou se fortalecer através da construção de uma nova relação com o Estado.

A tese de Max Weber, de que a religião atua voltada para o mundo material, nos auxiliou a compreender que as atitudes da Igreja Católica têm, por interesse, questões de cunho social e político. No caso brasileiro, houve uma necessidade de mudança na forma de se relacionar com o poder político com o início do Brasil republicano.

Diante do clima de tensão que resultou em uma cisão, foi de se esperar um embate entre um Estado, que buscou se tornar laico; e uma Igreja, que se sentiu afrontada quando teve sua autoridade substituída pela autoridade laica. No entanto, Peter Berger, através do conceito das *plausibilidades*, nos ajudou a entender uma Igreja que percebeu que aceitar uma mudança e adaptar-se a ela seria o melhor caminho. Para isso, buscou manter o contato com o Estado através de outras vias.

Dentro do quadro teórico lançado nesse estudo, o pensamento de *estratégia conceituada*, de Michel de Certeau, nos ajudou a entender os mecanismos usados pela Igreja, para manter firme os laços com o Estado, ao buscar fortalecer o valor do poder religioso para os chefes políticos locais.

Outro importante autor, Pierre Bourdieu, e seu conceito de *campo*, nos ajudou a compreender que no início da república brasileira, tanto o poder político local

⁴⁰⁶ VERISSIMO, Op. cit.

quanto a Igreja precisavam se fortalecer dentro de seus campos político e religioso. Para isso, uniram forças, legitimando a autoridade um do outro, oferecendo possibilidades para se fortalecer. Parte dessa estratégia está associada a ideia de *Estadualização*, de Sérgio Miceli, na qual a Igreja Católica atendeu a demanda do Estado ao suprir determinadas necessidades dos municípios Brasileiros.

Analisando a formação da cidade de Petrolina em sua origem, percebemos uma Igreja presente desde o princípio e que se posicionou como agente transformador local, seja através das missões ou das ações de figuras religiosas, como a do Padre Henrique.

A Igreja promoveu a si mesma, inserindo-se em momentos específicos de crescimento local, e atribuindo seus feitos a marcos determinantes do crescimento da região são franciscana. Orientando fiéis, construindo capelas, associando-se até mesmo a origem do nome da cidade e a transferência da santa para Petrolina, a Igreja se consolidou na região. Sendo assim, nos primeiros séculos de formação da cidade pernambucana, observamos uma Igreja próxima do poder político, corroborando como agente social.

O fim do Brasil Império e início do Brasil República provocou um rearranjo nas ações católicas no Brasil. A Igreja percebeu essa mudança, e a criação de dioceses foi uma estratégia encontrada para por em prática o planejamento de reocupar o espaço perdido e fortalecer o campo religioso, ameaçado pela laicidade do Estado.

Nesse sentido, a cidade de Petrolina foi uma das cidades escolhidas para a criação de um episcopado. Em 1924, foi criada a diocese de Petrolina sob a administração de Dom Antônio Maria Malan. Durante o período de sete anos em que esteve à frente da diocese de Petrolina, o primeiro bispo cumpriu com sua missão de compensar as perdas católicas após o fim do Brasil Império.

Através de sua administração, a Igreja buscou manter um bom relacionamento com o poder político. Percebemos a importância dessa união, quando observamos que, desde a confirmação da construção da diocese, ocorreu uma procura para inserir o poder político no processo de construção.

Os principais líderes locais foram convocados a financiar a viabilidade da obra, tendo seus nomes divulgados e os valores doados publicados pelo jornal *O Pharol*,

porta voz da Igreja em Petrolina e região, além de serem convidados a estarem presentes em festividades católicas.

Em contrapartida, a Igreja também esteve presente em solenidades do Estado e se posicionava de forma clara na política local. Essa estreita relação contribuiu para o fortalecimento da Igreja no campo religiosos local, limitando o crescimento de outros grupos religiosos como protestantes e espíritas, ao mesmo tempo que fortaleceu também determinados líderes locais dentro do campo políticos. Mesmo após o falecimento do bispo, em 1931, os frutos dessa aproximação foram perceptíveis.

Pacífico da Luz, principal aliado político do bispo, continuou a exercer sua liderança, mesmo com o falecimento do chefe político da família Padilha, o Cel. José Rabelo Padilha, em 1934. Por mais 20 anos após a morte do bispo, o herdeiro político dos Padilha, também favorecido pelo bom relacionamento com Dom Malan desde a década de 1920, por meio de ações conjuntas e da divulgação dessas ações no jornal *O Pharol*, manteve seu poder político.

No início de 1930, quando exerceu novamente o cargo de prefeito, suas realizações na prefeitura continuaram a ser publicadas no principal jornal petrolinense, com louvor a aprovação⁴⁰⁷. Isso o deixou com a imagem de um prefeito sensível às necessidades da população, valorizando, assim, sua aprovação popular⁴⁰⁸.

Mesmo diante das investidas do posterior chefe político de Petrolina, o Cel. Clementino Coelho, que notadamente cresceu no meio político durante esse período, não foi suficiente para superar o prestígio adquirido por Pacífico anteriormente.

Vale salientar que se atribui o início da hegemonia política da família Coelho a partir da eleição de 1947, quando Clementino elegeu dois filhos para deputados estaduais, sendo um deles o deputado mais votado do interior pernambucano. Dois

⁴⁰⁷ Cf.: D'AQUI. **O Pharol**. Petrolina, 7 jan. 1932. p. 1. Em janeiro de 2010, não por acaso, atualmente monsenhor – o que confirma os laços estreitos entre a família e o poder religioso.

⁴⁰⁸ BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Petrolina origem, fatos, vida, uma história**: do desbravamento do município a 1992. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995. p. 95.

anos depois, Pacífico faleceu sem deixar herdeiros políticos, o que abriu espaço para a consolidação política da Família Coelho em Petrolina e região⁴⁰⁹.

O jornal *O Pharol*, outro aliado político da Igreja, na década de 1920, pôde se firmar como o principal veículo de comunicação escrita de Petrolina, tornando-se o periódico que mais tempo circulou durante o século XX no interior de Pernambuco. Totalizando 74 anos.

Somente em 1949, o deputado estadual, herdeiro político e filho do Cel. “Quelê”, Geraldo Coelho, fundou o jornal *O Sertão*, convidando o jornalista e ex-redator de *O Pharol*, Cid Carvalho, para ser o redator chefe. Transformando, assim, o mais novo jornal da cidade no mecanismo de propagação da família Coelho e aliados políticos.

Na década seguinte, *O Pharol*, percebendo a hegemonia política dos descendentes de Clementino Coelho, buscou o bom relacionamento com a família, através de publicações favoráveis a eles⁴¹⁰. O falecimento de João Ferreira, a ausência de descendentes que desejassem dar continuidade ao jornal, além do surgimento de outros jornais na segunda década do século XX, contribuíram para o fim de *O Pharol* na década de 1980.

Analisamos também a construção patrimonial da Igreja, um dos objetivos do episcopado brasileiro, dentre os quais estudamos o bispo de Petrolina Dom Antônio de Maria Malan, durante o período em que esteve à frente da Diocese, de 1924 a 1931. Ao longo desse período foi responsável pela criação da Diocese; construção da Catedral; do palácio episcopal; do seminário do Sagrado Coração de Jesus; do Colégio Maria Auxiliadora e do Colégio Dom Bosco; da conclusão do Nossa Senhora da Piedade, em seguida rebatizado de Hospital Dom Malan; e do financiamento do jornal *O Pharol*.

Todas essas conquistas patrimoniais, materiais e/ou imateriais colaboraram para o fortalecimento territorial e do pensamento católico em Petrolina, além de contribuir para o desenvolvimento local e para infraestrutura da cidade. Nesse

⁴⁰⁹ Para saber mais aconselhamos a leitura de nossa dissertação. AQUINO, Thulio André Moura de. **Caminhos do poder: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011. p. 94-102.

⁴¹⁰ *O Pharol*, 7 de setembro de 1962. p.1.

sentido, a Igreja acaba atendendo a uma demanda do Estado brasileiro, ao construir escolas, hospitais e propagar a informação através de um veículo de informação, como foi o caso do jornal *O Pharol*.

Sendo assim, compreendemos que essas medidas aproximaram os espaços religiosos dos espaços civis, e a Igreja do Estado. Para a Igreja, o episcopado não só foi criado materialmente, mas foi projetado simbolicamente através da sacralização de suas construções, da santificação do seu bispo e suas ações, se impondo como autoridade religiosa.

Diante disso, estamos cientes de que nossa pesquisa não contempla todos os aspectos históricos relativos à historiografia, e ao patrimônio eclesiástico e as suas consequências para o Brasil. No entanto, entendemos que, ao analisarmos esse processo na cidade de Petrolina, contribuímos para melhorar a compreensão das transformações nacionais. Esperamos que outras pesquisas deem seguimento na análise da Reforma Católica nas cidades interioranas, do Brasil, de Pernambuco e na cidade de Petrolina.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Briguier, 1930.

ADÃO, Rafael. Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930-1940: uma análise do jornal A Cruz. p.2 In: **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro.”** Mato Grosso, 2013.

ANDRADE, Manuela Correia de. **Pernambuco Imortal**: Evolução histórica e social de Pernambuco. Recife: CEPE, 1997.

ANDRADE, Ugo Maia. **“A Jurema tem dois gaio”**: história Tumbalalá. In: CARVALHO, MR., and CARVALHO, AM., org. Índios e caboclos: a história recontada [online]. Salvador: EDUFBA, 2012,

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e *diocesanização* do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). **Rev. Bras. Hist. [online]**. 2012, vol.32, n.63, pp.143-170

AQUINO, Raul. Criação de freguesia de Petrolina. In.: **Ouricuri** – tempo do Comendador Francisco Pedro. Prefácio de Antônio C. de Medeiros. Recife: FIAM, CEHMF – Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

AQUINO, Thulio André Moura de. **Caminhos do poder**: práticas políticas da família Coelho na cidade de Petrolina-PE, 1930-1947. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

AMARAL, Walter Valdevino do. **Que Fizeram “Ellas”? As Filhas de Maria e a Boa Imprensa no Recife, 1902-1922**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. In: **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. 36, fasc. 141, Março de 1976.

_____. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. In: **Religião e Sociedade**, São Paulo, n. 1, 1977, pp. 126.

_____. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. XXXIV, fasc. 135, 1986.

_____. **O altar unido ao trono, um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. **O Estado Leigo e Projeto Ultramontano**. Coleção História do Pensamento Católico no Brasil. vol. IV, Paulus, 1994.

_____. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Editora Santário, Aparecida São Paulo, 2008.

BARBOSA, Bartira Ferraz. Missionação na capitania de Pernambuco: O convento de São Francisco em Olinda. In: GUEDES, Roberto (org). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime: escravidão, governos, fronteiras, poderes e legados: Século XVII – XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

BASCHERA, Renzo. As profecias de Teresa Neumann. In: **Os grandes profetas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, Petrópolis: Vozes, vol. 37, 1977.

_____. (Org.). **História da Igreja no Brasil – Segunda Época**. Petrópolis: Vozes, 1992. 3. ed., Tomo II/2. p. 219.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões Práticas: Sobre A Teoria Da Ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao , acesso em 05 de outubro de 2015

_____. **Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm Acesso em: 20/12/2017

BRITTO, Maria Creusa de Sá y. **Petrolina: Origens, fatos, vida, uma História**. Petrolina: Tribuna do Sertão. 1995.

BRUNEAU, Thomas C. **O Catolicismo em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURTON, Richard. *Viajens aos planaltos do Brasil: O rio São Francisco*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. V.3.

CAES, André L. **As portas do inferno não prevalecerão**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. 2a. edição. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. 22. Livraria José Olímpio Editora: Rio de Janeiro, 1958.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 273-341, vol .4;

CAMPOS, Filipe Queiroz **Entre a cruz e a engrenagem**: O papel da Igreja católica no processo de construção de uma cidade civilizada. Juiz de Fora Simpósio Nordeste: Gênero e Religião: Diversidades e (in)tolerâncias nas mídias, 2015.

CARDEAL MARIANO RAMPOLLA DEL TINDARO. Instruções da Santa Sé ao Internúncio Apostólico para as conferencias dos bispos brasileiros. Roma, 14 de junho de 1890. In: CALAZANS, Mylène Mitaini. **A Missão de Monsenhor Francesco Spolverini na InterNunciatura Apostólica no Brasil (1887-1891), segundo a documentação Vaticana**. Tese de Doutorado. Pontificium Athenaeum Sanctae Crucis, Roma, 1997.

CAVALCANTE, Carlos. **Dom Malan, Ícone de Fé e Trabalho**. Recife: Mongraf, 2008.

CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Catedral de Petrolina: Profecia e evocação**. Petrolina-PE, 1999.

_____. **Pe. Henrique José Cavalcante: O mestre da Caridade**. Petrolina-PE: [s.n], 2008.

_____. **Petrolina, pedros e pedras**. Petrolina-PE: [s.n],, 2013a.

_____. **Petrolina: o centro da rosa**. Petrolina-PE: [s.n],, 2013b.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World**. Chicago/London: The University of Chicago Press. 1994

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlote de. **Lês Ouvriers d'une VigneSteéiril**: lês Jésuiteset la conversion dês indien sau Brésil, 1580 – 1620. Lisboa-Paris: Fundação Clouste Gulbenkian, 2000.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p. 23-24

CEHILA. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Paulinas/Vozes. 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. 3ª edição. Petrópolis, Vozes. 1998.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante do Nordeste**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1990.

CLARK, Kenneth. **The Gothic Revival: an essay in the History of Taste**. New York: Holt, Rineheart and Winston Ed., 196.

COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, vol. XXVI, fasc. 3.

CUNHA, João Fernandes da. **Memória Histórica de Juazeiro**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia do Instituto Genealógico da Bahia. Editora: abc gráfica. Salvador-BA, 1978.

DE JESUS, Sandy Regina Cadete Barbosa. A Territorialidade da Igreja Católica Apostólica Romana no Nordeste Brasileiro. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro número 21, janeiro de 2007. p. 58.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DESROCHERS, G.; HOORNAERT, E. (orgs).**Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres**. São Paulo: Paulinas, 1984.

DOMINGUES, Rita de Cássia Alcântara. **Petrolina**: crescimento urbano e intervenção do Estado. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1989.

DUARTE, Jorge de Souza. **Juazeiro**: nos caminhos da história. Juazeiro-Ba. Edição do autor. 1985. p.79.

DUTRA NETO, Luciano. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas**: Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., vol. 2, 1994.

FAORO. Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**. São Paulo, n.17, 1998.

FIGUEIREDO, Cecília M. F. Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII. In.: **Termo de Mariana: História e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FILHO, J. Bittencourt. **Sociologia da Religião no Brasil**. São Paulo: PUC, 1998.

FRAGOSO, Frei Hugo. O apaziguamento do povo rebelado mediante as missões populares, nordeste do II Império. In: SILVA, Severino Vicente da (Org). **A Igreja nos sertões nordestinos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta: Uma terra, um povo**. Floresta: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal de Floresta, 1996. (Coleção tempo municipal, 14).

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GREGORIO XVI. **Carta Encíclica Mirari**. vol, 2. ed, Petrópolis: Vozes, 1953;

GUERRA, Flavio. **História de Pernambuco**. 3ª ed. Recife: Raiz Ltda. 1984

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Relatório Concernente a exploração do rio de São Francisco: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico. In.: **Atlas e Relatório Concernente a Exploração do rio de São Francisco**: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico. 2ª ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 1, 2001.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Relatório Concernente a exploração do rio de São Francisco: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico. In: **Atlas e Relatório Concernente a Exploração do rio de São Francisco**: Desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico. 2ª ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. **Cristianismo Moreno do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOORNAERT, Eduardo. **História Geral da Igreja na América latina**. Tomo II: História no Brasil, primeira época. Petrópolis: Vozes, 2008.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, nº 1, 2001..

LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões da história e militância positivista. **Revista História**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 64, 2006

LIMA, Fernando de Castro Pires de. **A Virgem e Portugal**. Porto: Edições Ouro, 1967, vol. I.

LIMA, Maurílio César de. **Breve História da Igreja no Brasil**. In.: BEZERRA, Cunha Cícero. (Org.) **Temas de Ciências da Religião**. São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. História e problemas, 1500-1968. São Paulo: Ed. Giro, 1977.

_____. **Os Bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - 2).

_____. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 22

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clarícia. (Orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

MAGALHÃES, Pablo Michel Cândido Alves de. Catedral de Pedra como identidade social: A memória coletiva na construção do “ser petrolinense”. *Historien*. **Revista de História**. Petrolina, n. 3, abr./set. 2010.

MARCIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 323-324, out 2001.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 30, out 2001.

MENDES JR., Antônio e MARANHÃO, Ricardo. “A Aldeia Sagrada de Canudos”. In: **Brasil, Histórias, Textos e Consultas**. São Paulo: Brasiliense, vol.3, 1983.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 63-171, vol. 4.

NASSIF, Douglas. Uma análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império. In.: **Revista Caminhando**. v.1 3, n.21, p.6 1-7 8, jan-mai, 2008.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta M. C. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz**: Imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Religiões Populares. In.: Jose Oscar Beozzo (org.), **Curso de Verão II**, São Paulo: Paulinas, 1988, p. 121

_____. Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos, In.: Pierre Sanchis (org.), **Catolicismo**: modernidade e tradição. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO (19 mar. 1890). In: RODRIGUES, Anna M. Moog (Sel. Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

PIO IX. **Carta Encíclica Quanta cura e o silabo**, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1959.

PIRES, Idalina. **Josepha Coelho**: 100 anos de história. Petrolina-PE: APAMI, 1999. p.42

PADILHA, Antônio de Santana. **Petrolina no tempo, no espaço, na vez**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1991.

PERNAMBUCO. CONDEPE/FIDEM. **Perfil Municipal de Petrolina**. Recife, 2005.

PRINS, Gwyn. História Oral. In.: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 165.

QUEIROZ, Maria Elza Gomes Macedo. **Um rio, uma cidade, uma escola**. Recife: Norcópia, 1983.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O Catolicismo Rústico no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Universidade, 1968. p.75.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil: igreja católica, identidade nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife-PE, 2009.

RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, bispo de Campinas, 1908-1920.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP: São Paulo, 2006.

ROSA, Wedmon Teixeira. A Influência da Religiosidade Popular e da Igreja Católica na Formação e (Re)Organização Espacial das Cidades no Recôncavo Sul da Bahia: o Caso de Milagres. **CIENT** / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Ano II. n. 1 (Jan./Dez. 2009). Recife: CCS Gráfica, 2010.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. In.: CNBB. **Instruções Sobre a Teologia da Libertação:** edição coordenada pela CNBB. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. **Temporalidades** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agos / Dez de 2010.

SCWARZMANN, Joseph. **Geographische Karte der Provinz von São José do Piauhý:** Carte Geographique de Piauhý. Province de L'Empire du Brésil, 1928.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1979.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife.** Recife: Editora Universitária. 2006.

SILVA, Karine Monteiro da. **Catolicismo Popular entre o Amor e a Cobiça: interrelações entre Catolicismo Popular, Igreja Católica Oficial e Poder Público em Trindade.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. In.: BEZERRA, Cunha Cícero. (Org.) **Temas de Ciências da Religião.** São Cristovão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOUZA. João Moraes. **As Práticas do coronelismo: estudo de caso sobre o domínio político dos Coelho em Petrolina-PE.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

SOUZA, Ney de. Um retrato do catolicismo no Brasil na época da independência. In: **Temas de teologia latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C.F.P Von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

VERISSIMO, Érico. **Um certo capitão Rodrigo**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2005.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844- 1926)**. Aparecida: Santuário, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da Sociologia compreensiva. 4ª Ed. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. Sociologia da religião: tipos de relações religiosas. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.1 Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

WILLEKE, Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil**: Missões da província de Santo Antônio. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1978.

APENDICE A - FONTES ESCRITAS

Arquivo do Museu do Sertão. Petrolina-PE:

O Pharol – PE – 1915 / 1931.

Arquivo do Museu de Juazeiro. Juazeiro-BA:

Correio do São Francisco – BA - 1906 e 1930.

Arquivo Público Jordão Emerenciano. Recife-PE:

A Sciencia - 1919

A Tribuna do Povo – PE – 1926

O Escrínio – PE - 1939

Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro.

Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro aos Bispos do Brasil de 1890.

Relação das Cartas Pastorais publicadas por Dom Malan.

Sobre a Construção da Catedral (1927)

APENDICE B - FONTES ORAIS/ENTREVISTAS

COELHO, Augusto de Souza. Petrolina/PE, jan. 2010. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino).

LUZ, Bernadino Padilha. Petrolina/PE, jan. 2010 (entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino).

COELHO, Darcy Neiva Gomes. Petrolina/PE, jan. 2008 (entrevistado por Jean Carlos N. de Corrêa. Disponível no CD-ROM **O Pharol – Tempo, Imagem & Memória.**)

CAVALCANTE, Francisco José Cavalcante. Petrolina/PE, jan. 2008 (entrevistado por Jean Carlos N. de Corrêa. Disponível no CD-ROM **O Pharol – Tempo, Imagem & Memória.**)

CANTARELLI, Manoel Aníbal. Recife/PE, jan. 2009. (Entrevista inédita concedida a Thulio André Moura de Aquino)

ANEXO A - ENTREVISTAS

Acervo de fontes orais do CD-Rom *O Pharol – Tempo, Imagem & Memória*

Fonte oral: Francisco José Cavalcante
Pesquisador: Jean Carlos N. Corrêa

Data da entrevista: 22 de janeiro de 2008

Local: Palácio Episcopal - Petrolina

O senhor conheceu Joãozinho do Pharol ?

Padre Francisco Cavalcante – De vista. No final dos anos 60 ele tinha uma livraria, o único lugar em Petrolina onde se vendia a coleção Conhecer, da Abril. Nós comprávamos revistas como o *Tio Patinhas* e outras.

Onde o senhor obteve a informação sobre o contrato entre O Pharol e a Diocese, então sob Dom Malan, para que o jornal divulgasse as realizações, notícias, da Diocese?

Padre Francisco – Não lembro exatamente onde foi, posso procurar e mostrar para você. Agora, existia de fato, se não era um contrato escrito era um contrato verbal. Mas tenho a impressão que há alguma coisa nesse sentido.

Em suas pesquisas que redundaram no livro que conta a história da Catedral

de Petrolina, o senhor identificou que espécie de auxílio, no bojo desse contrato, a Diocese prestou a O Pharol? Qual contrapartida foi dada?

Padre Francisco – Há uma troca de favores justamente de Dom Malan, que tinha

trazido da Europa um material tipográfico. Parece que Dom Malan queria fazer, construir uma tipografia aqui para abrir um jornal. Mas no final das contas, esse material foi doado a João do Pharol e então em troca O *Pharol* ficaria publicando e dando cobertura aos acontecimentos da Diocese. É claro que se você observar os números d'O *Pharol* vai observar que já bem antes de Dom Malan chegar, o jornal já tinha muito espaço para a Diocese, para os acontecimentos da Diocese. Porém, esse acordo vai acontecer. Tenho a impressão que existe um termo nesse sentido. Agora tenho que achar esse documento

O senhor tendo conhecimento histórico, qual a sua percepção padre, a respeito dessa relação entre a Diocese e o jornal *O Pharol*?

Padre Francisco – De modo geral para nós da Diocese é uma percepção positiva,

no sentido de que há época a Diocese não havia de modo nenhum...as comunicações que aconteciam entre as diversas paróquias na Diocese eram muito difíceis porque naquela época não havia estradas boas como hoje, com asfalto, etcetera. O único meio de comunicação era o telégrafo e mesmo assim para o bispo entrar em contato com outras dioceses, os padres da diocese, era bastante difícil. Então, muita coisa, muita notícia da diocese passava pelo jornal *O Pharol* e chegava aos padres da Diocese de Petrolina. A Diocese de Petrolina pega todo esse triângulo, Salgueiro, Araripina, Petrolina. Na época de Dom Malan pegava inclusive Cabrobó. Em toda essa região aqui, era através do jornal *O Pharol* que determinados acontecimentos e até decisões do bispo chegavam até os padres.

Naturalmente que no processo de pesquisa sobre a história da Catedral, o senhor leu as biografias disponíveis de Dom Malan. O senhor notou que havia nele essa preocupação com a comunicação?

Padre Francisco – Havia sim. Havia uma preocupação muito forte, porque Dom

Malan era europeu, um Salesiano, bispo que fazia parte da Congregação Salesiana então tinha uma consciência muito clara da importância da comunicação. Os Salesianos

utilizavam muito isso. Inclusive a Congregação Salesiana, todo o trabalho de Dom Malan anterior à presença dele aqui em Petrolina, é documentada justamente nos boletins salesianos. Ou seja, ele tinha consciência muito clara. Inclusive nos lugares onde ele estava, no Mato Grosso, ele dava muita força a inauguração dos postos telegráficos por Rondon.

Então ele tinha uma clareza muito forte nesse sentido, tanto da comunicação como também da educação, porque inclusive fundou os Colégios Maria Auxiliadora e Dom Bosco.

Acervo de fontes orais do CD-Rom *O Pharol – Tempo, Imagem & Memória*

Fonte oral: Darcy Neiva Gomes Coelho Pesquisadores:
Jean Carlos N. Corrêa – Nomeriana Cavalcanti Ferreira

Data da entrevista: 13 de fevereiro de 2008

Local: Rua Vila São Francisco – Centro – Petrolina

Quais recordações a senhora tem do seu pai? O que de mais forte ficou da memória do senhor Joãozinho?

Darcy Neiva Gomes – Ele era muito positivo, inteligente, trabalhador, honesto, querido por todos em Petrolina. Foi uma pessoa ilustre de Petrolina. Uma pessoa que só deixou mensagem positiva para o povo, ajudou muito a população de Petrolina... muita

gente queria estudar e não tinha dinheiro, ele dava todos os livros. Inclusive, ano passado, agora faleceu aquele governador, de Roraima...

Ottomar...

Darcy Gomes – Ottomar Pinto. Ele chegou lá n' *O Pharol* e falou para o meu pai,

que queria estudar. E não tinha condições... o pai dele trabalhava na prefeitura, não tinha condições de comprar os livros. Então ajudou ele até entrar na faculdade. Ele teve várias formaturas, inclusive quando ele chegou aqui em Petrolina, várias vezes chamou papai, meu pai, para passar dias com eles lá no... lá no palácio dele, em agradecimento a tudo que ele fez por ele. Ele teve umas cinco ou seis formaturas. Uma pessoa brilhante lá em Roraima, se destacou. E sempre ele deixava para mim mensagens. De otimismo, de coragem. Eu trabalhei 25 anos, cada dia que passava na minha vida, mais ele me dava ânimo, alegria de viver. Ele educou todos, quase todos os netos, ajudou na educação de todos os netos. E todos eles só tem a dizer, é, só tem coisas boas para seguir, visando a. espelhando na personalidade de papai.

A senhora acompanhava o trabalho do seu pai no jornal? Como era o dia a dia dele?

Darcy Gomes – Não, eu acompanhava no começo. Mas ele foi uma pessoa...é...ele desde jovem...eu já disse quando ele nasceu e quando ele morreu? Ele nasceu no dia 11...aí você já tem os dados, não tem? Ele...naquela época, Petrolina era uma cidade que só tinha energia até as onze horas da noite. Ele...e só fez até o terceiro ano primário, mas foi um autodidata. Ele passava de onze horas, até o dia amanhecer, escrevendo à luz da vela. A maior realização dele era esse jornal. Tanto que um ano aí ele teve que ir para São Paulo, porque estava com catarata, estava perdendo a

visão, e eu fui com ele até Campinas, São Paulo, fui...Rio de Janeiro. E ele dizia sempre para os médicos, ‘olhe, eu só quero enxergar um pouquinho, só para ler um jornal’. Tudo dele, o dia livre dele...aí você, eu já vi que você...já tem...bastante dados dele...mas ele...foi vereador, foi presidente da Câmara, prefeito por 27 dias e...você...ele recebeu aqui em Petrolina, a imagem de Nossa Senhora de Fátima, ele era prefeito aqui de Petrolina, e também o presidente da República, é...Getúlio Vargas. E Getúlio Vargas denominou meu pai de “herói da imprensa sertaneja”. Naquela época era difícil fazer jornalismo. E ele foi um herói mesmo, porque sem a ajuda de ninguém, ele batalhou, e o primeiro jornalzinho dele foi na sala de aula. Ele começou a escrever, ele foi o pioneiro da imprensa escrita em Petrolina. Ele começou a fazer o primeiro jornalzinho dele na sala de aula, manuscrito. E a primeira impressão desse jornal foi em Juazeiro da Bahia. Chamava *Correio da Infância*, depois passou a ser o jornal *O Pharol*, com ‘ph’. Ele fez no dia 7 de setembro de 1915. O primeiro jornalzinho dele.

Ele era um homem muito religioso não?

Darcy Gomes – Religioso. Inteligente. Ele na sala de aula, ele se destacou pela sua inteligência, seu dinamismo e sua liderança. Ele pegava as coisas com facilidade, se destacava entre os colegas, todos os colegas. Ele teve muitos amigos inteligentes, como Antonio Padilha e outros aqui de Petrolina. Mas ele se destacava de todos.

Nos jornais principalmente das décadas de 20 e 30, a gente observou muita proximidade com Dom Malan, bispo de Petrolina...

Darcy Gomes – Dom Malan... muito amigo de Dom Malan. Muito religioso e...toda a família é religiosa. Isso aí ele deu para a gente um exemplo de religiosidade, de

honestidade. Caráter, formação religiosa integral. Formação íntegra. Ele deu não só para mim como filha, mas todos os netos e todas as pessoas da família.

A gente consultou um livro que conta a história da Catedral de Petrolina, que é do padre Francisco Cavalcante e nesse livro ele fala que houve um acordo escrito

entre o seu Joãozinho e Dom Malan para divulgar as realizações da igreja e que, em contrapartida, a igreja, a diocese, então sob Dom Malan, teria ajudado, comprado equipamentos para *O Pharol*. A senhora sabe alguma coisa a respeito disso?

Darcy Gomes – Equipamento? Isso aí eu não sei. Não estou lembrada. A primeira máquina, sei que a primeira máquina, d'*O Pharol*, foi até uma ajuda de um irmão dele, foi...tio Zequinha, que é o pai de Carlos Augusto, radialista, ele financiou, ajudou a comprar essa máquina lá em Juazeiro...a primeira máquina, que é a manuscrita, manual aliás. Mas isso aí eu não estou... sei que ele...não estou a par disso aí. Sei que aqui em Petrolina todo mundo naquela época... não tinha muito movimento, não tinha diversão, o pessoal em Petrolina, dia de domingo, ia carregar pedra para a construção da catedral. Todo mundo ia pegar pedra para a construção da catedral. Todo mundo contribuiu, todos os familiares, todas as pessoas de Petrolina, cidadãos, é... iam dia de domingo ajudar. Ajudar na construção da catedral.

Além do jornal, o que mais à época do senhor Joãozinho, ou até há pouco tempo, o que mais a família possuía? Tinha a gráfica, a papelaria...

Darcy Gomes – ...tipografia....jornal...tipografia...papelaria.

E todos esses negócios terminaram ao mesmo tempo ou foi progressivamente?

Darcy Gomes – Não, porque...o jornal terminou porque meu pai, se aposentou aí deixou meu irmão, João Bosco Ferreira Gomes, ele ficou a frente do jornal, botou pra frente o jornal, mas com o falecimento dele os outros não quiseram...a família não quis continuar. Aí teve que parar. Por isso.

Na opinião da senhora, porque não houve da parte de ninguém da família disposição para...

Darcy Gomes – Não... é...tinha um irmão meu, queria, ele era professor da faculdade de medicina no Recife...

Qual o nome dele?

Darcy Gomes – Ney José Ferreira Gomes. Ele queria continuar. Mas aí... algumas pessoas da família...(...) A máquina que ele tinha era *off-set*, naquela época o jornal estava saindo colorido. E aqui em Pernambuco acho que... nenhuma cidade do interior tinha essa...ele importou da Alemanha. E algumas máquinas também. Então minha irmã pegou e vendeu... sem autorização dos outros irmãos, vendeu as

máquinas d'O *Pharol* para São Paulo. Quando nós soubemos já tinha... já estava tudo vendido, não tinha por fazer mais nada.

O irmão da senhora, o Ney, ele faleceu quando? A senhora recorda o ano? Darcy Gomes – Foi depois da morte do meu pai. Aliás, antes da morte do meu pai. Ele faleceu de infarto. Toda a família... infarto do miocárdio.

Nesse processo todo, de vender as máquinas, dar fim nos negócios, o acervo,

que eram os jornais e a máquina, aquela primeira impressora manual, foram doados para o museu?

Darcy Gomes – Está no Museu do Sertão. O acervo está lá, inclusive o primeiro jornalzinho, de 1915, de 15 centímetros, estava até desmanchando todinho e doutor Augusto (*Coelho, ex-prefeito*) fez...ele procurou...

Restaurou?

Darcy Gomes – ...restaurar.

E esse primeiro jornalzinho está onde?

Darcy Gomes – Está no Museu do Sertão. 15 centímetros o jornalzinho. Eu tinha esse jornal, mas... não tem essas...gincanas de colégio? Pediram para... levar esse jornal e para gincana conseguir tirar o primeiro lugar né? E não devolveram mais. Então o único que tem é na biblioteca de Petrolina, ou no museu de Petrolina.

Mas o arquivo foi todo já direto para o museu? Alguém guardou?

Darcy Gomes – Foi tudo para o museu. Porque...porque o...inclusive foi até...dos prefeitos, não se foi doutor Augusto que, achou que devia encaminhar tudo para o Museu do Sertão. As medalhas de honra ao mérito, ele recebeu a medalha de honra ao mérito e

também do Rotary Clube Juazeiro e Petrolina, mérito cultural. Várias medalhas de honra ao mérito.

A senhora colocou que no início a senhora até acompanhou mais o trabalho do seu pai lá no jornal...

Darcy Gomes – Não, eu ficava ao lado dele todos os momentos da vida dele.

Inclusive essa minha irmã morava em Guarapari no Espírito Santo e eu, ele ficou a vida toda comigo. Papai morou a vida toda comigo. (...) ela levou meu pai, chamou ele para passear, nesse passeio, ela levou ele para Guarapari, 'meu pai, eu vou levar só para passear' e nunca mais ele veio aqui em Petrolina. Inclusive houve

uma época aí que Carlos Augusto disse, ‘Darcy, providencie a vinda do seu pai para Petrolina’. Eu providenciei até judicialmente...

Li algo a respeito em um artigo de Cid Carvalho...

Darcy Gomes – Você viu? Eu mandei um oficial de Justiça ir lá atrás dele. Trazer para Petrolina. (...)Quando ela soube que eu ia...buscá-lo, levou ele não sei para onde. Sei que chegando lá, ele não estava no local. Tinha um sobrinho e eu é...meu sobrinho ficou

responsável pelo jornal e ele...quero saber da minha irmã isso aí...ele com outro colega procurou arrendar a Guilherme Coelho. E minha mais nova botou na Justiça, não sei o resultado disso aí. Porque da família ele passou para no nome dele, passou só no nome dele e daí arrendou sem autorização de nenhum irmão. Aconteceu que minha irmã botou na Justiça e até agora... quando eu estiver com ela agora vou procurar saber o que foi que resultou, em que resultou.

O expediente do último jornal não traz nenhuma pessoa com sobrenome Ferreira Gomes...

Darcy Gomes – Pois é. Justamente isso.

A senhora acha que o senhor Joãozinho tem o devido reconhecimento da parte de Petrolina, enquanto pioneiro do jornalismo na região?

Darcy Gomes – Acho que ele não teve o reconhecimento... aqui de Petrolina só tem um...tem uma escola na Cohab 6 mas foi uma homenagem do governo do Estado de Pernambuco. Daqui do município não tem. Devia ter uma rua, uma avenida com o nome dele. Porque ele foi um dos fundadores da cidade, foi o pioneiro da imprensa escrita em Petrolina. Petrolina passou a ser conhecida no Brasil, no exterior, através desse jornal. E aqui não tem, não tem nada, na cidade, assim... pessoas que não fizeram nada tem nome de avenida, é nome de tudo...e papai fez tanto por Petrolina, ajudou tantos filhos de Petrolina, não tem uma rua (...) Papai foi um dos fundadores de Petrolina. (...) Então era um dever do povo petrolinense, do prefeito da cidade, dos prefeitos, em reconhecimento, botar algumas coisa na cidade. Não tem. Não tem mesmo (...)